

Cadernos do *Lepaarq*

Vol. XIII nº26 2016



*Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*



ISSN 2316 8412



ICH | CIÊNCIAS
HUMANAS
UFPel



Cadernos do
Lepoarq

Textos de

Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitor:

Mauro Augusto Burkert Del Pino

Vice-Reitora:

Denise Petrucci Gigante

Pro-Reitor de Graduação:

Alvaro Luiz Moreira Hypolito

Pro-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Luciano Volcan Agostini

Pro-Reitora de Extensão e Cultura:

Denise Marcos Bussoletti

Pro-Reitor Administrativo:

Antonio Carlos de Freitas Cleff

Pro-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Luiz Osorio Rocha dos Santos

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretor:

Sebastião Peres

LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Coordenador:

Rafael Guedes Milheira



Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 - Pelotas, RS CEP 96010-150

Fone/fax:(53)227 3677 e-mail:

editoraufpel@uol.com.br

Ficha catalográfica: Ayde Andrade de Oliveira - CRB 10/864

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.13, n.25,2016.

Semestral

ISSN impresso 1806-9118

ISSN eletrônico 2316-8412

1. Arqueologia - Periódico. 2. Antropologia - Periódico. 3. Patrimônio - Periódico. I. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia.

CDD 930.1

EDITORIA - CADERNOS DO LEPAARQ

Editores Responsáveis:

Rafael Guedes Milheira

Fábio Vergara Cerqueira

Conselho Editorial:

Airton Pollini (Universite de Haute-Alsace, Mulhouse - França)

Ana Maria Sosa Gonzalez (Universidade Federal de Pelotas)

Carolina Kesser Barcellos Dias (Universidade Federal de Pelotas)

Charles Orser Jr. (New York State Museum - EUA)

Francisco Pereira Neto (Universidade Federal de Pelotas)

Helen Gonçalves (Universidade Federal de Pelotas)

Jean-Louis Tornatore (Universite de Bourgogne - França)

Lourdes Dominguez (Oficina del Historiador - Cuba)

Luiz Oosterbeek (Instituto Politecnico de Tomar - Portugal)

Maria Dulce Gaspar (Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Mariano Bonomo (Conicet - Facultad de Ciencias Naturales y Museo de La Plata - Argentina)

Marisa Coutinho Afonso (Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo)

Paulo Deblasis (Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo)

Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas)

Reinhard Stuperich (Universidade de Heidelberg - Alemanha)

Sandra Pelegrini (Universidade Estadual de Maringá)

Conselho Consultivo:

Camila Azevedo de Moraes Wichers (Universidade Federal de Goiás)
Albérico Nogueira de Queiroz (Universidade Federal de Sergipe) Neli Teresinha Galarce Machado (Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior)

Veronica Wesolowski de Aguiar e Santos (Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo)

Deisi Scunderlick Eloy de Farias (Universidade do Sul de Santa Catarina)

Ana Inez Klein (Universidade Federal de Pelotas)

Fernando Ozório (Universidade Federal de Sergipe)

Arno Alvarez Kern (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Camila Gianotti (Centro Universitario Regional Este, Uruguai)

Claudia Turra Magni (Universidade Federal de Pelotas)

Edgar Barbosa Neto (Universidade Federal De Minas Gerais)

Gustavo Peretti Wagner (Strata Consultoria)

Mártin César Tempass (Universidade Federal do Rio Grande)

Maria De Fátima Bento Ribeiro (Universidade Federal de Pelotas)

Rafael Corteletti (Universidade de São Paulo)

Rafael Suárez Sainz (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República, Uruguai)

Renato Pinto (Universidade Federal de Pernambuco)

Secretaria Editorial:

Rafael Guedes Milheira

Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro

Editoração e Projeto Gráfico:

Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro

SUMÁRIO

PÁGINA

EDITORIAL

Rafael Guedes Milheira, Jorge Eremites de Oliveira

1

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: CONFLITOS PELA POSSE E USO DA TERRA DO ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS.

Rafael dos Santos Barros

5

TRANSFIGURACIÓN DEL ESPACIO TERRITORIAL MAPUCHE DESDE EL SIGLO XIX AL SIGLO XXI.

Marcela Carrasco, Leyla Henriquez

31

A FAZENDA CAMAPUÁ

Paulo Marcos Esselin

47

TERRITÓRIO TRADICIONAL E AS CRIANÇAS INDÍGENAS DA ALDEIA PAKURITY - MATO GROSSO DO SUL / BRASIL

Sônia Rocha Lucas, Antonio Hilario Aguilera Urquiza

66

“ERAN SÓLO INDIOS...” LA CONSTRUCCIÓN DE LA ALTERIDAD MBYA EN EL ALTO PARANÁ DE MISIONES, ARGENTINA (1920-1960)

Marilyn Cebolla Badie, Maria Cecilia Gallero

87

ALQUILER DE TIERRAS Y TERRITORIOS INDÍGENAS EN EL PARAGUAY

Marcelo Bogado, Rafael Portillo, Rodrigo Villagra

106

ESTRUTURAS FUNERÁRIAS ESCAVADAS NA ROCHA MATRIZ DE UM ABRIGO: PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES

Ledja Leite

124

TECNOLOGIA LÍTICA DO INTERIOR PAULISTA: A INDÚSTRIA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO SANTA CRUZ

João Carlos Moreno de Sousa, Adriana Meinking Guimarães

138

ARQUEOLOGIA REGIONAL ENTRE O FORQUETA E O GUAPORÉ: O CONTEXTO DE OCUPAÇÃO JÊ PRÉ-COLONIAL NO CENTRO/NORDESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sidnei Wolf, Neli Teresinha Galarce Machado, Jean Lopes de Oliveira

172

ECOLOGIA HISTÓRICA GUARANI: AS PLANTAS UTILIZADAS NO BIOMA MATA ATLÂNTICA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA, BRASIL (PARTE 1)

Giovana de Souza Pereira, Francisco Silva Noelli, Juliano Bitencourt Campos, Marcos Pereira Santos, Jairo José Zocche

197

**INTELIGÊNCIA COLETIVA EM MEIO AMBIENTE CULTURAL:
MODELOS PREDITIVOS, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA
IDENTIDADE CULTURAL**

Erika Marion Robrahn-Gonzalez, Gerson Levi Lazzaris, Dagoberto Lopes de Oliveira, Felipe Querino Sobral, Pedro Diniz Coelho de Souza, Ana Caroluna Brugnera, Ezequiel Barel Filho

247

TRADUÇÕES

**A IDADE DAS ARMAS DE PEDRA ENCONTRADAS NA REGIÃO DO
RIO CAHY E DO FORROMECCO**

August Kunert

269

CAXIMBOS NO SUL DO BRASIL

August Kunert

279

**CAVERNAS SUL-BRASILEIRAS E VESTÍGIOS DOS ANTIGOS
HABITANTES**

August Kuner

284

Relatórios e notícias
institucionais

**ENTRECAMPOS: TRAJETÓRIAS NA ANTROPOLOGIA E NA
ARQUEOLOGIA**

Lucio Menezes Ferreira

289

EDITORIAL

O volume 13, número 26, da revista *Cadernos do LEPAARQ* traz a público o dossiê “*Colonialismo, Territórios e Povos Indígenas*”, organizado por Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas/CNPq, Brasil), Ana María Gorosito (Universidad Nacional del Nordeste, Argentina), Marilyn Renhfeldt (Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Paraguai) e Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil). Trata-se de uma coletânea de artigos que analisam a situação histórica vivida por povos indígenas frente ao colonialismo que afeta territórios tradicionais na América do Sul, especialmente na região platina. A ideia da organização do dossiê surgiu durante a XI RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em 2015 na cidade de Montevidéu, Uruguai, e contou com o apoio do GENTIS – Grupo de Estudos, Pesquisas e Ações em Arqueologia, Etnologia e Etno-história, vinculado à Universidade Federal de Pelotas.

No dossiê constam trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores do Brasil, Argentina, Paraguai e Chile, a saber: 1) Rafael dos Santos Barros, autor de *Territórios em disputa: Conflitos pela posse e uso da terra do aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios*, versa sobre a formação e a dinâmica de um aldeamento de índios Gueren na Barra do Rio de Contas, território da antiga capitania de Ilhéus, na costa da Bahia, atual cidade de Itacaré, na primeira metade do século XVIII. 2) Marcela Carrasco e Leyla Henriquez são autoras do trabalho *Transfiguración del espacio territorial Mapuche desde el siglo XIX al siglo XXI*, no qual enfocam mudanças verificadas no território Wallmapu desde a invasão espanhola até a consolidação do Estado-nação do Chile no tempo presente. 3) Paulo Marcos Esselin assina o estudo *A Fazenda Camapuã e analisa o primeiro núcleo português permanente no atual estado de Mato Grosso do Sul, estabelecido em território Caiapó*, que funcionou como importante entreposto de abastecimento aos monçoeiros que se dirigiam às minas de ouro de Cuiabá no período colonial. 4) Sônia Rocha Lucas e Antônio Hilário Aguilera Urquiza, por sua vez, apresentam uma etnografia intitulada *Território tradicional e as crianças indígenas da Aldeia Pakurity – Mato Grosso do Sul, Brasil*, no qual buscam entender a atual situação do processo de regulamentação fundiária de terras dos Kaiowá e Guarani do acampamento Pakurity, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, bem como identificar e descrever quem são as crianças indígenas que ali vivem, como percebem a situação de acampamento e como se dá a relação delas com a rede de parentela e com o território tradicional. 5) Marilyn Cebolla Badie e Maria Cecilia Gallero brindam-nos com o trabalho “*Eran sólo indios...*”: *La construcción de la alteridad mbya en el Alto Paraná de Misiones, Argentina (1920-1960)*, um estudo referente às representações da sociedade nacional sobre os Mbyá na região do Alto Paraná, Província de Misiones, Argentina, no contexto da expansão das frentes de colonização sobre o território indígena no período de 1920 a 1960. 6) Marcelo Bogado, Rafael Portillo e Rodrigo Villagra elaboraram o estudo *Alquiler de tierras y territorios indígenas en el Paraguay*, no qual tratam do arrendamento (aluguel) de terras Avá Guarani e Mbyá a fazendeiros pecuaristas no Paraguai, especialmente no Departamento de Alto Paraná, cuja

prática colonialista chega a afetar mais de 60% da área de algumas comunidades. No total, portanto, são seis trabalhos representativos para a compreensão do colonialismo e da situação histórica vivida por povos indígenas em diferentes temporalidades e regiões do subcontinente.

Além do dossiê, a revista ainda traz outros trabalhos igualmente relevantes. O primeiro deles é de Ledja Leite, na linha da bioarqueologia, que versa sobre duas estruturas funerárias pré-coloniais encontradas no sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, localizado no estado do Piauí, onde foram identificados nove enterramentos humanos. O segundo é de João Moreno, que também trata do período pré-colonial dos povos indígenas, analisando uma indústria lítica encontrada no interior do estado de São Paulo, mais especialmente a indústria tecnológica do sítio Santa Cruz, localizado no município de Monte Mor. Neste trabalho, o autor apresenta uma descrição tecnológica refinada de um sítio filiado à chamada tradição Umbu, sendo, portanto, uma contribuição *sui generis* para o assunto no interior paulista. O terceiro é de Sidnei Wolf, Neli Teresinha Galarce Machado e Jean Lopes de Oliveira, os quais focam sua pesquisa de arqueologia regional no interior do Rio Grande do Sul, entre os vales do rio Forqueta e Guaporé. Nesses lugares, que correspondem ao Planalto Meridional, as chamadas populações Jê do Sul desenvolveram um padrão de assentamento verificado em sítios de estruturas subterrâneas, montículos e sítios líticos superficiais e com material cerâmico, situados entre os séculos VIII e XIII. O quarto é o trabalho de Giovana de Souza Pereira, Francisco Silva Noelli, Juliano Bitencourt Campos e Marcos Pereira Santos, autores que usam fontes etno-históricas e etnográficas para uma contribuição emica das plantas em contextos Guarani, especialmente àquelas relacionadas a usos medicinais, alimentares e matérias-primas em geral. O quinto se refere a um pool de pesquisadores liderados por Erika Marion Robrahn-Gonzalez, que apresentam um texto interessante sobre práticas de gestão em empreendimentos de ampla escala, buscando contribuir em termos de orientações teóricas sob a ótica da sustentabilidade.

Ainda, esse volume traz três traduções de antigos textos inaugurais da arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul, de autoria de August Kunert e traduzidos por Martin Norberto Dreher com revisão de Francisco Silva Noelli. Dessa forma, damos continuidade as traduções publicadas na edição anterior dessa revista, completando um grupo de trabalhos deste mesmo autor. Nesta edição também pode ser observado o relatório de Lucio Menezes Ferreira, que traz algumas reflexões primeiras do curso de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Por último, ressaltamos que a revista *Cadernos do LEPAARQ* tem envidado os esforços necessários para se manter atualizada, constituindo-se como um espaço plural e voltado para temas relacionados à antropologia, arqueologia e patrimônio.

Boa leitura!

Rafael Guedes Milheira
Jorge Eremites de Oliveira

**TERRITÓRIOS EM DISPUTA: CONFLITOS PELA POSSE E USO DA TERRA DO
ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS.**
TERRITORIES IN DISPUTE: CONFLICTS FOR THE POSSESSION AND USE OF LAND IN THE
VILLAGE OF NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

Rafael dos Santos Barros

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Territórios em disputa: Conflitos pela posse e uso da terra do aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios.

Rafael dos Santos Barros¹

Resumo: Este artigo discorre sobre a formação e a dinâmica de um aldeamento de índios Gueren na Barra do Rio de Contas (território da antiga capitania de Ilhéus, na costa da Bahia, atual cidade de Itacaré), na primeira metade do século XVIII. O estudo se fará na perspectiva do direito a terra e dos conflitos concernentes aos diferentes interesses de índios, colonos arrendatários de terras e missionários representantes do colégio da Bahia, detentor legítimo da sesmaria do Camamu, onde se inseria o aldeamento e a vila. As principais fontes são um conjunto de documentos referentes aos conflitos de terras ocorridos naquele território, a partir do qual se identificou os atores sociais, suas demandas e suas justificativas, ancoradas que estavam no direito e nos costumes sobre a posse e a propriedade da terra no Império Luso, considerando, ainda, a legislação indigenista e sua aplicação na resolução de conflitos desta natureza.

Palavras-chave: Conflitos, Índios, Colonos, Jesuítas, Sesmaria.

Abstract: This article discusses the formation and dynamics of an Indian village Gueren in Barra do Rio de Contas (territory of the former captaincy of Ilhéus, the coast of Bahia, current city of Itacaré), in the first half of the 18th century. The study will be done from the perspective of the right land and conflicts related to the different interests of Indians, settlers, and missionaries tenants representatives of the College of Bahia, legitimate holder allotment of Camamu, where it formed part of the village and the village. The main sources are a set of documents related to land conflicts occurring on that territory, from which identified the social actors, their demands and their justifications, anchored in the law and customs on possession and ownership of the land in the Portuguese Empire, whereas the indigenous legislations and its application in solving conflicts of this nature.

Keywords: Conflicts, Indians, Settlers, Jesuits, Allotment.

INTRODUÇÃO

Nos anos iniciais do século XVIII, a Capitania dos Ilhéus contava com as vilas de São Jorge dos Ilhéus, sede da Capitania, Camamu, Cairu, Boipeba, Marau e São José da Barra do Rio de Contas, terreno social de nossa história. Essa enorme área localiza-se entre as vilas de São Jorge e Camamu, a vila do Rio de Contas era formada por colonos de condições modestas, os quais, por não conseguirem inserir-se no sistema de concessões de terras, acabaram por se tornarem foreiros dos jesuítas, limitando-se ao cultivo da farinha de mandioca. No que diz respeito ao território da vila do Rio de Contas, este se situava na sesmaria dos jesuítas, conhecida como o “fundo das doze léguas” ou “terras do Camamu”, a qual desde cedo esteve envolta em uma gama de demandas judiciais decorrente da imprecisão da demarcação dos territórios.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil.

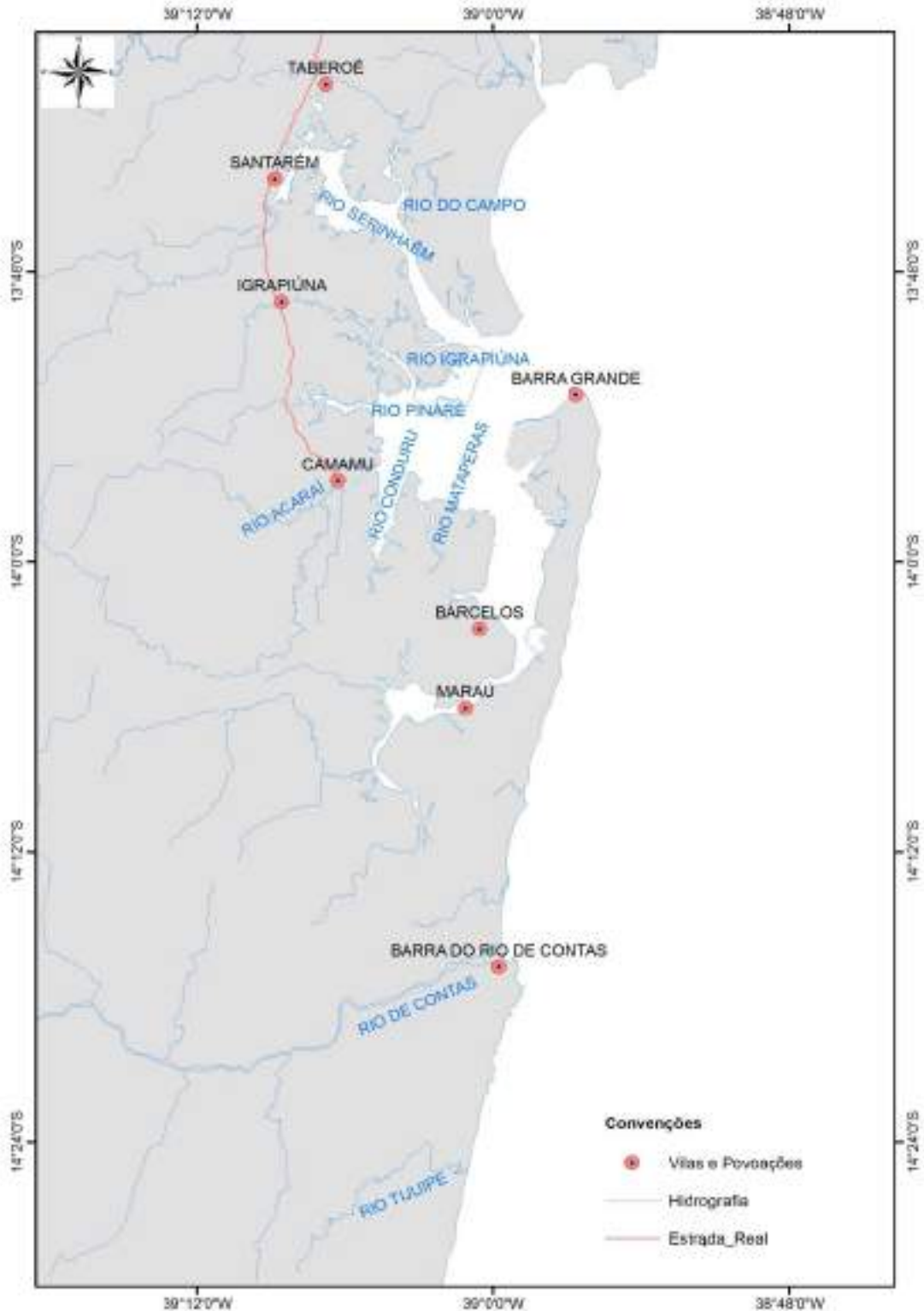


Figura 01: Freguesias de Camamu, Marau e Barra do Rio de Contas, 1800. DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Até hoje não se sabe realmente com precisão os limites da sesmaria dos jesuítas, pois os autores do período enumeram, por exemplo, léguas que variam entre 12 e 25. Baltasar da Silva Lisboa, por exemplo, nos elucida que os jesuítas obtiveram do Ouvidor da Bahia, Martin Leitão, a demarcação de uma

sesmaria, medida a partir da costa, correspondendo a 22 léguas. Outro autor que se ocupa da matéria é Felisbello Freire, que nos informa que a mesma área media um número superior a 14 léguas. Vilhena nos fala em 25 léguas, enquanto Silva Campos afirma que nos autos de medição foram declaradas 12 léguas. Conforme Angelina Garcez, a questão da área e dos limites das sesmarias é polêmica desde longa data, praticamente tendo se instalado com a primeira doação (GARCEZ, 2001, p. 15).

Na segunda metade do século XVIII, o contexto de expansão das fronteiras no qual a capitania estava inserida valorizou as terras melhor localizadas e os padres procuraram tirar maior proveito disso, optando pelos arrendamentos com prazos pré-estabelecidos que permitiam, dentre outras alterações, aumentar os valores dos foros periodicamente cobrados (DIAS, 3013p.222). Apesar desse aumento no valor dos contatos cobrados pelo uso das terras, os jesuítas deixavam sempre os arredores das vilas para logradouro do povo, onde seria possível retirar “as lenhas francas e as madeiras para constituição das casas: cerca dos quintais, as fontes públicas e os pastos comuns para a criação dos animais domésticos e repouso das cavaladuras dos roceiros e dos moradores da vila” (Caixa 58,11070-11087).

No início do século XVIII, muitos conflitos de cunho jurídicos e físicos assolaram a América portuguesa. Isso nos permite afirmar que a estrutura fundiária definida pelo sistema de sesmaria mostrou-se inadequado a realidade colonial. Desse modo, muito cedo emergiram, também, conflitos pela posse e uso da terra. Pondera-nos Marcelo Henrique Dias que os embates em torno da sesmaria dos jesuítas, apesar de assumirem um caráter marcadamente violento, também se figuravam no campo institucional político e jurídico, onde “os agentes e seus interesses se revelam em demandas que percorreram as várias instâncias de decisão da justiça, além dos lugares da administração nos quais chegavam as queixas encaminhadas ao monarca, ao Governo Geral e ao Conselho Ultramarino” (DIAS, 3013p.222)

Além da questão fundiária, durante a primeira metade dos setecentos, foram organizadas várias jornadas ao sertão da Capitania dos Ilhéus para combater os índios que estavam atacando as vilas da região, principalmente as de Camamu, Cairu e Povoação do Rio de Contas. Caso esses índios não fossem combatidos, segundo os moradores, provocariam uma crise no abastecimento dessas localidades e das praças comerciais de Salvador, uma vez que as vilas citadas eram responsáveis por fornecer gêneros alimentícios à Capital. Para além de abastecedora, a supracitada capitania situava-se em um ponto estratégico que a ligava as Minas do Rio de Contas. Assim combater os grupos indígenas tornou-se de suma importância, haja vista os altos valores obtidos na prospecção de ouro, caso esse fosse encontrado nas proximidades da capitania dos Ilhéus.

Foi nesse contexto que se edificou o aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios dos índios Guerens em 1728, quando andava em missões volantes pela capitania o capuchinho Italiano Frei Domingo

de Osená e um frade arrábido português, Frei José. Pregando uma missa na povoação² da Barra do Rei de Contas, foram assistir diversos índios Guerens, aliados do capitão José Figueira³, que aquela altura havia sido preso por haver cometido alguns crimes contra a Real Fazenda. Então os índios solicitaram aos ditos padres que lhes ensinassem a doutrina e os aldeassem. O principal objetivo dessa política de missionamentos era mandar povoar partes do Brasil e possibilitar que o gentio viesse ao conhecimento da fé católica.

Apesar dos índios estarem juridicamente amparado pela lei⁴, a tendência foi o esbulho dos seus territórios e, por fim, sua expulsão desses espaços. O caso dos índios é emblemático, na medida em que conseguiram manter suas terras mesmo sendo essa região objeto de desejo dos colonos. Nesse contexto de disputas pelo uso das terras indígenas do aldeamento, surgem várias modalidades de conflitos envolvendo ordens religiosas, índios, autoridades coloniais e colonos. Fatos que veremos nas linhas que seguem.

ALDEAMENTOS COLONIAIS, PALAVRAS INICIAIS.

No início da colonização, o projeto elaborado pela Coroa e os jesuítas para catequizar os povos indígenas foram as missões volantes, as quais eram usadas com o objetivo de levar às aldeias a palavra da fé católica e batismo⁵. Mas os padres logo perceberam que a simples ação sacramental não retirava os índios “da vida errante”, era preciso um esforço ainda maior, por isso os jesuítas passaram a fixá-los nos aldeamentos. Segundo Malheiros, as resoluções para implantar aldeamentos partiu do padre Manuel da

² A povoação da Barra do rio de Contas tornou vila de São José da Barra do Rio de Contas em 1732 por requerimento dos moradores dessa localidade, pois segundo estes “a paragem carecia da ação de justiça por ser distante da vila dos Ilhéus quinze léguas, pois, além dos rios caudalosos e feras, haveria a carência de homens beneméritos para a governança da República conforme nossa Majestade manda em suas ordenações e para maior cômodo e conservação de sua justiça” AHU. Bahia, Cx. 16, doc. 15 A. AHU-ACL-CU-005, Cx. 18, doc. 1638.

³ José Figueira foi uma das figuras mais interessantes do período colonial. Durante a primeira metade do século XVIII, foi um dos aliados mais importantes da Coroa portuguesa no combate a gentios, negros aquilombados e colonos “facinorosos”, porém ao se envolver em disputas com Capitães-mores de maior cabedal e importância foi combatido junto com seus índios aliados. Para entender mais sobre essa trama ver BARROS, Rafael dos Santos. Da letra da lei às práticas coloniais: arranjos e conflitos na sesmaria dos jesuítas, 1700-1750. 2015. F.158. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

⁴ A legislação indigenista colonial ocupou-se do direito retórico da posse e propriedade das terras ocupadas pelos índios aliado da Coroa. E esse reconhecimento não se relacionava a tutela, muito menos ao seu estágio de integração a sociedade dominante, os documentos oficiais citavam os índios enquanto senhores de suas terras

⁵ Aponta-nos Malheiros (2008) que o projeto jesuítico de expansão da fé católica entre os índios na América portuguesa baseava-se em uma perspectiva que atendia totalmente aos anseios da Coroa Portuguesa. Pregava-se o universalismo, para o qual existiria um mundo sem fronteiras ao cristianismo, relacionado a discurso de expansão estava à teoria doutrinária, a qual era “subsidiado pela emergência da pregação e da audição do evangelho para a salvação dos índios” e ainda coexistia entre essas doutrinas a ideia soteriológica, salvação das almas, e guerreiro-redutivo, representando os deslocamentos de índios do interior e a formação de aldeamentos. Para a autora, tal discurso-ação não iria de encontro aos interesses da Coroa, mas os legitimava e apoiava (MALHEIROS, 2008, p. 176.).

Nóbrega, o qual projetou uma política chamada “plano das Aldeias”, que tinha como principal fito reunir povos indígenas em locais próximos as áreas de colonização sob a tutela de um missionário.

A partir do projeto de Nóbrega os indígenas seriam convertidos à fé católica em locais fixos, os quais eram estabelecidos em espaços que agradassem a colonos e jesuítas ou, sempre que fosse conveniente, no próprio local da aldeia. Assim, caso fossem em zona de produção e escoamento, deveriam ficar perto de grandes plantações ou se fossem em zonas de expansão da fronteira deveriam ser colocados em locais estratégicos que atendessem aos requisitos militares, políticos, econômicos e geográficos que essa atividade exigiria.

Após estarem integrados aos aldeamentos ou administrados em suas próprias aldeias, os indígenas passariam a ser súditos do rei de Portugal e como tal deveriam abandonar alguns “hábitos selvagens”, a exemplo da nudez, da moradia coletiva, da antropofagia, do nomadismo e da poligamia, pois precisavam adquirir um novo *modus vivendi* que estivesse de acordo com sua nova realidade, um cristão vassalo do rei de Portugal. Além do comportamento diferenciado, os agora súditos tinham a obrigação de cumprir algumas tarefas diárias, como plantarem para se auto sustentarem, prestar serviços ao governo e trabalhar para os moradores mediante a licença dos religiosos, desde que recebessem um pagamento pelos dias de trabalhos prestados fora dessas localidades.

Os aldeamentos⁶ foram uma das diversas formas de inserção das populações indígenas no mundo colonial. Por conta de sua disponibilidade de terras e homens, esse empreendimento tornou-se palco de inúmeras disputas jurídicas entre os sujeitos da colonização para ver qual projeto prevaleceria na condução dessas localidades. Durante os séculos XVII e XVIII, esses espaços foram uma das correntes mais sólidas da colonização e atingiram no decorrer do processo, significados diferentes para índios, colonos e jesuítas.

A efetivação das demandas de cada grupo aldeado dependia das alianças e disputas formadas no âmbito interno e externo desses empreendimentos. Para os seus principais atores, os índios, as expectativas sobre estar aldeado ou não constantemente se alteravam, pois em um determinado momento era conveniente para os grupos manterem-se afastados das sociedades envolventes, porém, em outros contextos dado os constantes ataques de colonizadores era mais proveitoso migrar para o interior daquelas localidades. Afinal os índios se adaptavam a partir das experiências de suas relações vivenciadas no cotidiano colonial.

Edificar um aldeamento necessitava, inicialmente, eleger um lugar determinado onde seriam construídas as instalações desse empreendimento, que poderia ser cedido pelo rei ou pela Companhia de Jesus, caso consistisse em um aldeamento religioso ou por colonos caso fosse um empreendimento

⁶ Como vimos na documentação, a presença dos brancos nos aldeamentos deveria ser evitada. Essa era uma das reivindicações dos jesuítas, pois segundo os religiosos o contato sistemático entre índios e brancos dificultava o processo civilizatório dos índios. Dentro desses espaços existiam alguns cargos, dentre os quais vale destacar o de procurador dos índios, o qual exercia a função de supervisor no que dizia respeito aos interesses dos povos aldeados perante o direito.

particular. Os índios poderiam também escolher um determinado lugar onde queiram se aldear, evento raro, mas foi o caso que presenciamos no aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios. Dizia a fonte que os índios escolheram as

[...] terras para sua aldeia apontando a mesma em que estavam e como esta pertencia a uma sesmaria do colégio dessa cidade da Bahia o provincial da companhia participando-lhe a pretensão dos índios a qual lhe a fez de deferir na forma de minhas ordens as vistas das quais se tendo oferecido dúvidas algumas e na conformidade delas mandarei as ouvidos da mesma capitania fazer a demarcação metendo de posse aos índios em uma légua de terra enquadro remetendo-me a cópia da provisão que expedirei encarregando o estabelecimento da dita missão (APB. Ordens Régias 1729. Seção de Arquivo Colonial Provincial.)

Ações como está demonstram a atuação desse grupo enquanto atores históricos, pois, ditaram as regras da efetivação do aldeamento. Mas não devemos nos esquecer do jogo de interesse das autoridades coloniais em manter esses índios aldeados naquela localidade. Ponderações dessa natureza, nas quais os indígenas aparecem no centro das decisões, nos afastam da perspectiva que pensam os índios enquanto seres passivos, pois foram eles quem escolheram onde queriam ficar.

Nossa análise reforça a perspectiva do contexto colonial, enquanto um jogo de forças, no qual a cada hora um lado cederia e, quando isso não acontecia, o confronto era iminente. Levantar essa hipótese não significa minimizar a ação dos grupos indígenas, mas ponderar que as situações eram efetivadas para atender a um complexo jogo de interesses. Afinal, a escolha das terras pelos indígenas era um recurso também previsto pelo Regimento das Missões de 1686, o qual determinava que, caso os índios aceitassem se aldear, não poderiam ser obrigados a se deslocarem para outros lugares contra sua vontade.

Após a escolha da localidade, uma das primeiras providências ao instalar o aldeamento missionário jesuítico era a edificação de uma igreja, símbolo da presença missionária. A partir de sua construção, a aldeia transformava-se em um espaço cristão e civilizado, aldeamento. Segundo Souza, os religiosos “coroavam a cerimônia de inauguração com festividades e atribuíam ao evento a pompa e importância que estivessem ao seu alcance” (SOUSA, 2003, p. 57.).

Dentro dos aldeamentos, a Igreja servia antes como o centro irradiador de todas as ordens destinadas aos índios, mantendo seus integrantes cientes das suas obrigações enquanto vassallos cristãos. Dessa forma, missas eram realizadas diariamente e objetivavam introduzir os hábitos cristãos e o ritmo de tempo europeu. Portanto, esses espaços não devem ser reduzidos apenas ao viés econômico, apesar da grande ênfase dada a esse segmento, já que o sentimento político e religioso estiveram presentes desde a sua origem, uma vez que conquista e colonização eram políticas conjuntas. Se de um lado a conquista legitimava a guerra e a escravidão, o projeto de colonização/civilização pregava a organização e catequização dos grupos a fim de integrá-los a nova ordem social que se estabelecia, haja vista a grande utilidade que os índios tinham como súditos fiéis aos reis de Portugal. Para além da mão de obra escrava,

os índios eram muito úteis como súditos responsáveis pela ocupação e manutenção das terras, quanto mais em lugares de pouca ocupação militar como foi o caso dessa capitania.

Teoricamente dentro das missões deveriam funcionar escolas que cuidassem do aprendizado da escrita e leitura entre os indígenas. Pensavam os jesuítas que por meio do letramento a conversão ao cristianismo seria facilitada, pois “penetrariam no entendimento das relações no mundo colonial e obtinham conhecimentos que acabavam tornando-se úteis para o entendimento da Santa Fé”. Segundo Marta Amoroso, esse processo de alfabetização fazia parte da política “das bandeiras e da brandura” destinada aos povos indígenas. Para os aldeados prevaleceu o segundo caso, sendo as escolas dos aldeamentos sua principal força motriz. Segundo a autora,

[...]em área indígena buscou atender demandas muito claras. Sua existência era emblemática da política indigenista da época, erguida sobre os pilares da catequese e da civilização e pautada por um conjunto de princípios que giravam em torno da conversão, educação e assimilação branda da população indígena ao conjunto da sociedade. A recomendação da "brandura" no trato com os índios empunhava a escola e a catequese contra a violência militar das bandeiras e outras violências presentes no cotidiano das frentes de colonização (AMOROSO, 1998, p.6.)

Porém, o que se tem notado no aldeamento dos Remédios foi a completa ausência das escolas, servindo tal empreendimento antes como um reserva de mão de obra e muralhas ao sertão, tendo em vista impedir a entrada de “elementos indesejados nas cobiçadas minas do Rio de Contas”. A Coroa portuguesa relacionou desde o início da colonização a expansão territorial com as ações da Companhia de Jesus. Por intermédio do Padroado, Portugal exerceu forte influência na igreja católica, relegando aos jesuítas um importante papel na condução da colonização. Assim nos pondera Maria Regina Celestino de Almeida:

[...] encarregavam-se [os jesuítas] da evangelização dos índios, com o objetivo de transformá-los em súditos cristãos que garantiriam a ocupação do território sob administração portuguesa e constituíram a mão de obra necessária a ser repartida entre colonos, missionários e Coroa (ALMEIDA, 2003, p.81).

Na capitania dos Ilhéus, a Companhia de Jesus conheceu um considerável destaque, principalmente na parte norte, onde se concentrava grande parte dos seus rendimentos, compreendendo um território de 12 léguas e vários aldeamentos, os quais eram responsáveis pela proteção interna e externa dessa parte da capitania bem como pelo fornecimento de mão de obra aos colonos. Nessa região os inicianos⁷ atuaram praticamente sozinhos durante quase todo período colonial, sendo-lhes destinados pela da Coroa todos os trabalhos referentes à catequese e aldeamento dos índios.

⁷ A atuação dos religiosos da Companhia de Jesus durante o período colonial é objeto de intensos debates que, em geral, tendem a polarizar de um lado os jesuítas como santos mártires da colonização ou de espertos empresários pré-capitalistas. Esquematizar sua atuação nessa perspectiva dualista simplifica extremamente a complexidade do processo colonial que estava envolvido os jesuítas.

No contexto que estamos abordando, a atenção do Reino voltava-se para a expansão e conquista do Rio das Contas. Após a morte do capitão-mor Antônio Veloso, que sucumbiu combatendo os índios nas imediações da vila de Santo Amaro, a Coroa encarregou o Coronel André da Rocha Pinto para desbravar essa região. Esse, ao contrário do primeiro, obteve a licença para combater índios e povoar aquele continente. Esse processo estava relacionado a uma ampla política da Coroa de:

[...] afugentando do gentio bárbaro que o domina o [Rio de Contas]; e como proximamente saltou o dito coronel uma das Aldeias dos ditos bárbaros matando muitos e pressionando outros com mais brevidade se concluirá aquele projeto que promete umas grandes esperanças, assim pelo que se tem já visto como pelo que asseguram os rasteiros dos antigos sertanistas e conseguira comunicar-se o referido sertão com as minas novas para serem estas melhores providas (APEB. Seção 21 do Arquivo Colonial e Provincial.).

Além disso, as entradas oriundas do norte de Ilhéus visavam liberar terras para a criação de gado e para a agricultura, além de auxiliar os colonos como o envio de alimentos, armas, mão de obra e auxílio militar. A partir da década de 1730, o principal efeito foi o desbravamento de mais de oitenta léguas de terras “que medeia entre o Rio de Contas e Minas Novas” com “esperanças que naquele continente se tem feito currais e estabelecido roças e fazendas de gado e descoberto alguns ribeiros, com ouro, de sorte que dentro em pouco tempo ficará todo aquele sertão estável e desinfetado do gentio que nela se há sem que minha fazenda concorra com coisa alguma” (AHU- Bahia, Cx.38, doc. 17; AHU- ACL- CU- 005, Cx.43, doc. 3865.).

Porém, ainda restava grande parte do território a ser conquistado e muitos índios arredios à colonização, levando o Coronel André da Rocha Pinto a informar ao vice-rei Vasco Fernandes da impossibilidade para continuar o projeto de conquista do sertão do Rio das Contas, por haver nele algumas nações de gentio bárbaro que lhe impediam as diligências e exames necessários (DHBN, v.75,p.107). Em resposta, o conde ordenou que se fizesse “toda a diligências por levar os índios Grens da aldeia do Taipe e, quando os não possa haver encontrando-os na marcha os levará consigo para guias, e língua do dito gentio Aimoré e não encontrando estes Grens sempre levará da aldeia do rio das Contas para o referido efeito”.

Cada aldeamento cumpriu na colônia várias funções, mas houve casos em que determinadas funções predominaram. No caso dos Remédios, o que pesou com maior intensidade foi o caso da militarização indígena, devido à questão da expansão da fronteira em que o aldeamento estava inserido, além da vasta experiência com as armas e o sertão que esses índios tinham. Essa fama de grandes combatentes foi explicitada em uma carta de 1732, quando da saída de outra entrada ao sertão do Rio de Contas. Na ocasião o Sargento-mor Domingos de Farias entregou ao Capitão-mor Domingos Carneiro Baracho “homens forros de toda a qualidade, capazes do mato, recebendo em lista os que voluntariamente quiserem acompanhar o dito Capitão-mor” para essa jornada.

Para essa ocasião, o atual⁸ administrador dos índios, Padre Frei Bernardino de Milão⁹, deveria fornecer vinte índios do aldeamento dos Remédios, os quais seriam incorporados às tropas do Coronel André da Rocha Pinto, sendo úteis tanto para guerra contra outros grupos, quanto para o carregamento de armas e condimentos, sem falar na habilidade com línguas, servindo para convencer os “gentios de corso a se incorporarem a armada do sobredito Coronel sem o uso da força”.

O processo de expansão da Capitania dos Ilhéus consumiu muitas vidas indígenas durante a primeira metade do século XVIII. As áreas possíveis para alimentação e caça foram tomadas pelas ocupações dos não-índios, reduzindo as possibilidades de povos indígenas viverem de acordo com seus hábitos, tornando-se mais seguro para eles viverem sob a tutela de um religioso ou de uma autoridade colonial dentro dos aldeamentos. Todos esses fatos ocorridos na capitania confirmam a perspectiva dos aldeamentos dos Remédios como um mal menor diante da possibilidade de escravização e guerra justa que os índios Gueren poderiam vir a ser alvos no contexto em que capitania estava inserida. Ao se aldearem, os índios tornavam-se súditos do rei de Portugal e souberam aproveitar muito bem essa condição, aprendendo os símbolos e signos de sociabilidade que lhes permitiam viver no ambiente colonial. Nesse contexto de sociedade de Antigo Regime, quem era aldeado tinha certo prestígio, podendo requerer do rei alguns cargos que essa condição lhe oferecia.

Terra e tutela eram, sem dúvida, uma das principais “regalias” que os índios adquiriam nos aldeamentos. Apesar de estarem confinados a um espaço circunscrito e limitado, os índios souberam aproveitar o território que lhes foi concedido. Basta lembrar-se das filhas do principal do aldeamento dos Remédios, Capitão Pedro, Joanna das Candeias e Margarida de Freitas “moças de propósito, e capacidade, que depois casaram e serviram para tirarem do mato, aldearem, e conservarem os seus parentes”.

A ocasião do descimento envolvendo as duas índias estava relacionada a um processo muito complexo, no qual Maria e Margarida estavam ativando sua rede de influência para obter descimentos. Diante desse caso podemos aventar as hipóteses levantadas por Nádia Farage. A autora chama este fenômeno de “intermediários políticos”, quando ordens culturais tradicionais,

[...] são envolvidas por um sistema político mais amplo, sobretudo de forma estatal: intermediários políticos seriam os personagens que, surgindo deste confronto, definem-se por articular as demandas de seu grupo de origem aquelas de ordem envolvente que se instaura e, note-se, desta habilidade na tradução de dois códigos mutuamente ininteligíveis, derivando suas autoridades (FARAGE, 1991, p. 320).

⁸ O iniciano José de Jesus Maria foi o primeiro padre a administrar o aldeamento dos Remédios, sendo substituído pelo Capuchinho Frei Bernardino de Milão, pois os índios alegaram que queriam outro padre, uma vez que suas demandas não estavam sendo atendidas.

⁹ GABRIELLI, Cassiana Maria Mingotti. *Os Capuchinhos Bretões no Estado do Brasil: Estratégias políticas e missionárias (1642-1702)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Segundo a autora, os “capuchinhos não entendiam as aldeias como um círculo fechado, mas como um local que deveria irradiar a proclamação do Evangelho, estabelecendo conexões com o seu entorno. Essa seria a primeira característica diferente da missão exercida pelos jesuítas”. Idem, p. 53.

Esse fato nos sugere que o aldeamento dos Remédios era também um espaço indígena, caso contrário por que as duas índias trariam mais parentes para dentro do aldeamento? A construção e o funcionamento dos aldeamentos interessavam aos diferentes atores coloniais, representando para cada um dos sujeitos diferentes significados. Para o caso desse aldeamento, esse empreendimento servia aos colonos como base militar, para os jesuítas estava relacionado ao alargamento de suas influências naquela parte da Capitania e aos índios como forma de livrarem-se do cativo. Atender as demandas coloniais tornou-se tarefa muito complexa, pois a realização das expectativas de uns esbarravam no direito dos demais, gerando conflitos que muitas vezes só se resolveu com a morte de uma das partes envolvidas.

Do século XVI ao XVIII foram raras as ocasiões em que presenciamos a aplicação de uma mesma legislação para toda colônia, as dificuldades regionais e as alianças e desavenças com os grupos forçaram adaptações para contemplar as diversidades e particularidades regionais. Assim, para capitania dos Ilhéus nota-se uma variedade de políticas indigenistas por parte da Coroa, mas todas seguindo um objetivo semelhante, a assimilação dos índios a sociedade dominante. De um lado se tem a intensificação dos descimentos, muito importante para aumentar o número de aldeados, de outro à declaração de guerras violentas e, por fim, a tentativa de descaracterizar os índios enquanto grupos étnicos visando usurpar as terras dos aldeamentos. Essas práticas coexistiam e apontam para a variedade de ações que os índios poderiam ter dentro de uma mesma região¹⁰.

Apesar da reincidência de afirmarmos que o aldeamento foi um mal menor¹¹ para os grupos indígenas diante da opressão a que estavam submetidos na capitania, vale ressaltar os diversos fatores negativos. Primeiro os índios eram submetidos ao trabalho sistemático e compulsório, não recebendo em muitos casos o devido salário acordado com a parte interessada no seu serviço. Além disso, dentro dos aldeamentos os povos eram misturados como grupos que, na maioria das vezes, eram seus contrários, sem falar nas mudanças de hábitos impostas pelos jesuítas, política que se relacionava ao projeto assimilacionista pensado pela Coroa a fim de transformar os índios em súditos do rei.

Esse último processo ocorreu, mas não como queriam os jesuítas. O que notamos ao analisar o período foi que os índios não deixaram seus costumes, mas os resignificaram e incorporaram a sua cultura os códigos de funcionamentos do mundo europeu, sendo recorrentes pedidos de cargos e mercês,

¹⁰ Apesar dessa variedade de ações serem nocivas aos índios, não podemos negar o processo de reconstrução cultural vivenciada pelos povos indígenas durante o período colonial. É um erro reforçado pela historiografia que conquista representa apenas de perdas materiais e culturais aos índios. Como nos aponta Fleck (2005), as “relações que estabeleceram com os conquistadores e colonizadores foram significativamente determinadas pelos seus interesses na aproximação, no aprofundamento das relações de troca e no estabelecimento de acordos de guerra e paz”. Idem, p.5.

¹¹ Mas devemos esclarecer que apesar dos aldeamentos servirem aos índios, dentro da vigilância do padre, esses tinham que cumprir as determinações que lhes eram apontadas pelos seus administradores, pois, como nos aponta Mônica Souza “a liberdade individual era entendida somente como subordinação hierárquica ao rei, em nome do bem comum. Em apoio a essa posição a doutrina católica adotava como fundamento a paz nascida da concórdia individual e da harmonia do todo”. SOUZA, 2003, p. 86.

elementos de diferenciação social que os índios souberam requerer e cultivar, mas sem deixarem de ser índio.

Uma das principais constatações observadas ao analisar a política indigenista do período colonial foi que não havia uma política indigenista desassociadas a uma política agrária. Nessas leis fica clara a defesa de que o território dos aldeamentos deveria ser respeitados e preservados¹². Apesar dessas determinações legais, os colonos não deixaram de invadir o território indígena, fato ocorrido no aldeamento dos Remédios, pois, apesar da satisfação dos colonos, jesuítas e do vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses em implementar tal empreendimento naquela região – diminuindo os inúmeros conflitos ocorridos na primeira metade do XVIII entre grupos Gueren e os colonos –, deve-se ressaltar que jamais as terras foram oficialmente medias e demarcadas, ou seja, os índios não desfrutavam da propriedade plena das terras, como o título de sesmaria que essa condição requeria. Assim, a realidade foi dura para os aldeados tendo que enfrentar um processo de ocupação gradativa de suas terras.

Na segunda metade do século XVIII, o problema da terra na capitania dos Ilhéus se agravava, pois as melhores terras da região em estudo já estavam ocupadas com os foreiros dos jesuítas. Restava então uma parte da capitania, ao sul do Rio de Contas, onde a presença dos jesuítas era rarefeita e duvidosa de acordo com os argumentos dos colonos.

Muitos conflitos estabelecidos nessa região assentavam-se no argumento de que os jesuítas não possuíam aquela parte da capitania, desconsiderando-se o documento de posse das terras que eles possuíam, fato que gerou inúmeros conflitos agrários. A disputa de terras nessa parte da capitania em especial onde jesuítas, capuchinhos e índios estavam envolvidos, não foi um caso isolado, pois, a presença dos religiosos como detentores legítimos de doze léguas de terras há muitos anos foi questionada pelos moradores de todas as vilas do norte dos Ilhéus.

Como observado por Márcia Malheiros, conflitos dessa natureza não se limitavam a esfera fundiária, mas relacionavam-se também a uma “disputa de poder e de status diante, sobretudo, de uma política indigenista que, no cômputo geral, havia reservado aos inacionos, até então, papel de destaque” (MALHEIROS, 2008, p. 192.) e, naquela sesmaria em especial, os colonos eram subordinados aos jesuítas, pagando-lhes parcelas anuais de foros. Edificar um aldeamento justamente na zona mais questionada da capitania servia aos jesuítas, antes de tudo, para se fazer presente, indicando aos descontentes que a Companhia de Jesus não havia abandonado aquele território. Diante disso, a permanência do aldeamento era uma estratégia também de “sobrevivência” para os jesuítas naquelas terras, questionada inclusive pelos capuchinhos.

As garantias jurídicas defendidas pelas legislações indigenistas no que dizia respeito ao respeito ao território indígenas foram paulatinamente burladas por foreiros e pela câmara da Vila de São José da

¹² Em alguns casos, embora raros, a presença dos colonos nesses espaços não se caracterizaram como uma simples invasão, pois, às vezes, foram os próprios índios que estavam se propondo aos negócios de suas terras.

Barra do Rio de Contas. Mas, antes disso, os discursos dos moradores voltaram-se para a uma fervorosa defesa dos “interesses indígenas”, em especial o direito de propriedade das terras, pois, ao reconhecerem que foram demarcadas terras para os Gueren¹³, na verdade o que os colonos pleiteavam era afastar o direito de propriedade dos Jesuítas daquela região, uma vez que os afastando supostamente as terras estariam livres. Como veremos a seguir, após o processo de reconhecimento por parte dos colonos do direito a terra dos povos que viviam no aldeamento dos Remédios ocorre um processo inverso, no qual as autoridades coloniais alegavam que os Gueren estavam extintos ou confundidos à massa da população local, perdendo o direito de indigenato, que os garantia a posse imemorial do seu território.

ÍNDIOS, COLONOS E RELIGIOSOS: ALDEAMENTOS E CONFLITO PELA TERRA.

O primeiro conflito pela posse da terra do aldeamento teve início aos vinte nove dias de outubro de 1745, quando foi marcada na vila São José da Barra do Rio das Contas uma audiência pública do civil e criminal, tendo como juiz ordinário o alferes José Teixeira de Araújo. O inquérito envolveu Jerônimo Pereira Sodré, citado neste texto como réu, o Padre Simão Marques, Reitor do Colégio da Bahia e o procurador\administrador dos índios, frei Bernardino de Milão. No dia primeira audiência, esse evento não ocorreu, uma vez que nem o “inquiridor nem o dito juiz estiveram na terra e não por cuja razão requeria o dito juiz houvesse segunda dilação se deu dias para poder organizar mais informações”. Na nova data marcada pelas partes para realizar a segunda audiência faltaram desta vez o representante do Colégio e seu procurador. Sua presença ocorreu somente na terceira tentativa, quando foi enviado como procurador dos jesuítas o capitão-mor Francisco de Fonseca Pinto.

O processo de esbulho do território do aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios gerou uma série de processos judiciais. Uma das testemunhas do caso, Francisco Pereira Machado, disse que Jerônimo Pereira Sodré residia em um sítio com sua mulher, localizado ao lado do aldeamento, e que obteve licença concedida pelo padre Bernardino de Milão para retirar madeiras dentro da sesmaria dos índios. No segundo artigo do processo, Machado reconheceu ter sido demarcada uma légua de terras para os índios, mas “o dito gentio pouca sentença faz nela e sempre apelar partes do Camamu”.

Temos acerca da declaração da testemunha uma dupla interpretação, as quais não são necessariamente excludentes. Ou a testemunha queria legitimar a invasão das terras indígenas, alegando que os índios “pouca sentença” faziam no aldeamento, ou seja, não cultivavam as terras como

¹³ SILVA, Edson. *O lugar do índio*. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife: Un. Fed. de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, 1995. Segundo Edson Silva, em algumas localidades, a história da presença indígena resultou da capacidade dos índios em terem resistido e permanecido no lugar do aldeamento e, para isso, elaboraram várias estratégias diante das invasões de posseiros, da conveniência ou omissão oficial frente aos conflitos existentes e até a desaprovação das autoridades para eles continuarem no local.

determinavam as obrigações de um aldeado, ou os índios realmente trabalhavam, apelavam como diz a fonte, para os colonos de Camamu a jornal. Essa segunda hipótese não deve ser desconsiderada, pois os moradores reclamavam do administrador do aldeamento por consentir que os índios Gueren passassem tanto tempo na vila circunvizinha. Diante dessa segunda constatação, os colonos acusavam o padre administrador de estar se aproveitando das terras para benefício próprio, haja vista a ausência dos índios naquele território. Sobre esse último fato supracitado, outra testemunha sobre o caso em questão foi Lourenço Rodrigues Campos. Esse nos trás uma nova informação sobre o assunto, completando o que Machado havia levantado sobre o trabalho dos indígenas. Dizia Campos:

[...] que os poucos casais de Gento Gueren nunca assistiam no aldeamento, nem tem obediência ao seu missionário e menos plantam nas terras que lhe foram demarcadas de tal sorte que para o dito Missionário poder sustentar-se trabalha com seus escravos (APB. Livro I, 674,1).

Reafirmando, portanto o que havia levantado à testemunha anterior, procuravam justificar a invasão das terras, mas aponta nas linhas finais do depoimento um prognóstico interessante. Após a saída do Padre Jesus Maria, primeiro administrador dos índios, o aldeamento ficou oito meses sem missionário por conta do comportamento nada subordinado desse grupo. Frei Bernardino, ao que parece, também sofria com essa situação, haja vista as constantes queixas relatadas ao superior do Colégio da Bahia descrevendo a falta de obediência desse grupo a ponto de ter que trabalhar junto com seus escravos africanos.

As informações do primeiro e segundo colono reafirmaram nossa hipótese sobre o trabalho desses índios na Vila do Camamu. A maior proximidade com o mercado da capital, a maior demanda por trabalho e a distância do controle do seu administrador pode ter motivado esses índios a se afastarem do aldeamento em busca de melhores meios de sobrevivência. Esse fato não significa que as terras do aldeamento não importavam aos grupos, nem que todos saíssem de uma só vez deixando o aldeamento vazio. Pelo contrário, a saída e entrada eram controladas pelo administrador, mas, nesse caso, ao que parece, os índios eram autônomos quanto à escolha dos seus empregadores, haja vista o padre administrador protestar a falta que os índios faziam nas proximidades da vila da Barra do rio de Contas, tendo ele que trabalhar junto com seus escravos para comer. No que diz respeito às terras, essas eram a garantia dos aldeados mediante a escassez de contratos externos ou declaração de guerra justa, pois para os aliados\aldeados a declaração de guerras era uma política ilegal.

Temos então para esse caso, um colono que morava ao lado do aldeamento que estava – segundo o advogado dos jesuítas –, invadindo as terras indígenas para retirar madeiras. No quarto artigo do processo ficava claro qual o destino das madeiras retiradas no aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios. Dizia Machado que o réu confeccionou uma “canoa na légua da dita Aldeia indo com ela para a cidade da Bahia”. Ou seja, a matéria prima do aldeamento, madeira, chegava ao mercado da Bahia para

ser comercializada, sem consentimento e conhecimento do Colégio da Bahia, detentores da légua de terra que estava o aldeamento. Os conflitos estavam por vir!

A quarta testemunha arguida no processo foi o Sargento-mor Manoel Cardozo Ribeiro, o qual nos informa que além do processo jurídico contra os padres feitos por Jerônimo havia outra disputa jurídica existente no aldeamento. Dizia o Sargento Cardozo Ribeiro que o administrador da missão do rio de Contas, o Revendo padre Bernardino de Milão, queria expulsar ele e mais outros moradores que supostamente residiam nas terras dos Remédios, mas,

[...] ele testemunha mostrou por documento em como os ditos moradores estavam fora da quadra da légua de terra que se tinha dado pela Aldeia do gentio Grem em virtude dos ditos documento mandou o dito senhor Conde que ele Testemunha [e mais] colonos se conservassem no seu sítio por meio do qual despacho se tem conservado ele testemunha pagando sempre foro do dito Colégio (APB. Livro I, 674,1).

Ao que parece, Bernardino de Milão, o administrador do aldeamento, queria cobrar foros aos colonos moradores das terras vizinhas ao aldeamento, mas, como estes já pagavam anualmente a Companhia de Jesus, puderam permanecer onde habitavam. No caso das madeiras retiradas nas terras do aldeamento, dizia Cardozo Ribeiro que o Alferes Jorge Pereira Machado, irmão do réu, também fizera uma canoa nas terras do aldeamento e que inclusive “ele testemunha foi ajudar a puxar”. Mas a canoa levada pelo Alferes para vender na cidade de Salvador lhe foi tomada por representantes do Colégio da Bahia. Já Caetano Oliveira, outro colono da vila, dizia que além dos irmãos citados outros moradores lavravam dentro das terras do aldeamento, pois a maior parte dos Gueren andavam pelos matos, e mais, disse que o próprio Missionário Bernardino concedia licença tanto para o Réu quanto para qualquer um dos moradores, desde que pagassem foro a ele e ao Padre Domingos de Araújo, procurador do Colégio dos Jesuítas. Sobre a madeira retirada, Manoel Francisco dos Santos disse que sabia que o réu pediria faculdade ao dito missionário para poder fazer uma canoa de madeira chamada Joceira que estaria no mato do aldeamento. A embarcação media dois palmos de largura e estaria também a serviço do Capuchinho.

O preço da madeira girava em torno de uma pataca por cada palmo, assim como os jacarandás que eram cortados no aldeamento. Sobre o corte de madeiras, o colono José Fernandez da Silva, citado nas fontes como pescador da Vila da Barra do Rio de Contas, sai em defesa de Jerônimo Sodré, afirmando que, além de Frei Bernardino, o procurador dos jesuítas “padre Domingos de Araújo afora paus para se fazer canoas pagando [sete] por cada palmo de boca uma pataca, pois tanto pagou ele testemunha por um [pau] de que lhe aforou para também fazer uma canoa”.

Todas as testemunhas afirmam categoricamente que os acordos foram firmados entre o administrador dos índios e os colonos com o consentimento do procurador dos jesuítas, o padre Domingos de Araújo, mas os acordos haviam sido “feitos de Boca”. Essa última expressão nos indica uma possível fraude por partes dos religiosos, haja vista não haver nenhum papel assinado e o reitor do colégio da Bahia

não saber da validade\existência de tal contrato nem recebia os respectivos rendimentos. Mas para Jerônimo e os outros colonos, o simples acordo feito com padres lhes garantia o direito de cortar madeiras dentro das sesmarias dos jesuítas, encorajando-os a moverem uma ação contra o Colégio dos Jesuítas, que confiscou sua canoa na Cidade da Bahia.

Detentores de mais da metade da Capitania do Ilhéus, o superior dos jesuítas não deixaria passar despercebida a ação do colono contra o colégio, produzindo uma série de provas contra Jerônimo a fim de incriminá-lo. Dizia o advogado dos jesuítas a fim de deslegitimar as ações do réu, que o corte de madeira foi realizado em uma área “da Aldea do gentil gueren”, terras que segundo seu argumento tinha a posse o colégio da Bahia, arrendando “aos moradores da Vila da Barra do rio das Contas todo o sul até um sítio chamado Tacaré”. Para que a fabricação das canoas fosse legitimada, Jerônimo deveria apresentar licença para poder fabricar

[...] a canoa de que se trata nas notas de que o Reverendo Autor com seu colégio está de pose e não fazendo entregar a canoa ou seu valor [obtendo-se] seu provimento do seu colégio cujo provimento da parte do Reverendo Autor não podia ser mais justificado por quanto constar [depus] autos nas fabrica Réu embargante a canoa de que se trata nas notas do Reverendo Autor sem licença sua ou de juiz procuradores por isso [fraudo] levantamento derrubando árvores a fabricou [a furto] e conduzido pera aparte desta vila sem que o então o Reverendo desta tivesse noticia termos em que e nos direitos cometeu o Réu embargante crime de certo não manifesto conforme [condenado] (APB. Livro I, 674,1).

Caso o réu não apresentasse a documentação solicitada pelo reitor seria condenado por crime de furto, sendo obrigado a restituir no seu valor em dobro para satisfação da parte prejudicada como pena do crime que supostamente teria cometido. Para se defender dos argumentos do reitor, Jerônimo dizia ser ilegal a ocupação das terras do sul do Rio de Contas, pois a posse e propriedade das terras por parte da Companhia na vila de Barra do rio de Contas só era reconhecida pelos seus moradores “para a parte do norte e não para a parte do sul onde se achava as terras e matos da dita Aldeia”. Para que a situação ficasse legalizada, pedia o reitor que Jerônimo não pagasse mais que dois cruzados por ser a dita canoa feita a partir da licença dos religiosos, embora sem o consentimento do Colégio. E continua o reitor só

[...] os índios poderiam, lavrar nelas em como que outra qualquer pessoa se intrometa a lavrar nela não só perdem as benfeitorias mas pagará a renda ao Colégio do Reverendo outra disposição de direto somente esta declaração [parte só bastava] para o réu embargante perder toda benfeitoria da canoa [dos que se tratava] assim como perder a benfeitoria [dessa outra] canoa que [de mercê] ele e um seu irmão tirou dos mesmos matos que lhe foram dados na cidade da Bahia por ordem judicial (APB. Livro I, 674,1).

Assim, só dizia respeito ao reitor conceder licença ao réu para retirar madeiras ou fazer qualquer benfeitoria nas terras supracitadas, fato conhecido segundo esse tanto por Bernardino quanto por Domingo de Araújo, por isso duvidava dos fatos apresentados por Pereira Sodré. E ainda completava que se Jerônimo fosse castigado “para reparação do dano no furto da primeira canoa com a pena crime que

merecia para exemplo de outros, não se atreveria cometer este segundo furto da canoa de que se trata, não seria ousada articular contra o reverendo autor o que se acha escrito nos autos” (APB. Livro I, 674,1).

Devido à falta de provas a favor do réu, esse ficou detido por dois meses na cadeia da Vila de São José da Barra do Rio de Contas e seu advogado desistiu do caso, levando Sebastiana dos Santos, esposa, a requerer carta citatória para que outro procurador fosse nomeado a fim de defender os interesses do seu marido. Mas, como o advogado nomeado estava fora do território da vila, requeria a suplicante por parte de seu marido “esta natural defesa; pede mercê lhe faça mandar não corra as duas audiências sem primeiro o reverendo suplicante usando termos que a lei [permite] e do contrário procedimento protesta a suplicante por nulidade a todos”. A partir do requerimento de Sebastiana Santos foi nomeado um novo procurador para o réu, o advogado Bernardino de Souza. Juntos conseguiram um despacho expedido pelas mãos do Frei Bernardino de Milão dizendo que:

Aos vinte sete dias de novembro de mil sete centos e quarenta e quatro valendo-se de mim Frei Bernardino de Milão Missionário Apostólico assistente na Missão dos Grens no Rio de Contas intitulado Nossa Senhora dos Remédios Jerônimo Pereira Sodré para fazer uma canoa nas terras da Missão como administrador delas em virtude de uma ordem que tenho de Excelentíssimo governo deste Estado da Bahia que me pudesse valer dos paus que nele se achavam para sustento dos índios a conservação da missão lhe arrendado um pão como obrigação se dar dois alqueires de farinha pera sustento dos índios Grens ser assim na verdade lhe passei esta licença que a lhe servia em juízo fora dele Missionário de Nossa Senhora dos Remédios de novembro de mil setecentos e quarenta e quatro\ eu Frei Bernardino de Milão (APB. Livro I, 674,1).

Em resposta, o procurador do Colégio não dava créditos aos escritos, pois não havia três testemunhas que confirmassem a validade de tais fatos, ou seja, se foi realmente o frei que havia produzido aquele despacho. E afirmava o advogado dos jesuítas que ainda que o fizesse em nada valeria, pois a terra do aldeamento foi concedida aos índios, sendo permitido apenas a esses valerem-se daquela porção de terra e seus matos e não ao réu e ao Frei Bernardino. Continuava afirmando que se Jerônimo realmente quisesse proceder nos cortes de madeira deveria solicitar ao Colégio “verdadeiro senhor das ditas terras a quem pedem os mais moradores que as querem fabricar [nos] matos e não devia pedir ao Reverendo missionário o que lhe não podia dar contra as cláusulas da dita provisão” (APB. Livro I, 674,1).

Nas razões finais do processo ficou estabelecido que o réu embargante, Jerônimo Pereira Sodré, deveria entregar a canoa de jacarandá ou pagar ao Colégio o valor de vinte mil reis. Mas a sentença não foi aceita sem reivindicações por parte do colono e seu procurador. Em sua defesa foram elencados alguns argumentos contra os jesuítas. O primeiro relacionava-se à licença expedida pelo Frei Bernardino. Afirmava Jerônimo que a condição estabelecida pelo Frei Milão para lhe passar licença foi cumprida. E ainda continuava,

[...] se o Reverendo embargante fosse verdadeiro Senhor das terras que estão do Rio das Contas para o sul havia de exprimir na petição folhas duas que apresentasse o embargante [licença] sua ou de seus procuradores mais com reconhece não ser senhor por esta razão calou e não declarou de quem havia de ser a faculdade porque as terras que estão deste Rio das Contas para o sul aonde se fabricou a canoa do Réu embargante não são do colégio sim são de sua Majestade (APB. Livro I, 674,1).

Ao que parece, tratava-se de terras com várias jurisdições. Os colonos consideravam terras como devolutas, pois diziam que a sesmaria havia caducado uma vez que os índios trabalhavam mais para os moradores da Vila do Camamu do que na terra do aldeamento. Frei Bernardino, enquanto administrador do aldeamento, perspectivava que a posse era sua e dos índios como se assentou pelo alvará de 1700, enquanto o Colégio dizia estar de posse desde 1583, data da última demarcação. Trataremos das justificativas de cada parte interessada nos autos.

Para se legitimarem, os jesuítas recorriam ao tempo de Mem de Sá, apresentando documentos que o dito governador havia doado ao Colégio da Bahia doze léguas de terra, que os religiosos haviam tomado posse da dita herdade no ano de 1563, como constava no auto de posse das quais se havia feito tombo e demarcação. Ao longo da análise da documentação referente aos litígios de terra na sesmaria dos jesuítas, pode-se perceber um aspecto instigante evocado com muita força entre os padres: a carta de sesmaria foi usada, assim como para os casos do Rio de Janeiro apresentados por Márcia Motta, para reconstruir o marco zero na história da ocupação territorial da área em comisso. De qualquer forma, o fato do colégio da Bahia possuir um documento de sesmaria, embora questionado pelos colonos, trazia vantagens incomensuráveis aos religiosos, pois conforme Márcia Motta, a carta, demonstrava a dimensão simbólica do poder de quem as possuíam.

Mas para Jerônimo, a demarcação das terras só teria validade para a parte do norte, ficando todo o sul do rio de Contas como realengos¹⁴. E ainda afirma que “o Reverendo embargado esta de posse não só de doze se não dezoito léguas de terras deste rio das Contas para o Norte até a Ilha de Boipeba”. E ainda afirmam que os,

[...] Padres pra se meterem nestas duas léguas da parte do sul usaram de grande dolo e malícia contra todo direito e justiça e concordando a dita testemunha com a referida verdade autentica nestes autos e documentos bem fez que é contraproducente como são os documentos se em direito (APB. Livro I, 674,1).

Em muitas ocasiões, os colonos justificavam o não pagamento de foros e, por conseguinte, a ocupação de parte do território dos jesuítas, evidenciando dois fatores percebidos pela autora para o caso do Rio e que também se fazia presente na região da sesmaria do fundo das doze léguas. A extensão territorial da sesmaria dos jesuítas não estaria de acordo com as informações presentes na carta de doação e a primazia do cultivo dos foreiros deveria assegurar o seu direito a posse da terra, mesmo que o Colégio

¹⁴ Toda a propriedade que pertencia ao rei.

da Bahia possuísse legalmente a propriedade da terra. Esses dois argumentos utilizados pelos colonos nos indicam que as duas principais determinações da lei de sesmaria não foram cumpridas por parte da companhia: medir e demarcar as terras, daí os conflitos em tela.

O Frei Bernardino também saiu contra o colégio, escrevendo que a terra que ele havia concedido licença não era do reverendo embargado e seu Colégio, “que agem com dolo e malícia e nenhum feito pelas nulidades que tem estão laborando dando-se comprimento as leis regias alegadas na parte do embargante”. O procurador dos índios reforçava seus argumentos nas determinações do Alvará de 1700, o qual ordenava que se tomassem todas as providências necessárias a sustentação dos párocos, índios, e missionários que assistem nos aldeamentos.

Sobre as terras, o documento é preciso: “hei por bem, e mando que a cada hua missão sede hua legoa de terra para índios e não para os missionários”, mas advertia que aos missionários cabia fazer o que lhe for necessário “para ajudar o seo sustento, e para o ornato, e culto das igrejas”. Portanto, de acordo com a lei, fazer acordos, concedendo licença para se retirar madeiras em troca de farinha e do uso das embarcações era uma ação legal, desde que fosse para a sustentação dos missionários e dos índios. Mas a Companhia de Jesus não aceitava perder uma porção significativa de seu território, quanto mais no contexto em que aquela área estava se interligando às minas do rio de Contas.

O tabelião Felix da Costa Pereira também atestou a validade dos documentos apresentados por Jerônimo Pereira e reconheceu a certidão da licença como da letra do Frei Bernardino. Como se pode notar, a presença da Companhia e suas propriedades eram questionadas por todas as testemunhas da Vila de São José da Barra do Rio de Contas. No início apenas Jerônimo Sodré foi contra, depois uma série de colonos e autoridades da vila levantam-se contra a Ordem dos Jesuítas.

No contexto dessa disputa envolvendo as terras indígenas foi redigido o “Ofício do desembargador Sebastião Francisco Manuel para Tomé Joaquim da C. Corte Real, que se referia a uma petição dos moradores do Rio das Contas, solicitando que se fizesse a sua custa a medição e demarcação dos terrenos pertencentes aos padres da Companhia de Jesus” (AHU- Baia, Cx. 106, doc. 33, AHU_ACL_CU_005, Cx.99, doc. 7792). Na carta os colonos diziam estar dispostos a arcar com as despesas de uma nova medição e demarcação das terras da Vila de Barra do Rio de Contas que nesse distrito possuíam o Colégio da Companhia de Jesus. Acusavam os moradores que os padres estavam cobrando foros irregulares das terras que não correspondiam aos limites da sesmaria da Companhia, pois, estavam além dos limites estabelecidos na primeira demarcação. Segundo os moradores, as terras que os jesuítas estavam de posse pertenciam à Coroa, portanto, poderiam ser usadas pelos colonos. Mais uma vez as terras de realengos é objeto de disputa dentro da sesmaria dos jesuítas.

Em outra Carta o Ouvidor-Geral da Comarca da Bahia José Monteiro informava ao rei D. João V sobre o resultado da devassa que fez acerca do levante, mortes e mais delitos feitos por alguns moradores da vila de São José da Barra do Rio das Contas. Segundo Monteiro, houve uma devassa acerca do levante

de alguns moradores da mesma vila, havendo algumas mortes e delitos que alguns revoltosos cometeram. Na ocasião, o ouvidor-geral da comarca da Bahia informa-nos que os padres da Companhia de Jesus cobravam foros daqueles moradores, mas, naquele momento, alguns arrendatários pretendiam se isentar de pagarem essa pensão aos jesuítas, recorrendo ao Rei do João V através do Conselho Ultramarino e ao procurador da Comarca para que fosse concedida carta de sesmaria, se comprometendo os solicitantes “a dar melhor costumes aquela terra”.

Apesar das queixas, o rei determinou que “os referidos donatários [os jesuítas] ficassem na sua antiga posse”. Mediante essa decisão do monarca, como era rotineiro, o Padre Araújo, procurador do Colégio da Bahia, o mesmo que fizera acordos nada transparentes com Jerônimo Pereira Sodré, se deslocou até a Vila da Barra para cobrar os foros das terras ocupadas, mas não foi feliz nas suas ações, uma vez que os moradores “o maltrataram, havendo que se retira da vila com muito receio”. Curiosamente, um dos principais líderes do levante foi o Padre Vicente Ferreira, membro do clero, que se voltara contra os jesuítas. Diante desse fato, podemos perceber que a posse daquela sesmaria por parte dos jesuítas não era consenso nem mesmo entre os religiosos, pois, após estes saírem da primeira missa pelas sete horas da manhã o padre Ferreira, que o documento classifica como principal cabeça do levante:

[...] levantou vozes por todos dizendo que vissem e já não conhecessem aos Padres da Companhia de Jesus por Senhores das terras daquela Vila E na mesma manhã logo depois da missa no dia achando-se os levantados já mais com [il] proferiram as mesmas palavras lendo com hum papel que pregaram no pelourinho e correndo as ruas com alardes (APB. Livro I, 674,1).

Para solucionar o levante, foram deslocados para a vila 24 soldados, um sargento do Presídio do Morro de São Paulo e alguns oficiais do posto de Maraú. Para evitar que os levantados retornassem a vila;

Para sua mais cautela e se fabricaram uma trincheira de pau a pique aterrada onde chamam a concha junto a barra e na ponta desta uma casinha em que atualmente punha sentinela vindo alguma embarcação [il] das fundo e indo abordo examinavam e procuravam o que trazia abrindo papeis e cartas e [depois] de feita a tal diligência\ que também praticavam com que queriam [se ler]\ é q davam licença para saírem e entrarem na barra e fazendo rondas pela obrigavam altamente aos moradores pacíficos abrirem as suas portas para verem se em suas casas estavam algumas pessoas desconhecidas (APB. Livro I, 674,1).

Foram presos onze culpados entre os quais a maior parte “dos cabeças” que se achavam refugiados nas casas da vila, porém, alguns conseguiram fugir pelos rios, sendo determinado aos oficiais das povoações vizinhas que prendessem “todas as pessoas desconhecidas que se achassem nelas”. Outros integrantes do levante foram visto na Capitania de Porto Seguro recolhendo-se na vila de Santa Cruz no Rio de Caravelas, onde foram identificados e expedidos mandados de prisão. Entre essas ordens de prisão estava a do Vigário Vicente Ferreira.

Todos esses casos envolveram uma diversidade de sujeitos, os quais quando não eram réus ou autores de ações judiciais, foram chamados para comprovar o que diziam os documentos. Como testemunhas do tribunal, emprestavam seus nomes e, por conseguinte, o seu prestígio social para validar o que diziam o acusado e o acusador diante dos juízes. Por conta disso, a escolha das testemunhas era bem criteriosa, prevalecendo homens que tinham cargos administrativos, casados e se possível mais velhos, critérios de diferenciação social em uma sociedade formada por colonos de condições modestas.

Como nenhum colono envolvido nos processos possuía documentos que comprovassem a posse e a propriedade das áreas em litígio – a exemplo da documentação levantada pelo procurador dos jesuítas nos casos envolvendo a Colégio da Bahia naquela região –, os colonos viam nas testemunhas uma possibilidade de se legitimarem enquanto possuidores de direitos de posse sobre determinada área. Para o caso de Jerônimo esse recorreu a seu irmão, que por sinal era alferes da vila da Barra do Rio de Contas.

Para algumas testemunhas dar declarações a favor da Companhia ou aliar-se aos jesuítas, significava não somente consolidar o domínio de uma das partes, mas fazer com que as suas demandas pessoais fossem atendidas. Estamos diante de uma situação impar na qual no palco dos conflitos enfrentavam-se sujeitos com poderes políticos e econômicos desiguais, permitindo aos jesuítas mostrar todas as interfaces de suas influências.

É preciso destacar um dado presente em muitos documentos e que foi propositalmente repetido no texto. A existência de duas léguas da parte sul do Rio de Contas que, segundo os colonos tratavam de terras devolutas. A existência dessas terras representava para os colonos a possibilidade de se tornarem legítimos possuidores daquelas terras, desde que fossem sem cultivo, daí a insistência em declarar que os índios não residiam na terra e em desqualificar os documentos de posse apresentados pelos inacianos.

Sabendo desse fato, os jesuítas sempre argumentavam que as terras, embora não fossem demarcadas, eram suas conforme documento passado por Mem de Sá, classificando os foreiros como invasores. Outro dado interessante diz respeito ao uso da carta de sesmaria¹⁵ como efeito legal de comprovação, significando para os jesuítas, a garantia da propriedade das terras em disputa. O que pode ser aventado para os casos narrados é o fato das partes em litígio se valerem de testemunhas ou a uma "rede" de pessoas influentes, as quais se relacionavam com autoridades locais e metropolitanas com capacidade de inverter a decisão judicial favoravelmente à(s) parte(s) interessada(s).

¹⁵ MOTA, Maria Sarita. Interpretando os mecanismos de transmissão da propriedade: as doações de terras no século XVIII e XIX. In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Seropédica, RJ. Identidades. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, v. 1, p. 335-335, 2008. Como nos elucida Sarita Mota (2008) havia cinco causas que permitiam anular uma sesmaria demarcada: a injúria; a agressão (com pau, pedra ou ferro); a realização de negócios que por ventura prejudicasse o doador; alguma situação em que o beneficiário colocasse em risco de vida o doador e, por fim, se o recebedor da mercê tivesse prometido alguma coisa ao doador em razão do bem a ser adquirido e por algum motivo não tivesse cumprido a promessa. Em geral, as doações eram condicionantes (e esse ato podia ser anulado em vida, como no exemplo citado) e reforçava a perpetuação do poder dos senhores e de seus herdeiros sobre agregados, escravos e principalmente, sobre os beneficiários diretos.

A aplicação das leis não deve ser encarada de forma homogênea, pois o uso do direito variava na sociedade colonial, bem como os argumentos da acusação e da defesa usadas entre as partes no tribunal. Diante dessa assertiva, deve-se salientar que cada parte do conflito precisa ser avaliada de acordo com a situação socioeconômica de cada região, levando-se em conta a estrutura fundiária da localidade, bem como as legislações vigentes e sua aplicabilidade em determinada localidade.

Nessas disputas que presenciamos, nem sempre o segmento politicamente menos influente foi o perdedor, de forma semelhante nem sempre foram esses grupos que desrespeitaram as determinações legais. Como se tratava de uma das instituições mais bem organizadas da sociedade colonial, a Companhia de Jesus, em muitos casos, os jesuítas conseguiram influenciar os tribunais para fazerem-se vencedores nas disputas jurídicas.

Já os colonos postulavam sua defesa baseando-se em estratégias que dialogavam com os costumes locais e a força das leis tradicionais, apontando-nos “o direito como produto histórico, participante da dinâmica social, e, portanto, produzindo as transformações históricas e sendo, ele próprio, produzido e transformado historicamente” (MOTTA, 1998, p.21) Nesse sentido, a Companhia de Jesus, que era o sesmeiro, exercia também a prática de posseiro, pois, além de não estar cumprindo as obrigações da Coroa referentes à demarcação e cultivo das terras, ainda alargavam o território original de sua sesmaria e cobravam foros dos colonos nas áreas ilegais.

PALAVRAS FINAIS

Nesses campos em disputa, o território indígena, apesar de ser amparado pela lei, foi gradativamente desrespeitado. Frei Bernardino foi o administrador que mais tempo atuou no aldeamento: aproximadamente 20 anos - de agosto de 1729 até 24 fevereiro de 1748, dia em que faleceu. Depois dele, por ordem do Reverendo Padre Frei Anselmo, Prefeito do Hospício da Piedade, a responsabilidade do empreendimento passou ao Frei Felix de Cremona também missionário Capuchinho, o qual levou parte daqueles índios para um novo aldeamento que se formara na vila de São Fidélis: a missão de Senhora Fidélis do Rio Una. A razão para esse evento diziam os religiosos:

[...] só ele como Prefeito daquele campo o pode dizer, pois nem eu, nem os Reverendos que aqui se acham somos sabedores da dita causa, nem em nenhum dos livros que servem de registros nesse Hospício o alho acertado. Esta he a informação que posso da [maneira] do Expedido na petição a V. Ex^ª Revma , e por assim ser verdade passei a presente por mim assinada, e pelos religiosos meus subditos aqui assintentos nesse hosp.^o de N^a S^a da Pied.e da Cid.e da Bahia (AHU. Documentos Históricos do Arquivo Ultramarino. Caixa 15. Doc. 2678-2679).

A maior parte dos índios que quiseram permanecer nos Remédios passaram a ser administrados pelo capitão-mor da Vila da Barra do Rio de Contas, André Ramos Cezar. Poucos meses após a saída do padre, Ramos Cezar dizia que os Gueren estavam padecendo graves necessidades de sacerdote pela falta de sacramento e que para assistirem as missas semanais teriam que se deslocar para a freguesia mais próxima que se localizava a quatro léguas distantes do aldeamento. Queria o administrador que os padres rezassem uma missa no aldeamento. Mas para que isso ocorresse o administrador teria que pagar alguns cabedais, por isso solicitava urgente um sacerdote para rezar missas e benzer a imagem de N. Senhora dos Remédios. Quanto à igreja “achava-se reformada de novo uma das paredes da sacristia mor, tudo de taipa de mão e o pavimento do chão da mesma Capela mor ser feito pela sua administração com a ajuda dos índios” (AHU. Caixa 15. Doc. 2678-2679.).

Diante dessas informações, fica evidente que, após a saída do último missionário, a administração do aldeamento passou a Câmara da Vila de Barra do Rio das Contas, a qual passou a alugar a légua de terra do aldeamento aos foreiros interessados. A situação tornou-se mais grave após a expulsão dos jesuítas em 1759, pois as terras que lhes pertenciam foram arrematadas por três moradores da Vila do Camamu, os quais transformaram a enorme sesmaria dos jesuítas em pequenas propriedades e as terras indígenas tornaram-se logradouros públicos.

Mediante essa situação, a câmara fez uma nova divisão das terras, remarcando o território do aldeamento dos Remédios em terço de légua. Os outros dois terços da sobredita terra;

[...] que tem estado na posse e administração desta câmara, a quem foi confiada pelos antigos ouvidores da Comarca existem rendeiros lavradores de longa data, alguns com mais de trinta anos de residência ali com suas casas de telhas, engenhocas e plantações de mandioca e canas, e que não devem ser desalojados sem grande injustiça e inconvenientes que não é preciso dizer a Vossa Excelência (APB. Maço 4612.)

Apesar de todas as adversidades, os índios Gueren conseguiram permanecer nas suas terras até a primeira metade do século XIX, quando novos desafios se apresentaram para a população indígena, dentre os quais a necessidade de que as autoridades os reconhecessem enquanto "índios" para manterem a posse imemorial sobre as terras.

No caso dos Gueren esses foram transformados, em primeiro momento, em “descendentes dos antigos índios”, uma vez que a descaracterização rendia aos colonos direito as terras indígenas. Posteriormente, “duplicaram-se na vila de Barra do Rio de Contas” o número de caboclos, os quais foram incorporados à lavoura cacauera e suas culturas foram se fundindo a das demais etnias responsáveis pela plantação do cacau.

Atualmente, o antigo território do Aldeamento dos Remédios, ainda guarda traços do seu passado indígena, permanecendo o povoado com o nome de Aldeia. Este fato colocava mais uma vez seus

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: CONFLITOS PELA POSSE E USO DA TERRA DO ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DOS
REMÉDIOS

moradores sob jugo da sociedade dominante, porém, nunca subordinados, sempre reinventando para alcançar um espaço que a sociedade colonial, imperial e republicana lhes negou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- AMOROSO, Marta. Mudança de Hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, nº 37, 1998.
- BARROS, Rafael dos Santos. Da letra da lei às práticas coloniais: arranjos e conflitos na sesmaria dos jesuítas, 1700-1750. 2015. F.158. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- DIAS, Marcelo H. Conflitos de Terra na Bahia Colonial: Donatários, Jesuítas e Lavradores. In: *Em Terras Lusas: Conflitos e Fronteiras no Império Português*, (Orgs) Márcia Motta, José Vicente Serrão e Marina Machado. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Estados de paz e estados de guerra - negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII). *Projeto História* (PUCSP), São Paulo, SP, v. 31, n.dez/2005, p. 313-335, 2005.
- GABRIELLI, Cassiana Maria Mingotti. *Os Capuchinhos Bretões no Estado do Brasil: Estratégias políticas e missionárias (1642-1702)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GARCEZ, Angelina e MACHADO, Hermano A. *Lei de Terras no Estado da Bahia*. 2ª ed. Salvador: SEAGRI, CDA, DESAGRO, Faculdade Rui Barbosa, 2001.
- MALHEIROS, Márcia. *Homens da fronteira*. Índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes. Séculos XVIII-XIX. 2008. f. 401. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MOTTA, Márcia. Nas Fronteiras do Poder, conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Vício de Leitura: Rio de Janeiro, 1998.
- MOTA, Maria Sarita. Interpretando os mecanismos de transmissão da propriedade: as doações de terras no século XVIII e XIX. In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Seropédica, RJ. Identidades. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, v. 1, p. 335-335. 2008.
- SILVA, Edson. *O lugar do índio*. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). 1995. f. 128. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995

SOUSA, Mônica Hellen Mesquita de. *Missão na Ibiapaba: Estratégias e táticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII*. 2003. f. 122. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

FONTES HISTÓRICAS

AHU- Baía, Cx. 106, doc. 33, AHU_ACL_CU_005, Cx.99, doc. 7792.

AHU. Caixa 15. Doc. 2678-2679

AHU- Bahia, Cx.38, doc. 17; AHU- ACL- CU- 005, Cx.43, doc. 3865

APB. Dossiê, sobre irmandades, conventos, igrejas e pessoal eclesiástico. Questão dos jesuítas, medição de terras. Sentença. 1745. (Livro I, 674,1).

APEB. Seção 21 do Arquivo Colonial e Provincial.

APB. Ordens Régias 1729. Seção de Arquivo Colonial Provincial.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, v.75, p.107

Recebido em:25/07/2016
Aprovado em:16/09/2016
Publicado em:15/10/2016

**TRANSFIGURACIÓN DEL ESPACIO TERRITORIAL DEL PUEBLO MAPUCHE EN CHILE
DESDE EL SIGLO XIX AL SIGLO XXI**
TRANSFIGURATION OF MAPUCHE TERRITORIAL SPACE FROM THE 19th TO THE 21st
CENTURIES
(*TRANSFIGURAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL DO POVO MAPUCHE NO CHILE DESDE O SÉCULO XIX
AO SÉCULO XXI*)

Marcela Paz Carrasco Rodríguez
Leyla Evelyn Henríquez Muñoz

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Transfiguración del espacio territorial del pueblo Mapuche en Chile desde el Siglo XIX al Siglo XXI.

Marcela Paz Carrasco Rodríguez¹
Leyla Evelyn Henríquez Muñoz²

Resumo: O presente artigo se enfoca em descrever a transfiguração territorial do *Wallmapu* (povo mapuche) gerada, a pós a conquista espanhola e consolidação do Estado-Nação do Chile, a ditadura civico-militar liderada por Augusto Pinochet (1973-1989), e os governos atuais sociais-democratas da concertação de partidos, realizando usurpação do território ancestral mapuche e em resposta, o processo de recuperação de terras.

Palavras-chave: Mapuches, Territorio, Estado do Chile, Reforma Agraria, Recuperação de Terras.

Resumen: El presente artículo se enfoca en describir la transfiguración territorial del *Wallmapu* (pueblo mapuche) generada tras la conquista española y la consolidación del Estado-Nación de Chile, la dictadura cívico-militar liderada por Augusto Pinochet (1973-1989), y los actuales gobiernos social-demócratas de la concertación de partidos, realizando usurpación del territorio ancestral mapuche y en respuesta, el proceso de recuperación de tierras.

Palavras-chave: Mapuches, Territorio, Estado de Chile, Reforma Agraria, Recuperación de tierras.

Abstract: This article focusses on the territorial transformation of *Wallmapu* (the Mapuche nation) from the time of the Spanish conquest, the consolidation of the Chilean nation-state, the Augusto Pinochet military dictatorship, to the current social-democratic coalitions. All of these regimes usurped the ancestral territorial integrity of Mapuche land, and in response, the Mapuches have carried out actions to reclaim that land.

Keywords: Mapuches, Territory, Chilean State, Agrarian reform, Land Reclamation.

INTRODUCCIÓN

Hace 524 años los pueblos del continente americano fueron invadidos por navegantes europeos que llegan a América pensando erróneamente que llegaban a la India. Comienza así a escribirse una nefasta historia para los pueblos originarios en manos de los hombres autoproclamados avanzados y civilizados de Europa.

A su llegada a América ya existía el pueblo mapuche³, un pueblo que contaba con una numerosa población. Como señala José Bengoa

¹ Universidad Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil; del Programa de post-graduación en Memoria Social y Patrimonio Cultural.

² Universidad de las Artes y las Ciencias Sociales (Arcis), Chile. Socióloga

³ Mapu-che: Mapu: Tierra, Che: gente

(...) todos los cronistas –y especialmente los de la primera época- quedaron admirados con la cantidad de población que encontraban en su marcha hacia el sur. Una de las mayores concentraciones estaba en lo que hoy es la provincia de Arauco esto es, la falda marítima de la cordillera de Nahuelbuta, y también en su falda oriental, hacia los llanos centrales (BENGOA, 2000, p. 22).

Esta población vivía en un territorio extenso llamado *Wallmapu*, el que se encontraba dividido en cuatro grandes extensiones de tierra, llamadas *Pikun Mapu* (norte), *Willi Mapu* (sur), *Puel Mapu* (este) y *Lafquen Mapu* (oeste). Cada una de estas divisiones territoriales se caracterizaba por su geografía; además de conceder al mapuche su identidad territorial, un *kimün mapu* -conocimiento de su tierra-, diferente de acuerdo al espacio territorial en donde nace y desarrolla su vida en comunidad.

La historia de transformación que sufrió el territorio ancestral mapuche, es posible distinguirla en diferentes etapas. A través de la historia conocemos el período de conquista española, la colonia, la conformación del estado-nación chileno y su desarrollo político-territorial.

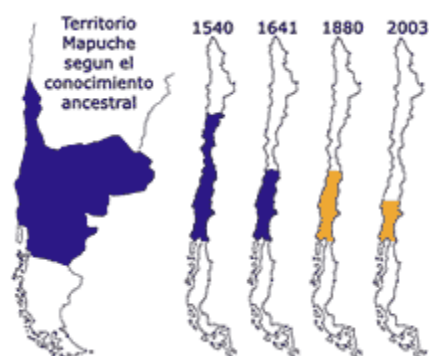


Figura 1: Transfiguración Territorial mapuche en Chile. **Fuente:** www.mapucheub.blogspot.com

Con la conformación del Estado-Nación chileno, deviene la transformación del territorio mapuche. Las tierras son penetradas por las milicias estatales, al mismo tiempo que al pueblo mapuche se le imponen leyes, normas e instituciones, transformando el territorio, mediante leyes de radicación de indígenas, entregas de Títulos de Merced, concepciones de latifundios, minifundios, entrega de títulos individuales a las comunidades mapuche e inversión nacional y extranjera en el territorio.

Si bien el surgimiento del Estado nación chileno es reciente dentro de la historia, no podemos olvidar que todo Estado se funda en una relación de dominación que tiene para sí el monopolio de la violencia. Ese monopolio el Estado chileno lo ha detentado históricamente frente a los mapuches trastocando su soberanía ante las legítimas reivindicaciones políticas y territoriales.

Las distintas leyes impuestas por el Estado chileno fueron transformado el territorio y afectando las relaciones socioculturales. La primera ley que afecta al territorio mapuche fue creada el 4 de diciembre de 1866, cuando el Congreso Nacional promulga la ley conocida como: radicación de indígenas. A ello se suman distintas leyes que apuestan tanto por la división de las comunidades como por el progreso

económico de las mismas. De esta forma, el Estado chileno buscó principalmente fomentar la producción regional en tierras mapuche. El proceso de reforma agraria es imperante en este empuje productivo, implementando leyes, normas e instituciones que representan los intereses y resguardos propios de un Estado.

El golpe cívico-militar, liderado por Augusto Pinochet (1973-1989), da término al gobierno socialista de Salvador Allende, e impone nuevas formas legales, como la Ley 5.568, que posibilita dividir e individualizar las tierras comunitarias, entregando al mapuche títulos de dominio individuales sobre sus tierras. Además de ejercer un fuerte control militar en las tierras del sur.

Se aprueba el Decreto Ley 701, el cual facilita la entrada de empresas nacionales y extranjeras al territorio. La modernización del territorio se vuelve compulsiva, el gobierno llevara a cabo el desarrollo de los mega proyectos de centrales hidroeléctricas⁴ y subsidiara a las empresas forestales⁵ principalmente para el monocultivo del pino insigne para madera y celulosa. Ellas están en el origen de los conflictos actuales o de lo que se ha llamado impropriamente “conflicto mapuche” y en el cual el Estado ha sido un árbitro parcial, aplicando la ley antiterrorista⁶.

El término de la dictadura y el retorno de la democracia, enfrentan al Estado y al pueblo mapuche en un nuevo escenario político-social, en el cual el pueblo mapuche busca a nivel nacional e internacional el reconocimiento como pueblo. Recuperación de sus tierras, autodeterminación y autonomía son las demandas que se presentan y se exigen a los gobiernos democráticos desde principios de los años 90's hasta la actualidad.

Los gobiernos de la Concertación de Partidos por la Democracia se preocuparon por mantener relaciones de integración participativa con el mapuche y otros pueblos originarios que habitan el país. Equiparando el problema territorial histórico mediante el uso de programas de desarrollo con identidad indígena. Siendo el tonificador de los gobiernos concertacionistas en temas de participación, diálogo e integración multicultural del pueblo mapuche.

La fuerte presión política del pueblo mapuche en temas pendientes con el Estado chileno, impulsa la aprobación de la Ley Indígena 19.253, la creación de la Corporación de Desarrollo Indígena (CONADI), la Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato para los Pueblos Indígenas y se comienza a ejercer presión para aprobar el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT). Además se comienzan a realizar innumerables tipos de acciones directas contra los gobiernos democráticos, enfrentándose a difíciles momentos en temas de Derechos Humanos y Territorio

⁴ Transnacional ENDESA.SA

⁵ Celulosa Arauco, Celulosa Constitución, Forestal Arauco, Infosa, Masisa y la Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (CMPC)

⁶ Esta ley data del 17 de mayo de 1984, reformada en 1991, por la Ley n° 19.027. Ha sido usada para justificar la represión en el sur. Es necesario acotar, que la ley por Conductas Terroristas se modificó también en 1994, agregando nuevos argumentos de represión jurídica (política) y en el año 2000 tuvo una re-modificación.

En la actualidad, bajo el segundo mandato del gobierno de Michelle Bachelet, las leyes y normas de orden y control del Estado en tierras mapuche no han variado en relación a los gobiernos anteriores. Se aplica la Ley Antiterrorista, se allanan las comunidades, se militariza el territorio, utilizando variados métodos de control y violencia desmedida. Defendiendo la inversión de capitales nacionales y extranjeros que han usurpado y explotado el territorio mapuche.

TRANSFORMACIÓN DEL TERRITORIO MAPUCHE DURANTE EL SIGLO XIX

Con la instalación definitiva del Estado chileno en tierras mapuche, se dio inicio a una nueva forma de relación política entre la descendencia española-europea y el pueblo mapuche. Los llamados patriotas se esforzaron principalmente en lo político, militar y legal, con la finalidad de integrar al mapuche a su nuevo proyecto de Estado-Nación. De acuerdo a lo señalado por Torres, “para ello implementó una normativa legal que desde la centralidad del país vino a disponer jurídicamente de sus tierras y a proyectar las instituciones nacionales, de diverso orden, en territorio mapuche” (2009, p. 42).

En los inicios de la Independencia, se manifestó la idea de integrar el territorio mapuche a la totalidad de la nación. Las sutilezas políticas en materia territorial legal e incluyente, se manifiestan a principios del siglo diecinueve mediante variados Decretos. En 1813, se dicta el Decreto nombrado Ley de Indios, que establece la vecindad entre distintos grupos humanos desde los españoles descendientes de los conquistadores hasta extranjeros y chilenos, permitiendo con esto la mezcla de los distintos vecinos que comenzaron a habitar y ocupar los espacios que correspondían a las antiguas familias mapuche-pikunche⁷.

En las discusiones al interior del parlamento, a principios del siglo XIX, relacionadas con la integración del territorio mapuche al territorio chileno, se encontraban presentes los intereses económicos que convulsionaban a la clase política que emergía. El poder jurídico en temas territoriales que asiente al gobierno de Ramón Freire, fijó una nueva Ley que dio continuidad a la Ley de Indios.

De esta forma, se facilitó la expansión de las haciendas y se protegió legalmente al hacendado permitiendo subastar las tierras mapuches del *pikunmapu*. Las tierras fueron vendidas a precios ínfimos. Esto, sumado los contratos simulados, significó la obtención de títulos de dominio fraudulentos.

En 1852, se dicta la ley que crea la Provincia de Arauco. Una vez aprobada la ley, se dio inicio a un nuevo sistema de dominación racional. Así, Cornelio Saavedra intendente en 1857, representando al presidente Montt, argumentaba la facilidad y ventajas del desplazamiento sobre las tierras de los mapuche del territorio ancestral, quienes lentamente comenzaron a transfigurar la pertenencia a la vida y su

⁷*Pikunmapu*: zona norte comprendida entre los valles centrales hasta el río Biobío, habitada por *pikun-ches*, que significa: gente del norte.

cosmovisión, siendo el *lof*, la propiedad colectiva por excelencia, la más afectada por las transformaciones territoriales que lograron ser concretadas a través del derecho y el poder político-militar.

En 1853, se limita por primera vez la libertad de vender o enajenar las tierras mapuches a sus propios dueños, los mapuches. Una nueva condición jurídica limita las decisiones de las autoridades ancestrales, como lo es el *Lonko*⁸.

Subrepticamente, el poder político comienza a ocupar el territorio, y con ello, se ampara bajo el poder legal del Estado. La emergente sociedad nacional, junto a antiguos oligarcas y burócratas, se reparten cargos institucionales (además de atribuciones políticas, jurídicas y militares), fundamentando su dominación en la integración nacional.

La colonización espontánea del territorio⁹ avanza sin derramar demasiada sangre, en tanto, el poder político- militar de la época, resguarda con brusquedad los intereses del Estado.

La ocupación territorial no estuvo exenta de la influencia económica internacional y de las transformaciones sociales de la época. La apertura de los mercados de Australia y California, permitió a la oligarquía chilena ser parte activa de las exportaciones de trigo al extranjero, incluyendo las tierras mapuches en este avance económico. Por tal razón, el Estado chileno invitó a ser parte del progreso económico nacional a extranjeros que se instalaron en tierras mapuches.

De este modo, al finalizar la década del cincuenta, se toma la decisión de ocupar el territorio mapuche, validado en la Ley del 2 de Julio de 1852 que crea la provincia de Arauco y sus respectivas subdivisiones administrativas. En 1861, el Coronel Cornelio Saavedra presenta su Plan de Ocupación de la Araucanía, basado en el avance de la frontera al río Malleco, la subdivisión y enajenación de terrenos del Estado entre los ríos Malleco y Biobío y en su colonización. (VIERA, 2010, p. 33).

En lo sucesivo, la Pacificación de la Araucanía fue un proyecto de Estado que apoyaba firmemente las constantes intervenciones militares en el territorio mapuche. El ejército chileno "tenía por objeto ocupar el suelo, medirlo y repartirlo, colonizar la Araucanía con colonos extranjeros, ampliar el territorio nacional (...). Un entusiasmo expansionista dominaba al gobierno central de Santiago, expresándose en el avance de su expedición hacia el Cautín" (BENGOA, 2000, p. 280).

Posterior a este proceso, se dictaron leyes que se enfocaron en la administración del territorio mapuche. La Ley de 1866, institucionaliza la usurpación territorial y la ley del 4 de diciembre de 1866 cambia el concepto de "territorio de indígenas" por el de "territorio de colonización".

En la ocupación del territorio mapuche el Estado impuso políticas que direccionaban principalmente a controlar, ordenar y, administrar las tierras ancestrales del pueblo mapuche quedando las

⁸Lonko: cabeza. Es la persona que lleva la conducción política de su comunidad.

⁹ A mediados de la década de 1850 se produce lo que se ha conocido como proceso de colonización espontánea, consiste en la llegada de una gran cantidad de chilenos que cruzan el Biobío -frontera mapuche- y que se van apropiando de las tierras quienes la mayor de las veces se hicieron de grandes extensiones territoriales en forma engañosa (CORREA, 2010)

tierras a libre disposición del Estado y ánimo jurídico representado por el protector de indígenas entre otros agentes que aportan al proceso de división y repartición de las tierras.

En 1883, se da inicio a la radicación de los indígenas mediante el proceso de radicación, iniciado con el trabajo de la Comisión Radicadora, propuesto por la ley de 1866. “Es un hecho que a partir del año 1884 se deslindan las tierras mapuche, más bien aquellas que la Comisión Radicadora calificó como tierras mapuche, y se entregan Títulos de Merced a sus habitantes” (CORREA, MELLA, 2010, p. 64).

los 45 años que duró el proceso de radicación concluyeron en la pérdida del 95% del territorio que habían mantenido independiente a los mapuche, esto es, 10 millones de hectáreas que con los títulos de merced se redujeron a 500, a un 5%. Las reducciones formadas fueron cerca de tres mil y se les entregó aproximadamente 6,1 hectáreas por persona (DURÁN, GONZÁLEZ y TELLO, 2007, p. 142).

CONTROL JURÍDICO ADMINISTRATIVO EN TIERRAS MAPUCHE DURANTE EL SIGLO XX

Los cambios políticos y socioculturales que debe resistir el pueblo mapuche a principios del siglo XX, causa de la ocupación de sus tierras ancestrales, unido a las anomalías jurídicas que se suscitaban en los juzgados de indios (a través de las instituciones estatales que permitían todo tipo de abusos con los mapuche, abusos en estrecha relación con la tenencia y permanencia en sus tierras), los impulsa a generar nuevos espacios de discusión a su realidad de pérdida territorial y con ello buscar alianzas políticas con el Estado de Chile, principalmente con partidos políticos. El 3 de julio de 1910, nace la primera organización mapuche post reducción llamada “Sociedad Caupolicán Defensora de la Araucanía”. Posterior a ello, los mapuches tienen representación política en el Estado a través del primer senador mapuche, Francisco Melivilu.

En lo civil, el Estado de Chile trabajó políticamente a la vieja usanza portaliana, permitiendo a los civiles consolidar guardias cívicas, basadas en principios de vigilancia y pulcredad racial. En esta línea, el comandante Hernán Trizano Avezana, apoyado por el ejército chileno, ejecutó variadas acciones de persecución hacia los mapuches, con el propósito de tutelar la seguridad de los nuevos colonos terratenientes instalados en la frontera. Un hecho que sin duda marca el nuevo siglo de movimiento social y político del pueblo mapuche es el robo, despojo territorial y la cruel marcación de Painemal¹⁰.

Luego de la repartición de las tierras entregadas mediante Títulos de Merced comienza un nuevo proceso legislativo el cual buscó individualizar a las comunidades reconocidas en dichos títulos. En 1927 se dicta una nueva ley, la Ley 4.169, que divide nuevamente las tierras. Esta ley crea un tribunal especial en Temuco con el objetivo principal de canalizar las demandas que puedan plantear los mapuches en la

¹⁰Indígena que fue marcado con fuego, lo que llegó a los oídos de la Sociedad Caupolicán Defensora de la Araucanía, que recién se había formado, realizando los reclamos respectivos.

división de sus tierras emanadas del reconocimiento del título de merced. Esta norma tiene por propósito acabar con la propiedad colectiva reemplazándola por un título de dominio individual de tierra que podía ser solicitado por cualquier mapuche que supiera leer y escribir. Para dar continuidad, solidez y orden al territorio, se modifica la Ley 4.169 por la ley 4.802. Esta ley posibilita la creación de cinco juzgados de indios, además de facultar al tribunal en la resolución de división de tierras aún en contra de la voluntad de los comuneros.

De acuerdo a lo señalado por Aylwin, "en 1931 se dicta el DFL N° 266 y el DS 4.111. En ellos se exige la aprobación de un tercio de los comuneros para proceder a la división, y se autoriza a los adjudicatarios una vez concluida la división para celebrar toda clase de contratos sobre sus hijuelas con el consentimiento del juez, el que debía limitarse a verificar que este fuese libre" (1995, p.28). Las tierras divididas entre "1931 y 1971 ascienden a 832, lo que corresponde al 28. 5 por ciento del total existente, dando origen a un total de 12.737 hijuelas de un promedio de 11.24 hectáreas cada una" (AYLWIN, 1995, p.30). La división de las tierras permitió la posesión territorial de particulares y latifundistas, obteniendo en algunos casos extensos paños de tierra que despojaba a los mapuches de sus tierras.

LA REFORMA AGRARIA

La Reforma Agraria chilena "se ubica en lo que se ha denominado reformas de segunda generación, caracterizadas por ser políticas de Estado cuyo origen no radica en revueltas campesinas o crisis rurales sociales (como fue la primera generación), sino en diseños de cambio estructural gestados desde el centro nacional y político" (TOLEDO, 2007, p. 30).

La Reforma Agraria es un proceso que busca modificar la tenencia de tierra donde los grandes latifundios ocupan grandes paños o extensiones territoriales, provocando con ello un lento y seguro genocidio del pueblo mapuche, "en 1955 casi un 80% de la superficie agrícola de Chile se encontraba en manos de grandes terratenientes. Esta concentración de la propiedad significaba que, aproximadamente, 1 millón 700 mil hectáreas de tierra estuvieran repartidas en unas 10 mil grandes explotaciones" (CORREA y MELLA, 2010, p. 72).

La Reforma Agraria que se desarrolló entre los años 1962-1973, tuvo por propósito solucionar la concentración de la tenencia de la tierra a través de dos cuerpos normativos: la Ley 15.020 de 1962 (promulgada por el entonces presidente Jorge Alessandri) y la Ley 16.640 de 1967 (promulgada por el entonces presidente Eduardo Frei). La primera Ley crea la Corporación de Reforma Agraria (CORA), institución responsable de expropiar paños o latifundios de tierra que se encuentren mal trabajados por sus dueños entre otras atribuciones. Esta ley buscó lograr la equidad entre el campesinado, el pueblo mapuche y los latifundistas instalados en las tierras ancestrales.

El periodo de Reforma Agraria del gobierno de Jorge Alessandri pasa a la historia política como la Reforma Macetero, donde la entrega de tierras a los mapuches fue mínima en comparación a sus antiguos espacios territoriales. La Ley 16.640 intensifica la expropiación de los predios agrícolas en manos de latifundistas. Esta ley “enfrenta la problemática de la reestructuración de la propiedad agrícola, incorporando la cabida de los predios como causal para proceder a su expropiación” (CORREA y MELLA, 2010, p. 81).

Mediante esta reforma, los gobiernos persiguen como objetivo principal un avance tecnológico del agro mediante instituciones canalizadoras¹¹ y contenedoras de las demandas territoriales del pueblo mapuche. En este contexto en octubre de 1970 “irrumpe el movimiento mapuche con un masivo proceso de recuperación de tierras, conocido como el cautinazo, que continuó hasta 1971, acelerando el proceso expropiatorio. Bajo esta presión la política nacional agraria debió incorporar la temática mapuche en su programa” (TOLEDO, 2006, p 32).

Aportan al avance de la Reforma Agraria tres nuevas leyes, la Ley 15.295 de 1963, aprobada durante el gobierno de Jorge Alessandri; la Ley 16.615 de 1967, aprobada durante el gobierno de Eduardo Frei; y la Ley 17.450, de 10 de julio de 1971, impulsada por Salvador Allende (CORREA, 2010, p. 86). En la búsqueda por acomodar las leyes y con ello acelerar la entrega de tierras a los mapuche se aprueba la ley N° 17.729 del año 1972, esta ley termina por un breve periodo con la política de división territorial en las comunidades, restringiendo las divisiones a través de una imposición jurídica que impide la división territorial, si la solicitud de la misma no se realiza de forma colectiva.

El gobierno de Salvador Allende se encontraba en mejores condiciones jurídicas para realizar cambios importantes en materia territorial mapuche. Por primera vez se dispone de un lenguaje jurídico que incorpora la calidad de indígenas señalando la “defensa de la integridad y ampliación de asegurar la dirección democrática de las comunidades, amenazadas por la usurpación, y que al pueblo mapuche y demás indígenas se les asegure tierra suficiente y asistencia técnica y crediticias apropiadas” (CORREA, MOLINA y YÁÑEZ, 2005, p. 137). Es en el gobierno de Salvador Allende donde se restituyen la mayor cantidad de tierras usurpadas a las comunidades: "entre noviembre de 1970 y septiembre de 1973 se expropiaron en la Araucanía 574 fundos, con una superficie de 636.288,3 hás., de los cuales 138 predios fueron expropiados a favor de comunidades mapuche, con una superficie de 132.115,78 hás., físicas" (VIERA, 2010, p. 40).

La acción jurídica de impedir el proceso divisorio de las tierras unido al contexto de agitación social y la avidez de los mapuches por recuperar sus tierras por años ocupadas asustan a los terratenientes que apuestan por apoyar el golpe militar con el interés de obtener nuevamente las tierras mapuche otrora usurpadas por militares en unión con el gobierno chileno.

¹¹ La Corporación de Reforma Agraria (CORA), el Banco del Estado, Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP) y el Servicio Agrícola Ganadero (SAG)

La Junta Militar una vez instalada en el poder del Estado dio inicio a un nuevo proceso en materia territorial nombrado como Regularización de la Tenencia de las Tierras. Los militares al igual que en la pacificación de la Araucanía buscan principalmente devolver y acomodar en tierras mapuche a latifundistas quienes habían perdido sus tierras durante el periodo de la Reforma Agraria. Tres son principalmente los cambios estructurales que se presentan: "Parcelación o subdivisión de los asentamientos (...) devolución de los predios a los antiguos propietarios (...) remate de las tierras de aptitud forestal, las que fueron rematadas a bajo precio a grandes conglomerados económicos" (CORREA, MOLINA y YÁÑEZ, 2005, p. 247). En este mismo sentido, Araya (2003, p. 2) señala que "en 1974 se dictó el decreto Ley 701, que modifica la Ley de Bosques 4.363 del año 1931. Este es el inicio de una nueva intervención estatal pero que ahora privilegiaba a un sector de la población. Entre 1974 y fines de esa década el Estado traspasó a privados las 6 empresas del área: plantaciones y plantas de celulosa".

La dictadura cívico-militar liderada por Augusto Pinochet termina violentamente con la reforma agraria, las organizaciones sociales, sindicales y campesinas que demandaban soluciones territoriales, se elimina la CORA y se crea la Oficina de Normalización Agraria (ODENA). El Estado impone a través del tiempo su modelo económico de impronta capitalista, lo que permite a la dictadura aplicar nuevas formas legales que facilitaron la usurpación y con ello eliminar jurídicamente a los mapuches como pueblo¹².

Así como O'Higgins incluyó en el cuerpo legal a los mapuches, Pinochet los borró (...). La dictadura militar se propone "terminar con el problema indígena" y con ese fin niega y saca de jurisdicción la calidad de "tierras indígenas" y de su gente: "dejarán de ser tierras indígenas e indígenas sus habitantes. (DURAN, GONZÁLEZ y TELLO, 2007, p. 145).

La Ley 2.568 posibilita continuar con la política indígena de división de tierras iniciada años anteriores entregando a los mapuches títulos de dominio individuales sobre sus tierras, además de ejercer un fuerte control militar en tierras mapuche. En 1974, se promulga el DL 701, el cual facilita la explotación de las tierras y el enriquecimiento de pocas familias en desmedro socio-territorial del pueblo mapuche.

Las dos principales empresas forestales, relacionadas con las familias, Angelini y Matte, tienen un patrimonio muy superior al de todas las comunidades mapuche, que se estima que no alcanza al millón de has. Solo en Chile, el grupo Arauco, controlado por la familia Angelini, con inversiones también en Argentina y Uruguay, tiene un patrimonio de un millón de has., de las cuales más de 600.000 has se encuentran plantadas con pinos y eucaliptus. CMPC, el otro grande forestal chileno controlado por la familia Matte, con inversiones en Argentina, Perú, Uruguay, supera las 500.000 has que explota a través de su filial Forestal Mininco (AYLWIN y YÁÑEZ, 2007, p. 288).

¹² El decreto ley 2.568 en su redacción original, además de dividir las tierras indígenas, persiguió eliminar todo reconocimiento a la existencia de este pueblo, al disponer en su artículo primero que a contar de la fecha de inscripción en el Conservador de Bienes Raíces, "las hijuelas resultantes de la división de las reservas dejaran de considerarse indígenas e indígenas sus dueños y adjudicatarios" (AYLWIN, 1995, p. 33).

EL CONFLICTO TERRITORIAL MAPUCHE DURANTE EL SIGLO XXI

El término de la dictadura y el retorno de la democracia enfrentan al Estado y a una parte del pueblo mapuche en un nuevo escenario social y político de constante confrontación por la recuperación del territorio ancestral mapuche. La preocupación integral del Estado chileno por encaminar las demandas y problemáticas mapuches arroja la creación de una nueva Ley Indígena 19.253 y la Corporación de Desarrollo Indígena (CONADI) a ello se suman las buenas intenciones de mermar en cierta medida los abusos cometidos por los distintos gobiernos de Chile a lo largo de su historia republicana.

En 1990, el candidato de la Concertación, Patricio Aylwin, llega a la presidencia del Estado de Chile, materializando los Acuerdos de Nueva Imperial en la creación de la Comisión Especial de los Pueblos Indígenas, CEPI, organismo encargado de identificar y atender las demandas y reivindicaciones planteadas por los pueblos indígenas. Estas demandas se centran básicamente en la problemática de la tierra y su proyección como territorialidad, exigiendo el reconocimiento constitucional de la categoría de pueblos (VIERA, 2010, p. 45).

El Acuerdo de Nueva Imperial del gobierno de Patricio Aylwin pretendía unificar las voces del movimiento mapuche que demandaban principalmente un reconocimiento constitucional al Estado de Chile. El 5 de octubre de 1993, el Estado chileno decreta en el parlamento la Ley Indígena N° 19.253 sobre Protección, Fomento y Desarrollo a través de esta ley, "el Estado reconoce que los indígenas de Chile son los descendientes de las agrupaciones humanas que existen en el territorio nacional desde tiempos precolombinos, que conservan manifestaciones étnicas y culturales propias siendo para ellos la tierra el fundamento principal de su existencia y cultura" (Ley Indígena 19.253, 1993).

Como consecuencia de lo nefasto que resultó la Ley Indígena en el gobierno de Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), estalla lo que actualmente se conoce como "conflicto mapuche". Un caso emblemático de resistencia al atropello hacia la naturaleza propia del capitalismo es la oposición de las hermanas Berta y Nicolasa Quintremán a la construcción de la Central Hidroeléctrica ENDESA en la localidad de Ralco, Alto Bio-bio. Ante este y otros acontecimientos de violencia, el Estado frena las demandas territoriales mapuche, imponiendo la Ley de Seguridad Interior del Estado y criminalizando las demandas territoriales mapuche.

En el gobierno de Ricardo Lagos (2000-2006) se contrata a un grupo multidisciplinario de profesionales, dirigentes sociales y representante de distintos pueblos, y se les invita a trabajar en la preparación de un informe que permita conocer la visión de nuestros pueblos indígenas realizada por la Comisión de verdad histórica y Nuevo Trato (CVHNT), creada por el Presidente de la República, a través del Decreto Supremo N° 19 del 18 de enero del año 2001.

Para ello, se plantearon objetivos específicos relacionados principalmente con la relación histórica entre el Estado y los pueblos originarios que conforman el territorio nacional.

La comisión propone y recomienda al Estado de Chile en materia territorial un cambio conceptual y con ello la modificación de la Ley Indígena 19.253, que se refiere a las tierras de los antepasados, utilizando el concepto de “Área de Desarrollo Indígena”. La Comisión recomienda determinar dichos espacios utilizando un nuevo concepto y con ello una nueva interpretación jurídica y social de las tierras. Para determinar las tierras ancestrales propone el nombramiento de “territorios de Indígenas”, considerando para ello las concepciones territoriales de los antepasados, como lo son el *lof*, *rewē*, *ayllarewe*, *butalmapu* y *wallmapu*.

Al pronunciarse sobre la problemática de tierras, la Comisión recomienda que

Tratándose de tierras reclamadas como ancestrales por los indígenas y que estén en la actualidad en poder del Estado, la Comisión recomienda el traspaso de dichas tierras a comunidades por parte del Estado. Se recomienda que en estos casos la transferencia sea realizada en dominio pero que la titularidad de la propiedad se defina de conformidad a las reglas del derecho propio indígena (ICVHNT, 2003)

Es por ello que en temas territoriales, el primer gobierno de Michelle Bachelet, se compromete en su programa de política indígena denominada ‘Re-conocer: Pacto Social por la Multiculturalidad’ a aumentar el presupuesto¹³. No obstante, “las políticas de reconocimiento (son) limitadas y reducidas a un nuevo indigenismo o multiculturalismo neoliberal” (AYLWIN y YÁÑEZ, 2007, p. 16), en donde lo multicultural queda reducido a las políticas públicas y con ello a la disposición económica de los bancos internacionales, y

al reconocimiento que se desprende del etnicismo esencialista o del multiculturalismo liberal, que centra la atención del problema de la relación entre distintas culturas en la discriminación y exclusión, relegando a un plano inferior los factores de explotación y desigualdad (...). De esta forma, el multiculturalismo convierte la desigualdad en diferencia, ignorando la posición de estas diferencias dentro de la jerarquía del orden mundial, bajo el concepto de tolerancia, lo que asociaría las políticas de identidad a políticas de hegemonía o de coalición. (VIERA, 2010, p. 55).

Ante el nefasto escenario político de todos los gobiernos de la Concertación, desde Patricio Aylwin hasta Michelle Bachelet, y pasando por el gobierno de Sebastián Piñera, se continúa ejerciendo al igual que en dictadura un terrorismo de Estado¹⁴ hacia las comunidades mapuches en general, criminalizando la protesta social que se enmarca en la recuperación de sus tierras, usurpadas por el Estado, por latifundistas y empresas forestales.

¹³ Entre el 2006 y 2007, solo en compra y subsidio de tierras indígenas, se han restituido alrededor de 23 hectáreas, beneficiando a un total de 2.200 familias. Para el 2008 el Fondo de Tierras y Aguas contara con un presupuesto total de MM\$ 19.555.443 serán sólo para compra de tierras.

¹⁴ Se entiende por “terror un tipo específico de régimen, o mejor dicho un instrumento de emergencia a que recurre un gobierno para mantenerse en el poder (...) Maquiavelo señalaba que para “controlar el estado” (o sea para conservar el poder) era necesario periódicamente “provocar el terror y el miedo que se había producido en el momento de tomar el poder” (BOBBIO, MATTEUCCI y PASQUINO, 2000, p. 1567).

Estas acciones de los partidos social-demócratas coartan y someten al pueblo mapuche, impidiendo con ello el ejercicio de su autonomía político-territorial. El Estado aplica su poder jurídico a través de la Ley Seguridad Interior del Estado 12.927, aplicada en el gobierno de Eduardo Frei, y la Ley Antiterrorista 18.314 (aplicada en los gobiernos socialistas de Ricardo Lagos y Michelle Bachelet). A ello se suma la ‘Operación Paciencia’¹⁵, que se llevaba a cabo en el sur de Chile y que focalizaba sus esfuerzos militares en la persecución de mapuches que resistían a la pérdida de sus tierras y al robo sus recursos naturales. En este contexto, la violencia y la imposición de la Ley Antiterrorista serán los principales ejes de la represión frente la lucha por la recuperación territorial.

A través de la Ley Indígena 19.253, se da continuidad a lo ya establecido legalmente por propio Estado chileno: en un primer momento a través de los Títulos de Merced, luego las concesiones gratuitas de dominio, y otras formas jurídicas que el Estado ha utilizado para ceder, regularizar, entregar o asignar tierras al mapuche. La ocupación ancestral de las tierras y el reconocimiento, autonomía y libre determinación, quedan sujetas una vez más al orden normalizador y administrativo del Estado.

En su artículo N° 12, la Ley Indígena establece respecto del territorio ancestral que: “son tierras indígenas: aquellas que históricamente han ocupado y poseen las personas o comunidades mapuche (...) siempre que sus derechos sean inscritos en el Registro de Tierras Indígenas que crea esta ley, a solicitud de las respectivas comunidades o indígenas titulares de la propiedad”. (Ley Indígena 19.253, 1993, p. 11). En este mismo sentido, Aylwin y Yáñez, señalan que

en lo que concierne a la protección y restitución de tierras, los logros han sido limitados por la falta de recursos, la especulación que elevó el precio de la tierra y la falta de voluntad política. Al mismo tiempo el gobierno impulsó proyectos de inversión en tierras indígenas o reclamadas por indígenas sin consultar a los indígenas afectados y sin considerar mecanismos de compensación. (AYLWIN y YÁÑEZ, 2007, p. 17).

En la actualidad, la lucha por la recuperación del territorio tiene como principal enemigo a las empresas forestales, quienes cuentan con el resguardo policial de Estado chileno. Agudizando aun mas las contradicciones políticas entre la nación mapuche en resistencia y el Estado chileno.

A MODO DE CONCLUSIÓN

Sorprende que en la actualidad aún existan mapuches valientes que se enfrentan directamente con policías armados y resistan loablemente la violencia en sus comunidades. Es cotidiano que se instalen

¹⁵El hombre responsable de la Operación Paciencia es el Ministro Subsecretario de Gobierno Jorge Correa Sutil, durante el gobierno de Ricardo Lagos, llevando a cabo en diciembre de 2002 detenciones masivas en contra de dirigentes y comuneros mapuche de las comunas de Arauco, Malleco y Cautín, luego de una sigilosa operación de inteligencia destinada a la desarticulación del movimiento mapuche “y cuyo nombre parece sacado de los más oscuros archivos de la dictadura: Operación Paciencia” (CORREA y MELLA, 2010, p. 245).

tanquetas, micros y camionetas de Carabineros, armados día y noche. Adicionalmente, llegan cientos de agentes de fuerzas especiales del GOPE, DIPOLCAR y PDI a la zona. Incrementando la militarización en la zona de la Araucanía y con ello la represión a los mapuche del sector. Se allana y golpea a las familias mapuches que resisten al genocidio del Estado policial

Estado que ha buscado históricamente individualizar las tierras, generando conflictos internos en las comunidades, desunión de los comuneros, separación de las familias, disgregación de la comunidad y pérdida cultural. Actualmente a través de sus políticas de integración, el Estado evita revitalizar la fuerza política del pueblo mapuche.

Las recuperaciones territoriales se han llevado a cabo en distintas partes del territorio mapuche y en distintas etapas de la historia después de la conquista española y hasta el día de hoy. La resistencia marcada por la autodeterminación es diaria. Por lo cual resulta complejo concluir un proceso de lucha territorial que aún no termina y que está presente en todo el sur de Chile en diferentes *lof* del *Wallmapu*.

MARICHIWEU

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAYA, J. Efectos de la actividad forestal en la población indígena mapuche. *La invasión de las plantaciones forestales en Chile*. Santiago: Observatorio Latinoamericano de conflictos ambientales. 2003.
- AYLWIN, J. *Pentukun*, N° 4. , Antecedentes históricos legislativos. Temuco: Universidad de la Frontera, septiembre, 1995.
- AYLWIN, J. YÁÑEZ, N. *El gobierno de Lagos, los Pueblos Indígenas y el "Nuevo Trato"* Santiago: LOM, 2007.
- BENGOA, J. *Historia del pueblo mapuche siglo XIX y XX*. Santiago, Chile: Editorial Lom, 2000.
- BOBBIO, N. MATTEUCCI, PASQUINO, G. *Diccionario de Política*. México: Siglo XXI S.A, 2000.
- CENTRO MAPUCHE DE DERECHOS HUMANOS. 1999. *Informe de los hechos ocurridos en la provincia de Arauco, comunas de Cañete, Contulmo y Tirúa*. Disponible en: <http://es.groups.yahoo.com/group/red-biobio/message/353>. Extraído el 12 de noviembre 2012.
- CRESTA, M. *Estudio positivo del concepto del derecho. Los Indígenas ante nuestra legislación*. Chile: Blanco y Negro, 1921.
- CORREA, M. *Tierras mapuches del Lleu Lleu y las comunidades de Choque: Informe pericial histórico territorial*. 2010. Disponible en: http://www.observatorio.cl/sites/default/files/biblioteca/el_territorio_mapuche_del_lleu_lleu_y_las_comunidades_de_choque.pdf. Acceso el: 6 de agosto, 2013.
- CORREA, M. MELLA, E. *La razones del Illkun/ enojo Memoria despojo y criminalización en el territorio mapuche de Malleco*. Santiago de Chile: Lom, 2010.
- CORREA, M. MOLINA, R. YÁÑEZ, N. *La Reforma Agraria y las Tierras Mapuches Chile 1962-1975*. Santiago: LOM, 2005.
- DURÁN, C. GONZÁLEZ, C. TELLO, A. La comunidad mapuche: colonización jurídica legal y resistencia del estar en común. *A Contra Corriente*. Concepción: Universidad de Concepción, Chile, 137-155, 2007. Disponible en: http://www.ncsu.edu/acontracorriente/spring_07/GonzalezDuranTello.pdf. Acceso el 27 de Noviembre 2012.
- FOERSTER, R. *¿Pactos de sumisión o actos de rebelión? Una aproximación histórica y antropológica a los mapuches de la costa de Arauco, Chile*. Tesis doctorado Universidad de Leiden. Holanda: Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, 2004.
- GOBIERNO DE CHILE. *Informe de la Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos indígenas*. 2003. Disponible en: http://biblioteca.serindigena.org/libros_digitales/cvhynt/v_i/2p/v1_sp_recomendaciones-3_.html. Acceso: 5 de abril, 2016.

- GOBIERNO DE CHILE. *Ley Indígena 19.253*. 1993. Disponible en: <http://www.mapuche.info/indgen/ley-1.html>. Acceso: 5 de abril, 2016.
- GOBIERNO DE CHILE. *Ley de Reforma Agraria 16.640*. Edición Oficial N° 26.804 de fecha 28 de julio de 1967. Editorial Jurídica de Chile.
- TOLEDO, V. *Pueblo Mapuche Derechos Colectivos y Territorio: Desafíos para la sustentabilidad democrática*. Santiago de Chile: LOM ediciones, 2006.
- TOLEDO, V. La memoria de las tierras antiguas tocando a las puertas del derecho político de la memoria mapuche en la transición chilena. En: *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*. N° 1. 2007. Disponible en: http://www.politicaspUBLICAS.net/docs/2007_politicas_de_la_memoria_mapuche.pdf Acceso el 12 de enero de 2012.
- TORRES, S. *Expansionismo jurídico en tierras mapuche. La creación de la provincia de Arauco y sus efectos criminológicos- penales*. 2009. Disponible en: <http://mingaonline.uach.cl/pdf/racs/n17/art03.pdf> Acceso el 11 de Noviembre, 2012.
- VIERA, P. *Los procesos de redefinición del territorio mapuche. Las políticas del Estado de Chile y los instrumentos jurídicos nacionales e internacionales, periodo 1990-2010*. Tesis de Magíster en Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional de General San Martín. Buenos Aires, Argentina, 2010.

Recebido em:28/07/2016
Aprovado em:14/09/2016
Publicado em:15/10/2016

A FAZENDA CAMAPUÃ
THE FARM CAMAPUÃ

Paulo Marcos Esselin

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



A Fazenda Camapuã

Paulo Marcos Esselin¹

Resumo: A Fazenda Camapuã constituiu-se no primeiro núcleo português permanente de Mato Grosso do Sul, tornando-se frente de povoamento extremamente importante em uma colônia em que as fronteiras eram móveis e provisórias. Entreposto de abastecimento aos monçoeiros que se dirigiam às minas de ouro de Cuiabá, com produção regular de gêneros agrícolas e de animais para abate, também cumpriu papel importante dentro da política de expansão portuguesa no sentido de reforçar a submissão e exploração dos povos autóctones, sobretudo os caiapós, legítimos habitantes destes territórios.

Palavras-chave: Fronteira, Colonização, Índios, Ocupação, Violência.

Abstract: The Farm Camapuã constituted the first permanent Portuguese core of Mato Grosso do Sul, became front line of settlements and extremely important for a colony whose borders were transitory and moving. As a supplier for monçoeiros who addressed to the Gold mines in Cuiabá, and producer of agricultural genres and slaughter animals, also played an important role in the Portuguese expansion policy in order to reinforce the submission and exploitation of the native people, especially the Caiapós people, legitimate inhabitants of those territories.

Keywords: Border, Colonization, Indians, Occupancy, Violence.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem a pretensão de apresentar uma contribuição para o debate sobre o tema Fronteira, que tem sido objeto de muita atenção por parte dos pesquisadores do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, porém ainda não suficientemente estudado. E, com essa contribuição resgatar a importância da Fazenda Camapuã no processo de colonização de Mato Grosso.

Esse trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa que se preocupou em buscar nas fontes primárias, os relatos daqueles que testemunharam ou foram protagonistas do processo de ocupação de Mato Grosso, o papel desempenhado pela Fazenda Camapuã como instrumento de ampliação do território Português no Brasil e de submissão e exploração dos povos autóctones, sobretudo os Caiapós, tradicionais habitantes do território.

Prioritariamente, foi realizada uma leitura da extensa documentação colhida nas obras organizadas por Afonso Taunay, os Relatos Sertanistas e os Relatos Monçoeiros, que contêm o relato do deslocamento do capitão-general da Capitania de São Paulo Rodrigo Moreira César Menezes para as minas do Cuiabá recentemente descobertas; os diários de viagem do primeiro capitão-general da província de

¹ Doutor em História (Sociedades Ibéricas e Americana) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; com estágio de pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Email: paulo.esselin@gmail.com

Mato Grosso Antonio Rolim Moura Tavares; o Diário de Navegação do Rio Tietê, Rio Grande, Rio Paraná e Rio Guatemi de Teotonio José Juzarte; os diários de Lacerda e Almeida, onde estão reunidas as narrativas de testemunhas oculares dos acontecimentos a que nos reportamos.

Da mesma forma, foram fontes de pesquisa os diários do Barão Georg Heinrich Von Langsdorff e os relatos de Augusto Leverger, viajantes estrangeiros que juntos percorreram o Mato Grosso e forneceram importante material de informação e pesquisa para os historiadores. Essa expedição organizada pelo Cônsul Geral da Rússia no Brasil, o Sr. Langsdorff, foi financiada pelo Czar Alexander I, e tinha como objetivo estudar detidamente regiões brasileiras pouco conhecidas na Europa.

Todo esse acervo até os dias de hoje pouco conhecido e estudado, permitiu reconstruir a vida material daqueles que enfrentaram territórios quase desconhecidos e habitados por povos que deles nada se sabia. Com os testemunhos dos contemporâneos foi possível reconstituir as condições de vida dos habitantes da Fazenda Camapuã, seus comportamentos, valores morais e éticos, bem como as relações sociais que desenvolveram com os povos autóctones. Os objetivos da colonização, o papel desempenhado pela Fazenda Camapuã como pólo pioneiro, as expectativas dos colonizadores, os conflitos com os povos indígenas e o clima desconhecido que tiveram que enfrentar.

Embora tenha sido uma obra de iniciativa privada, a Fazenda Camapuã foi estrategicamente fundada no ponto de ligação entre as bacias do Rio Paraná e Paraguai e exatamente na metade do caminho entre Itu e Cuiabá. Tornou-se o caminho mais rápido e, relativamente, o mais confortável e seguro que ligava a capitania de São Paulo à de Mato Grosso e hospedou em pouco mais de um século os principais sertanistas que se dirigiam às minas do Cuiabá, as principais autoridades da Coroa Portuguesa e uma importante expedição científica.

OS BANDEIRANTES PAULISTAS E A DESCOBERTA DE OURO EM CUIABÁ

Desde o começo do século XVIII, os portugueses, após sucessivas vitórias sobre os polos de colonização espanhola no Pantanal sul-mato-grossense, começaram a se dirigir a regiões localizadas a oeste do meridiano de Tordesilhas, subindo o rio Paraguai, entrando no São Lourenço e seguindo pelo Cuiabá, onde encontraram grande contingente de naturais, que, feitos prisioneiros, eram levados a São Paulo na condição de escravos.

A contínua penetração dos sertanistas paulistas em direção ao sul e ao oeste, rumo às fronteiras castelhanas em busca de índios de trabalho, levou aos significativos descobrimentos das minas de ouro de aluvião, minério abundante na região do Cuiabá, o que atraiu milhares de paulistas.

A coroa portuguesa imediatamente tratou de garantir a posse daqueles territórios que, pelo Tratado de Tordesilhas, não lhe pertenciam, afastando os castelhanos das novas descobertas e

submetendo violentamente os povos naturais. Desde o anúncio das primeiras descobertas, foram organizadas as expedições fluviais que ficaram conhecidas como monções e que, da segunda década do século XVIII à primeira metade do século XIX, mantiveram as comunicações entre a capitania de São Paulo e Mato Grosso, passando a transportar o ouro, levar suprimentos aos mineiros e contribuir para o povoamento daqueles territórios, dando ao governo metropolitano o controle da exploração das novas descobertas.

Desenvolveu-se a partir de então o bandeirantismo de povoamento ou de comércio, conhecido como monções:

A história das monções do Cuiabá é de certa forma um prolongamento da história das bandeiras paulistas em sua expansão para o Brasil Central. Desde 1622 numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Paranaíba, Sorocaba, Itu, trilharam constantemente terras hoje mato-grossenses, preando índios ou assolando povoações castelhanas. (HOLLANDA, 1990, p. 43)

As bandeiras paulistas preadoras de índios foram substituídas pelas monções, que se especializaram na atividade comercial visando ao abastecimento do recém-fundado arraial do Cuiabá. A chegada de grandes contingentes humanos tornou a vida de todos eles muito difícil. Como conseguir manter-se em uma região tão distante da costa, que não tinha produção organizada e na qual faltava tudo, até mesmo instrumentos para a mineração?

Ao contrário das bandeiras do século XVII, as monções utilizavam basicamente a navegação fluvial, transportando do porto de Santos tudo aquilo que os garimpeiros não conseguiam produzir para sua manutenção naqueles territórios. As viagens eram muito perigosas e cheias de obstáculos; o percurso era longo, tomando cerca de cinco meses; as embarcações eram construídas de troncos de árvores – técnica indígena. Navegavam cerca de 648 léguas, 113 das quais constituíam obstáculos nada desprezíveis, que incluíam, quando necessário, deixar o rio e passar por terra arrastando as canoas, contornando as cachoeiras do Tietê, do Pardo, do Coxim e do Taquari, o que demandava enorme tempo e trabalho (ALMEIDA, 1951).

No percurso de São Paulo a Cuiabá, os paulistas seguiam quatro roteiros diferentes, cuja primeira parte era comum: de Araritaguabá (Porto Feliz), desciam o Tietê até o rio Paraná, em que prosseguiam a jusante. A partir daí, decidiam-se por um dos possíveis roteiros, com o primeiro dos quais subiam o rio Ivinhema até suas cabeceiras, entrando no rio Brilhante, onde navegavam até um porto chamado Santa Rosa ou Sete Voltas, no qual deixavam suas canoas e caminhavam por terra até as cabeceiras do Nioaque ou Urumbeva, onde faziam novas embarcações e, descendo o Nioaque, entravam no rio Miranda e, deste, passavam ao Paraguai, atingindo o São Lourenço, dali chegando até as minas do Cuiabá. O segundo roteiro se fazia pelo rio Verde, o qual subiam até o salto, onde deixavam as canoas e tomavam por terra um caminho de cerca de 25 dias até o porto do rio Piquiri, cortando a seguir os rios Correntes, Itiquira e São

Lourenço até alcançarem o Cuiabá. O terceiro consistia em subir o rio Pardo, adentrar o Anhandui até o Aquidauana, prosseguir deste ao Miranda e, dali, ao rio Paraguai, onde navegavam até o Cuiabá, pelo qual chegavam à cidade homônima. O quarto era balizado pela subida até os campos de Camapuã. Num curto varadouro², atingiam o rio Camapuã, que os levava ao Coxim, o qual desciam até o Taquari, continuando então pelo roteiro comum até a região central (SODRÉ, 1941).

O roteiro mais utilizado pelos paulistas passou a ser o último, a partir da fundação de um estabelecimento fixo na paragem de Camapuã, em 1725, onde se organizaram as primeiras roças. A descoberta de ouro no extremo oeste do Brasil ficou indelevelmente ligada à rota das monções quando a fazenda Camapuã se constituiu em um sítio de abastecimento aos viajantes que se deslocavam até as minas de Cuiabá.

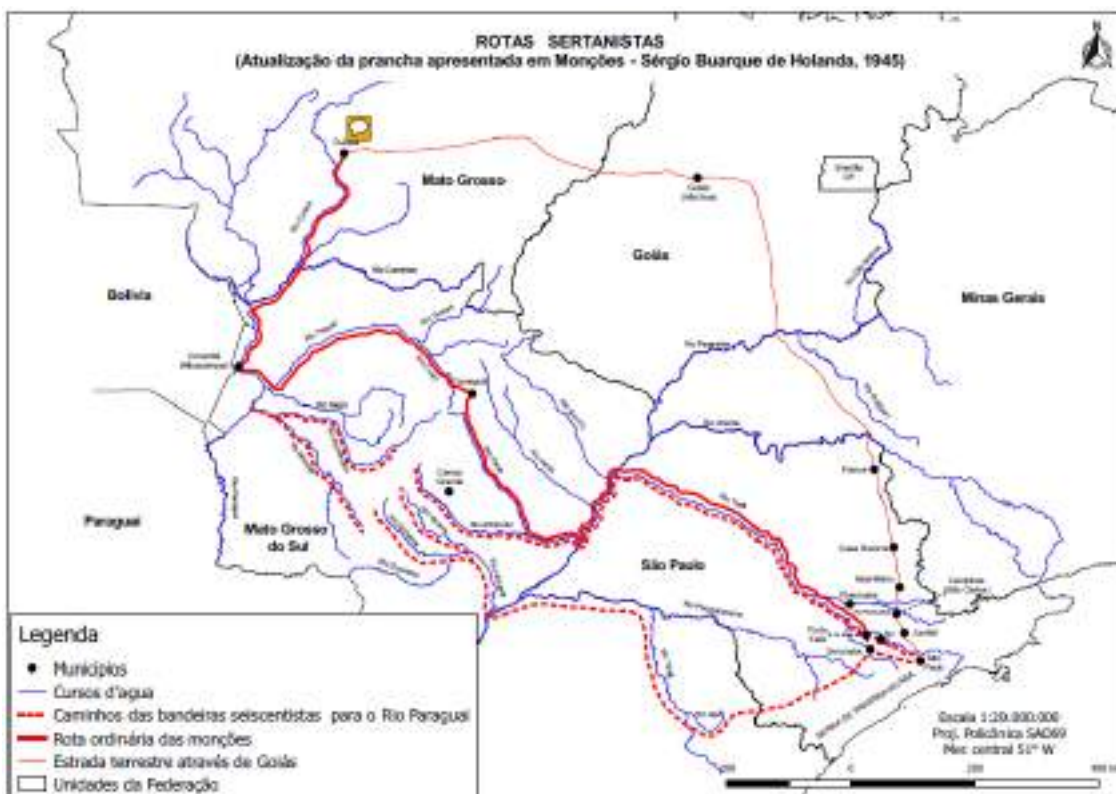


Figura 1: Mapa das rotas sertanistas com o roteiro mais utilizado pelos paulistas que se refaziam da longa viagem no Sítio de Camapuã.

A FAZENDA CAMAPUÃ

Foi de iniciativa dos irmãos João e Lourenço Leme a abertura dessa fazenda, a meio caminho entre afluentes do Pardo e do Taquari, desviando a rota das bandeiras e entradas para a região mais ao norte dos pontos habitualmente percorridos pelos paiaçuás. Acusados os irmãos, no entanto, da autoria de

² *Varadouros* são trechos de terra que permitem o transporte das embarcações para se alcançar outro rio navegável. Pelos varadouros, as cargas e canoas eram carregadas nas costas dos escravos negros ou em carretas.

crimes bárbaros, e executados em punição destes, foram seus bens confiscados, sendo a Fazenda Camapuã concedida em 1727 como sesmaria pelo governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo C. de Menezes, ao lusitano Luís Rodrigues Vilares (ALMEIDA, 1951).

A fazenda foi fundada na década de 1720, quando os irmãos Leme descobriram o varadouro que diminuía a distância entre São Paulo e as minas do Cuiabá e passaram a utilizar aquele sítio para reabastecer repassantes e navegantes. Em 1726, aportou ali o governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Moreira César de Menezes, que se deslocava a Cuiabá cumprindo ordens reais com o objetivo de regularizar a cobrança de impostos e organizar a administração pública em favor da metrópole portuguesa. A monção era composta de “308 canoas e chegou ao destino final Cuiabá com 3 000 mil pessoas; muitos faleceram afogados e várias canoas foram perdidas devido às muitas cachoeiras e à correnteza dos rios” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 241).

O governador deixou importante relato sobre sua viagem e sua passagem pela fazenda Camapuã: trata-se da Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá, o Exmo. Sr. Rodrigo Moreira César de Menezes, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas.

Em Camapuã, o governador paulista afirmou que aquele sítio era “a linha de sua viagem: morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo” (TAUNAY, 2012, p. 229), o que denota as dificuldades enfrentadas e a baixa moral vigente, tanto nele quanto nos que o acompanhavam. Nas três semanas que passou em Camapuã, aproveitou para reabastecer sua expedição, adquiriu “o alqueire de mantimento a nove oitavas de ouro, feijão a 16, galinhas a 3. E houve mineiro que pagou a arroba de toucinho a 32 oitavas, o frasco de aguardente a 15” (TAUNAY, 2012, p. 230).

Outro ilustre hóspede que passou alguns dias em Camapuã foi Francisco José de Lacerda e Almeida, astrônomo da comissão de demarcação dos limites, que se referiu ao local como aprazível:

Neste chapadão, por onde se veem dispersas algumas colinas, estão as vertentes de alguns rios, que deságuam no Paraguai, Rio Grande ou Paraná, os quais têm um declive tão grande que me admirou, pois nunca pensei subir ou descer por uma ladeira de águas. O ar é temperado e puro, tão alegre e ameno aquele terreno todo que, depois que saí de Portugal, não vi nem nas capitanias do Pará e Rio Negro, nem na de Mato Grosso, coisa que se possa lhe comparar. Renasceu em mim toda alegria, que um país aprazível pode causar, e que tinha perdido vivendo por oito anos em um sertão (assim o posso dizer) cheio de matos altíssimos, ásperos, e de algum campo pela maior parte inundado e pestífero. (LACERDA E ALMEIDA, 1944, p. 80)

Outro hóspede de não menor importância que a Fazenda Camapuã recebeu em pleno século XIX foi Hercules Florence, membro de uma expedição científica organizada pelo cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, o Barão George Heinrich Von Langsdorff. Por 43 dias a expedição permaneceu em Camapuã e ofereceu significativa contribuição para que se pudesse melhor conhecer aquele núcleo populacional tão importante da história de Mato Grosso do Sul.

Aos olhos de Florence (1977), o sítio pareceu agradável, cercado que era por montanhas e contando com terras de alta fertilidade, rodeado de bosques, cerrados, vales e chapadas. Tratava-se de uma grande área em que os viajantes podiam refazer-se do longo percurso navegado e reabastecer-se com feijão, milho, galinhas, toucinho, tecidos, carne fresca de vaca e de porco, farinha de milho, arroz e aguardente de cana de açúcar. Além disso, contava com boas acomodações para atender aqueles que se deslocavam para a região das minas ou retornavam a São Paulo.

Os monçoeiros subiam o rio Pardo até o altiplano da serra de Maracaju – onde uma faixa de terras separa as cabeceiras dos rios Sanguessuga³ e Camapuã – e atravessavam esse trecho geralmente a pé. O nominado varadouro Camapuã tinha 6 820 braças de extensão, ou seja, duas léguas e meia (15 km), formadas por terrenos mais ou menos acidentados e campo, em declive suave para o lado do rio Paraná e mais abrupto para a outra banda – de todo modo, porém, de cômodo trânsito para os grosseiros veículos da época. O tempo de varação durava em média 13 dias (FERREIRA NETO, 2004). Taunay (1975) informa que o tempo de transposição dependia na verdade do tamanho da monção: quando pequena, permanecia-se em Camapuã de 10 a 12 dias.

Seja como for, a descoberta pelos irmãos Leme do varadouro Camapuã “trouxe enormes vantagens à navegação para Mato Grosso, embora impusesse às esquadrihas a terrível travessia do Coxim⁴” (TAUNAY, s.d., p. 70).

O desembarque para aqueles que se dirigiam às minas do Cuiabá era feito no porto de Sanguessuga e, como o terreno na beira do rio era pantanoso, as cargas eram conduzidas às costas dos escravos negros e depositadas em ranchos cobertos de palha, distantes 200 passos do rio (LEVERGER, 1960; MOURA TAVARES, 1985; MENEZES, 2012). Dali em diante, as canoas sobre carretas eram “arrastadas por vinte a trinta pretos” e “estes verdadeiros e miseráveis galés arrombavam as caixas e furtavam os mantimentos” (TAUNAY, s.d., p. 70). Gervasio Leite Rebello comenta: “é pior a perda de mantimentos do que a de um negro, sendo estes tão necessários” (TAUNAY, s.d., p. 70). Por volta de 1750 já não era mais pelo esforço dos escravos que se transportavam as canoas e parte das cargas, geralmente as mais volumosas. Elas eram colocadas sobre carretas puxadas por bois que seguiam até as nascentes do rio Camapuã, através do qual, após alguns dias de navegação, chegavam ao rio Coxim, este já na bacia do rio Paraguai e de onde continuavam em viagem fluvial até Cuiabá.

Quando da criação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, foi nomeado seu primeiro governador o nobre português Antônio Rolim de Moura Tavares, o futuro conde de Azambuja, que deixou uma carta narrativa: a *Relação de viagem de D. Antônio Rolim de Moura Tavares, da cidade de São Paulo à vila de*

³ Rio Sanguessuga, assim chamado por seus muitos vermes sanguívoros que atacavam os sertanistas (LACERDA E ALMEIDA, 1944, p. 82).

⁴ O rio Coxim era descrito como perigoso, caudaloso, não dando pé em parte alguma, de forte correnteza, comprido, tortuoso, com numerosas cachoeiras e muitas itaipavas, correndo sobre uma plataforma de rochas muito altas e quase sempre entre morros (TAUNAY, s.d.).

Cuiabá em 1751. Utilizando os mesmos rios que os monçoeiros para chegar às minas do Cuiabá, ficou por alguns dias hospedado na Fazenda Camapuã, legando relatos importantes de sua estada naquela propriedade. Segundo ele, do porto de Sanguessuga até a sede da fazenda percorreu a pé duas léguas com toda a sua comitiva, por não haver mais cavalos que pudessem lhes servir de montaria em longas jornadas (MOURA, 1982, p. 15). A propósito, Lacerda e Almeida (1944, p. 82) registra que utilizou um cavalo da fazenda que era considerado o melhor da povoação, mas, mal percorrido um quarto de légua das duas e meia previstas “me pus de pé e assim completei a viagem até o rio Pardo”. O mesmo ocorreu com Florence (1977), segundo o qual as condições físicas de sua montaria eram tão precárias que o animal não reuniu forças para transpor um pequeno riacho de dois palmos de largo e três de profundidade, caindo de tão magro e estafado que se encontrava. Nessa região de cerrados, cujos solos eram de baixa fertilidade, ácidos e com pouca disponibilidade de fósforo e de outros importantes elementos químicos, além da baixa capacidade de retenção de água, a pobreza mineral refletia-se no desempenho físico e sanitário dos animais de tiro e monta.

Embora com pouco vigor físico, os cavalos constituíam-se em substancial fonte de renda para os proprietários da Fazenda Camapuã. Em suas excursões histórico-naturais, Langsdorff pagava pelo aluguel diário de um cavalo um quentchen, que equivalia a 1 200 réis. Segundo ele, com o dinheiro gasto com aluguel durante sua estada poderia ter comprado vários cavalos. Por um bom cavalo pagava-se na ocasião de 4 a 5 quentchen de ouro; os melhores custavam de 8 a 10 (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

A fazenda ficava na borda do rio Camapuã. Como ali não havia outros moradores, os proprietários monopolizavam todo o trabalho de varação das canoas e cargas e obtinham com isso grandes lucros, não só na prestação desse serviço, mas também na venda de mantimentos (MOURA, 1982, p. 15). Segundo Lacerda e Almeida (1944, p. 80), os proprietários dessa fazenda faziam muitos bons negócios, pois além dos gêneros que vendiam pelos mesmos preços praticados em Cuiabá, arrecadavam “pelo transporte de cada canoa 20\$000 rs, e por cada uma carrada 9\$600 rs”. Os canoões eram de difícil travessia, pois chegavam a medir 17 metros (FERREIRA NETO, 2004). Em 1830, quando Augusto Leverger, futuro governador da Capitania de Mato Grosso, esteve na Fazenda Camapuã, afirmou haver pago pelo transporte de cada canoa a importância de 21\$000, e de 300 réis por carga. Deixou registrado que costumeiramente, para não extenuar os animais de tiro, a varação era feita dia sim, dia não, vindo de cada vez duas canoas e uma grande quantidade de cargas (LEVERGER, 1960).

A fazenda possuía veículos de madeira rústicos, com rodas maciças e grosseiramente feitas, chamados carretões ou zorras, nos quais se transportavam as canoas e mercadorias. Eram puxados por seis a oito juntas de bois. As cargas pesadas iam em carretas de quatro rodas; e as de pouco peso, nas costas de escravos (LEVERGER, 1960). Os proprietários da fazenda mandaram fazer enormes cortes e aterros no solo para facilitar o trânsito desses veículos no transbordo de uma bacia a outra (FERREIRA NETO, 2004). Os

cortes eram de altura notável, atestando “o trabalho e o suor do desgraçado negro cativo” (TAUNAY, s.d., p. 71).

Observou o capitão-general Rolim de Moura em sua passagem por Camapuã que os bois daquela fazenda “eram vistosos, formosos, mas muito faltos de forças. Três a quatro de suas juntas mal valiam uma de Portugal” (TAUNAY, s.d., p. 71).

Havia sempre grande abundância de milho, farinha, feijão, arroz, porcos e vacas. Dos bovinos não se sabe ao certo o número, dada a largueza dos pastos e a falta de cercas, mas pelos cálculos do capitão-general a propriedade abrigava em suas pastagens naturais cerca de 600 cabeças (MOURA, 1982, p. 15).

Ao descrever a infraestrutura da fazenda, Rolim de Moura, refere-se a sobrados de bom padrão, nos quais acomodou todos os oficiais, soldados e servidores que o acompanhavam naquela jornada. A construção fazia parte das que circundavam um pátio fechado em que se podia tourear. Além das casas altas que abrigaram o governador e sua comitiva, havia outras no mesmo pátio, e juntamente a capela, com mais asseio do que se podia esperar (MOURA, 1982, p. 15). O governador relata ainda que teve tempo, nos poucos dias que passou no sítio de Camapuã, de se divertir com a caça às perdizes – isso quando a chuva lhe permitia (MOURA TAVARES, 1985).

A Fazenda Camapuã foi o primeiro núcleo fixo português de Mato Grosso do Sul, aproximadamente na metade do caminho que ligava Porto Feliz a Cuiabá, embora constituísse passagem praticamente obrigatória para aqueles que se deslocavam às minas de ouro do extremo oeste.

OS GUERREIROS CAIAPÓS E A RESISTÊNCIA QUE IMPUSERAM AOS COLONOS

A fazenda Camapuã situava-se em pleno território dos caiapós, que abarcava todo o norte e nordeste do atual Mato Grosso do Sul, o sul de Goiás e a área do atual Triângulo Mineiro (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995). Desde a barra do rio Verde, passando pelo rio Pardo, até Camapuã e o Taquari, lá estavam os guerreiros caiapós, justamente no caminho terrestre para Goiás, dificultando o acesso a outros centros que poderiam contribuir no abastecimento da região. Para a fundação dessa colônia permanente, seus proprietários trouxeram escravos e impuseram com violência sua presença aos numerosos caiapós que habitavam a região (LANGSDORFF, IN: SILVA, (Org.) 1997).

O capitão Antônio Pires de Campos foi o primeiro sertanista a dar informações a respeito dos caiapós. Segundo ele, esses nativos promoviam consideráveis danos às monções oriundas de São Paulo e de Cuiabá. Eram índios de aldeias, habitavam um vasto território e viviam de suas lavouras de batatas, milho e outros legumes. Andavam nus. Em suas incursões de pilhagem contra grupos indígenas inimigos, capturavam crianças e jovens para escravizá-los. Eram antropófagos (CAMPOS, 1862).

Em defesa do seu próprio território, armados de porretes, promoviam constantes ataques aos colonos que se estabeleciam nessa região para diversos cultivos, e despovoaram todas as roças que havia nas margens do Taquari, matando a maioria de seus colonos. Na Fazenda Camapuã, os colonos trabalhavam de armas na mão noite e dia, devido aos contínuos ataques (ESSELIN, 2011). “Enquanto alguns escravos trabalhavam, outros montavam guarda, sem jamais desampararem as espingardas. A preocupação com os povos nativos era tamanha, que havia ordem categórica do comandante da fazenda Camapuã de que, “à noite, ninguém poderia entrar na fazenda ou dela sair por precaução contra ataques de índios” (LANGSDORFF, IN: SILVA, (Org.) 1997, p. 274).

Apesar destas precauções, já havia os caiapós matado alguns homens (TAUNAY, s.d.). Armados de porretes em forma de bilro, arremessáveis com surpreendente destreza e exatidão de alvo, arruinavam as culturas agrícolas e ameaçavam a vida dos colonos e de seus escravos (ALMEIDA, 1951; CAMPOS, 1862). Sabiam dissimular admiravelmente sua presença na floresta, aplicando ao corpo uma tinta que os confundia com a vegetação. Atacavam quando possível os pontos em que não havia vigilância (TAUNAY, s.d.).

Em *Notícias práticas das minas do Cuiabá*, documento da coleção do Padre Diogo Juarez, conta um sertanista que, ao chegar às roças do rio Taquari, encontrou-as despovoadas porque os caiapós haviam atacado, matando sete ou oito colonos e depois ateando fogo a todas as casas, reduzindo-as a cinzas. O mesmo aconteceu no roçado de Caijuru, no rio Pardo, abaixo do salto do Corau e do rio Nhandui-mirim. (JUARES, IN: TAUNAY, s.d.).

Lacerda e Almeida (1944, p. 80-81) relata que a área em que foi erguida a Fazenda Camapuã era “infestada” pelo gentio caiapó, segundo ele “nação robusta que fazia uso do bordão e flecha armada na sua extremidade de um esporão de rijo pau cheio de farpas desencontradas pelo seu comprimento de dois palmos ou também de ossos, e é tão numerosa, que só por si faz um grande império”.

Conta J. R. de Sá Carvalho, que no ponto final de navegabilidade denominado Sanguessuga ou Desembarque, onde se iniciava o trabalho de varação por terra de todas as embarcações e cargas até o rio Camapuã, o transporte era sempre propositalmente realizado depois das dez horas da noite, para evitar os constantes ataques dos caiapós (SÁ CARVALHO, 1942). Já o capitão-general Rolim de Moura, diferentemente, deixou registrado que a varação em Camapuã se realizava “em carros, e de noite em razão da violência do sol” (MOURA, 1982, p. 15). Mas Rolim de Moura, não deixou de manifestar suas preocupações sobre esses nativos, revelando que na região do rio Pardo, por eles habitada, estes promoviam muitos insultos aos monçoeiros, que por conta disso eram obrigados nesse território a manter homens permanentemente armados e atentos para evitar ataques (MOURA TAVARES, 1985).

De maneira geral, entre os viajantes que alcançaram as minas pelo caminho de Camapuã, são numerosos os registros deixados a respeito da oposição tenaz dos caiapós à presença europeia. Cabral Camello (1975) conta que esses índios eram presença certa em ambas as margens do rio Pardo, sobretudo

próximo ao porto de Sanguessuga. Na travessia das canoas e das cargas, não perdiam oportunidade de fazê-lo. Despovoaram-se assim todas as roças instaladas na região, exceto as da Fazenda Camapuã, em que a população vivia de armas nas mãos.

Segundo um sertanista que bem conhecia o roteiro percorrido pelas monções e os recursos que os nativos poderiam utilizar para interromper o fluxo comercial entre a costa e o extremo oeste:

Os índios, não fossem destituídos de inteligência, lançariam mão de recurso capaz de paralisar a marcha das monções. Nenhuma expedição conseguiria navegar no Coxim através dos desfiladeiros de paredes altíssimas cortadas a prumo entre as quais corria o rio com extraordinária violência e em lugares onde a sua largura se reduzia a cinco e até a quatro braças (11 m e 8,80 m). Poucos que ocupassem o cimo daqueles paredões despenhando pedrouços e ali não passaria canoa que se não votasse a infalível destruição. (TAUNAY, s.d., p. 78)

A propósito, o governador Rolim de Moura destacou que se os caiapós se colocassem em cima daqueles paredões que ladeavam o rio Coxim, lançando pedras abaixo, isso bastaria para interromper o fluxo entre São Paulo e Mato Grosso. Nessas condições, nenhuma canoa conseguiria transpor aquelas águas sem que fosse a pique (MOURA TAVARES, 1985).

Para pôr fim aos ataques foi organizada uma expedição tendo à frente o coronel Antônio Pires de Campos, neto do legendário bandeirante Manoel de Campos Bicudo (RONDON, 1920). Com a ação repressora desse célebre bandeirante paulista, começou a etnia caiapó o seu processo de extinção.

Quando de sua vinda à Capitania de Mato Grosso, Augusto Leverger já não faz referência aos ataques dos caiapós na Fazenda Camapuã, mas deixa o registro de ter encontrado esses nativos em uma aldeia na foz do rio Tietê, a meia légua da beira direita do Paraná. Alguns deles estavam na praia e deles se comprou cera de abelhas, em troca de fumo, sal e anzóis. Segundo ele, os nativos se comunicavam muito bem com as expedições que por ali passavam e, às vezes, chamados pelos tiros que partiam das embarcações, iam até o salto de Itapura, onde ajudavam na variação das canoas (LEVERGER, 1960). O naturalista Langsdorff acrescentou que os caiapós “há muitos anos vivem amistosamente, até mesmo irmanados com os colonos, sem qualquer hostilidade” (LANGSDORFF, IN: SILVA, (Org.) 1997, p. 271). Mas mesmo assim havia entre a população local a ideia arraigada de que os índios deviam ser sempre temidos, repelidos e perseguidos – herança dos portugueses, já que estes sempre nortearam suas ações no sentido de dominar os nativos apenas pela força (LANGSDORFF, IN: SILVA, (Org.) 1997).

Pelos registros de Leverger e Langsdorff, pode-se concluir que a nação guerreira havia perdido muitos dos seus padrões culturais tradicionais e de hierarquia, tornando-se presa fácil do assédio da sociedade circundante.

O COTIDIANO DA FAZENDA CAMAPUÃ NO OLHAR DOS VIAJANTES

Contava a fazenda, em 1826, com 300 habitantes, dos quais a terça parte era composta de escravos. Em geral, a população restante era de negros; poucos eram mestiços e mulatos. Desta cor era o comandante do vilarejo (FLORENCE, 1977). Viviam miseravelmente e, pelos bens que possuíam pouco se distanciavam do estado selvagem. “Havia muita miséria, as pessoas e os animais se alimentam mal, as galinhas e os porcos perambulam como esqueletos, as pessoas não têm roupas e ficam lamentando a sua sorte” (LANGSDORFF IN: SILVA, (Org.) 1997, p. 285). Dos que ali viviam, apenas três sabiam ler e escrever (LANGSDORFF, IN: SILVA(Org.), 1997).

A incompetência administrativa incomodava Langsdorff, que relatou nada se fazer pela educação das crianças naquela propriedade. Sessenta ou setenta cabeças promissoras, que bem poderiam se ocupar com a aprendizagem da leitura e da escrita, permaneciam completamente ignorantes. Descreveu como ridícula a cena que presenciara todas as manhãs e noites: crianças e velhos na igreja cantando orações que fingiam ler em um papel (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

Europeu culto e preparado, Langsdorff presenciara as transformações do mundo moderno após a revolução industrial, diante da nova ordem produtiva em curso, que exigia uma nova escola capaz de garantir mão de obra qualificada para atuar em favor do crescimento da indústria e gerar riqueza para o Estado e a burguesia capitalista. Na visão dele, a escola deveria desempenhar o papel utilitarista de instruir os trabalhadores, tornando-os mais eficientes em suas funções, bons cidadãos e disciplinados, e por isso condenava veementemente o tratamento dado aos que habitavam aquela localidade. Não recebiam nenhuma instrução que deles pudesse fazer pessoas úteis ao Estado (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

Em grande parte, os moradores da Fazenda Camapuã eram “portadores de papeiras⁵ do tamanho da cabeça, que pendiam até os peitos tornando-lhes a voz oprimida” (FLORENCE, 1977).

A única coisa que se opõe à beleza aqui é o bócio, e, nesse aspecto, as mulheres são, sem dúvida, mais vulneráveis do que os homens. Os teóricos da Europa já tentaram decifrar esse mistério. Até agora, atribuía-se a doença à água da neve. Essa, com certeza, não é a causa na América do Sul, pois aqui não há neve. E certo que o bócio ocorre principalmente em lugares montanhosos, embora não se possa dizer que seja em montanhas altas, pois a região onde estamos agora é ligeiramente elevada em relação ao nível do mar, e, no entanto, há mais casos de bócio aqui do que em regiões mais altas. Portanto, possivelmente a causa principal deve estar na água de montanha, ou no ar de montanha, ou na carência de cálcio, ou em algum outro fator. O fato é que há muitas crianças com idade entre 10 e 12 anos, mulheres e homens idosos acometidos dessa terrível doença. (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997, p. 296)

⁵ Bócio, popularmente conhecido como papo ou papeira, é o nome que se dá ao aumento da glândula tireoide. Esse crescimento anormal pode acometer a glândula toda e tornar-se visível na frente do pescoço; ou, então, surgir sob a forma de um ou mais nódulos (bócio nodular), que podem não ser perceptíveis exteriormente. A doença se manifesta mais em mulheres de 20 a 40 anos, mas pode ocorrer desde o nascimento, o que caracteriza o bócio congênito. O bócio é causado pela carência de iodo na dieta, comum em regiões em que há deficiência desse elemento.

Os cuidados com a saúde eram poucos. Com alguns conhecimentos na área, Langsdorff observou que as dores de dentes eram muito comuns. Um grande número de crianças sofria de verminose, que provocava muitas doenças nelas e nos idosos. Havia muitas pessoas resfriadas e com doenças reumáticas. Não observou nenhum sífilítico. Descuidava-se tanto do corpo, que nesse sítio não havia nem vomitórios nem purgantes. Ali, com os recursos de que dispunha, o naturalista preparou vermífugos utilizando alho com leite, para uso interno, e, como clister, purgante com um pouco de calomelano, e logo as crianças eliminaram os vermes. A uma pequena menina de cinco anos, que por vários meses vivera nervosa, paralisada e insensível nas extremidades inferiores, aplicou seções de hipnose e fricções rápidas, utilizando emplastro vesicatório, o qual, embora largamente empregado e muito eficaz, não surtiu os efeitos desejados (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

As mulheres não escaparam às atentas observações de Langsdorff, que relatou trabalharem em casa e terem poucas ocupações, sendo a moagem e o preparo da farinha as tarefas principais. A fiação, prática comum entre as mulheres do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, era em Camapuã, ao contrário, tarefa masculina. O vestuário dos habitantes locais era muito simples. As mulheres vestiam blusas e saias e, quando saíam, uma manta de baeta sobre a cabeça. As moças adultas usavam simplesmente uma blusa longa de algodão grosso, até o pescoço. Os homens usavam camisa, calça curta e colete de tecido. As crianças pequenas andavam nuas, mesmo meninos de oito ou nove anos de idade (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

Langsdorff, atento, definiu a mulher que conheceu no Brasil como mera escrava do marido – uma máquina humana para a proliferação da espécie. Dizia ser interessante abordar os usos e costumes de um país e que talvez essa descrição fosse muito bem recebida por seus futuros leitores. Conta ele que um jovem cuiabano, irmão do comandante da Fazenda Camapuã, viajou a negócios para São Paulo e deixou sua jovem esposa sob a proteção e os cuidados do irmão. Nessa condição, ela nunca deixava a casa em que estava confinada, vivendo trancada. Dispunha de duas moças para servi-la; ao anoitecer chegavam duas matronas que dormiam em sua companhia, no mesmo quarto. Além disso, um escravo fiel dormia em frente à porta do quarto. Às vezes era possível abordá-la na varanda de sua casa e, indagada se aquela situação a incomodava, respondeu: “Ah, nós aqui já estamos acostumadas com isso” (LANGSDORFF IN: SILVA, (Org.) 1997, p. 277).

Na Fazenda Camapuã os moradores não contavam com nenhum religioso, não havendo portanto missa nem quem os confessasse em caso de perigo. Isso era praticamente impossível, pois as distâncias eram muito grandes (MOURA, 1982, p. 15). Sem padre, e sem missa, ir à igreja era apenas um passatempo. A organização e participação nas festas religiosas, juntamente com a dança, eram a única diversão conhecida. Nessas ocasiões, davam-se salvas de tiros de espingarda e iluminavam-se as ruas (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997).

Fabricavam grosseiros tecidos de algodão para uso dos moradores e para remessas a Miranda, onde o produto era trocado por gado vacum e cavalar. Cultivavam a cana-de-açúcar, da qual faziam uma péssima aguardente. A criação de animais era boa, com muitas galinhas e porcos, mas de extrema magreza. Cultivavam feijão, fumo e milho, para deste extraírem farinha e fubá (FLORENCE, 1977). Quanto ao gado bovino de corte, a fazenda mantinha em torno de 600 cabeças, com muitas outras pastando espalhadas pelos campos, vivendo sem trato algum (MOURA, 1982, p. 15). Para a produção de farinha e fubá recorriam ao monjolo movido a água; no entanto, uma inundação arrastou rio abaixo o único existente. A partir de então, os negros escravos foram incumbidos de manejar pilões simples (FLORENCE, 1977).

A base da alimentação era o milho, o feijão e algumas ervas (raramente ingeriam carne suína, bovina ou ovos), tudo sem sal, que era considerado artigo de luxo, muito raro e caro: um prato raso chegava a custar 12 francos, ou 1\$800. Todos os pagamentos eram feitos em gêneros, porque em Camapuã se dispensava o uso de moeda, verdadeira raridade na banda meridional da capitania (FLORENCE, 1977). Os únicos temperos utilizados eram o alho e a pimenta, pois até mesmo do sal já haviam se desacostumado (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997). De maneira geral, o comércio era feito à base de trocas: sal, ferramentas, pólvora, chumbo de caça, baetas e chitas por alimentos produzidos na fazenda (LEVERGER, 1960).

Na sede da Fazenda Camapuã havia duas casas, ambas de sobrado, cobertas com telhas. Uma delas era reservada ao comandante da propriedade, que na ocasião era um alferes de milícias (guarda nacional); outra, em frente, era separada por um vasto pátio que tinha um engenho de moer cana tocado por bois. O pátio era fechado pela senzala dos escravos, toda ela baixa e coberta de sapé. À noite, estes eram mantidos sob chaves. A gente forra morava do outro lado do rio Camapuã (FLORENCE, 1977).

Quanto à administração da propriedade, reinava a mais absoluta incompetência, na opinião de Langsdorff: “O atual comandante e administrador era considerado um bom homem, mas um pobre idiota. Mal sabia ler e escrever. Ele passou aqui a maior parte de sua vida, os seus 20 anos mais pujantes; portanto, não teve tempo de aprender nada nem de adquirir ideias. Ele não conhece livros nem tem a mínima ideia do que é ciência. Tudo o que ele tem pra contar são as experiências e os fatos da sua pobre vida quotidiana” (LANGSDORFF, IN: SILVA (Org.), 1997, p. 308).

Nas primeiras décadas do século XIX, reinava na fazenda muita desordem – sujeira, desleixo –, não havendo proteção às carroças e carretas, que ficavam diuturnamente expostas aos elementos, e por isso em permanente carência de reparos. Os equipamentos da propriedade não recebiam manutenção; a fábrica de açúcar estava na mais completa decadência; não existiam depósitos para mantimentos. Como não se produzia óleo, nem de mamona, as escadas que levavam às dependências dos alojamentos estavam em péssimas condições e constituíam constante perigo para aqueles que dela precisavam se utilizar. Inexistiam cercas ou mesmo fossos que pudessem isolar o rebanho bovino, equino e suíno. Por essa razão, as lavouras eram cultivadas a uma distância superior a uma légua e meia, para evitar que o gado delas se

alimentasse, o que obrigava os agricultores a fazerem esse percurso todos os dias, com grande perda de tempo e de energia. As vacas quase não eram aproveitadas como leiteiras; não havia hortas; os produtos de primeira necessidade eram extremamente caros.

Por fim, Langsdorff registrou que em sua longa viagem pelo Brasil pôde conhecer muitas administrações, mas que nenhuma delas era tão inexplicavelmente falha como a da Fazenda Camapuã.

Luís D'Alincourt, sargento-mor engenheiro que visitou a província no começo do século XIX, afirmou, a propósito dessa fazenda, que seus moradores eram indolentes ao extremo. Ocupavam-se do cultivo em pequena escala, embora os solos fossem propícios à agricultura. "Colhiam-se mais de 300 por cada alqueire que se plantava de milho e arroz" (D'ALINCOURT, 1828, p. 43). O clima era bom; as geadas se faziam sentir bem em alguns anos. Criavam capados para a engorda, galinhas, fabricavam panos de algodão, faziam boas toalhas. As laranjas-limas eram muito saborosas (D'ALINCOURT, 1828).

A DECADÊNCIA DA FAZENDA CAMAPUÃ

A Fazenda Camapuã entrou em plena decadência no final do século XVIII, sobretudo a partir da abertura da ligação terrestre entre Cuiabá e Goiás, que colocava a capitania em contato com o Rio de Janeiro e São Paulo, e da navegação Guaporé-Madeira-Tapajós, que a ligava ao Pará, fazendo com que aquele caminho tradicional fosse abandonado pelos comerciantes (ESSELIN, 2011).

A partir da década de 1770, a ameaça de um avanço espanhol sobre a América portuguesa não estava descartada e impacientava as autoridades portuguesas. Essa preocupação levou o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal, a promover estudos para facilitar a demarcação e ocupação das fronteiras.

Um desses importantes trabalhos foi o de Ricardo Franco de Almeida Serra, que recomendava abandonar o roteiro São Paulo-Cuiabá e utilizar a rota Tietê-Paraná:

Esta navegação para Mato Grosso será mais breve pelo menos 200 léguas do que a praticada pelos rios Madeira e Guaporé; e conseqüentemente se fará em menos tempo e com menos despesa; ficando igualmente útil para as minas do Cuiabá, pois a navegação que se faz de S. Paulo para a dita Vila pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuão, Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá, descendo uns e subindo outros, nos quais se passam mais de 100 cachoeiras, e por terra o Varadouro de Camapuão, compreende boas 600 léguas de navegação em que se gastam seis meses. Não falando ainda na grande despesa e tempo que se consome na condução das fazendas desde o Rio de Janeiro por mar até a Vila de Santos, e dela nas canoas até o porto de Cubatão, e por terra para a cidade de São Paulo, donde por mais 22 léguas por terra conduzem as cargas para o porto de Arraitaguaba no rio Tietê, ponto de que se principia a dita navegação. (ALMEIDA SERRA, 1865, p. 162)

O que o governo português esperava é que, com a abertura da navegação de Mato Grosso ao Pará, muitos colonos entrassem na região das minas e que os produtos de primeira necessidade, muito caros em Cuiabá, se barateassem. A comunicação com a corte no Rio de Janeiro, tornada mais rápida, contribuiria para o ingresso de mais escravos negros. Ficaria facilitada a entrada de açorianos (experiência realizada com sucesso em Santa Catarina) e de outros povos, o que certamente aceleraria o povoamento da região, contribuindo para o aproveitamento das terras com o desenvolvimento da agricultura e o incremento da criação de gado bovino. Além disso, o novo roteiro evitaria o confronto com os índios de curso habitantes do Pantanal sul-mato-grossense.

Com a abertura desses novos caminhos, o trânsito monçoeiro foi diminuindo sensivelmente até desaparecer por completo. Teotônio José Juzarte, em 1769, já indicava em seu Diário de navegação, que o caminho fluvial entre o Tietê e Cuiabá estava em decadência “e muito pobre por não ter comércio algum, salvo algumas canoas que fabricam para as expedições de Cuiabá, e a Mato Grosso [...] cuja navegação está hoje extinta por seguirem esses comerciantes por terra pela Capitania de Goiazes” (JUZARTE, IN: TAUNAY, 1981, p.233-234). Já Sérgio Buarque de Holanda (1990) aponta que outros fatores contribuíram para o fim do ciclo monçoeiro, como a dificuldade de encontrar construtores e trabalhadores das embarcações (canoas), o esgotamento das minas do Mato Grosso, epidemias de febre tifóide que atingiu a região de Porto Feliz deixando reduzido número de sobreviventes.

A Fazenda Camapuã foi um estabelecimento considerável, cuja posição era muito vantajosa para os sertanistas que se dirigiam às minas, dando, porém, claros sinais de decadência à medida que a navegação foi sendo abandonada pelos negociantes.

A partir de 1854, o governo imperial passou a incentivar as viagens pelo rio Ivinhema, o que fez com que a rota de Camapuã fosse abandonada de vez. Quando de seu retorno da Guerra do Paraguai, o Visconde de Taunay registrou haver encontrado o local em ruínas, “com uma floresta de elevados cedros, dentro de não pequena igreja, vasta casa de sobrado de todo caiada, rodeada por formosos laranjais a resistirem à invasão da mata” (TAUNAY, s.d., p. 71). Chegava ao fim um sítio de fundamental importância no processo de incorporação da América espanhola aos territórios portugueses.

CONCLUSÃO

Esse artigo procurou oferecer uma contribuição à história da colonização portuguesa em Mato Grosso a partir do primeiro núcleo populacional, a Fazenda Camapuã, único estabelecimento português instalado entre os Rios Paraguai e Paraná.

Anunciada a descoberta de metais em Cuiabá no centro-oeste do território brasileiro houve uma rápida mobilização de colonos, sobretudo de São Paulo, para a região em busca de riquezas. Com o ouro vieram as Monções que asseguraram a comunicação entre São Paulo e Mato Grosso e introduziram o novo território nas hostes da política econômica mercantilista. Ora, não poderia ser de outra forma, a produção colonial era para o mercado metropolitano e a Fazenda Camapuã foi nesse contexto fator de desenvolvimento econômico da Metrópole contribuindo na medida em que, localizada estrategicamente na Rota do Ouro, ofereceu aos colonos o descanso da longa viagem, a proteção de ataques de nativos, a redução do período de viagem e os mais variados alimentos. Contribuiu também, para o desenvolvimento do mercado interno, facilitou as comunicações de Mato Grosso com os centros de decisão política da Colônia, assim como para o alargamento das fronteiras com a incorporação do centro-oeste ao Brasil. Ofereceu as melhores condições para que os produtos elaborados em Portugal pudessem chegar aos seus distantes colonos e que todo aquele ouro pudesse ser apropriado pela Pátria mãe. É indiscutível a importância desse pequeno núcleo plantado pelos sertanistas paulistas no meio do caminho que ligava Itu, em São Paulo, a Cuiabá, em Mato Grosso, para a ampliação do território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mario Monteiro de. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: Fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.
- ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. Da descrição geographica da provincia de Matto Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento mor de Engenharia. *Revista Trimestral de História e Geographia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo VI, p. 156-196, 1865.
- CABRAL CAMELLO, João Antônio. *Notícias práticas das minas do Cuiabá*. Cuiabá: UFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 4ed, Campo Grande: Brasília, 1995.
- CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que da o capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das Minas do Cuyabá e seu Recôncavo em 1723. *Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XXV, 3º Trimestre, p. 437-449, 1862.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- D'ALINCOURT, Luiz. Resultados dos trabalhos e indagações statisticas da Provincia de Matto-Grosso. Rio de Janeiro: Annais da Biblioteca Nacional, v. 8, 1828.
- ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense: 1830-1910*. Dourados: UFGD, 2011.
- FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande: UFMS, 2004.
- FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825-1829*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Monções*. 3ed, São Paulo: Brasiliense, 1990.
- JUZARTE, Teotônio Jose. *Diario de Navegação da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná e Rio Guatemi em que dá relação de todas as coisas mais notáveis destes Rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais Rios, que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste Diário, pelo tempo de dois anos, e dois meses. Que principia em 10 de Março de 1769*, IN: TAUNAY, Affonso de Escragolle. *Relatos Monçoeiros, Introdução, Coletânea e Notas de Affonso de E. Taunay*, Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia - Edusp, 1981.
- LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- LANGSDORFF, George Heinrich Von. *Os diários de Langsdorff: 26 de agosto de 1825 a 22 de novembro de 1826*. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). Traduzidos por Marcia Lyra. São Paulo. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 2, 1997.

- LEVERGER, Augusto. De São Paulo a Curitiba: derrota de navegação interior: da Vila de Porto Feliz na província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso: 1830. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 247, p. 356-391, abr/jun, 1960.
- MENEZES, Rodrigo Moreira César. Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá, o Exmo. Sr Rodrigo Moreira César de Menezes. Governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas. IN: TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História das bandeiras paulistas*. Seleção e introdução de Antonio Paim, São Paulo: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2012.
- MOURA, Antônio Rolim de. IN: MARTINS DE PAIVA, Ana Mesquita; SOUZA, Maria Cecília Guerreiro de; GEREMIAS, Nyl-Iza Valadão Freitas. (Orgs.) *D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja: Correspondências*. Cuiabá: UFMT, v. 1, 1982.
- MOURA TAVARES, Antônio Rolim. Diário de viagem. IN: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.
- _____, *Notícias práticas das minas do Cuiabá*: documento da coleção do Padre Diogo Juarez. IN: TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro, 1975.
- RONDON, Candido. *Matto-Grosso o que ele nos oferece e o que espera de nos*. Conferencia realizada a 31 de Julho de 1920, pelo Exmo. Snr. General Candido Mariano da Silva Rondon, perante a Sociedade Rural Brasileira, na cidade de São Paulo. São Paulo: A Política, 1920.
- SÁ CARVALHO, J. R. de. O varadouro do Camapuã na rota das bandeiras e monções para Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 42, p. 238-248, 2º semestre de 1942.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1975.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História das bandeiras paulistas*. Seleção e Introdução de Antonio Paim. São Paulo: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2012.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Itatiaia, 1981.

Recebido em:28/07/2016
Aprovado em:15/09/2016
Publicado em:15/10/2016

**TERRITÓRIO TRADICIONAL E AS CRIANÇAS INDÍGENAS DA ALDEIA PAKURITY -
MATO GROSSO DO SUL / BRASIL**
TRADITIONAL TERRITORY AND INDIGENOUS CHILDREN FROM PAKURITY - MATO
GROSSO DO SUL / BRAZIL

Sônia Rocha Lucas
Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Território tradicional e as crianças indígenas da aldeia Pakurity - Mato Grosso do Sul / Brasil

Sônia Rocha Lucas¹

Antonio Hilario Aguilera Urquiza²

Resumo: O presente artigo é parte do projeto de pesquisa no mestrado em Antropologia na UFGD e busca apresentar a proposta de um estudo da atual situação do processo de regulamentação fundiária dos Kaiowá e Guarani do acampamento Pakurity do estado de Mato Grosso do Sul - Brasil, bem como identificar e descrever quem são as crianças indígenas, como vivem, como percebem a situação de acampamento e com se dá a relação com a rede de parentela e com o território tradicional. O estudo, primeiramente, fundamenta-se em autores como Pacheco de Oliveira (1998), Brand (1993, 1997), Pereira (2007, 2009), Eremites de Oliveira & Pereira (2010), Cavalcante (2013), Crespe (2009), Conh (2005) e Aguilera Urquiza (2013) e tem como procedimentos metodológicos as práticas da Antropologia, como o trabalho de campo e a partir dele, a observação participante, diário de campo e outras formas de registros.

Palavras-chave: Território Kaiowá; Crianças Indígenas; Situação de Acampamento; Retomada.

Abstract: This article is part of the master's research project in anthropology at UFGD and search to present the proposal of a current study situation of the land regulation process of Kaiowá and Guarani in Pakurity camp, situated in the state of Mato Grosso do Sul - Brazil, as well as to identify and to describe who are the indigenous children, how they live, how they perceive the camping situation and how is the relationship with the kinship network and the traditional territory. The study, first, is based on authors such as Pacheco de Oliveira (1998), Brand (1993, 1997), Pereira (2007, 2009), Eremites de Oliveira & Pereira (2010), Cavalcante (2013), Lutti (2009), Conh (2005) e Aguilera Urquiza (2013) and its methodological procedures the anthropology practices such as field work, participant observation, field diary and other forms of records.

Keywords: Kaiowá and Guarani's Territory; Indigenous children; Camping situation; Land's Retake.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da proposta do projeto de pesquisa para o programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFGD), nível Mestrado e consiste em estudar as crianças indígenas, como vivem e percebem a situação de acampamento, tendo como referência a história dos indígenas Kaiowá e Guarani³, e a realidade da aldeia Pakurity situada no município de Dourados em Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Sul, a realidade enfrentada pelos Kaiowá e Guarani tem sido de um constante conflito fundiário e a negação de seus direitos, principalmente quando nos referimos à posse e o processo

¹ Mestranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGant/UFGD). Brasil. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

² Doutor em Antropologia pela UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (2006), Espanha. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

³ Utilizo o termo Kaiowá e Guarani para me referir aos Guarani Kaiowá e aos Guarani Nandeva. Salientando que possuem diferenças, apesar de apresentarem proximidades cultural, sociológica, linguística e territoriais.

de demarcação de suas terras. No caso do Pakurity, se trata de uma retomada, e por isso encontram-se em uma pequena parcela de seu território tradicional, em uma “situação de acampamento”.

A relevância dessa pesquisa pode ser explicitada, primeiramente, frente ao direito que os povos indígenas possuem de terem seus costumes, línguas, religiões e organização social distintas daquelas válidas à sociedade nacional. Direito que é garantido pelo Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, o qual na atualidade o Estado não tem cumprido, pois a realidade é caracterizada pelo conflito, desrespeito dos seus direitos básicos e a não recuperação de seus territórios tradicionais. Outro fato relevante dessa pesquisa é o de se tratar de um estado que abriga a segunda maior população indígena do país, com cerca de 77.025 pessoas (IBGE, 2010), e possui a liderança no ranking nacional de violência contra os povos indígenas⁴. Este contexto torna o tema significativo e de suma importância.

A realidade atual de agravamento dos conflitos com os indígenas Kaiowá e Guarani no estado trata-se de uma situação histórica, que se arrasta a longo tempo. Nesse sentido torna-se necessário fazer um breve histórico dos indígenas Kaiowá e Guarani do MS e como se deu o processo que culminou na perda territorial e as atuais tentativas do movimento indígena de recuperar parte deste território.

Com a Guerra do Paraguai (final do século XIX) e durante todo este período da história, notamos episódios que acarretaram grandes modificações no cenário e que mais tarde culminaria na atual situação de *confinamento* (BRAND, 1993, 1997)⁵ e no esbulho desses povos indígenas de seus *tekoha*⁶.

Segundo Chamorro (2015, p.105) a primeira e a última fase da guerra, que envolveu o Brasil, Argentina e o Uruguai, de um lado, e o Paraguai, de outro, ocorreu em pleno território paĩ-tavyterã e kaiowá. A autora ainda afirma que a ocupação desse território por tropas paraguaias e brasileiras significou uma drástica interferência na região, a qual já tivera início com a presença dos viajantes demarcadores a partir de meados do século XVIII e declara que para as comunidades falantes de guarani, a guerra intensificou a política civilizadora iniciada anos antes e o povoamento da região de fronteira com o Paraguai por não indígenas (CHAMORRO, 2015, p. 111).

Após a Guerra do Paraguai instala-se no sul do então Mato Grosso, a Companhia Mate Laranjeira (1870) e em 1877 deu início a exploração da erva-mate, mas em território Paraguaio. A empresa é sediada em Conceição – PY, enquanto aguardava uma concessão do governo brasileiro para instalar-se no Brasil (CHAMORRO, 2015, p.112). A empresa, tanto durante a permanência no Paraguai como no Brasil, usou

⁴ Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil- DADOS DE 2013, p. 13. CIMI, Brasília, 2013. Disponível em: < http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf >. Acesso em: 3 de novembro de 2014.

⁵ O conceito de “confinamento” aparece pela primeira vez no trabalho de Schaden (1962), mas é utilizado na atualidade a partir dos trabalhos de Brand (1993 e 1997). O termo dá nome ao processo de constrangimento dos povos indígenas a se instalarem nas oito Reservas demarcadas pelo governo entre 1915 e 1928, saindo de seus territórios tradicionais para pequenas áreas no entorno das cidades.

⁶ Lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o teko, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado (conforme CAVALCANTE, 2013; e <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298> - acesso no dia 22/11/2013).

intensamente a mão de obra do povo guarani para a extração da erva, o que foi um forte fator de impacto no processo das relações interétnicas.

A Grande Guerra e a Companhia Mate Laranjeira foram fatos preponderantes para a transformação do cenário territorial do Estado, mas entre esses fatos não podemos deixar de somar as ações a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) que juntos trouxeram para o Estado muitos colonos com a finalidade de povoar o território (colonização) do Mato Grosso. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada em 1943 como política de ocupação desta região, trouxe para o Estado muitos colonos com a finalidade de povoar o território (colonização). Porém, como sabemos, esses territórios estavam ocupados por vários povos indígenas. Podemos notar nas palavras de Brand o quanto a CAND interferiu neste cenário das terras indígenas. Brand comenta:

A implantação da Colônia em área de aldeias Kaiowá marcou o início de uma longa e difícil luta dos índios pela manutenção e recuperação de sua terra. Negavam-se deixar estas terras, que foram vendidas pelo governo a colonos. Estes, por sua vez, buscavam constantemente obter a expulsão dos índios, através de ações na justiça, ou através de meios mais escuros (BRAND, 1997, p.78).

Assim feito, abriu-se espaço para a concessão de títulos públicos a particulares com o intuito de ocuparem os *espaços vazios*, chamados de *terras devolutas*, em nome do desenvolvimento nacional. Bem sabemos que estes espaços não eram propriamente *vazios*, mas de uso e permanência dos indígenas. Para Brand “o problema das terras indígenas, usurpadas pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a partir de 1943, permanece sem solução até a presente data (BRAND, 1997, p.85)”.

Com a intenção de liberar as terras para os novos colonos, nos anos de 1915 a 1928 foram criadas as oito reservas indígenas no sul do estado para abrigar os Kaiowá e Guarani. Cabe ressaltar que em nenhum momento foi pensado ou respeitado a diferença étnica de seus grupos e o direito inalienável a seus territórios tradicionais, situação que acarretou e ainda acarreta grande conflito. Diante deste fato, ou seja, com a criação destas reservas, a situação do território e a própria cosmologia dos Kaiowá e Guarani ficaram comprometidas, tendo em vista a importância da terra para o modo de viver em seus tekoha. Tal importância é destacada por Aguilera Urquiza e Nascimento:

...esta terra torna-se fundamental para produção e reprodução da cultura de um povo, pois para eles, tudo que se relaciona com a estrutura social, ritual ou religiosa está intimamente relacionada ao território. A terra é, desta forma, um recurso sociocultural, mais que apenas um recurso da mãe natureza (AGUILERA URQUIZA E NASCIMENTO 2013, p. 64).

Cabe lembrar que o processo de perda do território dos Kaiowá e Guarani se iniciou com os contratos de arrendamento de terras que beneficiaram a Companhia Matte Laranjeira, já em fins do século XIX. A partir da decadência desta empresa décadas depois, intensifica-se o processo de ocupação e consequente esbulho das terras dos Kaiowá e Guarani para a colonização: derrubar as matas, formar pastos

e ampliar a produção. Neste cenário abre-se, cada vez mais, espaço para os novos proprietários rurais, ou seja, colonos vindos de vários estados do Brasil a fim de se fixarem nestas terras. Com as terras sendo vendidas e com a fixação de novos proprietários, os indígenas são pressionados, cada vez mais, a irem para as reservas demarcadas ou a deixarem os seus espaços tradicionalmente ocupados e fugir para as áreas nos fundos das fazendas (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, p.112).

Só nos anos de 1980 é que os indígenas iniciam uma intensa mobilização política pela luta de retomada de seus territórios (CAVALCANTE, 2013, P. 94). Mobilização que ganha maior força com a Constituição Federal de 1988, garantindo-lhes os direitos de se reconhecerem como indígenas e a reprodução de seus costumes, crenças e tradições, entre tantos outros direitos.

A luta territorial os tem lançado a viver às margens de rodovias ou realizar “*retomadas*”, ou seja, tentativas de reocupar o direito às áreas que consideram suas terras tradicionais, seus *tekoha*. Tudo isso cercado por grande violência e tensão. Em tudo isso, podemos afirmar que os conflitos fundiários que ocorrem em Mato Grosso do Sul, na atualidade, são resultados de fatos históricos e de uma série de ações e omissões do Estado brasileiro.

Diante desse quadro, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar a proposta de pesquisa para o programa de mestrado e trazer elementos preliminares de um primeiro trabalho de campo⁷ realizado com as crianças indígenas através da técnica de desenhos, isto é, trazer a voz das crianças indígenas da aldeia Pakurity através dos desenhos aqui apresentados. Nas práticas da Antropologia foram adotados os procedimentos metodológicos, como o trabalho de campo, e a partir dele, a observação participante, diário de campo e outras formas de registros, tudo isso acompanhado da pesquisa bibliográfica, que é o primeiro passo da metodologia para desenvolver esta pesquisa.

CAMINHOS DA PESQUISA

No senso comum, falar em criança é estabelecer pontes entre o presente e o futuro, isso entendido como se criança existisse *hoje* para ser o *amanhã*, como se todo esse processo de crescimento fosse um livro em branco e que pouco ou quase nada influenciasse na realidade em que está inserida. Essa é a ideia de muitos quando o assunto é abordar o modo de ser e viver das crianças, mesmo quando não levamos em conta ou não conhecemos o seu papel no grupo social ao qual pertence. O senso comum dita que as crianças são meras depositárias do conhecimento.

Diante desta luta pelo território e do significado que possui para os Kaiowá e Guarani, acredita-se que essa profunda relação física, afetiva e simbólica com a terra também seja desenvolvida pelas crianças.

⁷ Trabalho de campo realizado no mês de janeiro de 2014.

Entendendo o território como espaço próprio de constituição e vivência identitária, principalmente se levado em conta que para eles, esta relação é chamada de *ñande reko*, quer dizer, *nosso jeito de ser*. Por este motivo, nesta pesquisa defende-se a noção da autonomia, mesmo que relativa, das crianças nas relações com os adultos, com o ambiente e com a aldeia⁸.

A partir deste contexto faz-se necessário destacar alguns conceitos que fundamentam a pesquisa. Para entendermos a realidade dos acampamentos é fundamental abordarmos o conceito de *situação histórica*. O estudo formulado por Pacheco de Oliveira (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 52) explicita suas opções teóricas em uma compreensão dessas sociedades e culturas em que “não pode passar sem uma reflexão e uma recuperação crítica de sua dimensão histórica”. Essa relação torna-se de fato um ponto crucial para entendermos a vivência dos indígenas e como se deu a forma de adaptação para abordar essas novas realidades. Assim, à luz do conceito de situação histórica podemos melhor compreender como ocorre a decisão de acampar em margens de estradas e rodovias, ou reocupar áreas que consideram seus *tekoha*, às quais nos referiremos como *situação de acampamento*.

Assim, para melhor compreendermos o processo de retomada se faz necessário abordar, segundo Pereira (2007, p.3), o conceito de *modalidades de assentamentos*, como sendo uma forma de se ocupar o território. Juntamente com Jorge Eremites de Oliveira (ver EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2009, 2010, 2012) desenvolvem o conceito a partir de uma categoria da arqueologia, do inglês *settlement*, que nos fornece base para analisarmos as diferenças entre a ocupação tradicional e a as novas formas de ocupação do território que apresenta a comunidade aqui proposta para a pesquisa. Segundo explica, o termo assentamento – do inglês *settlement* – é mais comum na arqueologia e pode ser profícuo para analisarmos as diferenças entre a ocupação tradicional e as novas formas de ocupação do território, desenvolvidas a partir da chegada das frentes de exploração econômica na região. Por isso, essas novas maneiras de ocupar o espaço geográfico podem ser tratadas como diferentes *modalidades de assentamentos* (CRESPE, 2009, p.43-44). Entre as modalidades de assentamento estão, com efeito, tanto a territorialização em reservas quanto à ocupação dos espaços alternativos a essas áreas, como é o caso dos acampamentos às margens de estrada e outras ocupações.

Podemos concluir que o assentamento se refere à maneira como indígenas ocupam o espaço geográfico. No texto abaixo, Pereira trata destas novas modalidades de assentamento:

Como a população kaiowá não se conformou em sua totalidade à situação de reserva identifico algumas modalidades de assentamento que não estão diretamente associadas a esses espaços físicos, reconhecidos como terras indígenas. Assim, além das reservas, descrevo: a) os espaços sociais dos acampamentos mobilizados para a retomada de terras consideradas pelos Kaiowá como de ocupação tradicional; b) as populações que vivem em periferias de cidades; e c) as populações de “corredor”, caracterizadas por famílias isoladas e mesmo comunidades que nos últimos anos passaram a residir em caráter

⁸ Aldeia aqui entendida como o centro do território tradicional, conhecido como *ñande retã*, o “nosso território”, isto é, o espaço para a continuidade de seu modo de ser e estar no mundo.

relativamente permanente nas margens de rodovias e estradas vicinais (PEREIRA, 2007, p.3).

Diante do exposto, podemos tratar de uma realidade mais restrita dentro do próprio acampamento, a realidade da criança indígena. O enfoque na criança indígena se dá pela recente introdução e a busca de um aprofundamento nas pesquisas deste tema na realidade da Antropologia Brasileira. E, abrir um espaço de diálogo para que a voz das crianças Kaiowá e Guaraní esteja entre os saberes, ou melhor, os conhecimentos das crianças, como indivíduos de relativa autonomia e ativos em suas ações, com os conhecimentos da sociedade tradicional.

Neste contexto, Cohn ressalta que para compreendermos o que é a criança, como vivem e pensam é necessário:

Desvencilharmos das imagens preconcebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam. Precisamos nos fazer capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista (COHN, 2005. p. 8).

Para conhecer e entender algo sobre as crianças, como atores de sua própria história, é importante destacar que as concebemos como sujeitos que elaboram seus próprios códigos de comportamento, de acordo com suas experiências e necessidades, sempre em contato com o mundo exterior, de outras crianças e também dos adultos.

Para Cohn

A criança atuante é aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais. Reconhece-la é assumir que ela não é um “adulto em miniatura”, ou alguém que treina para a vida adulta. É entender que, onde quer que esteja, ela interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações (COHN, 2005. p. 28).

Com o mesmo ponto de vista de Cohn, entendemos que a criança possui um papel ativo na construção da realidade da comunidade indígena, deste modo, a compreensão da criança em relação a *situação de acampamento* e como historicamente foi constituído. Assim, reafirma-se que as crianças são parte integrante e que constroem suas relações estabelecidas dentro de sua sociedade e também autoras na construção de sua identidade. Desta maneira, assumimos que a criança indígena tem um papel ativo e de fundamental importância na construção da cultura. São agentes que constroem suas relações e lhes dão sentido. São atores sociais, produtores ativamente inseridos em sua cultura, participantes do ambiente e da vida diária da comunidade. Em tudo as consideramos como portadoras e fonte de saber.

Finalmente, a fim de buscar a melhor compreensão da criança em relação a atual realidade da aldeia em situação de acampamento, desenvolvemos uma metodologia para a pesquisa no Pakurity em ações em três passos:

1. A História: Levantar e analisar a história e a atual situação do processo de regulamentação fundiária dos Kaiowá e Guarani no estado de MS, enfocando o acampamento Pakurity. Tendo o cuidado por considerar a perspectiva indígena do processo histórico do qual participam;
2. Os Indígenas: Identificar, tabular e mapear quem são os indígenas Kaiowá e Guarani, tanto os adultos como as crianças, que vivem no acampamento Pakurity e como se dá a rede de parentela;
3. As crianças: Elaborar uma etnografia das crianças Kaiowá e Guarani e como percebem a situação de acampamento, levando em conta as representações e vínculos com o território vivenciado, juntamente com a construção de sua identidade e, finalmente, mas não menos importante, levantar, identificar e escrever algumas histórias contadas pelas crianças Kaiowá e Guarani referentes ao uso da terra, dos caminhos e das trilhas que as interligam, tanto com a rede de parentela, como com a toda a comunidade.

Na primeira ação, *A História*, se faz necessário levantamento e leituras bibliográficas com as produções relacionadas ao tema abordado, tanto da história dos Kaiowá e Guarani no estado, como a do acampamento Pakurity e a atual situação do processo de regulamentação fundiária.

Os Indígenas, a segunda ação, envolveremos alguns procedimentos, tais como: entrevistas semiestruturadas, técnicas de gravação, filmagens e fotografias. E com o intuito de, além de levantar informações sobre a rede de parentela, elaborar um diagrama de parentesco e mapas georreferenciados do acampamento Pakurity somado a confecção de croqui com a distribuição dos espaços de ocupação das famílias. Cabe lembrar que a descrição etnográfica do trabalho de campo será referencial para a compreensão de quem são os indígenas Kaiowá e Guarani e como percebem a situação de acampamento, principalmente, na tentativa de auxiliar o entendimento na cosmovisão das crianças indígenas.

A terceira e última ação é voltada para o universo das crianças. Sabedores que diferentes das sociedades euro descendentes, consideramos como crianças indígenas segundo a cosmovisão da comunidade tradicional, desta forma, serão escolhidas ao redor de 10 crianças na faixa etária de 6 a 15 anos, no período da escolarização. Conforme contato já estabelecido pela pesquisadora para atender as necessidades do projeto de iniciação científica. Com essas crianças e com as demais que quiserem participar, será utilizada a técnica da roda de conversa (utilização da técnica do “grupo focal”) e oficinas (técnica do desenho, como forma de expressão de sentimentos, representação e compreensão da realidade). Tudo isso visando registrar, mapear e elaborar uma Etnografia das crianças Kaiowá e Guarani, levando em conta a forma de como percebem a situação de acampamento.

Ainda faz-se necessário para atender os requisitos desta pesquisa, levantar, identificar e escrever algumas histórias contadas pelas crianças Kaiowá e Guarani referentes ao uso da terra, dos caminhos e das trilhas que interligam, tanto a rede de parentela, como a comunidade toda. Crespe escreve sobre como se dão essas trilhas:

Como os parentes ficam separados uns dos outros, são construídas trilhas que ligam uma casa a outra, denominadas de *tape po'i*. Estes caminhos servem para atender à necessidade de comunicação entre os parentes, fortalecendo as relações comunitárias e formando uma “rede de comunicação” entre as famílias (CRESPE, 2009, p.24).

Mediante a importância desses caminhos e das trilhas cabe escrever e relatar as histórias contadas pelas próprias crianças durante o trajeto que percorrem enquanto se deslocam para casas de seus parentes. Para isso, se faz necessário a realização da observação participante e de conversas informais, buscando como finalidade compreender e acompanhar o cotidiano das crianças, sendo assim, registrar no caderno de campo momentos que nos darão subsídios para compreender o modo como as crianças pensam a respeito da vida em acampamento. Buscaremos observar como esta realidade as afetam e quais as representações que as crianças apresentam da própria situação provisória e como compreendem a luta pela recuperação dos territórios tradicionais.

Em tudo isso, acredita-se que teremos dados para a análise de como as crianças estabelecem relação com o lugar onde vivem e como reproduzem aquele espaço em suas conversas, desenhos e também em suas relações com o coletivo.

Após a coleta de dados segue o momento em que as filmagens, gravações de áudio e as entrevistas serão transcritas e analisadas. Esse é um momento delicado e de suma importância, pois não é interesse da pesquisadora perder alguma informação ou mesmo se perder no meio de tantos dados. Para isso cabe uma atitude de total disciplina e atenção.

A pesquisa encontra-se no fechamento de todos os procedimentos do primeiro trabalho de campo, finalmente, estamos no ato de escrever, ou seja, passar para o papel toda a prática antropológica até aqui vivenciada.

O passo seguinte será a realização de outros trabalhos de campo com maior duração de dias para a produção de todos os dados necessários para a pesquisa.

No final da pesquisa, com o trabalho escrito finalizado e com a aprovação da pesquisa, faz-se necessário mais uma ida ao acampamento a fim de entregar para a comunidade a dissertação concluída. Essa atitude é uma tentativa de mostrar para a comunidade o respeito e a gratidão pela oportunidade e pela liberdade recebida enquanto a pesquisadora esteve no seio da comunidade.

RESULTADOS ATÉ AGORA OBTIDOS

A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento. A realização do primeiro trabalho de campo com as crianças indígenas da aldeia Pakurity nos proporcionou um primeiro resultado sobre a percepção que tais crianças desenvolvem com o seu território, os quais serão apresentados na sequência desse trabalho.

O tekoha Pakurity

O acampamento Pakurity está localizado na BR 463 a 20 km do perímetro urbano de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1), contando com aproximadamente 15 barracos de lona que se espalham ao longo de um canal de água e segundo o senhor Bonifácio, líder indígena, no acampamento há 87 pessoas distribuídas em 10 famílias e mais 80 crianças. Ainda, afirma que dia 12 de agosto de 2013 o acampamento saiu da beira da rodovia e retorna, mais uma vez, a um pedaço de terra de uma mata ciliar que é fragmento da área total de seu *tekoha*.

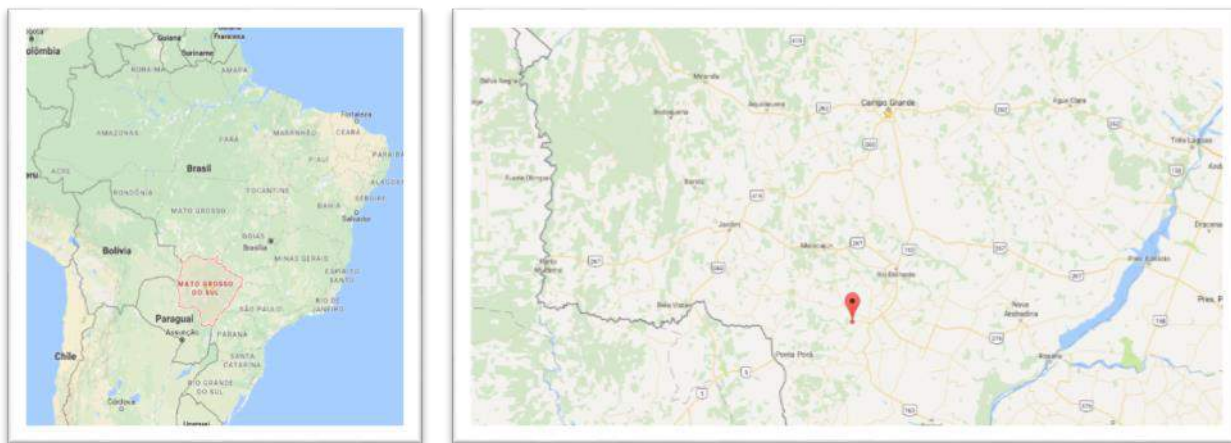


Figura 1: Localização do acampamento Pakurity. **Fonte:** Imagem de satélite do Google Maps – Acesso no dia 25 de Agosto de 2016 às 10hs

Na BR463 encontramos uma estrada de terra que dá acesso à entrada do acampamento Pakurity. Logo ao lado da cerca que separa a BR e o acampamento podemos enxergar uma casa tradicional com uma pequena plantação de banana. Todo esse território está inserido em uma propriedade maior, ou seja, essa primeira casa avistada é separada por um campo de plantação que se estende até as demais casas do acampamento. Logo na chegada já é possível perceber a presença de crianças indígenas que vão se agrupando ao nosso redor. Para sairmos da primeira casa avistada e chegarmos ao lugar de reuniões é preciso cortar uma área de plantação até chegar a beira da mata ciliar, onde encontramos um pequeno barracão coberto com galhos e lona preta, não tem nenhuma parede e possui alguns troncos horizontais que servem como assento. Atrás desta área de reunião e adentrando na mata encontra-se uma pequena nascente de água que serve como uma das duas fontes para a sobrevivência e para a utilização dos afazeres diários dos indígenas.

As condições de vida nesta aldeia, em situação de acampamento não diferem da realidade de outros. As dificuldades enfrentadas cotidianamente são inúmeras. Crespe acrescenta:

Como o lugar não oferece as condições necessárias para a sobrevivência torna-se necessário estabelecer alternativas e estratégias que permitam a permanência deles ali, por isso, a maioria dos homens precisam trabalhar como diaristas nas roças vizinhas ao acampamento. Como o acampamento não oferece espaço para plantar, nem água para

consumo, o recurso encontrado é seguir até à mata, que fica do lado de dentro da propriedade, para ter acesso à água, lenha e remédios (CRESPE, 2009, p. 61).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela comunidade encontramos uma recepção bem calorosa e aconchegante de um grupo de indígenas que foram se aglomerando ao redor dos visitantes. Em sua maioria são crianças, alegres, risonhas e muito ativas. Correm e brincam de um lado pro outro e se comunicam entre si e conosco. Por essa recepção e pelo contato tão próximo com as crianças indígenas é que foi possível, depois de um certo tempo de convivência, selecionar algumas para realizar os desenhos acerca das percepções de seu território, e as análises que aqui serão apresentadas.

Os desenhos das crianças

Neste contexto, nos perguntamos: como fazer para se ouvir a voz das crianças Kaiowá? As palavras de Manuel Jacinto Sarmiento traz a seguinte reflexão:

No entanto, o paradoxo maior da expressão “ouvir a voz das crianças” reside não apenas no facto de que ouvir não significa necessariamente *escutar*, mas no facto de que essa “voz” se exprime frequentemente no silêncio, encontra canais e meios de comunicação que se colocam fora da expressão verbal, sendo, aliás, frequentemente infrutífero os esforços por configurar no interior das palavras infantis aquilo que é o sentido das vontades e das ideias das crianças. Mas essas ideias e vontades fazem-se “ouvir” nas múltiplas outras linguagens com que as crianças comunicam. Ouvir a voz é, assim, mais do que a expressão literal de um acto de auscultação verbal (que, aliás, não deixa também de ser), uma metonímia que remete para um sentindo mais geral de comunicação dialógica com as crianças, colhendo as suas diversificadas formas de expressão (SARMENTO, 2011, p 28).

O autor acrescenta que *o desenho infantil insere-se entre as mais importantes formas de expressão simbólica das crianças*. Dessa maneira selecionamos a técnica de desenhos como forma de expressar a percepção das crianças indígenas da aldeia Pakurity em relação ao seu território, lembrando que as mesmas encontram-se em situação de acampamento, o que pode modificar a compreensão da realidade de suas vidas no dia a dia.

Foram 25 desenhos confeccionados por onze crianças indígenas da idade de 06 a 15 anos da aldeia Pakurity. Para a realização da técnica com desenhos, reunimos as crianças na área de reuniões e entregamos papel branco e lápis coloridos sortidos a cada uma, com o pedido de que desenhassem, conforme a sua maneira (Figura 2, 3 e 4), o que achavam da vida no acampamento, ou seja, que desenhassem seu cotidiano.

Sentadas no chão, nos bancos ou em pneus abandonados e até mesmo deitadas, cada criança fez o seu desenho durante um certo tempo. Cabe salientar que cada folha equivale a um desenho feito por uma criança indígena, pois houve a participação de alguns adultos, mas os desenhos produzidos por eles não foram considerados para o estudo em tela.

Para a análise dos desenhos utilizamos a classificação dos mesmos, em seis grupos conforme os seguintes temas: 1. *Flora* - Desenhos referentes a vida vegetal; 2. *Fauna* – Temas referentes a vida animal; 3. *Terra* - Desenhos referentes a terra, ou relações com o ambiente; 4. *Lagos* - Temas referentes a lagos ou rios;

5. *Temas Tradicionais* - Desenhos referentes a objetos de uso tradicional da cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity e 6. *Outros Temas* – aqueles que não se apresentam na cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity (elementos externos à sua cultura tradicional).



Figura 2, 3 e 4: Crianças do acampamento Pakurity desenhando. *Fonte:* Arquivos da pesquisa, 2014.

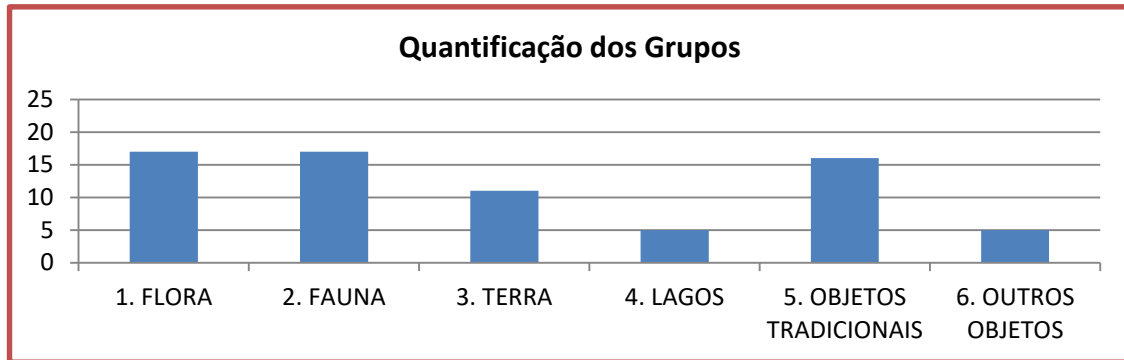
Após a atividade do desenho das crianças, continuamos entre elas na comunidade, visitando seus espaços de convivência, recreação e de relações sociais. Os desenhos uma vez recolhidos, foram separados nas temáticas apresentadas acima, para a análise, seis grupos referidos. A tabela 1, abaixo, apresenta os resultados obtidos desta primeira classificação dos desenhos. Cabe salientar que é uma classificação nossa, e que cada desenho pode apresentar temas presentes em vários grupos.

TABELA 1

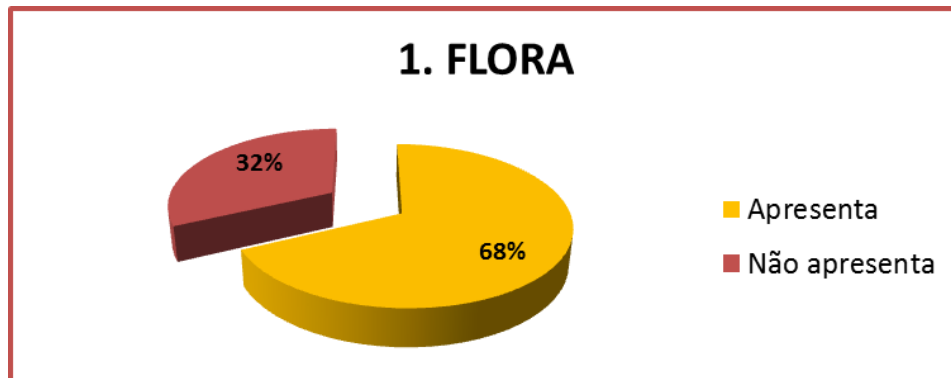
	1. FLORA	2. FAUNA	3. TERRA	4. LAGOS	5. TEMAS TRADICIONAIS	6. OUTROS TEMAS
QUANTIDADE	17	17	11	5	16	5

Para melhor visualização segue abaixo o gráfico com os respectivos resultados da Tabela 1, ou seja, a distribuição quantitativa dos desenhos das crianças, a partir da classificação apresentada para a análise:

TABELA 2

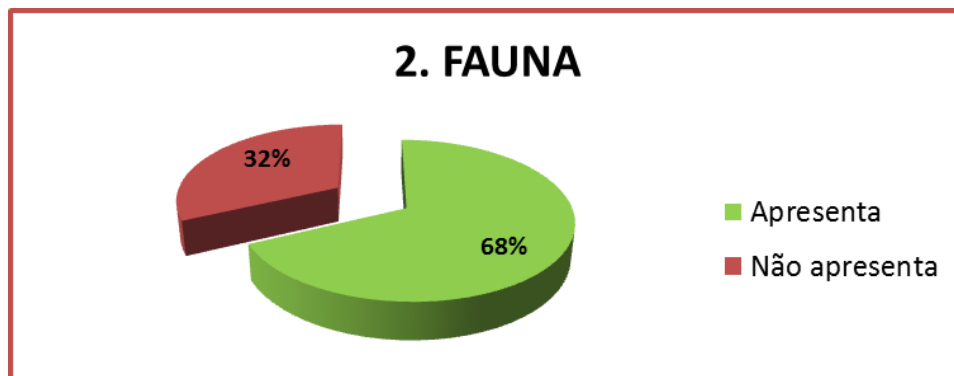


No grupo temático 1. *Flora* - Elementos referentes a vida vegetal – apresentam temas referentes a árvores, flores e plantas. O gráfico abaixo mostra que 68% dos desenhos realizados pelas crianças indígenas apresentam o tema de árvores, montanhas, plantas, flores e gramas. Dos 25 desenhos realizados pelas crianças 17 deles continham alguns desses objetos.



QUADRO 1: Tema 1 – FLORA

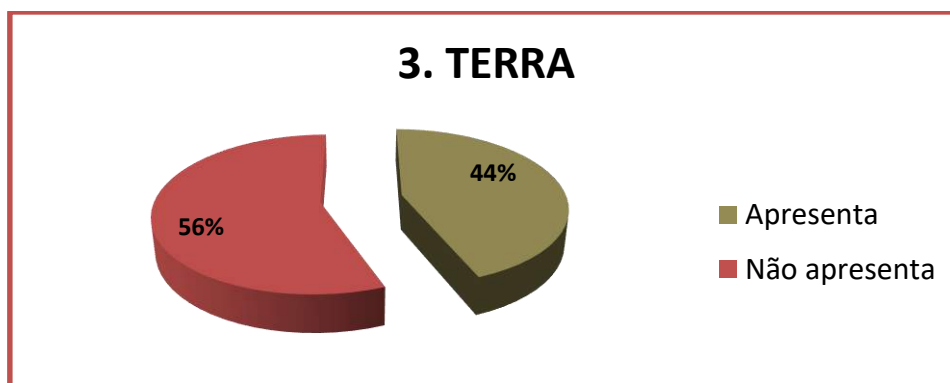
No gráfico do tema 2. *Fauna* – Elementos referentes a vida animal – Encontramos a presença deste tema em 68% dos desenhos os quais apresentavam alguma espécie de animal. Os animais contidos nos desenhos são: pássaros, tatu, cobra, peixes, cachorro, cavalo, touro e onça.



QUADRO 2: Tema 2 – FAUNA

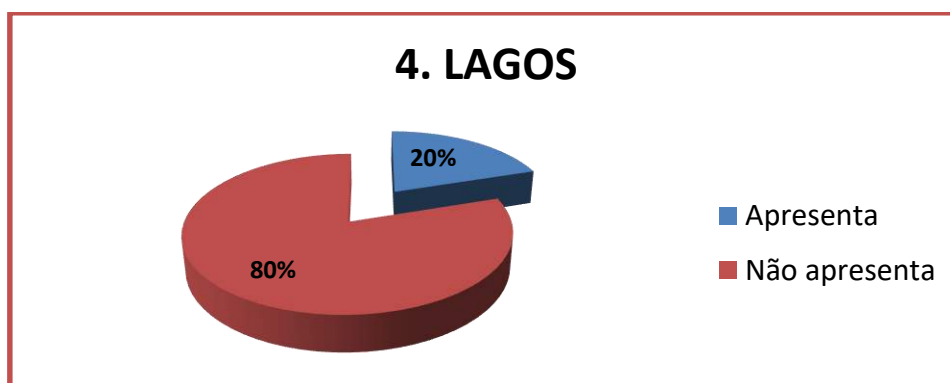
3. *Tema da terra* - Elementos referentes a terra são encontrados em 11 desenhos. Contamos como tema referente a terra toda imagem que delimita o espaço físico (chão) no desenho, como exemplo,

montanhas, caminhos, estrada ou uma determinada região cercada. Caso o desenho apresente uma casa tradicional, mas sem a delimitação do solo, não foi considerado. Se fossemos somar todos os desenhos que tem a possibilidade de uma representação do solo ou uso da terra, apenas 2 dois desenhos não se encaixariam, pois os dois apresentam apenas objetos tradicionais (diadema indígena, arco, flecha e maracá). Nesse sentido foram 44% dos desenhos que apresentam, de forma expressa, algum objeto referente a terra.



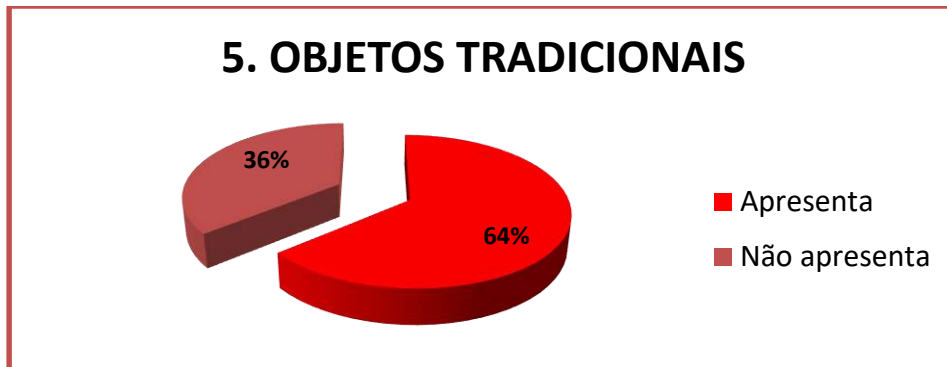
QUADRO 3: Tema 3 - TERRA

4. *Lagos* – Desenhos referentes a lagos ou rios foram expressados em 20% dos desenhos, sendo que dos 25 desenhos realizados quatro deles continham objetos relacionados a lagos e um relacionado a rio.



QUADRO 4: Tema 4 – LAGOS

Elementos como casa tradicional, espécie de diadema indígena, arco, flecha, maracá, fogueira, cacique e até um pajé estiveram presentes em 64% dos desenhos, ou seja, temas pertencentes ao cotidiano da vida tradicional do grupo. Abaixo o quadro 5. Temas Tradicionais - Objetos de uso tradicional da cultura Kaiowá e Guarani - Pakurity.



QUADRO 5: Tema 5 – TEMAS TRADICIONAIS

No grupo 6. *Outros Temas* obtivemos 20% dos desenhos que apresentaram figuras que não estão inseridos no dia a dia das crianças Kaiowá do acampamento Pakurity. São 5 desenhos, sendo que os elementos são a imagem de casas de alvenaria e de 01 uma escola (imagens estereotipadas). Esses objetos por mais que remetam a cultura não indígena, elas estão cada vez mais presentes e próximas do seu cotidiano. Cabe a indagação de que até que ponto a casa de alvenaria e a escola ainda não fazem parte da cultura das crianças da aldeia Pakurity.



QUADRO 6: Tema 6 – OUTROS TEMAS

Cabe ressaltar que o maior índice apresentado nos desenhos faz referência aos grupo temáticos 1 e 2 (presentes em 17 desenhos) seguido do grupo 5 (presentes em 16 desenhos), que representam a *flora* (68%), *fauna* (68%) e *Temas Tradicionais* (64%) os quais interligados fazem referência ao modo de viver em relação com a *terra*, tema segue em quarto lugar com 44% e presente em 11 dos desenhos. Isso demonstra que os desenhos das crianças reproduzem o *teko porã*, ou seja, o modo de viver e ser de um Kaiowá e Guarani. Para a melhor ilustração da classificação e dos resultados aqui apresentados selecionamos três desenhos para possamos visualizar alguns temas utilizados pelas crianças da aldeia Pakurity (Figuras 5 a 7) e que representam seu cotidiano, a relação com o meio ambiente e a cultura tradicional.

A figura abaixo mostra um desenho que contém uma pequena *flor* no canto direito e mais duas quase ao centro e parte inferior da folha, as quais são representadas no Grupo 1 – *Flora*. Os demais temas apresentados nesse desenho nos remete ao Grupo 5 - *Temas tradicionais*. Em sua maioria notamos que os objetos são a tipificação de uma indígena com *cocar* de penas, um *Maracá*, arco e flecha. Outro elemento

que quase passa por imperceptível é uma pequena borboleta no lado direito da folha. O desenho apresentado traz imagens dos Grupos 1, 2 e 5 (Flora, Fauna e elementos da cultura Tradicional).

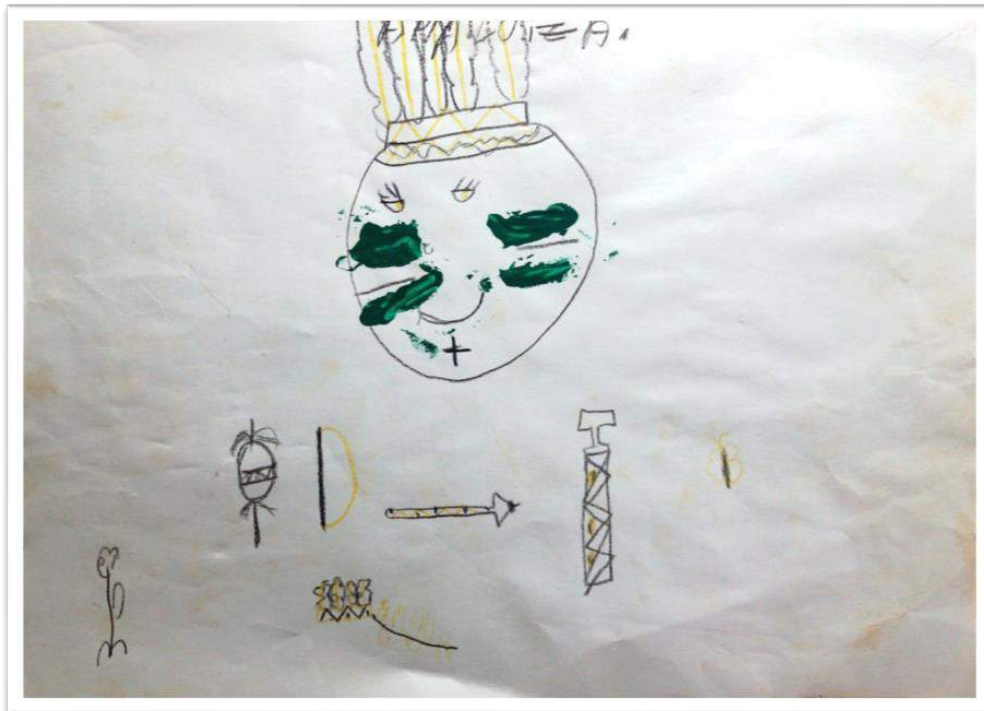


Figura 05: Desenho classificado nos grupos 1, 2 e 5. **Fonte:** Arquivo da pesquisa, 2014.

Na apresentação da Figura 06 apresenta significativa quantidade e variedade de temas contidos no desenho. Contem temas da flora (árvores), da fauna (tatu, cobra e cachorro), da terra (linha horizontal abaixo da casa que nos remete a existência de um solo), um lago, uma casa tradicional e uma casa de alvenaria. Os seis grupos mencionados são apresentados nesse desenho pela criança indígena.



Figura 06: Desenho classificado em vários grupos temáticos. **Fonte:** Arquivo da pesquisa, 2014.

Esta Figura 07 contem apenas objetos de uso tradicional (Grupo 5) da cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity. Não cabe aqui a discussão se o *cocar* (*jeguaká*) utilizado pelos Kaiowá e Guarani são confeccionados com penas ou com pequenos penachos de lã, apenas queremos trazer o significado de um objeto de uso tradicional para uma criança indígena através do desenho.

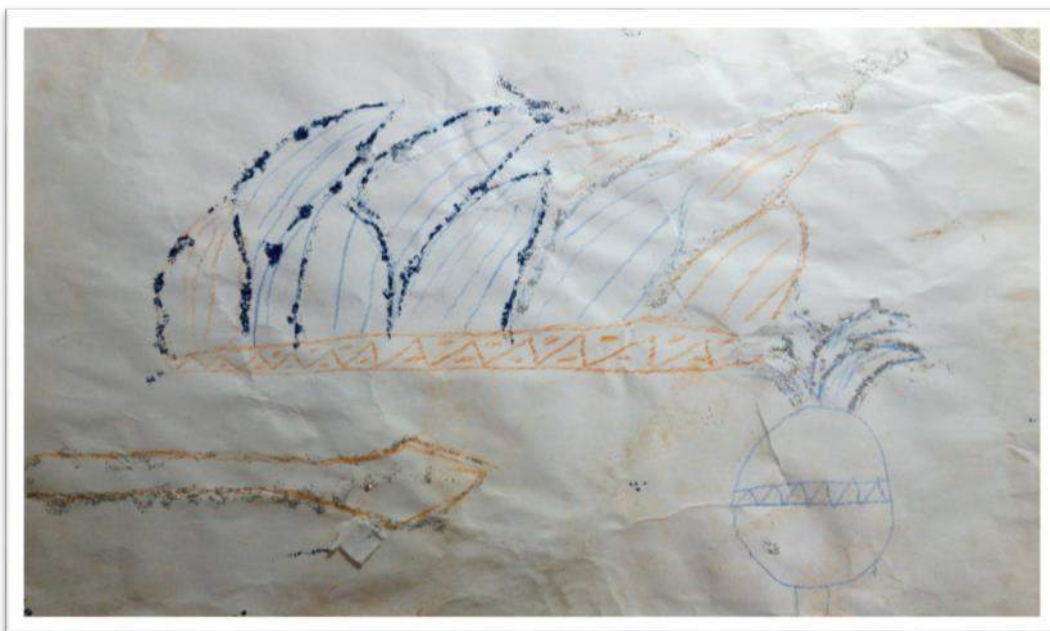


Figura 07: Desenho classificado no grupo 5. **Fonte:** Arquivo da pesquisa, 2014.

A partir destas manifestações específicas na forma de desenho, por parte das crianças da comunidade do Pakurity, demonstram a intrínseca relação entre estas e seu território, assim como em relação às manifestações culturais tradicionais.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados levantados através dos desenhos, produzidos pelas crianças, constatamos que, em sua maioria, fazem referência a temas que envolvem elementos da *flora*, *fauna* e de *objetos tradicionais*, seguidos pelo tema da *terra*. A primeira constatação é que o modo de viver dos indígenas Kaiowá e Guarani, em específico, das crianças nesta comunidade, vivem em profunda relação com seu território tradicional e seu entorno.

A análise dos desenhos demonstra e reproduz o *teko porã*, ou seja, o modo de ser kaiowá e guarani vivenciado pelas crianças da aldeia Pakurity. Isso acontece por reconhecerem o território como sua área tradicionalmente ocupada e o único espaço possível para reproduzirem o seu modo de ser, sendo assim, o retorno ao *tekoha* é vital e de suma importância a ponto de enfrentarem todos os tipos de desconfortos, principalmente os sociais e políticos.

Conhecedores do Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, esse trabalho vem, mais uma vez, salientar o direito que os povos indígenas possuem de terem costumes, línguas, religiões e organizações sociais distintas daquelas válidas à sociedade nacional, mesmo conhecedores da situação histórica dos Kaiowá e Guarani, neste caso, referimo-nos aos que se encontram no sul do estado de Mato Grosso do Sul, que é caracterizada pela negligência em muitos de seus direitos, principalmente na perda de seus territórios.

Esta constatação choca-se com a realidade atual das comunidades Kaiowá e Guarani, em especial, aquelas em situação de acampamento, realidade de extrema vulnerabilidade e desrespeito aos direitos humanos básicos desta população. Esta realidade histórica de perda do território tradicional e suas consequências segue comprometendo o modo de ser tradicional deste povo (*ñande reko*), assim como compromete o crescimento saudável destas crianças e todos os direitos inerentes ao ordenamento jurídico nacional e internacional.

Diante do direito da posse e permanência em seus territórios tradicionais e a atual realidade de negação do acesso ao seu *tekohá* enfrentada pelos indígenas, traz como consequência uma situação de constante conflito fundiário. A partir desse contexto, as crianças sinalizam, através dos desenhos, a importância da vida no acampamento, cercadas de animais e vegetação.

Devido à realidade precária de sobrevivência nas retomadas, os indígenas são forçados a se adaptarem às novas exigências da vida em situação de acampamento, pois o local não oferece condições básicas para a sobrevivência e os levam a transitar por vários outros espaços, seja devido à ausência da escola na retomada, ou ainda a busca dos postos de saúde nos centros urbanos. Mesmo em contato com todos esses cenários os desenhos revelam temas contidos no cotidiano das crianças indígenas no acampamento, ou seja, em seu *tekoha*. Demonstrando, assim, que o território é imprescindível à preservação e a reprodução

de sua cultura e que as crianças possuem uma profunda relação física, afetiva e simbólica com a terra e com os elementos de sua cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA URQUIZA, A. H (Org.). *Cultura e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2013. 334 p.
- AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. (Org.). *Crianças Indígenas: Diversidade Cultural, Educação e Representações Sociais*. Brasília: Liber Livro, 2011. 292 p.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*; tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Práticas pedagógicas en la aldeã y recreación de la escuela desde la cosmologia Guarani. In: GARCIA, S. M.; PALADINO, M. (compiladoras). *Educación escolar indígena: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.
- BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em História), PUC – Porto Alegre. 1993.
- BRAND, Antônio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese de Doutorado em História - PUCRS, Porto Alegre, 1997.
- BRAND, Antônio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus*, V. 3(4): 137-145. Campo Grande, 2004.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*. 2013.470f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2013.
- CHAMORRO, Graciela. *História Kaiowa. Das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015, 320 p.
- CIMI. RELATÓRIO: Violência contra os povos indígenas no Brasil, Dados de 2013. Disponível em: http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf >. Acessado em: 3/11/2014.
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CRESPE, Aline C. L. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009)*. (Mestrado em História). UFGD - Dourados. 2009.
- DAMAZIO, Reynaldo Luiz. O que é criança in: *Primeiros passos*. Ed Nova Cultural Ltda, São Paulo.
- DUARTE, Bonifácio Reginaldo. Entrevista [22 jan. 2014] Entrevistadora: Sônia Rocha Lucas. Rio Brillhante (acampamento Pakurity), 2014. Anotações em caderno de campo. Entrevista concedida no âmbito do projeto de iniciação científica (PIBC/CNPq) desenvolvido por Sônia Rocha Lucas junto à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge & PEREIRA, Levi M. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados, Editora UFGD, 2009.

- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge & PEREIRA, Levi M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, Rodrigo Luiz S. et al. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados, Editora UFGD, 2010, pp. 185-208.
- GOMES, Ana Maria R.; SILVA, Rogério Correia da; DINIZ Levindo. Infância indígena, escolarização e globalização: uma análise a partir da experiência das escolas indígenas em Minas Gerais. In: NASCIMENTO, Adir Casaro; URQUIZA, Hilário Aguilera; VIEIRA, Magno Naglis (Orgs.). *Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais*. Brasília: Liber Livros, 2011. p. 206-227
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2010.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Guarani Ñandeva. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298>. Acessado em:22/11/2013.
- LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.). *Crianças indígenas: Ensaio Antropológico*. São Paulo: Global, 2002.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Editora Unesp. 3 ed. São Paulo, 2000
- PEREIRA, Levi Marques. Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. *Tellus*. (Campo Grande) ano 10, n. 18, p. 115-137, jan. / jun. 2010.
- PEREIRA, Levi Marques. *Mobilidade de processo e processo de territorialização entre os Guarani atuais*. História em Reflexão, Dourados, 1(1): 1-33, 2007.
- PEREIRA, Levi Marques. No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.) *Crianças indígenas: Ensaio Antropológico*. São Paulo: Global, 2002.
- RELATÓRIO *Violência contra os povos indígenas no Brasil- DADOS DE 2013*. CIMI, Brasília, 2013. Disponível em: < http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf >. Acesso em: 3 de novembro de 2014.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: FILHO, Altino José Martins; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas: Autores Associados, 2011.

Recebido em:04/08/2016
Aprovado em:15/09/2016
Publicado em:15/10/2016

**“ERAN SÓLO INDIOS...” LA CONSTRUCCIÓN DE LA ALTERIDAD *MBYA* EN EL ALTO
PARANÁ DE MISIONES, ARGENTINA (1920-1960)**
“THEY WERE JUST INDIANS...” THE CONSTRUCTION OF *MBYA* OTHERNESS IN THE
ALTO PARANÁ OF MISIONES, ARGENTINA (1920-1960)
*(“ERAM SÓ ÍNDIOS...” A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE *MBYA* NO ALTO PARANÁ DO MISIONES,
ARGENTINA [1920-1960])*

Marilyn Cebolla Badie
Maria Cecilia Gallero

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



“Eran sólo indios...” La construcción de la alteridad *Mbya* en el Alto Paraná de Misiones, Argentina (1920-1960)

Marilyn Cebolla Badie¹
Maria Cecilia Gallero²

Resumo: No presente artigo propomo-nos analisar as representações da sociedade regional “branca” sobre os indígenas *mbya*, na área do Alto Paraná, Misiones, Argentina, no período que decorre do início da colonização privada (1920) –com a ocupação permanente do território *mbya* e sua vasta floresta- até a posterior organização do Estado provincial e o fim do processo de colonização na região (início da década de 1960). Temos estruturado o artigo em três partes: na primeira descrevem-se as frentes colonizadoras. Na segunda se expõem alguns relatos de viajantes e pesquisadores que chegaram a Misiones em meados do século passado e visitaram aldeias indígenas. Relatam-se também as ações da recém-criada Junta de Estudos Históricos da província. Já na última parte, com base no trabalho de campo, analisamos brevemente o modo em que se forjaram as relações interétnicas e a maneira em que foi construída a alteridade *mbya*, tanto da perspectiva dos imigrantes colonizadores como da sociedade “branca” em geral.

Palavras-chave: relações interétnicas, situação de contacto, construção de alteridade, *mbya*, Misiones.

Resumen: En el presente artículo nos proponemos analizar las representaciones de la sociedad “blanca” regional sobre los indígenas *mbya*, en la zona del Alto Paraná, Misiones, Argentina, en el periodo que transcurre desde el inicio de la colonización privada (1920) –con la ocupación permanente del territorio *mbya* y sus extensas selvas– y la posterior organización del estado provincial y el final del proceso de colonización en la región (principios de la década de 1960). Hemos estructurado el artículo en tres partes: en la primera se describen los frentes colonizadores, en la segunda se exponen algunos relatos de viajeros e investigadores que arribaron a Misiones a mediados del siglo pasado y visitaron aldeas indígenas, como así también las acciones de la recién creada Junta de Estudios Históricos de la provincia y en la última parte, a partir del trabajo de campo se analiza brevemente cómo fueron las relaciones interétnicas y cómo se fue construyendo la alteridad *mbya* desde la perspectiva de los inmigrantes colonizadores y la sociedad “blanca” en general.

Palabras clave: Relaciones interétnicas, situación de contacto, construcción de alteridad, *mbya*, Misiones.

Abstract: In this article we analyze the representations of regional “white society” in relation to *Mbya* Indians, in the area of Alto Paraná, Misiones, Argentina. We have worked in the period between the beginnings of private colonization (1920), -with European immigrants that occupied permanently the *Mbya* territory- to the subsequent organization of the provincial government and the end of the colonization process in the region (early 1960s). We have structured the article into three parts: the first one is about the settlement fronts expansion, the second describes some accounts of travelers and researchers who arrived to Misiones in the middle of the last century and visited Indian villages, as well as the actions of the recently new created Council of Historical Studies of the province; and in the last part, based in our fieldwork, we briefly discuss how were the interethnic relationship in the colonies and how it was built the *Mbya* otherness from the perspective of immigrant settlers and the “white” society in general.

Keywords: Interethnic relationship, contact situation, construction of otherness, *Mbya*, Misiones.

¹ Doctora en Antropología Social de la Universidad de Barcelona (UB), Espanha. Profesora adjunta-Departamento de Antropología Social- Universidad Nacional de Misiones, Argentina. Investigadora del CINA. Departamento de Antropología-Universidad de Barcelona, Espanha.

² Doctora en Historia pela Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), Argentina. Instituto de Estudios Sociales y Humanos, Universidad Nacional de Misiones - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina.



Figura 01: Indígenas en Eldorado, c. 1930. Gentileza: Bernardo Fändrich

En nuestra larga búsqueda de datos sobre los primeros contactos sostenidos por inmigrantes europeos e indígenas *mbya* en Misiones, entrevistamos al hijo de Helmut Fändrich, quien fue un conocido fotógrafo alemán de la ciudad de Eldorado y sus colonias. Y entre los cientos de fotografías revisadas en su archivo personal, encontramos las dos imágenes de la Foto 1. En ellas se observa un grupo de indígenas, probablemente una familia *mbya*, compuesto por tres hombres, tres mujeres y varios niños, incluyendo bebés que están siendo amamantados. A lo lejos se ve el río Paraná y detrás, las selvas de las costas paraguayas.

Las fotografías están tomadas en la década de 1930 y en las ropas puede verse ya la influencia de la sociedad regional, los hombres y los niños varones están vestidos como peones rurales, llevan pantalones remendados, camisas y pañuelos. Sin embargo, las mujeres visten la falda tradicional o tupyjaa y dos de ellas llevan la capa o ikupeao aunque según se aprecia, confeccionadas con telas industriales y no con los tejidos propios. En una de las niñas pequeñas pueden observarse los pendientes triangulares distintivos de las mujeres *mbya*, elaborados con las valvas de un molusco. Uno de los hombres sostiene un arco y varias flechas mientras que otro porta manojos de hierbas. Las mujeres dirigen la mirada hacia el suelo o evitan mirar al fotógrafo. No sabemos en qué circunstancias fueron obtenidas estas imágenes, puede haberse tratado de un encuentro casual. Al contrario del resto de las fotos del archivo, no hay datos en su reverso y como epígrafe sólo figura la palabra *ohne*, en alemán, “sin”, es decir, sin referencias, sin fecha, sin nombres...³

Estas fotografías, que constituyen un valioso documento debido a las dificultades para encontrar imágenes de indígenas en Misiones dentro del periodo de tiempo que nos hemos propuesto, son un pequeño ejemplo de los obstáculos que existen a la hora de conocer cómo fueron los primeros contactos en la provincia.

³ Entrevista a Bernardo Fändrich en Eldorado, 13/06/2012.

En este artículo nos hemos centrado en describir de qué manera se fue construyendo la imagen del indígena a partir de las primeras relaciones con inmigrantes de origen europeo, de los relatos de algunos viajeros y estudiosos, y de las posteriores acciones del recién creado gobierno provincial.

El encuentro entre “indios” y “blancos” se describe aquí desde la visión de los colonos inmigrantes y de la sociedad regional en general. Sus representaciones sobre los indígenas determinaron la construcción de ese “otro” hasta entonces desconocido. Las relaciones de poder se establecieron de allí en más, entre actores legitimados por la autoridad del Estado nacional y actores estigmatizados que se convirtieron en marginales en la construcción de la nueva sociedad misionera.

El presente trabajo forma parte de un proyecto mayor denominado Memorias del Contacto, que desde nuestras respectivas disciplinas: la antropología social y la historia, desarrollamos desde el año 2005 en la provincia de Misiones, al nordeste de Argentina (Mapa 1. Misiones en Sudamérica). La búsqueda de información se realizó en archivos de museos, iglesias, cooperativas agrícolas y bibliotecas tanto en distintos lugares de la provincia como en Buenos Aires y ciudades de Alemania, Suiza y Estados Unidos. Se llevó a cabo un intenso trabajo de campo con numerosas entrevistas a personas ancianas de ambos sexos: inmigrantes europeos (especialmente alemanes, alemanes-brasileños y suizos por ser las colectividades mayoritarias en el Alto Paraná), paraguayos, argentinos e indígenas *mbya* que vivieron en la época que nos interesa en esta investigación, entre 1920 y 1960; y en algunos casos también se entrevistó a sus descendientes. Hemos tenido acceso a documentación personal, colecciones de fotografías, diarios y libros inéditos que nos fueron cedidos por los protagonistas de esa época o por sus familiares.

En líneas generales, en la historiografía regional existe escasa información sobre los primeros contactos entre los que de aquí en más llamaremos “blancos” en referencia a los no indígenas e “indios”. En las biografías, memorias e historias de pueblos en los que se encuentra alguna mención a las relaciones con indígenas, ésta suele consistir en comentarios de tipo paternalistas o claramente despectivos. Las situaciones de fricción interétnica, noción propuesta por Roberto Cardoso de Oliveira (1996, 2007) para describir el contacto entre “segmentos de la sociedad regional y pueblos tribales” que resulta en “poblaciones dialécticamente unificadas a través de intereses diametralmente opuestos, aunque paradójicamente interdependientes” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007, p. 23) fueron obviadas en estos relatos, pero sin embargo, surgieron en los testimonios recogidos a lo largo de nuestra investigación.

La formación de la sociedad misionera, si la pensamos como un entramado social, siguiendo el planteo de Claudia Briones, fue un proceso que resultó de la incidencia de múltiples factores en los que interesa señalar cómo “los grupos se construyen como comunidades”, reconociendo a su vez que ninguno de esos “colectivos” es producto exclusivo de quienes se adscriban como sus “miembros” (BRIONES, 1998, p. 15). En este sentido, tal como explica la autora:

“La aboriginalidad es un proceso complejo de producción cultural de una forma *sui generis* de alteridad y, en relación a ello, que esta alteridad opera siempre en el marco de procesos de construcción de hegemonía que procuran articular prácticas económicas, político-jurídicas e ideológicas según nociones metaculturales históricamente cambiantes, y por lo tanto contingentes, de distintividad cultural y/o racial” (BRIONES, 1998, p. 19).

En el marco del análisis de las representaciones de la sociedad regional que contribuyeron a este proceso de construcción de hegemonía, describiremos en primer lugar los frentes colonizadores, luego, expondremos algunos relatos de viajeros e investigadores que arribaron a Misiones a mediados del siglo pasado y visitaron aldeas indígenas, como así también las acciones de la recién creada Junta de Estudios Históricos de la provincia, la cual tendría un fuerte peso en las decisiones del gobierno provincial sobre la población indígena en la época. Y por último, a partir del trabajo de campo se analizaremos brevemente cómo fueron las relaciones interétnicas y cómo se fue construyendo la alteridad *mbya* desde la perspectiva de los inmigrantes colonizadores y la sociedad “blanca” en general.

1. FRENTES COLONIZADORES EN EXPANSIÓN

A partir de la creación del Territorio Nacional de Misiones (1881) la llegada de inmigrantes fue continua, ya sea a través de la ocupación espontánea o de modo organizado por la vía de la colonización oficial o privada.

La zona denominada Alto Paraná, que en Misiones se extiende desde la localidad de Corpus Christi hasta Puerto Iguazú y desde el río Paraná hasta las Sierras Centrales, comenzó a ser explotada a fines del siglo XIX para la extracción de yerba mate silvestre y de las especies maderables de mayor importancia (Mapa 2. Región del Alto Paraná, Misiones). A fines de 1919 se inició la actividad colonizadora por compañías privadas, las cuales accedieron a la propiedad de tierra e hicieron posible el ingreso y el acceso a un territorio que había estado vedado por la propia inaccesibilidad de la selva paranaense, y porque hasta entonces eran tierras que habían quedado en manos privadas luego de la venta realizada antes de la federalización de Misiones (STEFANUK, 1999).

La formación de compañías dedicadas a la colonización se relaciona con dos coyunturas; por un lado, a la necesidad de realizar inversiones por grupos de la élite nacional, y por otro, a la llegada de inmigrantes que buscaban tierras donde asentarse. El éxito de la colonización oficial desarrollada en el sur del Territorio (Perié de Schiavoni y Zouvi, 1985; Gallero y Kraustofl, 2010) contribuyó a que llegaran empresarios particulares que impulsaron la organización de importantes colonias, como las de Eldorado, Montecarlo y Puerto Rico, todas éstas a la vera del río Paraná. El acceso al archivo particular de la Compañía Colonización y Explotación de Bosques Eldorado, sito en la ciudad homónima, fue fundamental para analizar el proceso de ocupación de las mismas y ahondar en su estructuración territorial (GALLERO, 2009).

Los emprendimientos colonizadores de Puerto Rico–San Alberto, Montecarlo y Eldorado se iniciaron en tierras que habían tenido alguna relación con la Compañía Introdutora de Buenos Aires (CIBA), las que estuvieron lideradas respectivamente por los empresarios alemanes Carlos Culmey y Adolfo Schwelm, y finalmente se concentraron bajo la administración de la Compañía Eldorado.

En esta colonización desde sus inicios el objetivo fue seleccionar inmigrantes de origen germánico, así Thomas Kopp en sus memorias sobre el Alto Paraná, afirma que Culmey, además de asentar la gente “severamente separada por confesión”, es decir, católicos y protestantes, pensaba que en las nuevas colonias se debían admitir solamente alemanes que hubieran “pasado la escuela de la selva en Brasil. De los recién llegados de Alemania no se podía contar con la fortaleza para el rápido desarrollo de las colonias” (Kopp, 1949, p. 189, cursiva en el original). No obstante, Schwelm además de aceptar germanos, también “introdujo razas nórdicas y anglosajonas”; así, en un primer momento llegaron suecos, escandinavos y germanos a Eldorado, y más tarde, destinó Colonia Victoria para los inmigrantes anglosajones.

En cuanto a la población indígena, el discurso oficial asumía que éstos habían desaparecido luego de la expulsión de los jesuitas a fines del siglo XVIII, y en el caso de que existieran poblaciones remanentes, éstas no serían consideradas un obstáculo para la colonización, puesto que se estimaba que el proceso de modernización terminaría asimilando a esa población “nómada” y “primitiva”, como se la denomina en los textos de la época (WILDE, 2005).

Existía la necesidad de presentar la situación de Misiones como una tierra de naturaleza exuberante, suelos fértiles y futuro prometedor en que la población indígena había desaparecido o se había retirado pacíficamente a zonas inaccesibles (CEBOLLA BADIE, 2013)

2. INDÍGENAS, CRIOLLOS Y COLONOS INMIGRANTES

En este apartado hemos centrado nuestro interés en analizar algunas categorías y conceptos que permiten entender cómo se fue construyendo la alteridad *mbya* en la región del Alto Paraná y en la provincia en su conjunto.

Al indagar acerca de las relaciones interétnicas en el pasado, una cuestión común, reiterada en el trabajo de campo, fue la generalización y confusión entre criollos e indígenas por parte de los inmigrantes. Esta situación obliga a que en primer lugar se presenten los distintos actores sociales fundamentales en este proceso de construcción de alteridad.

La etnia *mbya*, cuyo idioma pertenece a la familia lingüística tupí-guaraní, ocupaba originalmente un territorio que abarcaba los departamentos orientales de Paraguay, la provincia de Misiones en Argentina y el sudeste de Brasil hasta el océano Atlántico. Esta vasta región coincide con el ambiente de

selva paranaense o mata atlántica brasileña, una selva subtropical húmeda con una gran diversidad, en la cual los *mbya* se asentaron en las zonas que presentaban condiciones ambientales favorables al desarrollo del *ñande reko*, “modo de ser” o “sistema de vida” *mbya* (CEBOLLA BADIE, 2013). Existió siempre una amplia movilidad por su territorio aún después de la creación de las fronteras de los estados nacionales. Y si bien en Misiones actualmente la población de la etnia *mbya* es mayoritaria, también hay aldeas chiripá o *ava katu ete*, otro grupo étnico de la misma familia lingüística⁴; situación que se repetía en el siglo pasado y por lo que es difícil discernir a cuál de estas dos etnias pertenecían las personas protagonistas de los encuentros con los inmigrantes, aunque consideramos por el trabajo de campo realizado con los *mbya* para esta investigación, que se referían principalmente a ellos.

Según los relatos obtenidos en las entrevistas tanto a colonos como a indígenas sobre la incorporación de estos últimos al trabajo en las chacras, todos coincidieron en que empezaron a trabajar de manera frecuente para los “blancos” a partir de la producción de tung⁵ en la provincia, cuando eran empleados para la cosecha de los frutos. Y si consideramos que el periodo de máxima expansión de este producto fue entre 1946 y 1960 (GOROSITO KRAMER, 1983; CEBOLLA BADIE, 2013), teniendo en cuenta también, los testimonios de los *mbya* acerca de la evasión del contacto continuo con los “blancos”, es muy probable que las menciones anteriores en que peones rurales eran considerados “indios guaraníes” se refirieran, en realidad, a criollos de origen paraguayo.

Referirse a la población criolla implica remontarse a la colonización española en América, cuando se identificaba con esa palabra a los hijos de españoles nacidos en el continente americano, y luego se hizo extensivo a los mestizos descendientes de indígenas y españoles (STOLCKE, 2007). En este sentido, el término “criollo” se constituyó en una generalización que no tuvo en cuenta las diferentes variables en el tiempo y en la región.

En Misiones, se denominó criollo a todo aquel que no fuera descendiente de europeo, más tarde, los inmigrantes los llamaron “nativos” (confundiéndolos con los indígenas) y luego, se identificó como tales a los trabajadores rurales, en su mayoría paraguayos, que cruzaban el río Paraná para trabajar como peones y que por ser mestizos, poseían rasgos indígenas y hablaban el idioma guaraní, a menudo, como única lengua.

Por su parte, para los inmigrantes de habla germana –que por razones sociohistóricas fueron la mayoría de los entrevistados– la denominación frecuente para los “nativos” era *Hiesige*, “los de aquí”, o *Eingeboren*, “los nacidos aquí”, estos términos abarcaban por igual a indígenas y criollos⁶.

⁴ En 2008 la población *mbya* en Misiones era de 5.520 personas y la población chiripá o *ava katu ete*, de 1000. (VV. AA. 2009)

⁵ Tung (*Vernicia fordii*), árbol originario de China que se planta con fines comerciales, de sus frutos se extrae un aceite utilizado en pinturas y barnices.

⁶ *Eingeboren*: [adj.] significa indígena, nacional del país, los aborígenes. *Hiesig*: [adj.] de aquí, de este país, los nacionales, los naturales del país, los hijos del país, los criollos.

Arnoldo Naujorks en su libro *Infierno Verde Alto Paraná* (1994) nombra como “indios” a los criollos argentinos y paraguayos. En la versión original en alemán, habla de *Eingeborenen (Indianer)*, es decir que los identifica como “nativos indígenas”.

Esta confusión es frecuente en los escritos de otros colonos, como por ejemplo, en las memorias del inglés Ferguson J. Cooper (1986) asentado en Colonia Victoria, donde se refiere a los peones criollos que contrataba en su chacra como “guaraníes”, sin embargo, la descripción que realiza de éstos denota claramente que no se trataba de indígenas; también viajeros y escritores como Reginald Thompson (1940) nombran a los criollos como “*Paraguayan Indian*”, ubicándolos en la misma categoría que “indios”.

Y a estos actores sociales, se suma un tercero, de carácter polifacético, pues cambia según su origen, es decir los inmigrantes alemanes, alemanes-brasileños, suizos, polacos, ucranianos, rusos, italianos y escandinavos, entre otros, quienes mostraban diferencias de acuerdo a las pautas de su capital social y cultural. Estos inmigrantes recibieron la denominación de “colonos”; a partir de entonces ambos términos pasaron a ser indisociables, sobre todo al sentenciarse como una unidad por la denominada “ley Avellaneda”, en la cual, se definía como inmigrante a “todo extranjero que llegara a nuestro país en buques a vapor o a vela, pagando pasaje de segunda o tercera clase, o teniendo el viaje pagado por cuenta de la Nación...”⁷. Con el pasar del tiempo, las nociones de esta ley van a cristalizarse y “si alguna novedad se verifica, ella tiene que ver con el fortalecimiento ulterior de algunas nociones como el de inmigrante-europeo-colonizador” (DEVOTO, 2004, p. 40).

Esta consolidación marca una de las principales particularidades de la historia argentina y como plantea Rita Segato:

“Cada historia nacional particular produce una matriz. Fracturas idiosincráticas de esa historia dan forma a su diversidad interior, y los fragmentos son forzados a articularse mutuamente, con la nación como un todo y con los agentes del Estado Nacional. Se trata de un juego de interrelacionamientos múltiples y simultáneos, de una configuración históricamente determinada, que afecta la recepción de cualquier grupo o conjunto de bienes, y afecta, también, la inserción en el horizonte de la Nación...” (SEGATO, 2007, p. 184).

Horizonte en el que se han ido “triangulando históricamente Indios, Inmigrantes y Criollos”, al decir de Claudia Briones, y ha creado una argentinidad que permite “identificar consistencias, porosidades y fisuras performativas de la nación como estado” (BRIONES, 2004, p. 77). Diversidad porosa que para el caso de Misiones, analizaremos brevemente en los siguientes apartados.

2.1 Descripciones de la “otredad” desde el prejuicio y el desconocimiento

⁷ Ley Nº 817 *De inmigración y colonización*, promulgada el 19 de Octubre de 1876 durante la presidencia de Nicolás Avellaneda. Artículo 12: De modo que el término “colonización” es utilizado para describir una acción planificada, ya sea por el Estado o por una empresa particular, que tiene por objetivo ocupar la tierra, donde el colono es quien la ocupa y la cultiva.

Para la década de 1940 los frentes colonizadores ya estaban consolidados y la transformación del Alto Paraná era notable a causa del cambio de una economía extractiva a una productiva. La agricultura extensiva estaba afianzada, representada principalmente por los cultivos de yerba mate, cítricos, tabaco, mandioca y tung, se habían talado grandes extensiones de selva y se seguían fundando pueblos y colonias; fue entonces que la sociedad misionera trató la existencia de indígenas de manera “oficial”.

La “Conferencia sobre la reivindicación del Indio y su integración a la vida Civil”, de Emilio Abelleira, maestro y visitador de escuelas nacionales, brindada en septiembre de 1943 por iniciativa de la Junta de Estudios Históricos de Misiones, es un ejemplo de cómo eran visualizados los indígenas en la época. Y tal como describe el historiador Héctor Jaquet, la Junta recientemente creada funcionaría:

“(…) como una especie de laboratorio para la fabricación de *artefactos culturales* que operarían como *puntos de referencia básicos* para la sociedad misionera, y que pretendían fijar o cristalizar los *sentidos de pertenencia* o de *comunidad colectiva* al mismo tiempo que sus miembros se convertían en intelectuales, expedicionarios y/o científicos”. (JAQUET, 2005: 188, cursiva en el original).

Tzvetan Todorov plantea que “los discursos son acontecimientos, motores de la historia, y no solamente sus representaciones. (...) No son sólo las ideas las que hacen la historia; también actúan las fuerzas sociales y económicas; pero tampoco las ideas son un puro efecto pasivo. (...) son ellas las que hacen posibles los actos; y luego, permiten que se los acepte: son, después de todo actos decisivos” (TODOROV, 2013, p. 15).

La conferencia que brinda Abelleira se transforma en un *acto decisivo*, no sólo por la representación que hizo a partir de un viaje del que desconocemos mayores detalles, sino porque es un acontecimiento que marca el modo en que la sociedad regional verá de allí en más, a esos “otros” que hasta el momento parecían no existir para las autoridades gubernamentales. En sus palabras:

“Otro tanto se observa en las tolдерías de Caaguapé [Garuhapé] y Cuña-Pirú, en Misiones, bello territorio bendecido de Dios, donde ni un solo habitante debiera sufrir hambre y dolor. Enterado de que había casos sospechosos de poliomiélitis, fui en automóvil hasta donde era posible, acompañado del Auxiliar de Gendarmería señor Busolini, y después de recorrer unos 1.800 metros a pié, por entre pajonales y zanjones, llegamos hasta las enramadas donde viven los indios a la intemperie, piltrafas humanas, minadas por las enfermedades y el hambre. Varios niños y mujeres atacados de paludismo, cubiertos con harapos, tiritaban aún cerca del fuego y sus miradas lánguidas, dirigidas hacia nosotros, eran como un clamor y un reproche al mismo tiempo”. (Boletín de la Junta de Estudios Históricos, 1944)

Esta descripción que realiza Emilio Abelleira sobre quienes define como “piltrafas humanas” es un ejemplo del abismo que comenzaba a abrirse por los prejuicios implícitos en estos relatos. ¿Conversó Abelleira con los indígenas? ¿Se interesó por su forma de vida y los cambios que se estaban sucediendo? No lo sabemos, no dejó evidencias escritas de la perspectiva de ese “otro” al que juzgó desde su visión de la

“vida civilizada”. En su conferencia el indígena es descripto como un actor mudo que sólo reclama a través de la mirada.

Como corolario de este acontecimiento, la Junta de Estudios Históricos presentó a través de su presidente Casiano Carvalho un “Proyecto de Protección a los Indios en Misiones”. Los fundamentos de este proyecto se basaban en los “propósitos sociales” de la Junta y “la conveniencia de incorporar al núcleo étnico nativo en la formación de nuestro pueblo”, para lo cual proponían llevar a la práctica algunas gestiones como la realización de un censo de la población indígena, la creación de reservas de tierras fiscales para ellos y la inscripción de los niños en el Registro Civil (Boletín de la Junta de Estudios Históricos, 1944, p. 15). Es decir, los indígenas comenzaban a hacerse visibles y se discutía la necesidad de asimilarlos a la sociedad provincial que estaba conformándose.

Aunque la conferencia de Abelleyra merecería un análisis más detenido, se la menciona por dos motivos, el primero, porque sentó un precedente en la acción política del gobierno provincial hacia los indígenas y el segundo, porque sus comentarios teñidos de etnocentrismo fueron muy similares a los de otros viajeros que visitaron aldeas guaraníes en la misma época y cuyos relatos fueron publicados.

Como por ejemplo, la descripción que realiza Wanda Hanke en su visita a Misiones en el año 1934, con la “intención de visitar los restos de los indios Caingúá⁸”. Según su relato, en la zona de Campo Grande decide “entrar al monte acompañada de un muchacho criollo”, llega a lo que denomina una “toldería” de nombre Saltiño: “sólo había tres chozas con una docena de habitantes sucios, medio desnudos, con cabellos mal peinados que caían sobre los ojos y la mirada lúgubre y desconfiada” (HANKE, 1995, p. 17).

Por otra parte, Luis Fernando Ruez, un médico alemán que llegó en 1930 y vivió en varios puntos del Alto Paraná instalándose definitivamente en Puerto Rico (CEBOLLA BADIE y GALLERO, 2013), relata en su diario personal⁹ que a finales del año 1943 recibió la visita de Arnold Heim, un geólogo de la Universidad de Zürich, con quien fue “al monte a ver una tribu de indígenas” (Ruez, Diario, f. 272). Ambos fueron acompañados por Hans Nieslony¹⁰, yerno de Ruez. En la narración que realiza el mismo Heim sobre esta visita, dice que lo atrajo la curiosidad de “conocer a los indios primitivos del Paraná superior”:

⁸ Denominación que recibían los indígenas mbya.

⁹ El diario inédito del Dr. Ruez, llamado *Familien Chronik*, es un valioso testimonio de eventos históricos y hechos de la vida cotidiana tanto en Alemania como en Argentina en un lapso de tiempo que abarca desde fines del siglo XIX hasta la década de 1960. Escrito en alemán, las autoras realizaron la traducción y organización de gran parte de sus 311 páginas con la inestimable colaboración de la Sra. Rotraud Connert de Wieland.

¹⁰ Los descendientes directos de Hans Nieslony (nombrado por Heim como Nieslong), a quienes entrevistamos en la localidad de Puerto Rico en el año 2013, no conocían absolutamente nada de su amistad con los indígenas y no pudieron brindarnos ningún dato acerca de su “adopción” por parte de una tribu de indios chiripá como señala Heim (1967). Esta anécdota responde a situaciones recurrentes en nuestra investigación en que personas que mantuvieron contactos esporádicos con indígenas porque eran aficionados a la caza y visitaban aldeas en la selva, o porque sentían curiosidad sobre su modo de vida, excluyeron a sus familias de estas relaciones, por lo que los hijos y nietos entrevistados desconocen completamente esta información.

“Como de costumbre, pregunté por los antiguos *indios*, pero el único interesado en ellos era el médico, doctor Ruez. [...] Casualmente pasó por allí su cuñado Nieslong, quien había sido adoptado por los indios chiripá, una subtribu de los guaraní, y se ofreció a conducirme hasta aquellos primitivos, que vivían apartados en la selva. Desde el extremo de la carretera seguimos por un caminito, bosque a través, y en dos horas llegamos a un calvero en el que se levantaban tres chozas de madera y bambú. El jefe, una figura de aspecto lamentable, se presentó con una gorra roja y pantalones rotos y mugrientos. Los hombres se servían aún de grandes arcos, con flechas de 1,7 m. de longitud. Las mujeres y los niños, como los hombres, iban cubiertos con telas europeas; la muchacha llevaba incluso una falda negra” (HEIM, 1967, p. 178).

En su crónica, Ruez afirma “el Dr. Heim estaba contento con lo que encontramos” (Ruez, Diario, f. 272 anverso). Sin embargo, se sentía un tanto decepcionado por estos “primitivos, que vivían apartados en la selva”, ya que los encuentra “semicivilizados”. Hombres y mujeres están vestidos con ropas occidentales y para las fotos hace que las mujeres se desvistan, lo cual puede observarse en la colección fotográfica de su visita a Misiones¹¹ en que las mismas mujeres, una anciana y una joven, aparecen en tomas casi idénticas, en unas vestidas y en otras con los senos descubiertos, buscando resaltar lo “primitivo”.

Por otra parte, y volviendo a la conferencia de Abelleyra, con la provincialización de Misiones en 1953 y la acción social que el gobierno nacional estaba implementando, ésta encontraría eco en la creación de la “Dirección Provincial de Protección al Aborigen” dependiente del flamante Ministerio de Asuntos Sociales. En su fundamentación se considera que “existen aproximadamente 400 indígenas diseminados en los parajes Los Laureles (Colonia Victoria), Vaca Muerta (Fracrán), Fortaleza (Fracrán), Socorro, (Libertador General San Martín), Avellaneda (Montecarlo) y 9 de julio”. (Boletín Oficial del Gobierno de la Provincia de Misiones, Decreto 324, 8 de Junio de 1954, p. 20). Sin que sepamos de qué manera se obtuvo esta información, ya que no existen censos de la población aborigen en la provincia correspondiente a esos años.

El trabajo que había realizado Luis Fernando Ruez, quien fue el primero en atender a enfermos indígenas y recibirlos en su casa de Puerto Rico, propició que el Gobierno de Misiones lo nombrara “Protector de indios” en el año 1954¹². Ruez era conocido como el “médico de los indios”¹³ lo que no era bien visto por la población inmigrante de las colonias. El avance de la sociedad nacional hizo que se pensara en la figura de un “protector” para los indígenas, considerados de este modo en situación de minoridad. Sin embargo, estas iniciativas se vieron truncadas por el golpe militar de 1955, conocido en Argentina como la Revolución Libertadora¹⁴, quedando sin efecto su nombramiento y la asistencia que se daría a las aldeas.

Ahora bien, ¿Cómo fue el contacto en la vida cotidiana en las colonias? ¿Qué relaciones hubo entre colonos inmigrantes, criollos e indígenas?

¹¹ Las fotografías se encuentran en la biblioteca del Instituto Federal Suizo en Tecnología (ETHZ) en Zürich, Suiza.

¹² Entrevista a Matilde Zimmeck, viuda del Dr. Ruez, 87 años de edad, agosto de 2011 en Posadas.

¹³ Comunicación personal de Angela Fank, 21/06/2006 en Puerto Rico.

¹⁴ Entrevista realizada en Posadas el 25/06/2012 a Miguel Angel Alterach a los 89 años de edad, quien fue Ministro de Asuntos Sociales de Misiones en 1954.

3. LAS RELACIONES ENTRE “BLANCOS” E “INDIOS” EN LAS COLONIAS

Siguiendo al antropólogo brasileño Cardoso de Oliveira (2007) podemos afirmar que para estudiar la estructura y la dinámica de las relaciones interétnicas debemos conocer la situación determinada en que están insertas, la “situación de contacto”, la cual hemos descripto brevemente a lo largo de este trabajo y analizaremos aquí más detenidamente.

En las incipientes colonias del Alto Paraná las fronteras étnicas (BARTH, 1969) estaban fuertemente marcadas con escaso movimiento de un lado al otro; especialmente entre el grupo de inmigrantes europeos que se presentaba como un conjunto homogéneo a pesar de sus diferencias, y el resto, compuesto por criollos e indígenas. En la interacción, la identidad étnica se afirmaba por contraste, “negando” la otra identidad, que se visualizaba de manera etnocéntrica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007, p. 55.) En este caso, los valores de la sociedad europea a la que pertenecían los colonos y a los que adherían las políticas del gobierno nacional argentino, fueron elevados a la categoría de universales (TODOROV, 2013) negando o menospreciando los valores de los “otros”, como ya hemos visto claramente expuesto en los relatos del apartado anterior.

En el periodo de tiempo que abarca nuestro estudio, la sociedad “blanca” y la sociedad indígena parecen haber sido dos realidades diferentes con mínimos puntos de contacto, a pesar de que una ya había comenzado a afectar profundamente la organización social y los patrones de asentamiento de la otra.

Durante el trabajo de campo fue frecuente que recordando el pasado, personas que habitaban una misma zona nos dieran testimonios muy distintos respecto a la presencia indígena: por un lado, estaban los que decían no haberlos visto nunca en su niñez y adolescencia, en su realidad no existían, y su conocimiento sobre ellos se remitía a tiempos más recientes; y por otro, estaban aquellos que además de haber tenido algún contacto, sabían ubicar sus antiguas aldeas, podían contar anécdotas sobre las “costumbres de los indios” o los habían contratado para la realización de tareas agrícolas. ¿Cómo es posible que para una parte de la población inmigrante los indígenas fueran invisibles y para otra, totalmente presentes en una misma época y región?

Cabe recordar que en aquellos tiempos Misiones era considerada una región salvaje y hostil, cubierta por selvas interminables que escondían toda clase de peligros. Y los colonos, por su parte, eran inmigrantes que llegaban a un medio totalmente desconocido, muchos procedían de zonas urbanas y tenían formas de vida completamente opuestas a la que debieron enfrentarse en las colonias donde apenas había caminos y todo el transporte se hacía por el río Paraná. No se contaba con servicios de ningún tipo y las instituciones nacionales representadas por escuelas, destacamentos policiales, estafetas de correo o Juzgados de Paz, prácticamente no existían o se encontraban a grandes distancias unas de otras.

Las representaciones sobre el entonces Territorio Nacional comenzaban mucho antes de pisar su suelo, tal como relata Hans Studer, un inmigrante suizo que llegó a Argentina en 1936, acerca del conocimiento previo que tenían de la población indígena.

“Sabíamos que había indígenas... Porque en Buenos Aires nos dijeron... cuando nosotros dijimos que íbamos a ir a Misiones, dijeron: Dios mío, allá hay indios muy malos y hay animales, hay víboras, hay tigres. Pero era todo macana, no era tan malo, los indios eran tan mansos... mucho más mansos que los blancos, que los paraguayos y los alemanes-brasileros, eran gente muy pacífica los indios.” (Entrevista a Hans Studer, a la edad de 97 años en Ruiz de Montoya, 04/06/2006)

En este discurso, los “animales, víboras y tigres” se encuentran en el mismo nivel de peligrosidad que los “indios muy malos”. Pero Studer aclara que “era todo macana”, es decir, era mentira porque aunque se encontraron con indígenas éstos eran “más mansos que los blancos”, rehuían el contacto y se apartaban de los lotes de selva que paulatinamente iban siendo ocupados por los colonos.

En otro testimonio, Lidia Bischoff, cuyos padres, alemanes-brasileños, participaron de la fundación de la ciudad de Montecarlo en 1919, recuerda la docilidad de los indígenas y la visión que tenían los colonos sobre ellos:

“A medida que se iban vendiendo los lotes, ellos se retiraron, siempre eran discriminados. (...) los indígenas eran muy mansos, muy dóciles, cuando llegaban a una chacra y la gente los corría, ellos corrían, se iban. Claro, porque la gente los tenía como animales silvestres a ellos, no eran humanos, así, esa idea se tenía. Ellos no pertenecían a la comunidad.” (Entrevista a Lidia Bischoff, 76 años, en Puerto Rico, 16/06/2006).

La estrategia de evasión utilizada por los *mbya* para evitar el conflicto con los “blancos” que iban llegando y asentándose en la región fue considerada un signo de mansedumbre. Aparentemente, ninguna de las dos partes buscó el contacto en aquellos primeros tiempos de la colonización y la actitud esquiva de los indígenas fue comparada con la de los animales silvestres, poniéndose incluso en duda su condición de humanidad.

Asimismo, hemos recogido testimonios de colonos de origen alemán-brasileño principalmente, donde el temor que les inspiraban los aborígenes impidió cualquier intento de comunicación. En algunos casos, los entrevistados se refirieron a episodios de violencia vividos por sus antepasados en Brasil, aunque se debe aclarar que esto no fue lo habitual, en más de un siglo de colonización europea en el sur brasileño existieron algunos ataques aislados, aparentemente de grupos *kaingang*¹⁵, que fueron magnificados en el imaginario de la época (SCHMITZ, 1977).

El miedo expresado por quienes recuerdan encuentros con los indígenas en su infancia, se refiere, sobre todo, a su sorpresa al ver gente tan diferente, con costumbres que les parecían extrañas y con los que apenas podían comunicarse por señas, ya que ninguna de las dos partes hablaba español.

¹⁵ Etnia perteneciente a la familia lingüística Gê, cuyos territorios tradicionales se extendían por los actuales estados del sur de Brasil.

Algunos de estos encuentros fortuitos fueron vividos por los entrevistados cuando eran niños y asistían a la escuela, ya que generalmente debían caminar varios kilómetros por sendas apenas trazadas en la selva para llegar al establecimiento escolar. Una entrevistada de origen alemán, recuerda aún vívidamente la primera vez que vio indígenas en su niñez, en la década de 1940:

“Yo me acuerdo, una vez cuando íbamos a la escuela encontramos unos indios caminando, era una cosa que uno no podía creer! Iban casi desnudos, llevaban sus armas, sus flechas. Sentimos un poco de miedo, cuando pasaron los quedamos mirando porque las mujeres estaban semidesnudas, los chicos iban mamando!!” (Entrevista a Siegrist Jungton, 82 años, en El Alcázar, 08/08/2014)

Fueron varios los testimonios similares a este, encuentros de niños con grupos que se trasladaban utilizando los caminos recién abiertos en las colonias. Personas hoy ancianas, nos relataron que al verlos, corrieron para alejarse de ellos por el miedo que les inspiraban, o se escondieron entre la vegetación a la vera del camino para observarlos desde allí. Sin embargo, también en esos recuerdos se repite la frase “los indios no eran malos”, al parecer, nunca se registraron incidentes ni hechos de violencia de parte de los indígenas hacia los colonos en aquellas épocas.

Situación que no era la misma en la relación con los criollos, especialmente, con los peones paraguayos. Según cuentan los inmigrantes y sus descendientes, con el pasar del tiempo aprendieron que no debían temer a los indígenas sino a los criollos. En las entrevistas, fueron reiteradas las referencias a asaltos y a dos casos de asesinatos cometidos en la década de 1940 por trabajadores paraguayos en las chacras de colonos en el Alto Paraná (GALLERO, 2013), en contraposición a la “docilidad” y “mansedumbre” de los indígenas.

En cuanto a la relación con los *mbya*, varios informantes relataron que se acercaban a las casas en las chacras para pedir alimentos e intercambiar artesanías como cestos y tamices por ropa.

Así relató María Schedler, la primera vez que un grupo de indígenas se acercó a la casa de su familia en lo que actualmente es la localidad de Ruiz de Montoya. Habían llegado recientemente de Suiza, era el año 1938:

“No quiero hacer burla de ellos pero aquella vez nos tuvimos que reír y mis padres, sobre todo, mi madre, nos retaron, no querían que nos riéramos de los indios. ¿Y sabe por qué fue? Antes para sostener los calcetines de hombre, se usaba un elástico, como una liga. Y eso llevaba uno de los indios en el cuello, como si fuera un collar. Y estaba casi desnudo... Venían a pedir comida.” (Entrevista María Schleder, 82 años, en Ruiz de Montoya, 26/09/2005.)

En estos encuentros en que reinaba la incomprensión, los indígenas no eran considerados interlocutores válidos ni siquiera para obtener conocimientos necesarios para la vida en la selva. En los relatos de los inmigrantes entrevistados abundaron las referencias a su propia ignorancia sobre la flora y fauna nativa, la utilización de ciertos recursos naturales o acerca de las técnicas para el cultivo de la mandioca o el tabaco. Informaciones que más tarde, recibieron de colonos alemanes-brasileños que ya

habían vivido por algunas generaciones en Sudamérica, y de los criollos que contrataban para trabajar en sus chacras.

Como ejemplo de esta discriminación cabe mencionar que en aquellos tiempos, una de las fuentes de proteínas más frecuente en la dieta de los colonos eran los peces de ríos y arroyos. Para pescar se solía utilizar un aparejo de pesca indígena denominado *pari*, que ya conocían y usaban los peones paraguayos, el cual consiste en una barrera confeccionada con troncos y cañas que se coloca en ciertos sectores de los cursos de agua. Los recién llegados europeos se apropiaron rápidamente de esta técnica de pesca a la que cambiaron el nombre de *pari* a “parís”, describiéndola en más de una entrevista como propia de los colonos inmigrantes, negándose así su origen e invisibilizando a los indígenas una vez más.

Esta invisibilidad que apareció repetidamente durante nuestra investigación puede ser explicada como una forma de violencia (BOURDIN, 2010), la gente *mbya* existía en el mismo espacio y tiempo pero no era percibida ni escuchada.

Según las personas consultadas, no había ningún interés de parte de los colonos en conocer o interactuar con los “indios” porque representaban desde su punto de vista, un estadio atrasado en la idea de “progreso” y de este modo, fueron excluidos de la vida social en las colonias.

Incluso aquellos que mantuvieron algún tipo de contacto, lo hicieron desde la caridad y la compasión, tal como recuerda Elsa Vogt sobre su niñez en la colonia Cuña Pirú:

“En casa, papá era un hombre que recibía a todos. Él no hacía diferencias. Y los indígenas venían, sí, pero casi desnudos, con chiripá nomás... y la mujer con una pollera. Él les ayudaba cuando podía, a veces les daba ropa, pero era poca la ropa que teníamos, no había como hoy, ni pensar! Y cuando era así frío, venían y se ponían al lado de la chimenea que estaba afuera, y temblaban... pobrecitos de frío. Porque viste que antes, bueno, papá no era uno de esos... había muchos que despreciaban demasiado, y les decían” los negros”. (Entrevista a Elsa Vogt, descendiente de alemanes-brasileños, 85 años, en Garuhapé, 11/08/2011).

Como vemos en este testimonio, había diferencias entre los colonos que mantenían lo que se podrían denominar “relaciones mínimas” con los indígenas, y los que no tenían ninguna y despectivamente los llamaban “los negros”, el mismo apelativo que recibían los criollos, homogeneizándolos en esta representación de los “otros” no europeos. Así, en la escala social de las colonias, en la que había múltiples gradaciones, incluso entre los mismos inmigrantes según su origen, los “indios” estaban ubicados en el último peldaño.

Al entrevistar a una descendiente de alemanes que había vivido muy cerca de un asentamiento *mbya* y por este motivo había tenido una cierta relación con ellos, explicó así esta indiferencia de los colonos: “Eran indios y nada más, estábamos en nuestros problemas”¹⁶, refiriéndose al afán de los

¹⁶ Entrevista a Siegrist Jungton, idem supra.

inmigrantes por mejorar su situación económica y sus condiciones de vida, en general muy precarias en los primeros años de la colonización.

El escaso interés hacia los indígenas se basó también en la imposibilidad de utilizarlos como mano de obra en las chacras. Fue frecuente que en las entrevistas afirmaran “los indios no conocían la azada, no sabían trabajar”.

Luego, hacia mediados de la década de 1940, como ya hemos dicho, la plantación del tung en la provincia marcó el inicio del trabajo indígena en las explotaciones de los colonos. Quizás debido a las características que tiene la cosecha de este producto, en aquellos tiempos, familias enteras se dedicaban durante varios días a recoger los frutos del suelo y colocarlos en grandes bolsas, mientras acampaban en el lugar formando pequeñas comunidades. Y se debe mencionar que el pago no solía hacerse en dinero sino en provisiones y ropa usada.

De allí en más, los contactos parecen haber sido más frecuentes, la mayor parte de la información relevada desde fines de los '40 hasta 1960, se refiere al trabajo para los colonos aunque de manera estacional y manteniendo siempre una actitud evasiva e irracional desde el punto de vista de los patrones porque ante cualquier conflicto, los *mbya* abandonaban el lugar y se retiraban al monte.

ALGUNAS CONSIDERACIONES FINALES

Este artículo es una primera aproximación a la descripción y análisis de las relaciones interétnicas en el Alto Paraná misionero, en las décadas (1920-1960) en que los frentes colonizadores pusieron en contacto a inmigrantes europeos, criollos e indígenas, que de allí en más serían caracterizados como “blancos” e “indios” por la sociedad regional.

Si bien nos hemos centrado aquí en las representaciones sobre el “otro” indígena desde la perspectiva de los colonos, de algunos viajeros y estudiosos que visitaron la zona y del incipiente gobierno provincial; en nuestro largo trabajo etnográfico, hemos obtenido también información sobre la visión de los *mbya* ante la llegada de los colonos y la ocupación del territorio. La memoria acerca del retroceso permanente hacia zonas de selvas aún no explotadas y posteriormente, el trabajo esporádico en las chacras de los “blancos” para poder sobrevivir, está presente en los relatos de los ancianos y se exterioriza en los discursos de los líderes indígenas.

Si para varios de los inmigrantes europeos entrevistados e incluso criollos, los indígenas fueron casi invisibles, no fue la misma situación para ellos, sus movimientos y por ende, su organización política y social, se verían profundamente afectados por la paulatina apropiación de los lotes y el posterior desmonte.

Como decíamos al comienzo del artículo, las situaciones de “fricción interétnica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, 2007) que con seguridad abundaron en el Alto Paraná, están ausentes en el discurso “oficial” sobre aquella época en que se exalta la epopeya vivida por los inmigrantes al vencer a la selva y traer la civilización a tierras tan salvajes (WILDE, 2005). Las relaciones mantenidas con los indígenas en la vida cotidiana en las colonias son prácticamente desconocidas, como también lo son las relaciones entre criollos e indígenas. Y en cuanto a la interacción entre los inmigrantes europeos y los criollos argentinos y paraguayos, que tampoco ha merecido estudios en profundidad, de igual forma pueden ser analizados como dos grupos étnicos en fricción en el que a partir de la colonización, uno se convirtió en propietario de la tierra y el otro, pasó a ser simplemente un “ocupante” (GALLERO, 2013).

En el paulatino proceso de construcción de la hegemonía nacional, el avance de la sociedad “blanca” legitimó a unos actores sociales y estigmatizó a otros, sentando las bases de las representaciones sobre la alteridad *mbya* que primarían de allí en más. Como explica la antropóloga Claudia Briones (1998), la marcación étnica de los “otros internos” en el estado nacional, contribuye a su hegemonización. Y lo que sucedió en Misiones en las primeras décadas del siglo XX permite comprender el desarrollo posterior de las relaciones interétnicas en la región, en la que los descendientes de aquellos inmigrantes se convirtieron en ciudadanos plenos reuniendo las características de “argentinidad” buscada por el Estado y los indígenas continuaron siendo aún por mucho tiempo, los “otros” desconocidos y subordinados.

BIBLIOGRAFÍA CITADA

- BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- BOURDIN, Jean-Claude. La invisibilidad social como violencia. In: *Universitas Philosophica*, n. 54, Año 27: 15-33, 2010.
- BRIONES, Claudia. *La alteridad del “Cuarto Mundo”*. Buenos Aires: Ediciones el Sol, 1998.
- BRIONES, Claudia. Construcciones de aboriginalidad en Argentina. In: *Bulletin de la Société Suisse des Américanistes*, n. 68, p. 73-90, 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Etnicidad y estructura social*, México: CIESAS, 2007.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.
- CEBOLLA BADIE, Marilyn y GALLERO, María Cecilia. Las relaciones blanco-indio a través del registro fotográfico en Misiones (1920-1960). In: GIORDANO, Mariana y REYERO, Alejandra. *Identidades en foco. Fotografía e investigación social*. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas (IIGHI - CONICET) - UNNE, 2012, p. 91-110.
- CEBOLLA BADIE, Marilyn y GALLERO, María Cecilia. Luis Fernando Ruez, un médico particular. In: *Revista Regional Somos Puerto Rico*, Año 5, n. 21, p. 28-29, noviembre-diciembre, 2013.
- CEBOLLA BADIE, Marilyn. Espacio, territorio y resistencia simbólica en los *mbya* de Misiones, Argentina. In: OROBITG, Gemma y LAVIÑA, Javier. *Resistencia y Territorialidad: movimientos indígenas y afroamericanos*, Serie Estudios de Antropología Social y Cultural 15. Barcelona: Departamento de Antropología Social e Historia de América y África, Universidad de Barcelona, 2008, p. 289-311.
- CEBOLLA BADIE, Marilyn. *Cosmología y naturaleza mbya-guaraní*. Tesis (Doctorado en Antropología Social). Universidad de Barcelona, Barcelona. 2013.
- COOPER, Ferguson J. *Where you go- I go*. England: F.J. Cooper, 1986.
- DEVOTO, Fernando. *Historia de la Inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2004.
- GALLERO, Cecilia. *Con la Patria a Cuestas. La inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones*, Buenos Aires: Araucaria Editora – Instituto de Investigaciones Geohistóricas, UNNE, 2009.
- GALLERO, Cecilia. Memorias inversas: criollos vs. colonos a través de un estudio de caso sobre el imaginario en la colonización de Misiones. In: GIORDANO, Mariana, SUDAR KLAPPENBACH, Luciana e ISLER, Ronald. *Memoria e imaginario en el Nordeste Argentino. Escritura, oralidad e imagen*, Rosario: Prohistoria, 2013, pp.183-216.
- GALLERO, Cecilia y KRAUSTOFL, Elena. Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970). In: *Avá. Revista de Antropología*, n. 16, p. 245-264, diciembre 2009.
- GOROSITO KRAMER, Ana María. *Encuentros y Desencuentros. Relaciones Interétnicas y Representaciones en Misiones, Argentina*. Tesis (Mestrado en Antropologia) Universidade de Brasilia, Brasilia, 1983.
- HANKE, Wanda. *Dos años entre los Caingúá*. Buenos Aires: Colección Mankacén, 1995.

- HEIM, Arnoldo. *América del Sur. La vida y la naturaleza en Chile, Argentina y Bolivia*. Barcelona: Ed. Labor, 1967.
- JAQUET, Héctor. *En otra historia*, Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2001.
- JAQUET, Héctor. *Los combates por la invención de Misiones*. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2005.
- KOPP, Thomas *Die Siedlung im Walde*, Buenos Aires: Verlag "El buen libro", 1949.
- MISIONES, Archivo General de la Gobernación, *Boletín Oficial*, 1954.
- MISIONES, Junta de Estudios Históricos, *Boletín*, 1944.
- NAUJORKS, Arnoldo. *Grüne Hölle am Alto Paraná*. Montecarlo: el autor, 1994.
- PERIE de SCHIAVONI, Ángela y ZOUVI, Susana. *La Colonización en Misiones: 1° Parte (Contexto internacional, nacional y sus antecedentes)*. Posadas: Centro de investigaciones histórico-culturales, Instituto de Investigación, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNaM, 1985.
- SEGATO, Rita. *La Nación y sus Otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- SCHMITZ, Arsenio. *Neue Heimat in Nova Petropolis*. Roma: Verlag der Gregorianische Universität, 1977.
- STEFANUK, Miguel Ángel Patrón de Asentamiento: su evolución histórica en la Provincia de Misiones. In: *Jornadas de Poblamiento, Colonización e Inmigración en Misiones*, Posadas: Ed. Montoya, 1999, p. 301-310.
- STOLKE, Verena. Los mestizos no nacen sino que se hacen. In: STOLKE, Verena; COELLO, Alexandre, *Identidades ambivalentes en América Latina (siglos XVI-XXI)*. Barcelona: Bellaterra, 2007, p. 14-51.
- THOMPSON, Reginald. *Voice from de wilderness*. London: Faber and Faber, 1940.
- TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los otros*. México: Siglo XXI, 2013.
- VV. AA. *Guarani Reta 2008, Los pueblos guaraníes en las fronteras*. Asunción: UNAM, ENDEPA, CTI, CIMI, ISA, UFGD, CEPAG, CONAPI, SAI, GAT, SPSAJ, CAPI, 2009.
- WILDE, Guillermo. *Imaginario contrapuestos de la selva misionera. Una exploración por el relato oficial y las representaciones indígenas sobre el ambiente*. 2005. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/JOV01Geopoliticadelaecologia/Wilde>. Consultado : 12/10/2016.

Recebido em:01/08/2016
Aprovado em:15/09/2016
Publicado em:15/10/2016

ALQUILER DE TIERRAS Y TERRITORIOS INDÍGENAS EN EL PARAGUAY
THE RENTAL OF INDIGENOUS LANDS AND TERRITORIES IN PARAGUAY
(*ALUGUEL DE TERRAS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO PARAGUAI*)

Marcelo Bogado
Rafael Portillo
Rodrigo Villagra

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Alquiler de tierras y territorios indígenas en el Paraguay

Marcelo Bogado¹

Rafael Portillo²

Rodrigo Villagra³

Resumo: O arrendamento de terras indígenas por fazendeiros de soja e do setor pecuarista do Paraguai se opõe às garantias de proteção consagradas aos povos originários nas leis do país. No entanto, sua extensão em alguns casos afeta mais de 60% das aldeias indígenas, por exemplo, do Departamento (Estado) de Alto Paraná. Este artigo demonstra as contradições entre o quadro jurídico, a política institucional e a prevalência generalizada deste fenômeno na Região Oriental, principalmente em casos de aldeias Ava e Mbya Guaraní e as consequências que isso implica nas suas condições de vida e em como determinar as possibilidades de autodeterminação.

Palavras-chave: Povos indígenas no Paraguai; Arrendamento de Terras Indígenas; Neocolonialismo; Soja no Paraguai.

Abstract: The renting of indigenous lands by soya producers and cattle ranchers in Paraguay contradicts the legal guarantees of this country. However, the extension of such phenomenon affects the 60% of the indigenous communities of, for instance, the department of Alto Paraná. This article shows the contradictions between the law, the institutional policies and the way this phenomenon pervades within the Eastern Region of Paraguay. It focuses in Ava and Mbya Guaraní communities showing the consequences in their life conditions and how it determines the possibilities for their self-determination.

Keywords: Indigenous Peoples in Paraguay; Renting of Indigenous Lands; Neocolonialism; Soya in Paraguay.

Resumen: El alquiler de tierras indígenas por sojeros y ganaderos en el Paraguay se contraponen a las garantías de protección consagradas en las leyes del país. Sin embargo, su extensión afecta en algunos casos a más del 60% de las comunidades indígenas de departamentos como Alto Paraná. Este artículo demuestra las contradicciones entre el marco jurídico, la política institucional y la extensión generalizada de este fenómeno a nivel de la Región Oriental, principalmente en casos de comunidades Ava y Mbya Guaraní, así como las consecuencias que el mismo acarrea en las condiciones de vida y cómo determina las posibilidades para su autodeterminación.

Palabras clave: Pueblos indígenas en Paraguay; Alquiler de Tierras Indígenas; Neocolonialismo; Soja en Paraguay.

INTRODUCCIÓN

Los 19 pueblos indígenas (DGEEC, 2015, p. 21) que existen en el Paraguay han ocupado territorios que, según un primer reconocimiento oficial hecho por el Estado en 1977, abarcarían más del 75% de la superficie del territorio nacional actual (406.752 km²), unos 305.000 Km².

¹ Master en Estudios latinoamericanos con énfasis en Antropología pelo Instituto de Investigación en Ciencias Sociales (ICSO), Chile; Candidato a Investigador del Programa Nacional de Incentivo a los Investigadores del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (PRONII-CONACYT), Paraguai.

² Licenciado en Sociología pelo Instituto de Investigación en Ciencias Sociales (ICSO), Chile.

³ Doctor en Antropología Social, Tierraviva y Candidato a Investigador del Programa Nacional de Incentivo a los Investigadores del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (PRONII-CONACYT), Paraguai.

Este reconocimiento de la ocupación ancestral indígena podría definirse conforme a los criterios más amplios de territorialidad indígena que Pedro García (2001, p. 628-629), ha conceptualizado. Uno de ellos es el criterio de la territorialidad originaria que “remonta el derecho, y la delimitación territorial, a la época previa a la Conquista”. Otro, la ocupación tradicional que “se trata de reivindicar y definir como propios los espacios territoriales que están en la memoria colectiva de las actuales generaciones (...) sea que esté enteramente bajo su control o que haya sido objeto de usurpaciones y desmembramientos en los últimos años” (Ibídem).

Sin embargo, las sucesivas políticas modernas de restitución de tierras indígenas del Estado paraguayo, que van desde las décadas finales de la dictadura stronista (70s y 80s) hasta el presente, no han considerado como objetivo explícito la restitución de territorios ancestrales, en el sentido de espacios integrales y extensivos para el ejercicio de la autodeterminación política, económica y cultural de los pueblos indígenas. La política del Estado paraguayo en la práctica ha sido y sigue siendo la restitución de tierras a comunidades con extensiones limitadas. Así las tierras indígenas son predefinidas desde un sesgo agrarista, de manera similar a las colonias campesinas, y no como territorios en un sentido amplio.

Esta distinción es importante, ya que en función de la definición territorial que asuma el Estado paraguayo dependerá el cómo analizar el fenómeno de alquiler de tierras indígenas. Si hablamos apenas de una prohibición legal de alquiler de tierras comunitarias, estamos sólo frente a un hecho ilícito más. Si consideramos un poco más allá, desde un panorama más sociológico el conjunto de derechos indígenas y garantías tutelares debidas del Estado hacia estos, podríamos ver una contradicción de normas legales y situaciones reales, que no deja de ser común en otros contextos. Incluso especulando teóricamente podríamos señalar que en el alquiler hay una contradicción entre normas garantistas de la propiedad comunitaria y el derecho de comunidades al uso de sus recursos naturales y su desarrollo económico, pero esto no es así en el plano jurídico sino en el las políticas públicas como veremos más abajo.

EL MARCO JURÍDICO DE DERECHOS TERRITORIALES INDÍGENAS, LA POLÍTICA INDIGENISTA DE RESTITUCIÓN DE TIERRAS Y LA SITUACIÓN DEL ALQUILER DE TIERRAS INDÍGENAS

El marco jurídico sobre pueblos indígenas, sus derechos territoriales, al uso de sus recursos naturales y sus respectivas garantías –particularmente atinentes al fenómeno del alquiler de tierras- y a la libre determinación se encuentran contenidos básicamente en cuatro instrumentos. Ellos son: 1) La Ley 904/81, Estatuto de las comunidades indígenas, del año 1981; 2) El Capítulo V de la Constitución Nacional de 1992, De los pueblos indígenas; 3) El Convenio 169 de la OIT; y 4) la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas.

La ley 904 crea el Instituto Paraguayo del Indígena (INDI) (artículos 28 y subsiguientes) y fija como su principal objetivo en el artículo 1 “la preservación social y cultural de las comunidades indígenas, la defensa de su patrimonio y sus tradiciones, el mejoramiento de sus condiciones económicas, su efectiva participación (...) y su acceso a un régimen jurídico que les garantice la propiedad de la tierra y otros recursos productivos”. A través de ella se reconoce a las comunidades indígenas como las unidades mínimas de interacción indígena con el estado. Las mismas, para gozar de sus derechos, deben contar con personería jurídica aprobada por el INDI (Arts. 8 y 9). Los líderes de las comunidades son los “representantes legales” de éstas (Art. 12) y principales interlocutores con actores externos.

El líder reconocido por el INDI como representante plenipotenciario de la comunidad, que prevalece a otras formas tradicionales de organización política, predetermina la forma en que los conflictos y representación política pueden resolverse y gestionarse legítimamente. El alquiler de tierras pone en evidencia como esa predeterminación puede condicionar y tergiversar las posibilidades de autodeterminación comunitaria o colectiva en sus otras y más diversas formas inclusivas y relacionales, favoreciendo dicho fenómeno un tipo de liderazgo que replica el modelo hegemónico de autoridad política que acumula poder y riqueza en desmedro de su gente.

La Ley 904/81 reconoce, no obstante, el derecho a la autodeterminación de las comunidades (Art. 3), el derecho consuetudinario y su aplicación en el ámbito interno (Arts. 5 y 7). Asimismo, en ella se estipulan los procedimientos para el asentamiento de las comunidades indígenas en tierras fiscales y tierras del dominio privado (Arts. 14 al 23), asignándose recursos públicos al INDI para ello (Arts. 57 al 61).

La principal función del INDI es la adquisición y regularización de tierras para comunidades indígenas. En la práctica es el órgano a cargo de la política indigenista del Estado y debe atender a todas las comunidades indígenas, brindándoles garantías a sus derechos. Sin embargo, sus capacidades y recursos institucionales efectivos se han visto condicionados y viciados por la posición socio-histórica de discriminación estructural que el Estado-nación paraguayo ha dado a los pueblos indígenas.

Conforme a esto, en los casi 40 años de existencia al INDI se lo puede caracterizar mayormente por cinco elementos fundamentales: 1) Falta de suficientes recursos presupuestarios para la adquisición y regularización de las tierras indígenas; 2) Malversación de fondos, ya sea en casos aislados e incluso con mayor gravedad en las administraciones que llegaron a contar con más fondos (VILLAGRA, 1999, p. 230); perpetrados incluso en complicidad con el Poder Ejecutivo (ABC, 19/10/2013); 3) Ineficacia del procedimiento para adquisición y regularización de tierras, contándose con tres sentencias condenatorias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos (CIDH 2005, 2006, 2010); 4) Debilidad institucional del INDI respecto a otras instituciones estatales; y 5) Ausencia de un catastro y registro que determine el número preciso de tierras indígenas existentes así como su respectiva situación administrativa y legal.

A través de sucesivos estudios independientes y a partir de los dos últimos censos, se tiene una idea aproximada del déficit histórico y actual de la tenencia y restitución de tierras indígenas y de los

conflictos que las afectan, entre ellos, el alquiler. En el año 1981 el censo arrojó una cifra de 38.703 personas; se estimaba que “el 20% de la población Pai-Tavyterá, el 80% de la Mbyá-Guaraní y el 30% de la Ava-Chiripá, no tienen donde asentarse” (AIP citada por Brun et al., 1992, p. 14). Una década más tarde, con una población de 49.487 personas indígenas (MELIA, 1997), se registran unas 471.655 hectáreas para 254 comunidades censadas (BRUN et al., 1992). En el 2002, la población indígena asciende a 87.099 personas (DGEEC, 2003, p. 11). Esta vez el censo incluye una boleta que registra la situación de la tenencia de tierras y sus conflictos. Se apunta en ese año que existen 414 comunidades y que 185 de ellas carecen de tierra propia, el 45,7% del total y 120 comunidades, el 29% del total, están afectadas por problemas de deforestación (REHNFELDT & KRETTSCHEMER, 2005, p. 44-46); asimismo, se estima por datos independientes que las comunidades indígenas detentaban unas 717.952 hectáreas en total (AYALA & CABELLO, 2006, p. 362-363)⁴. Conforme al censo del 2012 existen 493 comunidades, 134 de ellas, el 27,6% del total, carece de tierras propias y 182 comunidades, el 36,9% del total, alquilan sus tierras a terceros (DGEEC, 2015, p. 35). A través de la boleta comunitaria se registran oficialmente unas 963.953 hectáreas en manos de comunidades indígenas.

Tabla 1. Población indígena, tierras aseguradas, promedio por familia a nivel regional, total de población y tierras, de comunidades indígenas y porcentaje de tierras alquiladas a nivel país

Año	Población indígena de la Región Oriental	Tierras indígenas aseguradas (Ha) en la Región Oriental	Promedio (Ha) por familia de 5 miembros. Mínimo exigido 20 ha p/filia. Región Oriental	Población indígena del Chaco o Región Occidental	Tierras indígenas aseguradas (Ha) en el Chaco	Promedio (Ha) por familia de 5 miembros. Mínimo exigido 100 ha p/filia. Chaco	Total población indígena del país	Total de tierras indígenas aseguradas en el país	Total de comunidades indígenas del país	Total de comunidades que alquilan	Porcentaje de alquiler sobre el total
1.981	12.706	S/D	S/D	25.997	S/D	S/D	38.703	S/D	S/D	S/D	S/D
1.992	21.872	78.165	18	27.615	393.490	71	49.487	471.655	254	S/D	S/D
2.002	44.135	78.254	9	42.964	639.698	74	87.099	717.952	415	120	29%
2.012	58.969	276.654	23	53.879	687.299	64	112.848	963.953	493	182	37%

Fuente: Elaboración propia en base a datos del Censo Indígena 2012 (DGEEC, 2014 y 2015), AYALA & CABELLO (2006) y a BRUN *et. al* (1992).

La ley 234/93 ratifica el Convenio 169 de la OIT. Sin embargo, ante su falta de reglamentación, no se cuenta con normas de aplicación específicas ni sanciones en caso de incumplimiento. El Convenio 169 contempla varios derechos de los pueblos indígenas. Aquí nos interesan los relativos a sus tierras. De acuerdo al artículo 13 punto 2 “deberá incluir el concepto de territorios, lo que cubre la totalidad del hábitat de las regiones que los pueblos interesados ocupan o utilizan de alguna otra manera”. El artículo 14 punto 1 establece el “derecho de propiedad y de posesión sobre las tierras que tradicionalmente ocupan” y el punto 2 establece que los gobiernos deberán tomar las medidas para determinar estas tierras “y garantizar la protección efectiva de sus derechos de propiedad y posesión sobre ellas”. En virtud del artículo 15 punto 1, deberán protegerse especialmente los derechos a los recursos naturales que

⁴ Estos estudios independientes reflejan justamente la divergencia de datos ante la falta de un registro oficial preciso y exhaustivo. Un estudio de inicios de la década del 2000 (VILLAGRA, 2003) da un total de 1.038.612 hectáreas para todo el país – 972.256 hectáreas en el Chaco y 66.356 hectáreas en la Región Oriental – y una información posterior (nota de ABC Color citada por AYALA, 2007, p. 355-356 señala un total de 1.073.170 hectáreas de tierras indígenas existentes en todo el país – 871.068 para el Chaco y 202.102 hectáreas para la Región Oriental.

“comprenden el derecho de esos pueblos a participar en la utilización, administración y conservación de dichos recursos”.

La Constitución Nacional establece el principio de ocupación originaria, reconociendo en su artículo 62 la preexistencia de los pueblos indígenas “como grupos de cultura anteriores a la formación y organización del Estado paraguayo”. En el artículo 63 se establece el derecho de los pueblos indígenas a la preservación y desarrollo de su identidad étnica en su respectivo hábitat y “asimismo, a aplicar libremente sus sistemas de organización política, social, económica, cultural y religiosa, al igual que la voluntaria sujeción a sus normas consuetudinarias para la regulación de la convivencia interna, siempre que ellas no atenten contra los derechos fundamentales establecidos en ésta Constitución”, lo cual define su derecho a la autodeterminación normativa.

En el artículo 64 se establece que:

Los pueblos indígenas tienen derecho a la propiedad comunitaria de la tierra, en extensión y calidad suficientes para la conservación y el desarrollo de sus formas peculiares de vida. El Estado les proveerá gratuitamente de estas tierras, las cuales serán inembargables, indivisibles, intransferibles, imprescriptibles, no susceptibles de garantizar obligaciones contractuales ni de ser arrendadas; asimismo, estarán exentas de tributo. Se prohíbe la remoción o traslado de su hábitat sin el expreso consentimiento de los mismos (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE PARAGUAY, 1992).

Por ende, se establecen los principios y derechos de ocupación originaria de los pueblos indígenas como preexistentes al Estado y a su origen colonial, luego el principio de ocupación tradicional respecto a sus tierras y territorios, y por último se consagra el principio y derecho de autodeterminación en sus territorios. Esto genera a su vez obligaciones específicas del Estado basadas en el principio restitución y desagravio territorial, asistencia integral, así como garantías y deberes para asegurar las tierras y proteger los recursos naturales de los pueblos indígenas, garantizando su autodeterminación dentro de estos territorios, teniendo en cuenta el principio de indivisibilidad e interdependencia de los derechos indígenas, concordantes con los principios similares de los derechos humanos (RUÍZ MOLLEDA, 2012, p. 49).

La propiedad comunitaria “en extensión y calidad suficientes” para la conservación de las formas peculiares de vida (cualesquiera sean ellas, dado que deben ser determinadas por los propios pueblos indígenas) exceden ampliamente los parámetros mínimos de restitución de tierras fijados originalmente por la Ley 904/81.

Por último, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas refuerza todos estos derechos y en su artículo 3 establece que los pueblos indígenas “tienen derecho a la libre determinación. En virtud de ese derecho determinan libremente su condición política y persiguen libremente su desarrollo económico, social y cultural”.

Conforme a esto, las garantías establecidas de que las tierras indígenas son “inembargables, indivisibles, intransferibles, imprescriptibles, no susceptibles de garantizar obligaciones contractuales ni de

ser arrendadas” no deben ser entendidas como una limitación sino como derivadas de la propiedad comunitaria, las tierras o territorios indígenas son un todo y difieren del derecho de propiedad civil y occidental y algunas de sus características como el *ius abutendi* o derecho de disponer libremente de la cosa (GARDÍA, 2001, p. 623). Por ende, esta naturaleza jurídica compleja y polivalente de las tierras indígenas, por lo menos la distancia de cualquier reducción a un simple medio de producción y por ende a su disponibilidad como tal en el mercado y las transacciones que en él se realizan.

Esto parecería contradictorio a los derechos a la libre determinación “económica”, de desarrollo y beneficio de los recursos naturales que se encuentran en las tierras indígenas, sin embargo la Constitución es clara cuando señala su artículo 45 que “la enunciación de los derechos y garantías contenidos en esta Constitución no debe entenderse como negación de otros”. Para el ejercicio real del derecho de auto determinación en materia económica se debe entender el carácter integral de los territorios indígenas, la debida garantía de estos derechos por parte del Estado, la naturaleza del bien protegido y la necesaria igualdad efectiva entre las partes.

El alquiler de tierras indígenas es taxativamente inconstitucional, no sólo por la prohibición de arrendamiento del artículo 64, sino porque conculca todos los demás derechos interdependientes e inherentes al territorio indígena. Es además particularmente ilegítimo porque se establece en condiciones de asimetría entre las partes: por un lado, las comunidades, personas o familias indígenas con tierras insuficientes, así como en estado de pobreza agravada y por el otro, terceros que utilizan sus tierras y recursos naturales en condiciones de superioridad económica, mayor acceso al poder político y los órganos jurisdiccionales.

Esa garantía constitucional del artículo 64 y las que le acompañan— formuladas como prohibiciones - lo que protegen es la naturaleza jurídica integral de la propiedad comunitaria indígena en función del derecho a la igualdad, conforme al artículo 46 que señala claramente que “Las protecciones que se establezcan sobre desigualdades injustas no serán consideradas como factores discriminatorios sino igualitarios”. Por ende, nunca puede argüirse o utilizarse en contra de los pueblos y comunidades sino sólo en función de la defensa integral de sus derechos y para, conforme el artículo 47, garantizar “la igualdad de oportunidades en la participación de los beneficios de la naturaleza, de los bienes materiales y de la cultura”.

La tabla 1 de más arriba nos indica algunas de las tendencias: la población indígena y por ende las comunidades indígenas han ido aumentando a través de las últimas décadas y con cierta proporcionalidad, también han aumentado las tierras restituidas. Este aumento no se debe al accionar o capacidad de restitución del Estado, sino que ha sido llevado a cabo mediando la intervención externa (DGEEC, 2005, p. 15). Frente a una restitución territorial deficitaria el indicador que ha aumentado es el alquiler de tierras. Es

así que en el censo del 2012 los líderes de unas 182 comunidades declararon que alquilan o prestan su tierra a terceros⁵, un 36,9% del total del país (DGEEC, 2015, p. 42).

Paraguay. Comunidades indígenas que alquilan o prestan la tierra a tercera persona (%), 2012

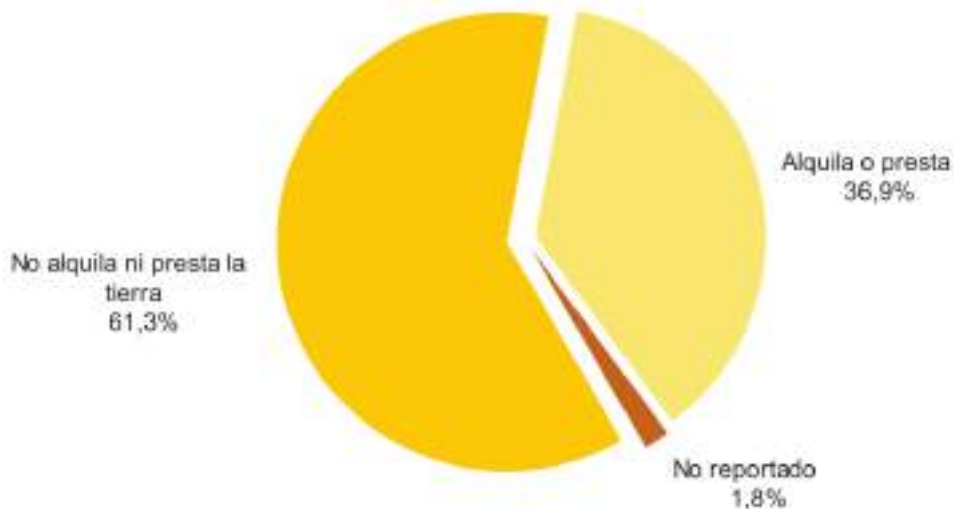


Figura 1: Comunidades que alquilan tierras. Fuente: DGEEC, 2015, p. 42

Sobre el tipo de uso dado a la tierra alquilada, 93 comunidades alquilaron para monocultivos extensivos, 58 para pastura y 12 para extracción de madera y producción de carbón. Existe una concentración geográfica de las diferentes formas de utilización de la tierra alquilada. En la Región Oriental predomina el uso para cultivos extensivos; el uso para pastura se concentra en la zona norte de la Región Oriental y en el centro del Chaco, dependiendo de la actividad económica predominante en la región en la que se encuentran las comunidades.

En la Región Oriental se encuentra la mayor cantidad de tierras arables del país, unas 12.000.000 de hectáreas, de las cuales unas 7.851.295 son tierras fiscales malhabidas repartidas durante la dictadura stronista, las que a su vez han sufrido un proceso de extranjerización en los departamentos fronterizos, estando unas 4.792.528 hectáreas en manos de brasileños (GLAUSER, 2009, p. 33-34). Es allí donde se concentran los cultivos extensivos, primordialmente el de la soja, y el alquiler de tierras indígenas se da para este fin.

Más de la mitad de las comunidades de los departamentos de Alto Paraná e Itapúa alquilan sus tierras para cultivos extensivos (60,5% y 58,1%), seguidos por las comunidades de Caaguazú y Canindeyú con 39,0% y 19,8%. La mayor concentración de alquiler de tierra para pastura se encuentra en los departamentos de Concepción (25,0%), Presidente Hayes (24,0%), Canindeyú (19,8%), San Pedro (14,3%) y

⁵ Estos datos son los declarados por los líderes de las comunidades en el Cuestionario Comunitario del Censo 2012. Consideramos puede haber un subregistro del número real de tierras alquiladas, dado que la práctica es inconstitucional e ilegal y muchos líderes pudieron haber optado por no declarar el alquiler de tierras, de modo a evitar consecuencias para sus comunidades dado que existen casos en que los líderes han sido imputados, y paradójica e injustamente, no los arrendatarios a pesar de haber sido denunciados.

Boquerón (13,0%). Las comunidades que alquilan sus tierras para la extracción de madera y la producción de carbón se encuentran concentradas en los departamentos de Canindeyú (7,5%) y Caazapá (6,9%) (DGEEC, 2015, p. 43).

Un estudio preliminar de imágenes satelitales pudo determinar que de las 81 comunidades indígenas de los departamentos de Canindeyú, Caaguazú, Alto Paraná, Caazapá e Itapúa, que contaban con un total de 74.085 hectáreas y que estaban dentro del programa Paraguay Biodiversidad, unas 40 comunidades (casi el 50%) tenían alquiladas para el cultivo de soja unas 2.710 hectáreas; un 3,5% de su superficie total.

Utilizando dicho estudio y combinándolo con otros⁶, observaciones propias de campo e informaciones periodísticas, nos permiten hacer una estimación propia que dan un total de 112 comunidades ubicadas en los departamentos de Canindeyú, Caaguazú, Alto Paraná, Caazapá, Itapúa y San Pedro, con un total de 97.805 hectáreas de las cuales 61 comunidades (54% de ese total) alquilan o han alquilado unas 7.552 hectáreas para cultivos intensivos: un 8% del total. Esta muestra alcanza casi al 31% de las 364 comunidades indígenas de la Región Oriental y al 35% del total de 276.254 hectáreas aseguradas a dichas comunidades. Se puede estimar que existen (por lo bajo) unas 22.100 hectáreas (8%) de tierras indígenas dadas en alquiler.

Modalidades del alquiler

Seguidamente, nos referimos exclusivamente al alquiler de tierras usadas para cultivos extensivos, preferentemente de soja, en la Región Oriental del país, en comunidades mbya y ava guaraní, para explicitar como se dan en casos concretos el alquiler de tierras.

En cuanto al alquiler de tierras propiamente dicho existen dos modalidades básicas. En la primera, el líder de la comunidad es a quién acude y luego se vincula el productor sojero de modo a acordar el alquiler de las tierras. En función de ese rol, el líder como arrendador recibe el dinero del sojero (o bienes en especie, principalmente alimentos manufacturados), para luego, según su parecer, repartirlo a los demás miembros de la comunidad.

Toda la situación se enmarca en lo que Taussing (citado por BESSIRE, 2014, p. 185) llama en América Latina como una “oscuridad epistémica”. Ese líder debe responder a varias situaciones contrapuestas: 1) un marco de relación en el que se vulnera y viola una garantía constitucional por la cual sin embargo el Estado no actúa de garante; 2) una relación contractual, individual y privada entre él y el sojero, muchas veces no escrita o si es escrita lo es en términos ininteligibles, y perjudiciales para sí y su gente; 3) una posición ambigua por el trato hecho con el sojero por una parte y de obligación de redistribución respecto a las familias de su comunidad; 4) una obligación aún mayor de compartir y velar

⁶ Cf. PRODERS, 2014 y LEGUIZAMÓN, 2014.

por su parentela extensa más próxima, en desmedro del resto de las familias; y por último, 5) una oferta de bienes a crédito de diversos comerciantes que saben del ingreso de dinero producto del arriendo. Los conflictos y dificultades están asegurados en cada orden, y no hay manera de responder satisfactoriamente a una demanda o requerimiento sin hacerlo en desmedro de otra. Este modelo es más usado entre los mbya.

El otro tipo de alquiler se da en comunidades en donde dividen la misma (también en contra de la naturaleza comunitaria de las tierras indígenas) en parcelas familiares o “derecheras”. En este caso, cada familia arrienda la tierra que se autoasigna, recibe el monto correspondiente por esto, limitándose de esta forma algunos de los conflictos relativos al reparto del dinero o bienes provenientes del alquiler.

Para dimensionar en qué circunstancias concretas se da el alquiler tomaremos dos ejemplos. El primero es de la comunidad mbya Romero Kue-Ka’aguy Pañ, del distrito de Mariscal López, departamento de Caaguazú, con unas 639 has y un total de 70 familias, agrupadas en dos aldeas. Una con mayor densidad bajo el liderazgo del líder reconocido y otra con menos familias, bajo un liderazgo no reconocido oficialmente.

Desde el año 2011, al ser asistida por un programa del Ministerio de Agricultura y Ganadería, los técnicos que la asistían presenciaron el desmonte de 30 hectáreas para el cultivo mecanizado de soja por parte de un vecino de origen brasileño. Con el tiempo el cultivo se extendió a 70 hectáreas, afectando incluso las viviendas de algunas familias que tuvieron que trasladarse. Quejas sobre el reparto de los beneficios fueron frecuentes, y cualquier propuesta de reemplazar esos cultivos en función de la ayuda al desarrollo prevista por el programa del MAG con desembolsos por familia cuantificados en más de 1000 dólares americanos en implementos agrícolas de autosustento fue rechazada. El líder del grupo minoritario dijo no recibir los bienes y habló inclusive de “que gracias al proyecto no se tendría que incurrir en el alquiler”. Sin embargo, en octubre del 2014, él mismo acordó el desmonte y siembra de unas 30 hectáreas en la zona de su aldea, razón por la cual dos familias afectadas solicitaron realizar una denuncia penal, cuya sustanciación e investigación no tuvo curso ni resultados.

El otro caso es el de la comunidad ava guaraní de Ka’aguy Roky (LEGUIZAMÓN, 2014, p. 31-35), con tres aldeas y un total de 570 personas, con 2.383 has, de las cuales, unas 1.500 has estaban alquiladas a nombre de un ciudadano de origen brasileño de nombre Alair Alfonso, que en realidad podría ser prestanombre de otro ciudadano, identificado como Renilson Maia de Souza, denunciado como uno de los más grandes acaparadores del arrendamiento de tierras indígenas (ABC, 2014). Este ciudadano, según la prensa, llegaría a alquilar un total de 4.739 has para el cultivo de soja en un total de 8 comunidades de Caaguazú y Alto Paraná.

En el caso de Ka’aguy Roky, se alegó para justificar el arrendamiento la superposición de títulos propios con los de los indígenas y promovieron en el año 2009 el desalojo de la comunidad con el refriendo inclusive de la Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Senadores, que fue finalmente suspendido

por la intervención del INDI. La comunidad denunció más adelante un hostigamiento continuo por parte de los arrendadores con fumigaciones aéreas directas sobre sus viviendas y personas. La denuncia fue comprobada in situ por una comisión interinstitucional estatal presidida por la entonces presidente del INDI, Lida Acuña.

Los sojeros, de modo a burlar la normativa que prohíbe el alquiler de tierras indígenas, lo hacen a través de “contratos de prestación de servicios” o de “parcería”. Al no mencionar las palabras “arrendamiento” o “alquiler”, maquillan con otro nombre la situación real. La impunidad de estas transacciones ilegales, su protección institucionalizada paralegal y su nivel de intervención en los estamentos jurisdiccionales y políticos es tal que se puede ejemplificar con estos y un sinnúmero de casos, como la denuncia hecha a la Comisión Interamericana por la comunidad mbya Makutinga o los hechos que resultaron en la destitución del expresidente del INDI Jorge Servín, al apoyar éste un proyecto de ley que penalizaba el alquiler de tierras indígenas (INDI, 2015; ABC, 2015).

Causas del alquiler de tierras indígenas

La principal causa del alquiler de tierras indígenas en la Región Oriental se encuentra en la expansión de los cultivos de soja, que genera una demanda creciente de tierras por parte de los productores. El alquiler sería una consecuencia, en este sentido, de la enajenación progresiva de los territorios originarios y tradicionales indígenas y los recursos naturales en ellos comprendidos, luego de la llegada de dicho modelo.

Las tierras habitadas por pueblos indígenas comenzaron a sufrir la deforestación en la década de los sesenta para la producción agrícola extensiva, intensificándose con el tiempo. Actualmente el rubro de la soja es el más producido y con mayor impacto en las comunidades indígenas de la Región Oriental.

La superficie dedicada al cultivo de soja en Paraguay se triplicó en los últimos veinte años. Actualmente cubre el 80% de las tierras agrícolas, pasando de las 1 millón de has en 1996 a aproximadamente 3,5 millones de has para el año 2016.

Antes del boom del cultivo de soja en la Región Oriental, la mitad de las tierras eran usadas para la ganadería, mientras que la otra mitad era propiedad de pequeños agricultores y familias indígenas. En la mayoría de casos, estas familias vendieron o alquilaron sus tierras una vez que se vieron rodeados por la soja (RULLI, 2007, p. 194).

Tabla 2. Área de siembra, producción y rendimiento de la soja según CAPECO

Campaña	Área de siembra (Has)	Producción Comercial (Ton)	Rendimiento (Kgs/Ha)
1996-1997	1.050.000	2.771.000	2.639
1997-1998	1.150.000	2.988.201	2.598
1998-1999	1.200.000	2.980.058	2.483
1999-2000	1.200.000	2.911.423	2.426
2000-2001	1.350.568	3.502.179	2.593
2001-2002	1.445.365	3.546.674	2.454
2002-2003	1.550.000	4.518.015	2.915
2003-2004	1.936.623	3.911.415	2.020
2004-2005	2.009.474	4.040.828	2.011
2005-2006	2.227.487	3.641.186	1.635
2006-2007	2.429.796	5.581.117	2.297
2007-2008	2.644.856	5.968.085	2.256
2008-2009	2.524.649	3.647.205	1.445
2009-2010	2.680.182	6.462.429	2.411
2010-2011	2.870.539	7.128.364	2.483
2011-2012	2.957.408	4.043.039	1.367
2012-2013	3.157.600	8.202.190	2.598
2013-2014	3.254.982	8.189.542	2.516
2014-2015	3.264.480	8.153.587	2.498
(*) 2015-2016	3.264.480	9.000.000	2.757

(*) Estimación

Fuente: CAPECO. www.capeco.org.py

Ante la reducción de los montes y sus recursos disponibles en la cantidad suficiente para poder proveerse de alimentos de estas fuentes, los indígenas de la Región Oriental se ven imposibilitados de seguir con sus pautas tradicionales de modo satisfactorio. Si bien siguen practicando una economía diversificada basada en la agricultura de subsistencia, existen otros bienes que deben adquirir necesariamente con dinero, como alimentos manufacturados básicos tales como harina, aceite, implementos agrícolas (BOGADO, 2012, p. 22), así como pagar los costos de medios de transporte como motocicletas y de comunicación como celulares.

Para obtener estos bienes se necesitan estrategias que puedan generar dinero. Entre las alternativas se recurre a la changa, la venta de artesanías, el intercambio en los almacenes de las inmediaciones de las comunidades de estos productos a cambio de carne, sal, aceite o yerba mate, la venta de rollos, la migración hacia las ciudades y en algunos casos la prostitución.

El alquiler de tierras a sojeros es una estrategia más entre las disponibles para conseguir dinero, a pesar de su ilegalidad y desventajas de diversa índole, como también lo son la venta de rollos, carbón o incluso la plantación de marihuana.

Las causas eficientes de esta opción ilegal y perjudicial, como de otras opciones de subsistencia citadas que implican explotación e ilegalidad a cuenta de los derechos de los indígenas, es la pobreza, estado necesidad generalizado y la inasistencia por parte del Estado. Esta inasistencia se ve reflejada en la brecha que existe en los estándares de vida de la población indígena con respecto al resto de la población nacional. El índice de pobreza de la población indígena es 7.9 veces mayor al de la población no indígena (FAO, 2014, p. 19).

En cuanto a educación, el promedio de años de estudio de la población indígena es de 3 años, mientras el de la población no indígena es de 8 años. La tasa de analfabetismo es 8 veces más alta en la población indígena comparada con la no indígena, llegando al 40% en los indígenas.

En salud, la niñez indígena accede en un 37% a consultas médicas, comparado con la niñez no indígena más pobre que accede en un 61%. La desnutrición (crónica y aguda) de la niñez indígena afecta al doble de los valores de la desnutrición de la niñez no indígena (FAO, 2014, p. 33-35).

Una de las condiciones que propician esta brecha es la falta de alternativas de generación de renta. A modo de indicador, el MAG asistió apenas a unas 205 comunidades de las 493 comunidades censadas en el país, invirtiendo sólo 3% de su presupuesto anual en ello (VILLAGRA, 2015, p. 2).

El incumplimiento de sus funciones por parte del Estado paraguayo, no garantizando condiciones dignas de vida a los pueblos indígenas a partir de una política indigenista que responda en alcance, medios suficientes, participación efectiva y desarrollo de derechos, acarrea el deterioro consecuente de las condiciones de vida de las comunidades, lo cual es a nuestro criterio una de las causas más evidentes que empujan a las comunidades indígenas a alquilar sus tierras.

Consecuencias que son a su vez causas

Las consecuencias producidas por la expansión del cultivo de soja en la Región Oriental del Paraguay tienen como resultado generar ciertas condiciones que favorecen a su vez su propia expansión.

En el Paraguay, así como en los demás países de la Región, en donde se expande la producción de soja, se dan a la par una serie de fenómenos concatenados, como ser la expulsión de los pequeños agricultores y de familias indígenas a las ciudades. La expansión de los cultivos de soja conlleva a extremar la demanda por tierras y a una concentración de éstas en pocas manos (ALTIERI, 2009, p. 7).

Asimismo, existen impactos ecológicos negativos del cultivo de la soja, al utilizar entre sus principales herbicidas el glifosato, que produce daños graves a la salud: problemas respiratorios, daños gastrointestinales, lesiones dérmicas y úlceras oculares (ALTIERI, 2009, p. 7).

A causa del cultivo extensivo de soja se degradan y contaminan las tierras de las comunidades indígenas, el suelo pierde fertilidad, se contaminan fuentes de agua o desaparecen frutos de la erosión provocados a causa del desmonte.

En el caso indígena, al ser el alquiler realizado dentro de un modo de producción que fomenta la apropiación individual, excluyente y autoritaria de los medios de producción y recursos naturales comunitarios, contraviniendo a la ley y a las propios derechos y aspiraciones de convivencia equitativa de las comunidades, genera fragmentaciones y conflictos irresolubles de fondo, prácticas en la que muchos líderes sucumben irremediabilmente (FOGEL, 2005, p.45). Ante esto, se dan intentos de solución y resistencia desde la vulnerabilidad y precariedad, a fin de preservar la organización y sobrevivencia comunitaria, con respuestas como la parcelación de tierras por familia, o el intento de algunos líderes de distribución equitativa de lo recibido de los sojeros y de limitación de las pretensiones expansionistas o de denuncia de prácticas abusivas de sus arrendatarios.

En este sentido la responsabilidad primera es del Estado por no brindar a las garantías constitucionales de las tierras comunitarias indígenas las condiciones y medidas de satisfacción adecuadas – p.ej. restitución y aseguramiento de tierras y de asistencia material suficiente - que las libren de su estado de necesidad y vulnerabilidad. Asimismo, el Estado es responsable por no evitar que los productores terratenientes, sea a los sojeros de la Región Oriental o los ganaderos en el Chaco, presionen a las comunidades de múltiples formas - p.ej. deforestación circundante, fumigaciones, hostigamientos violentos, ofertas de dinero a sus líderes - para que alquilen sus tierras, así como de no castigarlos con penas taxativas cuando lo hacen.

Asimismo el Estado y sus agentes son responsables por tolerar hechos ilegales conexos al alquiler, al permitir que se firmen e inscriban contratos nulos y fraudulentos y que las propias autoridades públicas - municipales, judiciales, policiales - promuevan, apañen o protejan el alquiler de tierras indígenas y los abusos adicionales que llevan aparejados (p.ej. falta de pago, invasiones y fumigación a las comunidades). En todo caso, la responsabilidad de los líderes que alquilan sus tierras y ceden ante semejante presión, debe ser siempre dirimida conforme al derecho propio indígena.

CONCLUSIÓN

A fin de que la garantía constitucional que con la prohibición de arrendamiento se busca salvaguardar cumpla su finalidad, son necesarias ingentes medidas: cambios legislativos e institucionales estructurales tendientes a la restitución de tierras suficientes y a la prestación adecuada y participativa de servicios básicos a las comunidades que permitan que las mismas ejerzan su derecho a la autodeterminación participativa y vital, con sus propios planes de vida, no como empobrecidos extremos, sino como pueblos dignos y diferenciados.

Aquí no se han desarrollado varios aspectos importantes del fenómeno, sobre todo desde un punto de vista más etnográfico, así como también, en ulteriores estudios, se podría precisar mejor el

ALQUILER DE TIERRAS Y TERRITORIOS INDÍGENAS EN EL PARAGUAY

número más aproximado de comunidades y extensiones afectadas, así como el impacto económico, social y jurídico negativos que esto representa a los pueblos indígenas y al propio Estado nación en su vigencia como estado social de derecho.

BIBLIOGRAFÍA

- ALBUQUERQUE, José Lindomar. *A dinamica das fronteiras. Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo, 2010.
- ALMERFORS, Jaqueline. *El ascenso de la soja en Paraguay. Un estudio de la demanda mundial por la soja*. Estocolmo, 2008.
- ALTIERI, Miguel; CÁRCAMO, María y otros (Editores), *América Latina. La Transgénesis de un Continente. Visión Crítica de una Expansión Descontrolada. Heinrich Böll y la sociedad científica latinoamericana de agroecología*, 2009.
- AYALA, Oscar; CABELLO, Julia. *Derechos de los Pueblos Indígenas*. IN: Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay. *Derechos Humanos en Paraguay* Asunción. CODEHUPY, 2006.
- AYALA, Oscar. *Acceso a la Justicia y Derecho Consuetudinario Indígena Derechos de los Pueblos Indígenas*. Material Inédito. Tierraviva, 2014.
- BESSIRE, Lucas. *Behold the Black Caiman. A chronicle of Ayoreo life*. The University of Chicago Press. Chicago and London, 2014.
- BOGADO, Marcelo. *Representaciones y prácticas de salud en dos comunidades Mbya Guaraní de Caazapá*. Convenio FKA-AECID-CRE. Asunción, 2012.
- BRUN, Augusto; CHASE SARDI, Miguel; ENCISO, Miguel Ángel. *Situación sociocultural, económica, jurídico-política actual de las comunidades indígenas en el Paraguay*. CIDSEP. Asunción, 1992.
- CABELLO, Daniel; MAEYENS, An; RULLI, Javiera, SEGOVIA, Diego; PALAU, Tomás. *Los refugiados del modelo agroexportador Impactos del monocultivo de soja en comunidades campesinas paraguayas*. BASE-IS. Asunción, 2007.
- CENTURION, Hugo. *Cultivo de soja transgenica. Efectos em comunidades campesinas e indígenas del este Paraguay*. México, 2011.
- CORTE SUPREMA DE JUSTICIA; *Digesto Normativo sobre Pueblos Indígenas en el Paraguay 1811 - 2003*. C.S.J.-Tierraviva. Asunción, 2003.
- DGEEC. *Pueblos Indígenas del Paraguay*. Resultados Finales. DGEEC. Fernando de la Mora, 2003.
- DGEEC. *Pueblos Indígenas del Paraguay*. Resultados Finales de Población y Vivienda 2012. DGEEC. Fernando de la Mora, 2014.
- DGEEC. *Censo de Comunidades de los Pueblos Indígenas*. Resultados Finales 2012. DGEEC. Fernando de la Mora, 2015.
- FAO. *Informe Nacional*. Diagnóstico y propuesta para el desarrollo de una política pública de seguridad alimentaria y nutricional de los Pueblos Indígenas en Paraguay. FAO. Asunción, 2014.
- FOGEL, Ramón & RIQUELME, Marcial. *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. CERI. Asunción, 2005.
- FRANCESCHELLI, Inés & ROJAS, Luis; *Tierra, agronegocios y Derechos Humanos*. Base IS, Asunción, 2015.

- GARCÍA, Pedro. *Territorios Indígenas: tocando a las puertas del derecho*. IN: Revista de Indias, vol. LXI, núm. 223. Instituto Indigenista Interamericano. México, 2001
- GLAUSER, Marcos. *Extranjerización del Territorio Paraguayo*. BASE-IS. Asunción, 2009.
- GLAUSER, Marcos. *Mapeo territorial de las estrategias de sobrevivencia biológica y cultural en cuatro comunidades Mbya guaraní del Tekoha Guasu, Reserva San Rafael, Paraguay*, Tesina de Máster en “Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural”, 2012.
- INDI. *Informe de Gestión*. Agosto 2013/Agosto 2014. INDI. Asunción, 2014.
- LEGUIZAMÓN, Corina. *El agronegocio y las diversas formas de limitación de los derechos de los Pueblos Indígenas sobre el acceso a la tierra de los Pueblos Indígenas*. Análisis de la Jurisprudencia del Sistema Interamericano de DD.HH. Memoria de Fin de Master. Derechos Humanos, Estado y Democracia en Iberoamérica. Asunción, 2014.
- MELIÁ, Bartomeu. *Pueblos Indígenas en el Paraguay*. Capítulo III, Poblaciones Indígenas actuales, DGEEC. Asunción, 1997.
- RULLI, Javiera. *Repúblicas Unidas de la Soja*. Realidades sobre la producción de soja en América del Sur. Grupo de Reflexión Rural. GRR, 2007.
- POLITIS, Maya. *Viviendo sin bosque: perspectivas en disputa sobre desarrollo y su impacto en el pueblo Mbya Guaraní*. Disponible en: http://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/397. 2006. Visto el 18-04-2016.
- REHNFEDLT, Marilín; KRETSCHMER, Regina. *Población Indígena*. Serie Condiciones de Vida. DGEEC. Fernando de la Mora, 2005.
- PRODERS, *Índice-Criterio de Acceso a Tierra y Uso de Recursos Naturales de Caaguazú y San Pedro*. Material Inédito. Asunción, 2014.
- QUIROGA, Lorna. *De la Inestabilidad al Golpe Parlamentario ¿Tendrá límite el retroceso en derechos de los pueblos indígenas?* IN: CODEHUPY. *Derechos Humanos en Paraguay 2012*. CODEHUPY. Asunción, 2012.
- RODAS, Oscar. *Listado correspondiente al corredor de comunidades indígenas*. Material Inédito. Asunción, 2012.
- TIERRAVIVA. *Situación de los derechos a la tierra y al territorio de los pueblos indígenas en el Paraguay*. CODEHUPY. Asunción, 2013.
- VILLAGRA, Rodrigo. *Pueblos Indígenas*. IN: CODEHUPY. *Derechos Humanos en Paraguay 1999*. CODEHUPY. Asunción, 1999.
- VILLAGRA, Rodrigo. *Tierra y territorialidad indígena en el Paraguay*. IIDH. San José, 2003.
- VILLAGRA, Rodrigo. *Informe final de gestión y alegato de la Coordinación de la Estrategia Indígena saliente del Proyecto de Desarrollo Sustentable (PRODERS) del Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG)*. Material inédito. Asunción, 2015.

SITIOS WEB

- ABC Color. *Arrendamiento de tierras de nativos para cultivo de soja genera conflicto*. Disponible en: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/interior/arrendamiento-de-tierras-de-nativos-para-cultivo-de-soja-genera-conflicto-531596.html>. 2013. Visto el 18-04-2016.
- ABC Color. *Piden revocar arrendamiento de tierras de los indígenas*. Disponible en: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/politica/piden-revocar-arrendamientode-tierras-de-los-indigenas-1267906.html>. 2014. Visto el 18-04-2016.
- ABC Color. *Proponen suprimir el INDI*. <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/locales/proponen-suprimir-el-indi-y-crear-un-ministerio-para-asuntos-indigenas-1138769.html>. 2014. Visto el 04-07-2016.
- ABC Color. *Rubén Quesnel involucra a Federico Franco*. Disponible en: <http://www.abc.com.py/nacionales/federico-franco-ordeno-a-quesnel-retirar-el-dinero-633546.html>. 2013. Visto el 25-07-2016.
- ABC Color. *Yo no le di una patada*. Disponible en: <http://www.abc.com.py/tag/jorge-servin-52032.html>. 2015. Visto el 26-07-2016.
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Serie C No. 214 Comunidad Indígena Xakmok Kásek vs. Paraguay*. Disponible en: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_214_esp.pdf. 2010. Visto el 25-07-2016.
- E'a. *El cultivo de la soja es uno de los rubros más improductivos para el bien del país*. Disponible en: <http://ea.com.py/bartomeu-melia-el-cultivo-de-la-soja-es-uno-de-los-rubros-mas-improductivos-para-el-bien-del-pais>. 2014. Visto el 18-04-2016.
- INDI. *Paso Cadena, el arrendamiento de tierras indígenas es ilegal*. Disponible en: <http://www.indi.gov.py/noticia/240-paso-cadena-el-arrendamiento-de-tierras-indigenas-es-ilegal.html#.VxfL7zDhDIV>. 2015. Visto el 19-04-2016.
- INDI. *El alquiler de tierras indígenas es inconstitucional y atenta contra las comunidades*. Disponible en: <http://www.indi.gov.py/noticia/372-el-alquiler-de-tierras-indigenas-es-inconstitucional-y-atenta-contra-las-comunidades.html#.V5zbJPnhDIU>. 2015. Visto el 24-07-2016.
- INDI. *Pueblos Indígenas*. Disponible en: <http://www.indi.gov.py/pagina/18-pueblos-indigenas.html>. 2014. Visto el 24-07-2016.

Recebido em:03/08/2016
Aprovado em:13/09/2016
Publicado em:15/10/2016

**ESTRUTURAS FUNERÁRIAS ESCAVADAS NA ROCHA MATRIZ DE UM ABRIGO:
PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES**
FUNERARY STRUCTURES CARVED IN THE MATRIX ROCK OF A ROCKSHELTER:
INITIAL OBSERVATIONS

Ledja Leite

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Estruturas funerárias escavadas na rocha matriz de um abrigo: primeiras observações

Ledja Leite¹

Resumo: Este estudo apresenta duas estruturas funerárias escavadas na rocha matriz do sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos, localizado no sudeste do Piauí. Neste sítio foram evidenciados nove enterramentos pré-históricos, quatro dos quais estavam depositados neste tipo de estrutura que, até então, é algo inédito na região sudeste do Piauí. Este trabalho traz uma primeira análise, apresentando os dados preliminares observados nas próprias estruturas e buscando relacioná-los com as práticas funerárias verificadas nos seus enterramentos.

Palavras-chave: Arqueologia; Estruturas funerárias; Enterramentos.

Abstract: This study presents two funerary structures carved in the matrix rock of the Toca da Baixa dos Caboclos archaeological site, located in Piauí southeast state of Piauí. In this site were found nine prehistoric burials, four of them were accommodated in that kind of structure that is unprecedented until now in this region. This study provides a first analysis, presenting preliminary data observed in those structures and seeking to relate it to the funerary practises encountered in its burials.

Keywords: Archaeology; Funerary structures; Burials.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva apresentar duas estruturas funerárias escavadas diretamente na rocha matriz do sítio Toca da Baixa dos Caboclos (Figuras 1 e 2) e utilizadas para acomodar quatro enterramentos. Este sítio está localizado na região do Parque Nacional Serra da Capivara, no sudeste do Piauí, município Capitão Gervásio de Oliveira/PI, nas coordenadas UTM 821272E e 9065428N. Nesta área, as pesquisas arqueológicas foram iniciadas pela Missão Arqueológica Franco-brasileira a partir da década de 1970, com os primeiros levantamentos sistemáticos dos sítios de pinturas e gravuras rupestres. Desde então, um conjunto de dados arqueológicos, paleontológicos e ambientais relativos à região começou a ser levantado. Visando a proteção do patrimônio ecológico, arqueológico e paleontológico foi criado, em 1979, o Parque Nacional Serra da Capivara e, em 1986, à Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), que desde à época vem coordenando as pesquisas nesta área.

Atualmente, a maior parte dos sítios registrados no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno correspondem a sítios com pinturas e gravuras rupestres, mas ocorrem também oficinas de material lítico e cerâmica, cemitérios, aldeias e aqueles referentes ao período de ocupação histórica da

¹ Arqueóloga no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Brasil. Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil; Bacharel em Arqueologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Brasil. Este estudo foi realizado durante o curso de mestrado da autora, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), Brasil. Email: ledjaleite@hotmail.com

região, como casas dos antigos moradores, fornos de farinha, ocupações dos caieiros e manijobeiros. Nesta área, a presença de vestígios ósseos humanos foi atestada em 24 sítios, mas em apenas em 14 deles pode-se dizer que efetivamente foram observadas evidências de práticas funerárias, uma vez que nos demais o estado de conservação dos esqueletos não permitiu observar se os indivíduos foram propositalmente enterrados ou não.

Ao total, estes 14 sítios com evidências de práticas funerárias reúnem um número de 74 esqueletos, mas apesar desta quantidade de enterramentos, ainda são poucos os estudos que os tomam por objeto de estudo, estando neste momento estes circunscritos a: Castro (2009); Guidon, Parenti, Oliveira & Vergne (1998); Fontes (2012); Guidon, Vergne & Vidal (1998); Maranca (1976); Leite (2011); Mello E Alvim & Ferreira (1985); Peyre (1996); Cisneiros (2003); Souza, Vidal, Oliveira & Vergne (2002).

O sítio estudado nesta pesquisa, a Toca da Baixa dos Caboclos, foi escavado em duas campanhas arqueológicas (Figura 3), realizadas nos anos de 1996 e 1998, pela equipe da FUMDHAM sob coordenação das arqueólogas Niède Guidon, Cleonice Vergne, Irma Vidal e Cláudia Oliveira. Durante a primeira campanha, a equipe responsável pelos trabalhos de campo optou por manter a alcunha popular que a comunidade local utilizava para designar o sítio. É preciso lembrar que no nordeste do Brasil o termo “caboclos” é comumente utilizado em alusão às populações indígenas. Portanto, ao que parece, antes mesmo de os trabalhos de escavação comprovarem que a Toca da Baixa dos Caboclos fora efetivamente utilizada por grupos indígenas, a comunidade local já tinha conhecimento de uma relação entre estes grupos e o espaço do sítio.

Durante a primeira campanha arqueológica foi escavado o Setor A do sítio, que abrangeu uma área de 8 X 5 m na porção nordeste do abrigo. A escavação foi realizada segundo métodos naturais até alcançar a rocha matriz do abrigo; foi neste Setor A que foram evidenciadas as duas estruturas funerárias abordadas neste trabalho. Além destas estruturas, foram evidenciados oito enterramentos (quatro dos quais estavam nas referidas estruturas), além de esporádicos materiais líticos.

Na segunda campanha foram demarcados como áreas de escavação os Setores B e C, em continuidade à delimitação topográfica estabelecida na primeira campanha. A escavação também seguiu o método de decapagens naturais e seguiu até a rocha matriz. Nesta campanha foram evidenciados esporádicos líticos, algumas marcas de combustão e um enterramento. Em ambas as campanhas arqueológicas os enterramentos foram exumados em casulos e transportados do sítio aos laboratórios da FUMDHAM, onde foram escavados.

Um estudo sobre os aspectos biológicos dos esqueletos evidenciados neste sítio foi realizado por Guidon, Vergne & Vidal (1998); as informações referentes aos trabalhos de escavação em campo e laboratório estão relatadas em Guidon, Vergne & Vidal (1998); uma análise sobre o material cerâmico e as urnas funerárias podem ser observadas em Surya (2006); informações referentes as práticas funerárias podem ser encontradas em Leite (2011) e Fontes (2012).

Em síntese, os enterramentos evidenciados na Toca da Baixa dos Caboclos (Figura 4) apresentam-se em estado de mumificação natural, preservando ainda resquícios de cabelos, unhas, pele e vestígios de cordas utilizadas para amarrar os indivíduos (Souza *et al.*, 2002); suas urnas funerárias compartilham similaridades técnicas e morfológicas que detonam um homogêneo processo de produção técnica (Surya, 2006); além de similaridades e recorrências que foram observadas nas práticas funerárias dispensadas a estes enterramentos (Leite, 2011).

Um fato que merece destaque neste sítio são as estruturas funerárias abordadas neste trabalho, que foram escavadas diretamente na rocha matriz do sítio. Convém mencionar que até o momento este tipo de estrutura é algo inédito na região sudeste do Piauí, tendo sido observada apenas neste sítio arqueológico. Sobre estas estruturas, este trabalho traz algumas observações preliminares, visto que análises aprofundadas destas estruturas não foram realizadas até então.

Tais estruturas funerárias correspondem a duas cavidades adjacentes esculpidas no arenito basal que compõe a rocha matriz do abrigo (Figura 5). Conjuntamente, guardavam quatro enterramentos: a estrutura 1 acomodava um enterramento, enquanto a estrutura 2 acomodava outros três enterramentos. Ambas estavam há uma profundidade média de 40 cm em relação a superfície do solo à época da escavação e a análise *in situ* demonstrou que apesar de se tratarem de duas cavidades notoriamente separadas, elas parecem ter sido produzidas em um mesmo momento cronológico. Tal inferência baseia-se no fato de que durante a escavação da rocha ficaram impressos no arenito entalhes que se prolongam da extremidade inicial de uma estrutura até a extremidade final da outra (Figura 6). Em conjunto, portanto, estas cavidades parecem formar uma única e maior estrutura que, ao todo, possui cerca de 230 cm de comprimento por 120 cm de altura.

Embora os enterramentos evidenciados nestas cavidades não tenham sido datados, existem datações para outros enterramentos deste sítio (inumados em cavidades escavadas no sedimento), as quais estão situadas entre 450 +/- 40 anos BP e 230 +/- 50 anos BP (ver todas as datações disponíveis na Tabela 1). Considerando que as práticas funerárias dispensadas a todos os enterramentos da Toca da Baixa dos Caboclos mostram-se similares entre si, é possível que os enterramentos depositados nas cavidades escavadas na rocha estejam em uma faixa cronológica aproximada dos demais (Leite, 2011).

Referente a esta cronologia, convém discorrer que as datações obtidas neste sítio abrem espaço para discutir o caráter “pré-histórico” destes enterramentos. Oportunamente, é pertinente assinalar que este trabalho considera as práticas funerárias observadas nos enterramentos deste sítio como pré-históricas, uma vez que não existe no registro arqueológico nenhuma evidência de contato com o europeu. Atrelado a isso, deve-se considerar que processo de colonização do Piauí ocorreu tardiamente em relação demais aos estados do nordeste brasileiro, tendo se dado apenas no início do século XVIII. Este fato contribui para reforçar a premissa de que o grupo que utilizou a Toca da Baixa dos Caboclos em suas atividades fúnebres parece não ter estabelecido contato com o europeu naquele momento, ou se o fez,

isso não parece ter interferido em suas práticas funerárias que se apresentam como reflexo de um modo de vida pré-histórico.

Abaixo, segue uma descrição detalhada de cada estrutura funerária, bem como uma apresentação sumária dos enterramentos que elas traziam.

ESTRUTURA FUNERÁRIA 1

Esta estrutura funerária guardava um enterramento primário do tipo direto. O indivíduo correspondia a um adulto do sexo masculino, com idade estimada entre 25 e 30 anos e estatura média de 165 cm (Souza *et al.* 2002). O esqueleto estava em bom estado de conservação e ainda guardava alguns vestígios de pele, tendões e cabelos, embora o crânio não tenha sido encontrado.

A estrutura funerária foi escavada diretamente na rocha matriz há uma profundidade média de 40 cm da superfície do terreno à época da escavação (Figura 7). Apresenta forma oval, com aproximadamente 100 cm de comprimento e 120 cm de largura. Nenhum material, como seixos ou blocos rochosos, foi utilizado para demarcar os limites da estrutura.

O indivíduo foi depositado em posição fetal, decúbito lateral direito (Figura 8). As pernas estavam flexionadas de modo que a tíbia e a fíbula estavam paralelas ao fêmur que, por sua vez, estava paralelo a linha coluna vertebral. O úmero também estava paralelo a coluna, sugerindo que o antebraço foi mantido junto ao tronco, enquanto os braços foram flexionados e arrumados frente ao corpo. O crânio não foi encontrado e, considerando o estado de conservação do restante deste esqueleto, parece difícil de acreditar que ele tenha se desintegrado completamente. Guidon *et al.* (1998) sugere que ele pode ter sido carregado pelas enxurradas que assolaram o abrigo.

Próximo ao esqueleto, dispersos nas últimas decapagens, foram evidenciados vestígios de fibras vegetais que parecem corresponder a resquícios de corda (Figura 9). Estas fibras foram produzidas sob a técnica do torcido vertical², com espessuras variando entre 0,1 e 0,3 cm; e é possível que tenham sido utilizadas para amarrar o cadáver durante o ritual funerário. Nenhum artefato cerâmico ou lítico foi utilizado como acompanhamento funerário. Também não foi verificada a presença de ocre e/ou vestígios de combustão, comumente observados em sítios da região.

² Ribeiro, 1987, 319: “Consiste em um par de talos flexíveis ou fios lançados sobre si mesmos que, simultaneamente, em cada meia volta, englobam um elemento da urdidura que corre em sentido contrário, envolvendo-o transversalmente”.

ESTRUTURA FUNERÁRIA 2

Esta estrutura funerária guardava três enterramentos do tipo indireto, em urnas funerárias. Ela estava localizada no ponto mais abrigado do sítio e como este espaço anteriormente era utilizado para abrigar bois e cavalos, os enterramentos identificados nesta estrutura estiveram altamente expostos ao pisoteamento, o que resultou no seu avançado estado de deterioração (Figuras 10 e 11).

Os ossos estavam totalmente fragmentados, de modo não foi possível precisar o sexo e a idade dos indivíduos, embora tenha se verificado que correspondiam a uma criança e dois adultos. Também não foi possível identificar se os enterramentos eram do tipo primário ou secundário, tampouco sua posição e o decúbito.

A estrutura funerária foi escavada diretamente na rocha matriz há uma profundidade média de 40 cm da superfície do terreno à época da escavação. Não apresenta um formato definido, mas a área esculpida na rocha possui cerca de 130 cm de comprimento por 110 cm de altura (Figura 12). Nenhum material, como seixos ou blocos rochosos, parece ter sido utilizado para demarcar os limites da estrutura.

As urnas funerárias encontradas nesta cavidade estavam bastante fragmentadas, mas a análise técnica dos fragmentos demonstrou que elas compartilhavam similaridades técnicas: todas as urnas apresentam tratamento de superfície externa corrugado e tratamento de superfície interna alisado; pasta composta de argila e areia, com grãos de quartzo e feldspato entre 0,1 e 0,05 cm; e sinais de fuligem, indicando que as vasilhas foram utilizadas em atividades relacionadas ao fogo antes de serem aproveitadas como urnas funerárias. Além disso, no contexto destes três enterramentos foram encontrados fragmentos cerâmicos diferentes de suas urnas (mas similares entre si), que poderiam corresponder a tampas; contudo, o estado de fragmentação destas peças não oferece certeza a esta inferência.

No contexto do enterramento 5 foi coletada apenas uma lasca em quartzito, indubitavelmente antrópica, com bulbo e ponto de percussão aparente. Mas, outra vez em função do estado de perturbação, não é possível afirmar se esta lasca foi utilizada como acompanhamento funerário ou se é caráter intrusivo.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme o que foi discutido, pode-se dizer que o sítio Toca da Baixa dos Caboclos destaca-se na região sudeste do Piauí pelo seu conjunto funerário, possuindo enterramentos em considerável estado de conservação (alguns em estado de mumificação natural) com práticas funerárias que se mostram recorrentes entre si e que abrem espaço para discutir a possibilidade deste sítio ter sido utilizado como cemitério pelos mesmos grupos culturais. Atrelado a isso, também chamam atenção as estruturas funerárias abordadas neste trabalho, que se configuram como únicas na região.

Tais estruturas foram utilizadas para acomodar quatro enterramentos pré-históricos. Dos quatro enterramentos adultos identificados no sítio, três foram depositados neste tipo de estrutura, ao passo que dos cinco enterramentos infantis do sítio, somente um foi depositado em uma cavidade escavada na rocha.

A observação mencionada anteriormente de que foram verificados entalhes impressos no arenito que se prolongam de uma estrutura à outra, sugere que as duas cavidades podem ter sido preparadas em um mesmo momento cronológico. Este fato abre espaço para a hipótese de que os enterramentos depositados podem ter sido realizados por um mesmo grupo cultural. Além disso, é possível discutir questões acerca da possibilidade da morte simultânea destes indivíduos, por motivos naturais ou não. Contudo, inferências desta ordem exigem uma investigação aprofundada, centrada na análise acurada do micro contexto funerário onde estavam estes enterramentos, com observação dos elementos biológicos (determinação da *causa mortis*, DNA, consanguinidade, etc.), obtenção de outras datações arqueológicas para comprovar efetiva contemporaneidade, entre outros.

É pertinente acrescentar que embora as estruturas funerárias 1 e 2 compusessem uma mesma estrutura maior, elas estavam notoriamente separadas e aos seus enterramentos foram dispensadas práticas funerárias diferenciadas: enquanto um adulto do sexo masculino foi depositado diretamente e isoladamente na cavidade 1, e desprovido de qualquer material cerâmico; os enterramentos depositados na cavidade 2 – uma criança e dois adultos cujo sexo não foi determinado - foram acomodados em urnas funerárias que compartilhavam aspectos técnicos e morfológicos.

Levando em conta a probabilidade de que estes enterramentos sejam contemporâneos, é possível sugerir que a distinção entre estas práticas funerárias pode ser reflexo de diferenciações relacionadas ao próprio ritual funerário. Tais diferenciações, portanto, explicariam o fato do material cerâmico ter sido utilizado em três enterramentos e no outro não. Ao que parece, esta provável diferenciação ritualística não deveria estar relacionada à faixa etária dos indivíduos, já os adultos foram enterrados tanto de modo direto, como de modo indireto. É possível ainda que ela estivesse associada ao sexo, mas como não foi possível determiná-los nos enterramentos indiretos, esta questão não pôde ser verificada.

Com relação à produção destas estruturas, naturalmente ela se deu com a utilização de um material de dureza maior que o arenito do abrigo, podendo talvez ser quartzo ou quartzito, abundantemente encontrados no entorno do sítio. É válido acrescentar que a produção de estruturas como esta requer um preparo diferencial, que exige um maior intervalo de tempo e esforço de trabalho. Isso faz pensar que as cavidades devem ter sido escavadas antes da chegada do pacote funerário ao sítio, por membros especificamente designados para esta função; ou ainda que tenham sido escavadas no mesmo momento da chegada do referido pacote funerário com, nesse caso, realização de concomitantes atividades ritualísticas que devem ter durado um intervalo de tempo considerável, dado o esforço para esculpir tais cavidades.

Até o momento, estas foram as informações alcançadas com a análise das estruturas funerárias escavadas na rocha matriz da Toca da Baixa dos Caboclos. Este, no entanto, é um estudo de caráter preliminar que necessita ser investigado em profundidade. Neste caso, cabem pesquisas que busquem reconstituir a técnica de preparação das cavidades, escaneamento em 3D que permita registrar as cavidades com maior precisão e qualidade - técnica que vem sendo amplamente usada para registrar grafismos rupestres em sítios do entorno, investigação das práticas funerárias dispensadas aos enterramentos do sítio, entre outros. Pesquisas desta natureza forneceriam subsídios não apenas sobre o(s) grupo(s) que utilizaram a Toca da Baixa dos Caboclos como cemitério, mas também para ajudar a compreender como se deram as manifestações funerárias e os processos de ocupação e povoamento dos grupos culturais que habitaram a região do Parque Nacional Serra da Capivara em períodos anteriores ao contato com o europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Viviane. *Marcadores de identidades coletivas no contexto funerário pré-histórico no Nordeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- CISNEIROS, Daniela. *Práticas funerárias na pré-história do Nordeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- FONTES, Mauro Alexandre F. *Enterramentos e lugares de memória pré-históricos no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, UFPE, 2012.
- GUIDON, Niéde; VERGNE, Cleonice; VIDAL, Irma. A. Sítio Toca da Baixa dos Caboclos. Um abrigo funerário do enclave arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara. *Clio*, Recife, v. 1, n.13, p. 127-138, 1998 (Série Arqueológica).
- GUIDON, Niéde; PARENTI, Fabio; OLIVEIRA, Claudia; VERGNE, Cleonice. Nota sobre a sepultura da Toca dos Coqueiros, Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil. *Clio*, Recife, v. 1, n.13, p. 187-192, 1998 (Série Arqueológica).
- LEITE, Ledja. *O Perfil Funerário do Sítio Pré-histórico Toca da Baixa dos Caboclos – Sudeste do Piauí – Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, UFPE, 2011.
- MARANCA, Sílvia. A Toca do Gongo I – Abrigo com sepultamentos no estado do Piauí. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, 1976.
- MELLO e ALVIM, Marília; FERREIRA, Fábio. Os esqueletos do abrigo Toca do Paraguaio, município de São Raimundo Nonato, Piauí. Estudo antropofísico. *Cadernos de Pesquisa*, Teresina, n. 4, 1985 (Série Antropologia 03).
- PEYRE, Evelyne. Restos ósseos da Toca do Gordo do Garrincho, São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. *Fundamentos*, São Raimundo Nonato (PI), v. 1, n.1, 1996.
- SOUZA, Sheila; VIDAL, Irma; OLIVEIRA, Cláudia; VERGNE, Cleonice. Mumificação natural na Toca da Baixa dos Caboclos, sudeste do Piauí: uma interpretação integrada dos dados. *Canindé*, Aracaju, n. 2, 2002.
- SURYA, Leandro. *Permanência e continuidade: Grupos ceramistas pré-históricos na área do Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí – Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, UFPE, 2006.
- RIBEIRO, Berta. Introdução: a linguagem simbólica da cultura material. *Suma etnológica brasileira*. Tecnologia indígena. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

ANEXOS

Tabela 1: Datações disponíveis para os enterramentos do sítio Toca da Baixa dos Caboclos Fonte: Leite (2011).

Enterramento	Material	Ref. Laboratório	Datação (anos BP)
01	Carvão associado	BETA 113114	450 +/- 40
01	Pele	BETA 113115	371 +/- 40
01	Cabelo	BETA 113112	340 +/- 40
01	Pele	BETA 114558	310 +/- 50
01	Osso	BETA 136208	300 +/- 40
07	Osso	BETA 136209	240 +/- 50
08	Osso	BETA 136210	320 +/- 40
09	Pele	BETA 115612	230 +/- 50

**Figura 1:** Chapada São Francisco, onde está localizado o sítio Toca da Baixa dos Caboclos (apontado pela seta).**Fonte:** Leite (2011).**Figura 2:** Área abrigada do sítio. **Fonte:** Leite (2011).

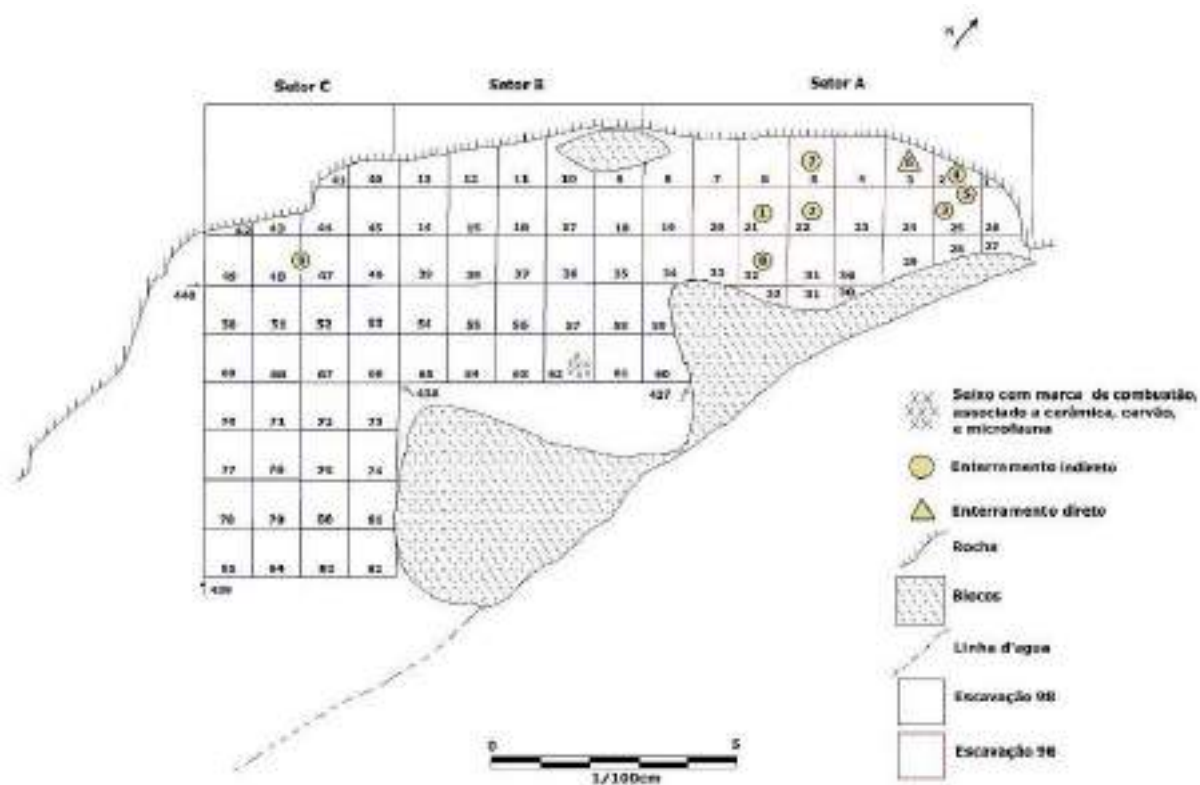


Figura 3: Planta baixa da área escavada do abrigo com a designação dos setores. Fonte: Leite (2011).



Figura 4: Enterramentos do sítio Toca da Baixa dos Caboclos. Fonte: Leite (2011).



Figura 5: Estruturas funerárias identificadas no sítio Toca da Baixa dos Caboclos. **Fonte:** Leite (2011).

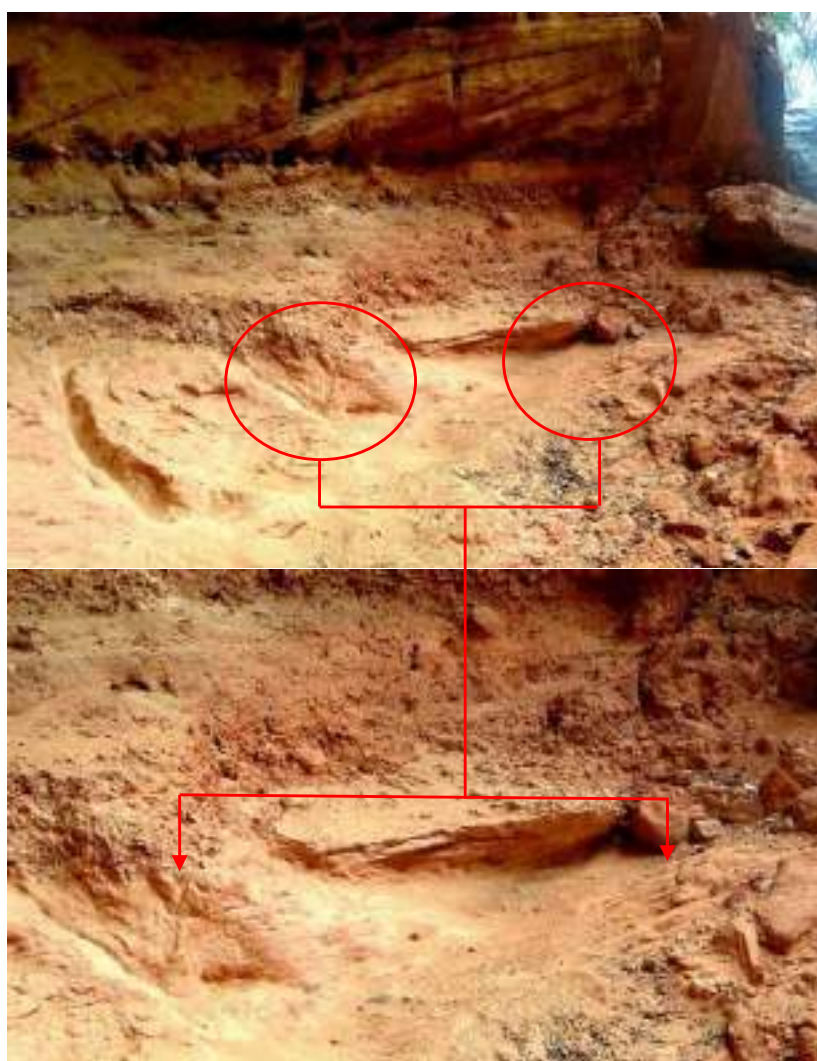


Figura 6: As fotos A e B mostram o detalhe para os entalhes impressos no arenito que se prolongam de uma estrutura até a outra. Leite (2011).



Figura 7: Estrutura funerária 1. Fonte: Leite (2011).



Figura 8: O indivíduo inumado na estrutura 1 estava em posição fetal, decúbito lateral direito. Fonte: Leite (2011).

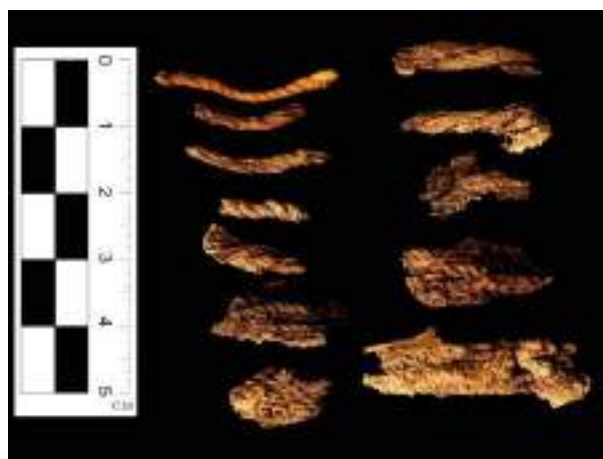


Figura 9: Fibras vegetais encontradas no enterramento da estrutura 1. Fonte: Leite (2011).



Figura 10: Os enterramentos evidenciados na estrutura funerária 2 sofreram perturbações pós-deposicionais.
Fonte: Leite (2011).



Figura 11: Os enterramentos evidenciados na estrutura funerária 2 sofreram perturbações pós-deposicionais.
Fonte: Leite (2011).



Figura 12: Estrutura funerária 2. **Fonte:** Leite (2011).

Recebido em:02/08/2016
Aprovado em:12/09/2016
Publicado em:15/10/2016

**TECNOLOGIA LÍTICA DO INTERIOR PAULISTA: A INDÚSTRIA DO SÍTIO
ARQUEOLÓGICO SANTA CRUZ**
LITHIC TECHNOLOGY AT SÃO PAULO STATE, BRAZIL: THE SANTA CRUZ
ARCHAEOLOGICAL SITE INDUSTRY

João Carlos Moreno de Sousa
Adriana Meinking Guimarães

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Tecnologia Lítica do Interior Paulista: A Indústria do Sítio Arqueológico Santa Cruz

João Carlos Moreno De Sousa¹

Adriana Meinking Guimarães²

Resumo: Apesar de as indústrias líticas com presença de pontas bifaciais no sudeste e sul do Brasil serem geralmente associadas à unidade cultural denominada Tradição Umbu, ainda são escassos os estudos tecnológicos destas indústrias, de modo que se torna difícil testar a validade desta unidade cultural a partir desta abordagem. Este artigo apresenta o estudo tecnológico da indústria do sítio Santa Cruz, localizado no município de Monte Mor, estado de São Paulo, e tem como objetivo fornecer uma completa descrição da indústria estabelecendo um padrão tecnológico, e fornecer mais uma fonte de dados para sítios anteriormente associados à Tradição Umbu.

Palavras-chave: Tecnologia Lítica, Tradição Umbu, Sítios a Céu Aberto, Interior Paulista.

Abstract: Brazilian lithic industries that present bifacial points in their assemblages have been associated to a cultural unity named Umbu Tradition. However, technological studies are still scarce, and it makes difficult to test this cultural unity validity using this approach. This article presents the technological study of Santa Cruz site, located at Monte Mor, São Paulo State, Brazil. We aim to provide a complete description for this industry at establishing a technological pattern, and provide one more data source for Umbu tradition associated sites.

Keywords: Lithic technology, Umbu Tradition, Open-Air Sites, São Paulo State.

INTRODUÇÃO

Sítios arqueológicos com presença de pontas bifaciais têm sido identificados por arqueólogos nos últimos anos dentro de uma unidade cultural conhecida como Tradição Umbu. A Tradição Umbu surgiu, enquanto uma cultura arqueológica, durante as pesquisas da década de 1970 realizadas pelo Projeto Paleóíndio (PROPA), coordenado por Eurico Miller, na região Sul do Brasil (Miller, 1969), que seguia métodos da escola Histórico-Cultural do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). A maioria dos sítios arqueológicos atualmente associados nesta unidade cultural está localizada por toda região Sul do Brasil estendendo-se até regiões próximas da Argentina e Paraguai, todo o Uruguai, e o sul do Estado de São Paulo (Okumura & Araujo, 2013) (Figura 1). As pontas bifaciais vieram a se tornar o “fóssil-guia” da Tradição Umbu, levando outros pesquisadores a identificarem esta unidade cultural até no sul do estado de Minas Gerais (Koole, 2007) entre outras regiões no estado de São Paulo.

O sítio Santa Cruz foi estudado pela primeira vez por Pardi et al. (2004), fornecendo uma descrição preliminar do patrimônio arqueológico do município de Monte Mor, estado de São Paulo. Este sítio foi associado pelos mesmos autores à Tradição Umbu, provavelmente pela presença de uma ponta

¹ Doutorando em Arqueologia. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ), Brasil.

² Doutora em Arqueologia. VerdeVolta Assessoria e Recuperação Ambiental Ltda.

bifacial. Outros sítios da região também foram associados à Tradição Umbu, sendo eles: Sítio Vista Alegre, sítio Córrego Azul, Quinhões do Boa Esperança e sítio São Pedro. Nenhum dos sítios citados foi datado.



Figura 1: Localização do Sítio Santa Cruz, e área de cobertura associada à Tradição Umbu no Brasil, com abse em dado publicados em Araujo (2015).

A coleção lítica apresentada neste trabalho é referente ao projeto Diagnóstico e Prospecção do Patrimônio Arqueológico do Loteamento Campos de Monte Mor, que ocorreu entre 2014 e 2015, e coordenado por Adriana Meinking Guimarães. Este estudo é resultante deste mesmo projeto.

O Loteamento Campos de Monte Mor se localiza no município de Monte Mor, São Paulo, e possui área de aproximada de 90 ha. A área é uma junção de duas propriedades particulares: o Sítio São João, com 44 ha e o Sítio Bela Vista, com 46 ha. Esta última propriedade conta com cerca de 20 ha que provavelmente serão mantidos como Área de Preservação Permanente, devido à presença de nascentes e cursos d'água e/ou com Reserva Legal, pela existência de área florestada (Figura 2).



Figura 2: Demarcação do Loteamento Campos de Monte Mor. Parte superior Sítio Bela Vista, onde se encontra a área verde que, provavelmente, será utilizada como Reserva Legal/APP e na parte inferior (destaque azul) o Sítio São João.
Adriana M. Guimarães **Base:** Google Earth.

Infelizmente, antes do projeto do Loteamento Campos de Monte Mor, o sítio Santa Cruz já havia sido destruído por maquinário, de modo que todo o material exposto foi descontextualizado. Apenas vestígios líticos foram identificados, todos em superfície (Figura 3). Uma análise dos vestígios líticos identificados foi realizada a fim de inserir o sítio Santa Cruz no contexto arqueológico do interior paulista.

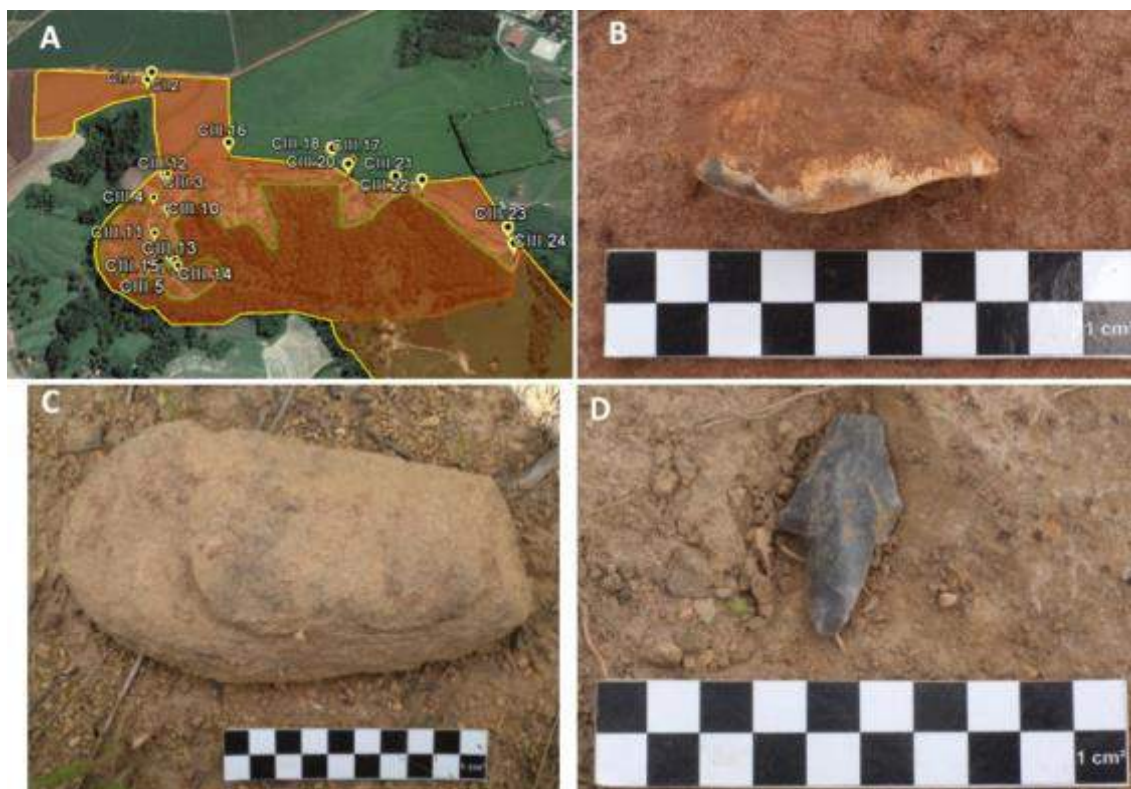


Figura 3: A: Localização dos vestígios identificados no sítio Santa Cruz. B: Lasca. C: Lâmina de machado polido. D: Ponta bifacial.

TEORIA E MÉTODO DE ANÁLISE LÍTICA

Optou-se por realizar a análise dos vestígios líticos através de uma abordagem tecnológica, que considera o entendimento de todas as etapas de produção e utilização dos artefatos líticos. Para tanto, foi seguido o conceito de cadeia operatória, proposto por Mauss (1968) e Leroi-Gourhan (1965), e que pode ser definido como o conjunto de etapas de aquisição da matéria-prima, produção, utilização e descarte de um artefato ou conjunto de artefatos.

Para um melhor entendimento do texto, são sugeridas as seguintes definições para termos recorrentes. Utilizaremos o termo artefato para qualquer objeto apropriado com o objetivo de atender uma necessidade (Moreno de Sousa, 2014). Vestígios líticos que podem ser entendidos como artefatos incluem os instrumentos (raspadores, pontas, machados, lascas retocadas, percutores, bigornas, etc) e os núcleos. Artefatos, ou partes estruturais de artefatos, que atendem necessidades funcionais transformativas serão denominados como instrumentos. As lascas provenientes das etapas de produção serão denominadas como resíduos de produção.

São definidas três principais etapas de produção e artefatos líticos: a debitage, a façongem e o retoque. A debitage consiste na produção de suportes, ou seja, lascas com estrutura, forma e volume que

servirão como matriz dos futuros instrumentos, a partir de blocos ou fragmentos de rocha que chamamos de núcleos (Pelegrin, 1988). A façongem consiste na modificação do volume do suporte, podendo produzir a região anterior à parte transformativa que direciona a ação do instrumento – também chamada de Plano de Corte –, as áreas de apreensão, de encabamento, etc (Moreno de Sousa, 2014). O retoque consiste na modificação da região do gume, ou seja, a produção ou modificação da área do instrumento que entra em contato direto com outra matéria durante o uso – também chamada de Plano de Bico (Moreno de Sousa, 2014). É importante que a façongem e o retoque consistem em modificações através da redução de volume no artefato lítico, independente da técnica utilizada (ex: lascamento, polimento, picoteamento, etc).

Como método para compreender, além da produção, a utilização dos instrumentos tomamos por base o conceito de unidade tecnofuncional (UTF) definido por Boëda (1997), baseado na ideia de Lepot (1993) de que todo instrumento possui pelo menos uma zona transformativa, uma zona apreensiva, e uma zona transmissora de energia. Para cada uma destas zonas pode ser classificada uma UTF. Para cada unidade tecnofuncional transformativa (UTFt), ou seja, a zona em contato com outra matéria, pode ser definido um instrumento, constituído de pelo menos mais uma unidade tecnofuncional apreensiva e (UTFp) e uma UTF transmissora de energia. Uma ideia semelhante à identificação de gumes/bordos ativos foi proposta por White & Thomas (1972).

A análise dos vestígios líticos seguiu o método proposto por Moreno de Sousa (2014), com base nos critérios de análise de feições e categorias tecnológicas, critérios de desenho técnico e noção de cadeia-operatória e suas etapas sugeridos por White & Thomas (1972), Dauvois (1976), Rigaud (1977), Tixier et al (1980), Vaughan (1983), Roche & Tixier (1984), Piel-Desruisseaux (1989), Inizan et al (1995), Boëda (1997), Pelegrin (1997), Leroi-Gourhan (2002), Mello (2005), Fogaça & Boëda (2006), Tixier (2012) e Moreno de Sousa (2014).

Método Estatístico

Para produção dos gráficos apresentados foram utilizados os softwares *Microsoft Office Excel* e *SPSS PASW Statistics*.

Foram apresentados gráficos de pizza para mera visualização da variabilidade de variáveis qualitativas. Para variáveis quantitativas foram utilizados histogramas e gráficos de dispersão, indicando, respectivamente, os valores de média com desvio padrão e coeficiente de determinação.

Foi verificado o coeficiente de determinação (R^2), que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é a correlação das feições tecnológicas. Os níveis de correlação foram definidos em categorias (tabela 1).

Tabela 1: Categorias de correlação com base em R².

Coefficiente de Determinação	Nível de Correlação
0%-20%	Inexistente
20%-40%	Muito Baixa
40% - 50%	Baixa
50% - 60%	Média
60% - 70%	Média Alta
70% - 80%	Alta
80% - 90%	Muito Alta
90% - 100%	Perfeita

Amostragem

Todas as 43 peças identificadas e coletadas no sítio foram analisadas e categorizadas como demonstrado na tabela 2. A categoria detritos de lascamento é constituída de fragmentos líticos não identificáveis em outras categorias.

Tabela 2: Categorias de vestígios líticos

Categoria de vestígio lítico	Quantidade de peças
Instrumento	11
Lasca	19
Fragmento de lasca	2
Detrito de lascamento	6
Núcleo	1
Suporte de instrumento	1
Seixo	1

As lascas, resultado da produção e manutenção dos artefatos líticos, constituem apenas 50% do total de peças identificadas. Os artefatos constituem 23% do total. É possível dizer que esta é uma relação baixa de lascas (resíduos de produção) em relação aos artefatos (produtos). Afinal, cada artefato lítico, produzido por lascamento, também produz desde algumas poucas lascas até dezenas de lascas. Isto implica que o sítio em questão não se trata de uma oficina lítica.

Dos 11 instrumentos, foi possível identificar:

- 1 ponta bifacial (fragmentada)
- 1 machado polido (constituído de matéria prima friável)
- 2 raspadores plano-convexos
- 6 lascas com algum retoque
- 1 lasca com marcas de utilização

Resultados

A matéria prima de maior tendência é, definitivamente, o sílex, constituindo 84% do total, enquanto quartzo, quartzito e arenito constituem os 16% restantes. Há pouca variabilidade nas cores do sílex, que tende a ser preto, branco e vermelho, variando nas tonalidades. As peças de sílex possuem córtex típico de proveniência fluvial.

A amostra de resíduos de produção não é suficiente para uma identificação das etapas de produção dos quais estes resíduos seriam provenientes. Nenhuma das lascas remonta com outra, tampouco com os artefatos ou o núcleo. Apenas uma lasca foi identificada como produzida por percussão sobre bigorna.

O comprimento, a largura e a espessura só foram tomados de lascas não fragmentadas. Todas as lascas possuem pequenas dimensões. As lascas possuem em média 26 ± 8.99 mm de comprimento, e 26.4 ± 11.9 mm de largura. Elas não têm um padrão muito claro de espessura, mas não ultrapassam 20 mm.

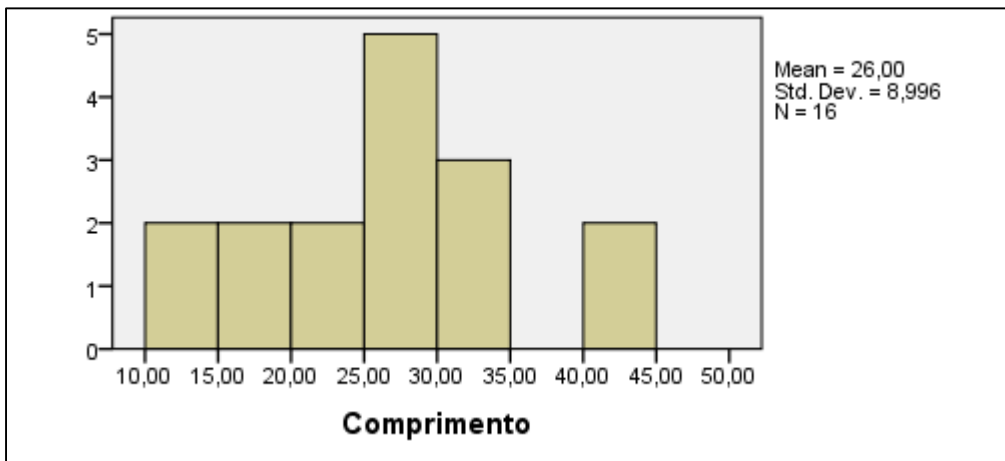


Figura 4: Histograma do comprimento das lascas.

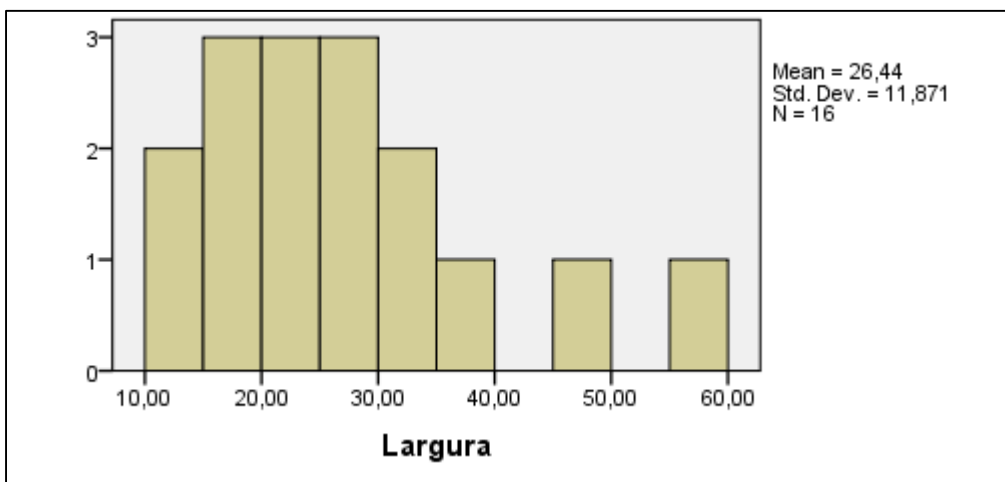


Figura 5: Histograma da largura das lascas.

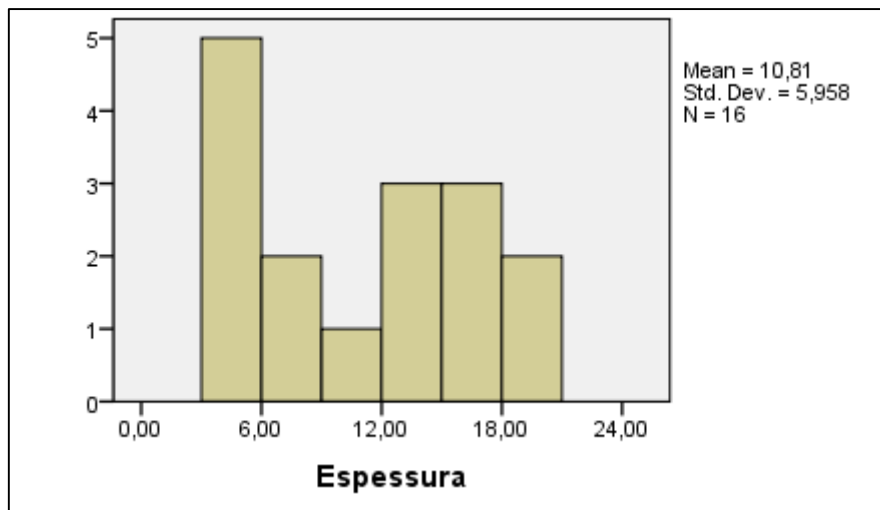


Figura 6: Histograma da espessura das lascas.

Os talões apresentam pouca variabilidade, sendo que a maioria dos talões é do tipo liso, e não possui preparação no talão.



Figura 7: Variabilidade de tipos de talão das lascas.

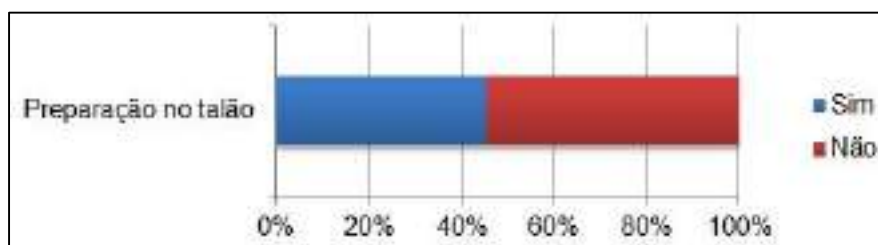


Figura 8: Relação entre talões preparados e não preparados.

Os talões possuem média 12.6 ± 8.8 mm de comprimento, e 5.2 ± 4.5 mm de espessura.

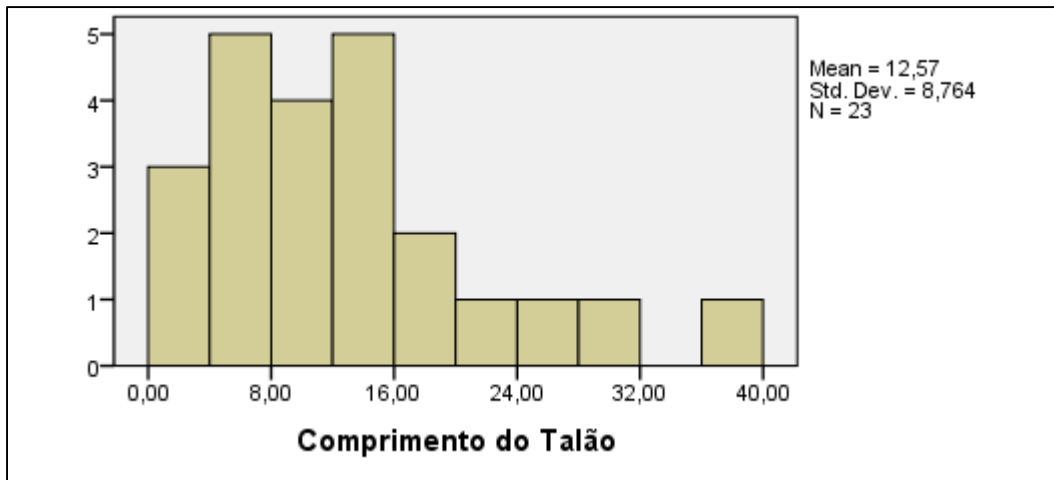


Figura 9: Histograma do comprimento do talão das lascas.

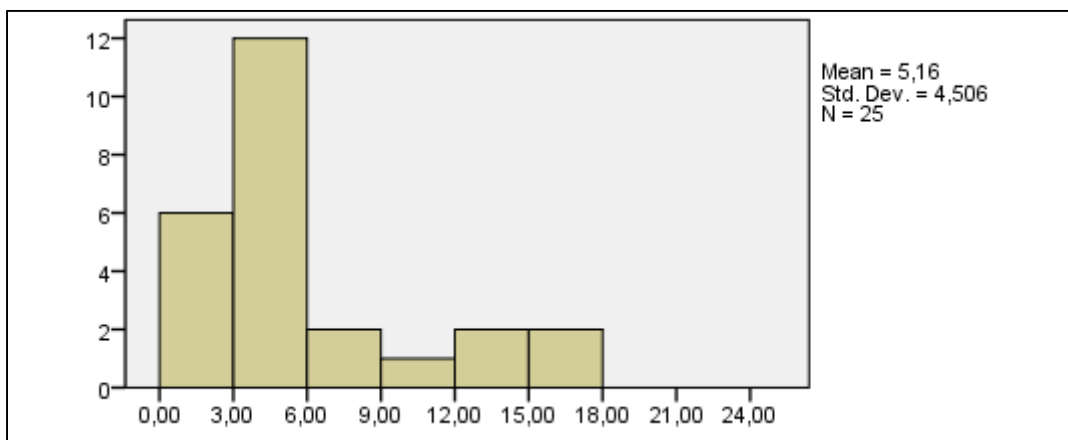


Figura 10: Histograma do comprimento do talão das lascas.

Foi possível constatar uma correlação média, de 58.3%, entre o comprimento das lascas e a espessura dos talões. Ou seja, há certa tendência de que as espessuras dos talões aumentam de acordo com o comprimento total.

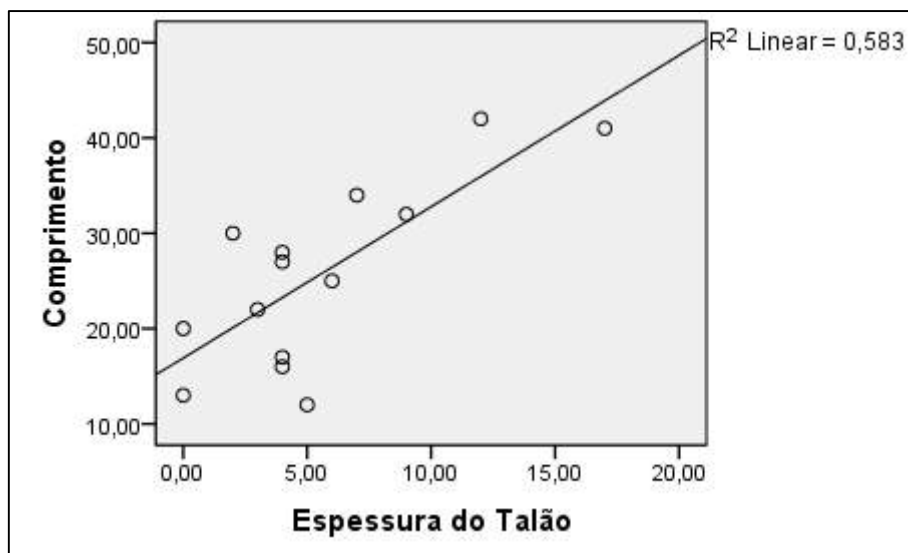


Figura 11: Correlação entre o comprimento total das lascas e a espessura dos talões.

Já a correlação entre o comprimento e a espessura do talão é muito alta, atingindo 90%. Isto implica que, nesta indústria lítica, quanto mais compridos são os talões mais espessos eles também são.

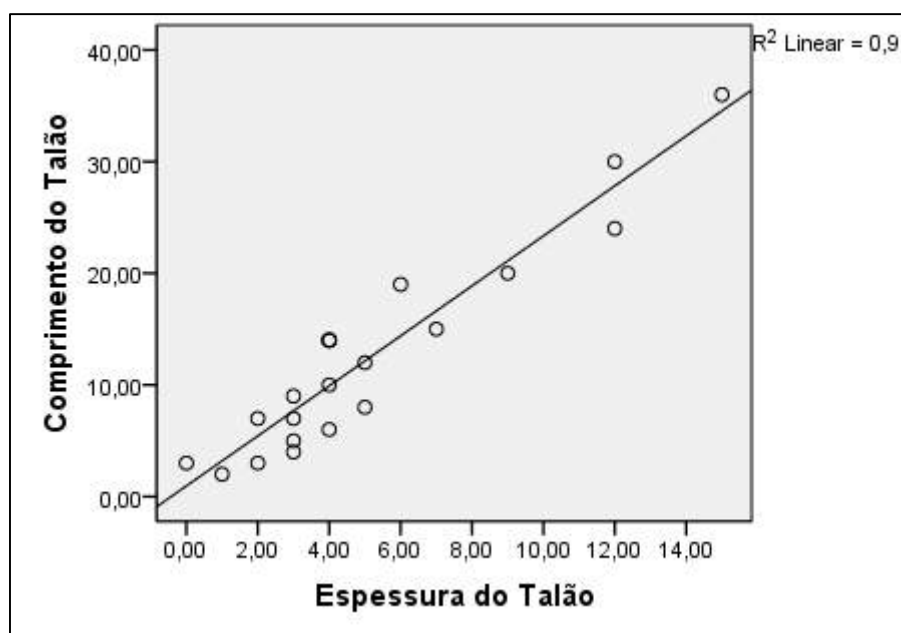


Figura 12: Correlação entre o comprimento dos talões e a espessura dos talões.

Não foi possível identificar uma tendência de ângulos entre o talão e a face inferior das lascas.

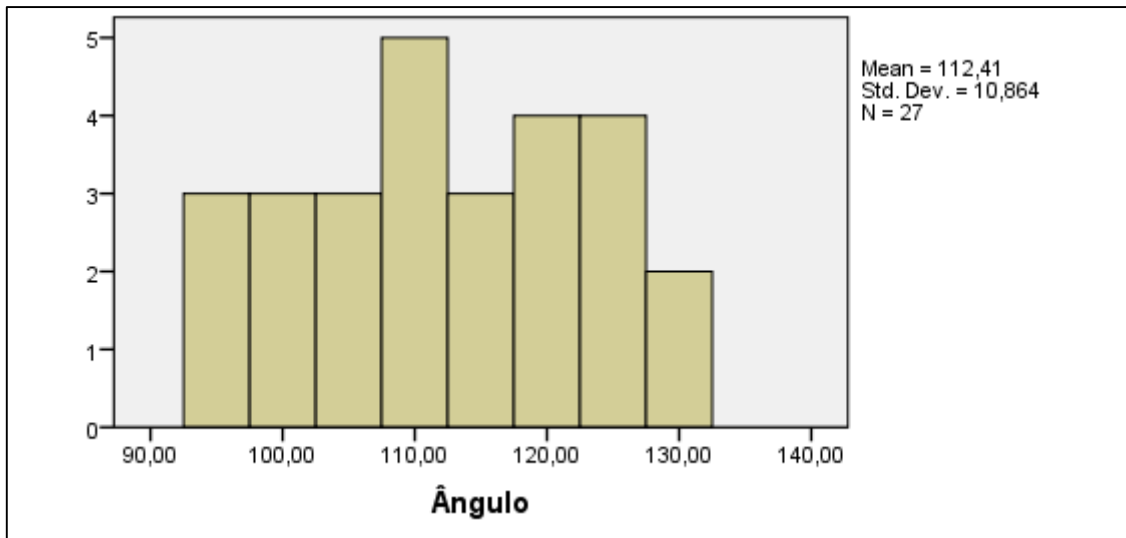


Figura 13: Histograma dos ângulos entre os talões e a face inferior das lascas.

No entanto, há uma correlação média-alta (61,5%) entre o comprimento das lascas e o ângulo. Isso significa que há certa tendência de lascas cujo ângulo aumenta de acordo com o comprimento total.

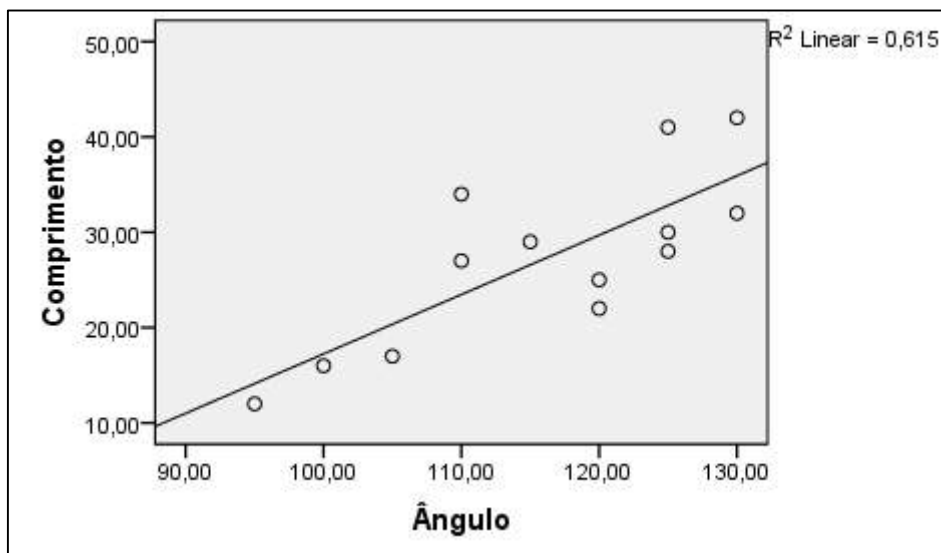


Figura 14: Correlação entre o comprimento total das lascas e o ângulo entre os talões e as faces inferiores das lascas.

Não existe uma tendência na forma das lascas.

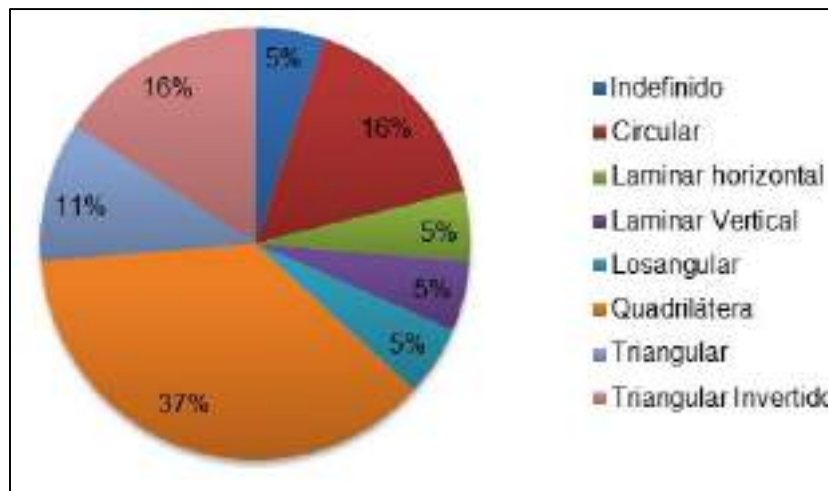


Figura 15: Variabilidade nas formas das lascas.

Já o perfil das lascas tende a ser retilíneo.

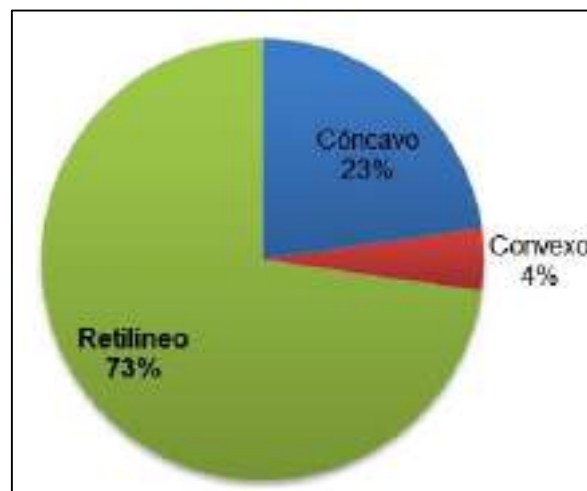


Figura 16: Variabilidade nos perfis das lascas.

As lascas inteiras tendem a ter entre 3 ou 4 negativos na face superior.

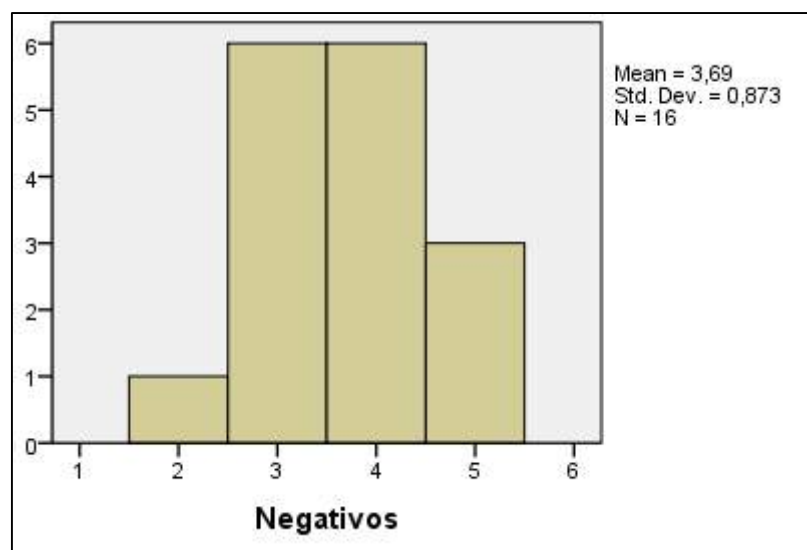


Figura 17: Histograma da quantidade de negativos nas faces superiores das lascas.

Porém, não existe uma tendência na organização destes negativos na face superior das lascas.

Os artefatos não parecem demonstrar qualquer tipo de tendência, exceto pelo fato de a maior parte ser constituída de pequenas lascas com alguns poucos retoques. Infelizmente, a amostra é muito pequena para afirmar demais tendências. Na seção de ANEXOS estão apresentados os dados de análise dos artefatos, desenhos sombreados e desenhos interpretativos das etapas de produção e identificação das UTFs transformativas.

DISCUSSÃO

A amostra de vestígios líticos é muito pequena em relação aos sítios arqueológicos interpretados como oficinas ou habitações, que costumam apresentar desde algumas centenas até milhares de vestígios líticos. De todo modo, é sabido que parte do material pode ter sido retirado anteriormente por maquinário. Devido ao tamanho pequeno da amostra, não foi possível realizar uma identificação acurada das etapas de produção às quais as lascas são referentes. De todo modo, algumas peças são indicativas da produção de pontas bifaciais neste local. Além da peça III.6 (figuras 18 e 25) que se trata de uma ponta bifacial, temos a peça III.24 (figura 34) que se trata de uma provável ponta bifacial não finalizada – ou como outro autores brasileiros denominam “pré-forma”. Até mesmo algumas lascas apresentam feições tecnológicas da produção de pontas bifaciais (figura 18), tais como a porção distal ultrapassante com presença de negativos de retoque do outro bordo da ponta.



Figura 18: Ponta bifacial e exemplo de lasca de redução de espessura de ponta bifacial, ambas provenientes do sítio arqueológico Santa Cruz. A porção distal da lasca é ultrapassante e possui os negativos do gume oposto ao gume percutido. As peças na foto não remontam, servindo apenas como exemplo ilustrativo. **Foto:** João Carlos Moreno de Sousa.

É possível afirmar que o grupo responsável pela produção destes vestígios líticos possuía um conhecimento técnico concreto sobre a produção de pontas bifaciais. A ponta bifacial (peça III.6) apresenta

forma, medidas e contorno similares às pontas bifaciais encontradas em outros sítios arqueológicos do interior do estado de São Paulo. Os trabalhos de Okumura & Araujo (2013, 2014, 2016) já vêm demonstrando este mesmo padrão de forma recorrente nas pontas bifaciais do interior paulista, através de uma análise de morfometria geométrica sistemática, e desassocia estas pontas da Tradição Umbu. No entanto, ainda são necessárias mais análises tecnológicas sistemáticas que apontem semelhanças ou diferenças destas pontas com as pontas bifaciais provenientes de demais sítios arqueológicos anteriormente associados à *tradição Umbu*, de modo a confirmar se há ou não uma homogeneidade que permita identificar as indústrias do interior paulista dentro da mesma unidade cultural das pontas do Sul do Brasil.

Algumas peças indicam o domínio técnico da produção de lascas através dos métodos de debitage microlaminar, proveniente, em alguns casos, de núcleos de planos opostos. O único núcleo encontrado na coleção (Peça III.17 A, figura 29) possui estrutura de debitage microlaminar na qual há um único plano de percussão e uma superfície de lascamento que contorna parcialmente as laterais do núcleo. Dois instrumentos (Peças III.11A e III.12, figuras 27 e 28) apresentam evidências de proveniência de núcleos de planos opostos, pois apresentam negativos de lascas laminares paralelos bidirecionais em suas faces superiores, além de uma área ultrapassante indicativa de um segundo plano de percussão.



Figura 19: Lâmina de machado polido encontrada no sítio arqueológico Santa Cruz.

A lâmina de machado polido (figuras 19 e 24) é um grande indicativo, obviamente, da presença de técnicas de polimento nesta indústria. O artefato em questão parece ter sofrido ação de processos tafonômicos que, atualmente, conferem ao artefato um aspecto frágil, de fácil “esfarelamento”. Lâminas de machado polido datadas de períodos pré-ceramistas no interior paulista nunca foram registradas. Deste modo, por datação relativa, a indústria analisada poderia estar situada no Holoceno recente. Por outro lado, pesquisas recentes, algumas ainda não publicadas, vêm comprovando a existência de lâminas de machado polido datadas do Holoceno Inicial (ver: Moreno de Sousa 2014, para exemplo).

A tabela 3 caracteriza sumariamente a tecnologia dos resíduos de produção.

Tabela 3: Tendências identificadas nos resíduos líticos.

Tendências de variáveis identificadas	Valor da tendência central
Matéria Prima	Sílex
Cor do sílex	Branco, vermelho, preto
Proveniência do sílex	Seixo
Comprimento das lascas	26 ± 8.99 mm
Largura das lascas	26.4 ± 11.9 mm
Espessura das lascas	< 20mm
Tipo de talão	Liso
Comprimento dos talões das lascas	12.6 ± 8.8 mm
Espessura dos talões das lascas	5.2 ± 4.5mm
Correlação: Comprimento das lascas / Espessura dos talões	Média - 58.3%
Correlação: Comprimento dos talões / Espessura dos talões	Perfeita - 90%
Correlação: Comprimento das lascas / Ângulo entre o talão e a face inferior	Alta- 61,5%
Perfil das lascas	Retilíneo

Como já foi dito, a amostra é insuficiente para classificar os resíduos de produção em diferentes etapas de produção. No entanto, é possível apontar algumas observações sobre a cadeia operatória.

O único método de debitagem identificado através de alguns artefatos é a debitagem de planos opostos. Os artefatos maiores indicam que outros métodos fizeram parte do conjunto de conhecimentos técnicos do grupo humano responsável por esta indústria lítica, mas não puderam ser identificados nesta coleção.

A cadeia operatória do sítio arqueológico em questão pôde ser esquematizada, a princípio, de acordo com a tabela 4.

Tabela 4: Caracterização da cadeia operatória dos artefatos líticos do sítio arqueológico Santa Cruz

Etapa da Cadeia Operatória	Características
Aquisição de matéria prima	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de blocos e seixos em curso(s) fluvial(is) – principalmente sílex
Transporte até a oficina	<ul style="list-style-type: none"> • Local indefinido
Debitagem	<ul style="list-style-type: none"> • Microlítica • Planos opostos • Métodos indefinidos
Façonagem	<ul style="list-style-type: none"> • Bifacial • Polimento (Apenas no caso da lâmina) • Inexistente
Retoque	<ul style="list-style-type: none"> • Unifacial
Utilização	<ul style="list-style-type: none"> • Expediente (pequenas lascas retocadas) • Indefinido (artefatos formais)
Descarte	<ul style="list-style-type: none"> • No sítio (instrumentos expedientes) • No sítio (instrumentos formais) • Em outros locais (artefatos lascados no sítio)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais interpretações e discussões sobre outros aspectos não mencionados (tais como fontes de matéria prima) só serão possíveis através de novas pesquisas com objetivos específicos para tanto, e mais interpretações e discussões sobre a tecnologia desta indústria foram impossibilitadas dadas ao contexto do material estudado.

Apesar da dificuldade em extrair informações de uma amostra tão pequena, e de um sítio já descontextualizado, foi possível identificar algumas tendências nas feições tecnológicas dos vestígios líticos encontrados de modo que a indústria pôde ser minimamente caracterizada. A análise de coleções de sítios no interior paulista, além da descoberta de mais sítios com presença de vestígios líticos na região, poderão indicar similaridades ou diferenças que apontem a presença de um ou mais grupos humanos ocupando a região contemporaneamente ou ao longo do Holoceno.

Agradecimentos

Agradecemos ao arqueólogo Rafael Bartolomucci e demais membros da equipe contratada pela colaboração em campo. Agradecemos também ao Museu Municipal Elisabeth Aytai, onde o material estudado será acondicionado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. On Vastness and variability: Cultural transmission, historicity, and the Paleoindian record in Eastern South America. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 87(2): 1239-1258. 2015
- BOËDA, Eric. *Technogenèse de Systèmes de Production Lithique au Paléolithique Inférieur et Moyen e Europe Occidentale et au Proche-Orient*. Paris: Université de Paris-X-Nanterre. 1997.
- DAUVOIS, M. *Precis de Dessin Dynamique et Structural des Industries Lithiques Préhistoriques*. Fanlac: Périgueux. 1976.
- FOGAÇA, Emilio, & BOËDA, Eric. A Antropologia das Técnicas e o Povoamento da América do Sul Pré-Histórica. *Habitus*, V4, N2., 673-684. 2006.
- INIZAN, M.-L.; REDURON-BALLINGER, M.; ROCHE, H.; & TIXIER, J. *Technologie de la Pierre Taillée*. Paris: CREP. 1995.
- KOOLE, Edward. *Pré-História da Provincia Cárstica do Alto São Francisco, Minas Gerais: A Indústria Lítica dos Caçadores-Coletores Arcaicos*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. MAE-USP. 2007
- LEPOT, M. *Approche Techno-Fonctionnelle de L'outillage Mousterien: Essai de Classification des Parties Actives en Termes D'efficacite Technique. Application à la Couche M2e Sagittale du Grand Abri de la Ferrassie (fouille Henri Delporte)*. Paris: Université de Paris-X-Nanterre. 1993
- LEROI-GOURHAN, André. *Le Geste et le Parole, tome 2. La Mémoire et les Rhythmes*. Paris: Albin Michel. 1965.
- MAUSS, Marcel. *Sociologie e Anthropologie*. Paris: Les Presses universitaires de France, 1968.
- MELLO, Paulo Jobim. *Análise de Sistemas de Produção e da Variabilidade Tecno-Funcional de Instrumentos Retocados: As Indústrias Líticas a Céu Aberto do Vale do Rio Manso/MT*. Porto Alegre: PUCRS. 2005.
- MILLER, Eurico Theófilo. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Oeste do Rio Grande do Sul (Campanha e Missões). *Publicações avulsas do Museu Emilio Goeldi.*, 13, 13-30. 1969.
- MORENO DE SOUSA, João Carlos. *Cognição e cultura no mundo material: Os Itaparicas, os Umbus e os "Lagoassantenses"*. São Paulo: MAE-USP - Dissertação de mestrado. 2014.
- MORENO DE SOUSA, João Carlos. Lithic technology of an Itaparica industry archaeological site: the Gruta das Araras rockshelter, Midwest Brazil. *Journal of Lithic Studies*, 3 (1), 20p. 2016.
- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Pontas Bifaciais no Brasil Meridional: Caracterização Estatística das Formas e suas Implicações Culturais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 23, 111-127. 2013.
- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Long-term cultural stability in hunter-gatherers: a case study using traditional and geometric morphometric analysis of lithic stemmed bifacial points from Southern Brazil. *Journal of Archaeological Science*, 45, 59-71. 2014.

- OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. The Southern Divide: Testing morphological differences among bifacial points from Southern and South-eastern Brazil using geometric morphometrics. *Journal of Lithic Studies* 3 (1). doi:10.2218/jls.v3i1.1379. 2016.
- PARDI, Maria Lúcia; RANGEL, Z.; CORADEL, A. Levantamento do Patrimônio Arqueológico da Região de Monte Mor - SP. *CLIO Arqueológica*, 17, 127-144. 2004.
- PELEGRIN, Jacques. Taille. In: LEROI-GOURHAN, André. *Dictionnaire de la Préhistoire* (pp. 1019-1020). Paris: Press Universitaires de France. 1988.
- PELEGRIN, Jacques. Les Techniques de Débitage Laminaire au Tardiglaciaire: Critères de Diagnose et Quelques Réflexions. *Table-ronde de Nemours - L'Europe Centrale et Septentrionale au Tardiglaciaire* (pp. 73-86). Paris: Mémoires du Musée de Préhistoire d'Ile de France. 1977.
- PIEL-DESRISSAUX, J. L. *Instrumental pré-histórico. Forma Fabricación, Utilización*. Barcelona: Masson. 1989.
- RIGAUD, A. Analyses Typologique et Technologique des Grattoirs Magdaleniens de la Garenne à Saint Marcel (Indre). *Gallia Préhistoire*, 01-43. 1977.
- ROCHE, Hélène; TIXIER, Jacques. Tecnologia Lítica: A Questão dos Acidentes de Lascamento. *Revista de Pré-história, USP*, 256-257. 1984.
- TIXIER, Jacques. (2012). *A Method for the Study of Stone Tools - Méthode pour l'Étude des Outillages Lithiques*. Luxemburgo: CNRA-MNHA.
- TIXIER, J.; INIZAN, M.-L.; ROCHE, H. *Préhistoire de la Pierre Taillée*. Paris: C.R.E.P. 1980.
- VAUGHAN, P. La Fonction Des Outils Préhistoriques. *La Recherche*, 1226-1234. 1983.
- WHITE, J. P.; THOMAS, D. H.. What Mean These Stones? Ethno-Taxonomic Models and Archaeological Interpretations in the New Guinea Highlands. In: D. L. Clarke, *Models in Archaeology* (pp. 275-308). London: Methuen. 1972.

ANEXOS



Figura 20: Legendas para leitura dos desenhos dos artefatos

Todas as fotos e desenhos são de autoria de João Carlos Moreno de Sousa.

Peça I.2

Trata-se de uma lasca com retoques que formam 3 UTFs transformativas.

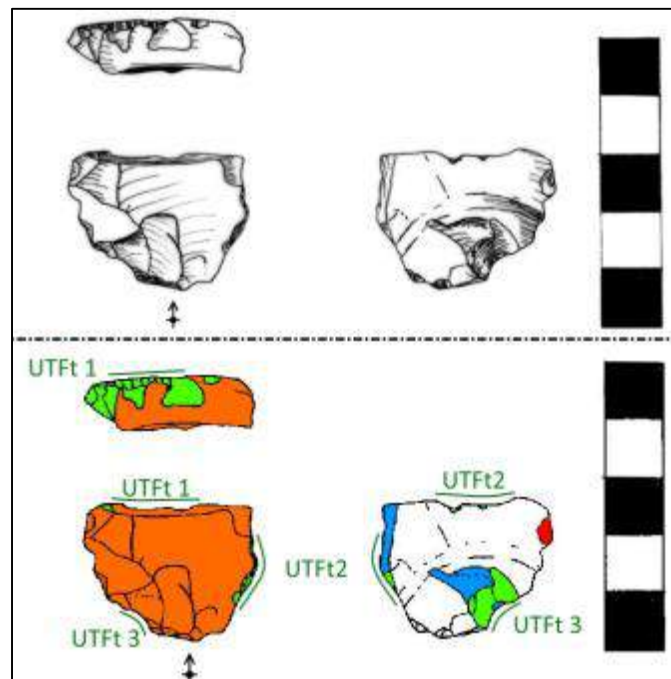


Figura 21: Peça I.2

Tabela 5: Tabela de feições tecnológica da peça I.2

Artefato geral	
Suporte	Lasca unipolar
Matéria Prima	Sílex
Comprimento	24 mm
Largura	30 mm
Espessura	9 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	3
UTF transformativa 1	
Localização	Bordo distal
Plano de Corte	Plano 80°
Plano de Bico	Plano 85° Negativos diretos, circulares
Gume	Retilíneo 14 mm
Funcionalidade	Raspar
UTF transformativa 2	
Localização	Bordo direito, porção mesial
Plano de Corte	Plano 70°
Plano de Bico	Plano 90° Negativos inversos, circulares
Gume	Convexo 7 mm
Funcionalidade	Raspar
UTF transformativa 3	
Localização	Bordo esquerdo, porção proximal
Plano de Corte	Plano 65°
Plano de Bico	Plano 70° Negativos diretos, circulares
Gume	Coche 14 mm
Funcionalidade	Raspar

Peça III.1

Trata-se de um raspador plano-convexo sobre lasca de quartzito rosa. A face superior ainda apresenta os bulbos e pontos de impacto das debitações anteriores. Apenas uma UTF transformativa foi identificada.

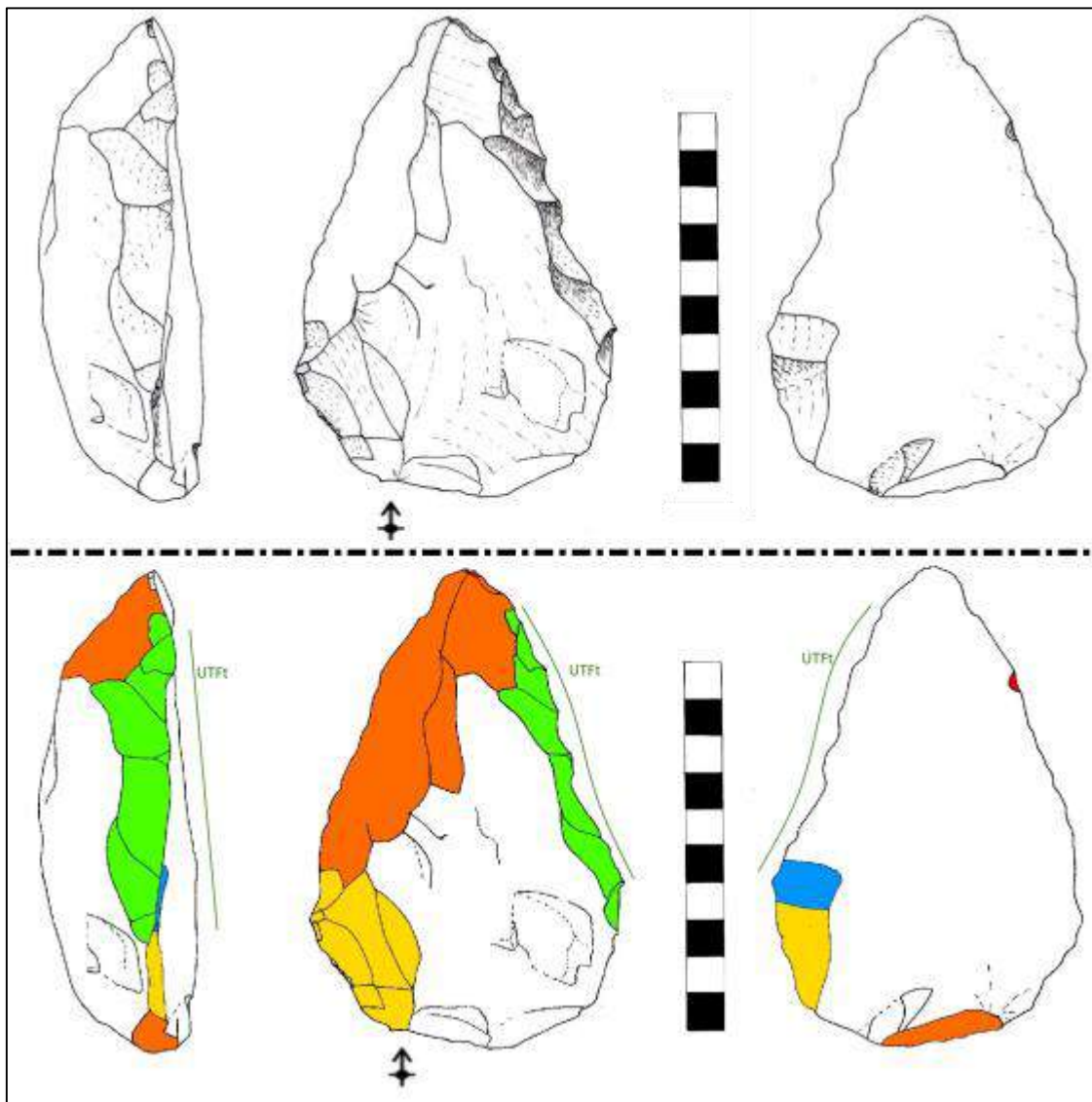


Figura 22: Peça III.1

Tabela 6: Tabela de feições tecnológica da peça III.1

Artefato geral	
Suporte	Lasca
Matéria Prima	Quartzito
Comprimento	131 mm
Largura	85 mm
Espessura	40 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	1
UTF transformativa	
Localização	Bordo esquerdo, porção distal
Plano de Corte	Plano 50°
Plano de Bico	Plano 80° Negativos diretos, quadriláteros, longos
Gume	Denticulado expressivo 75 mm
Funcionalidade	Raspar

Peça III.4

Trata-se de uma lasca de quartzo hialino, proveniente de cristal, com macro marcas de utilização em apenas um dos bordos.

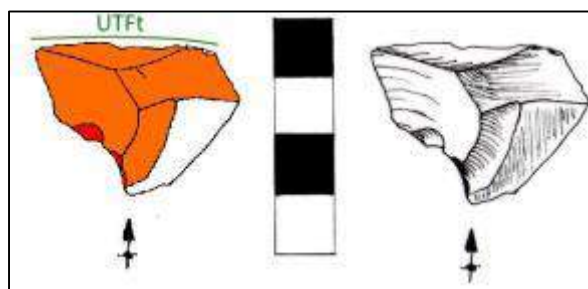


Figura 23: Peça III.4

Tabela 7: Tabela de feições tecnológica da peça III.4

Artefato geral	
Suporte	Lasca unipolar
Matéria Prima	Quartzo
Comprimento	29 mm
Largura	37 mm
Espessura	14 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	1
UTF transformativa 2	
Localização	Bordo direito, porção mesial
Plano de Corte	Plano 70°
Plano de Bico	Plano 90° Negativos inversos, circulares
Gume	Convexo 7 mm
Funcionalidade	Raspar

Peça III.5

Trata-se de um machado polido sobre plaqueta de arenito friável. Há uma leve camada de pátina negra nos bordos da peça. A matéria prima que constitui o artefato não permite um bom funcionamento do artefato. Recomenda-se extrema cautela no manuseio da peça, devido sua alta fragilidade.

O artefato foi produzido aproveitando sua forma em plaqueta, de modo que o polimento foi realizado, basicamente, sobre a extremidade proximal, para produção da área preensiva, e nos bordos, para produção da UTF transformativa.

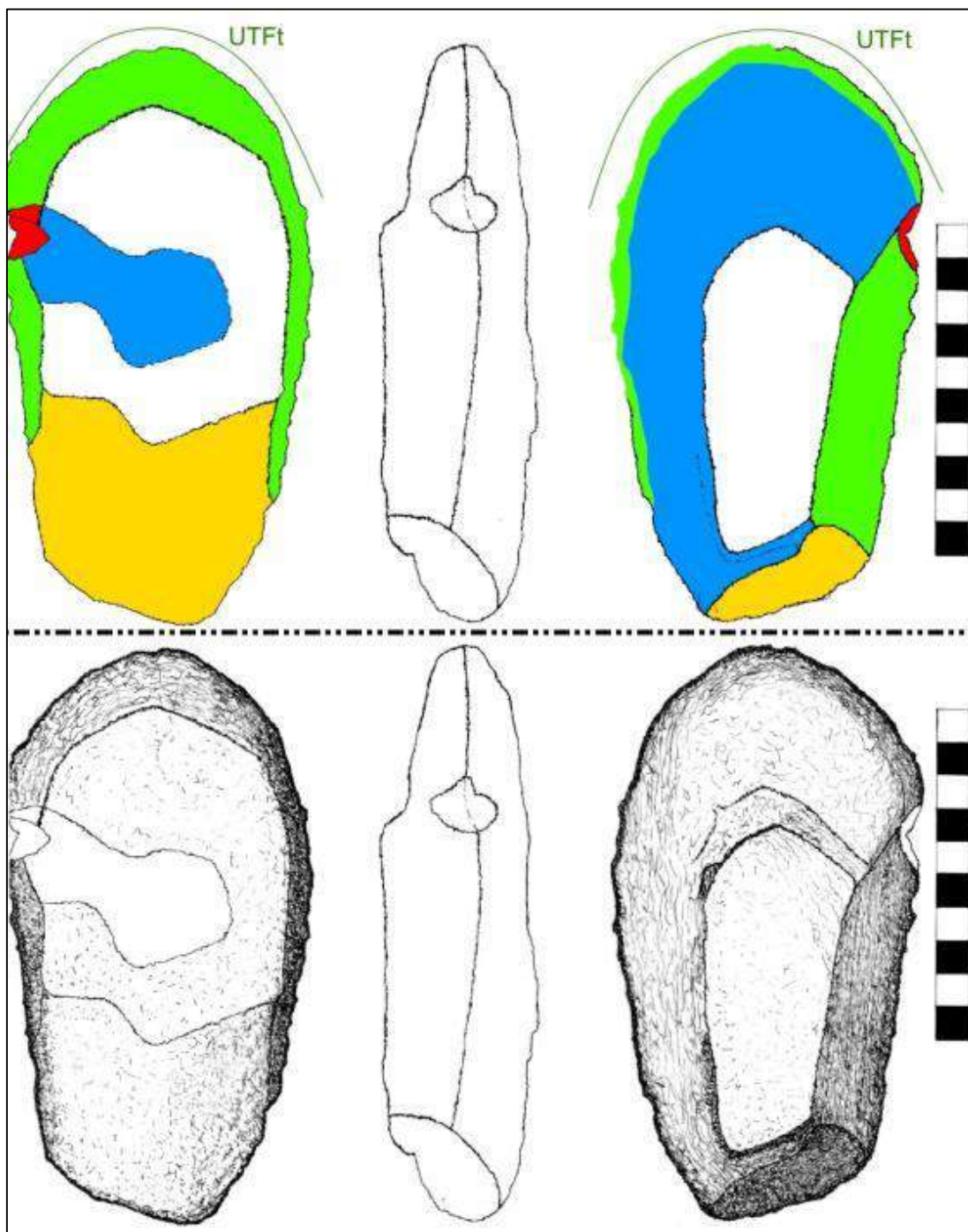


Figura 24: Peça III.5

Tabela 8: Tabela de feições tecnológicas da peça III.5

Artefato geral	
Suporte	Plaqueta
Matéria Prima	Arenito friável
Comprimento	180 mm
Largura	93 mm
Espessura	48 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	1
UTF transformativa	
Localização	Bordos distal e laterais
Plano de Corte	-
Plano de Bico	-
Gume	Convexo 150 mm
Funcionalidade	Golpear

Peça III.6

Trata-se de uma ponta bifacial, de sílex, fragmentada na sua extremidade distal.

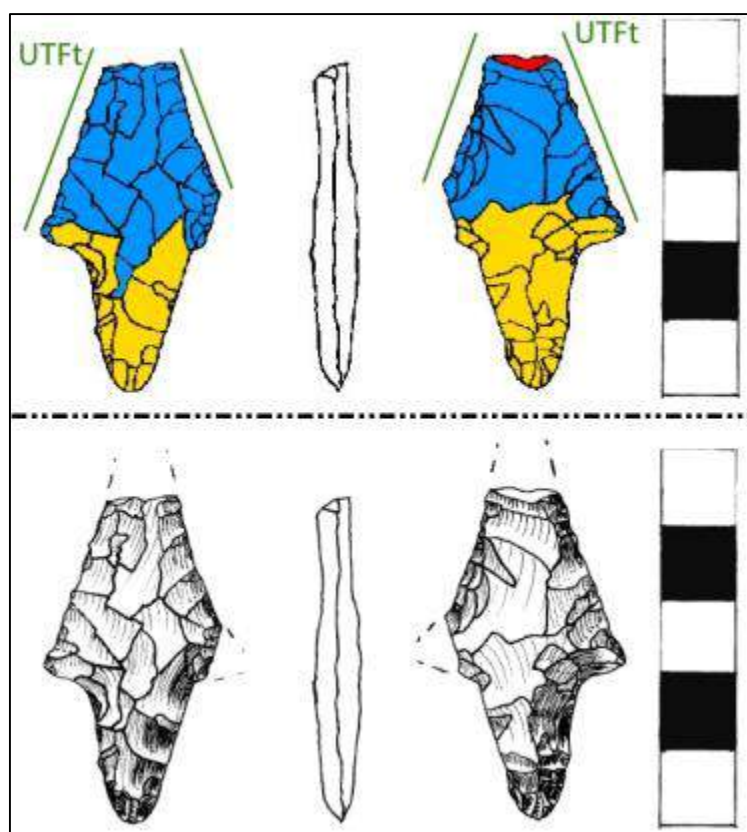


Figura 25: Peça III.6

Tabela 9: Tabela de feições tecnológica da peça III.6

Ponta bifacial - Geral	
Comprimento total	> 44 mm
Largura total	24 mm
Espessura máxima	6 mm
Forma das Aletas	Retilíneas em ângulo obtuso (uma aleta fragmentada)
Forma do pedúnculo	Arredondado
UTF Transformativa – Área ativa	
Comprimento do gume	> 25 mm
Comprimento da ponta até o pedúnculo	> 25 mm
Largura entre aletas:	-
Espessura máxima:	6 mm
Ângulo do gume	45°
Negativos Curtos? (que não atinge a metade da peça)	Sim
Negativos Longos? (que ultrapassam metade da peça)	Sim
Negativos Ultrapassantes? (que ultrapassam toda a peça, até o gume oposto)	Indefinido
Organização dos negativos	Genérica
Delineamento do gume	Retilíneo
UTF Prensiva – Pedúnculo	
Comprimento	18 mm
Largura máxima	13 mm
Espessura máxima	6 mm
Ângulo máximo dos bordos	55°
Organização dos negativos	Aresta vertical

Peça III.8

Trata-se de uma lasca de sílex com gume retocado.

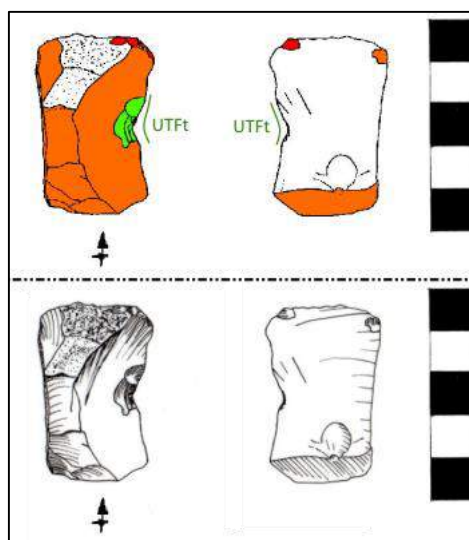


Figura 26: Peça III.8

Tabela 10: Tabela de feições tecnológica da peça III.8

Artefato geral	
Suporte	Lasca unipolar
Matéria Prima	Quartzo
Comprimento	29 mm
Largura	37 mm
Espessura	14 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	1
UTF transformativa	
Localização	Bordo direito, porção mesial
Plano de Corte	Plano 50°
Plano de Bico	Plano 60° Negativos diretos, circulares
Gume	Coche 12 mm
Funcionalidade	Cortar

Peça III.11A

Trata-se de uma lasca de debitage laminar ultrapassante proveniente de núcleo de planos opostos. A peça possui dois gumes retocados.

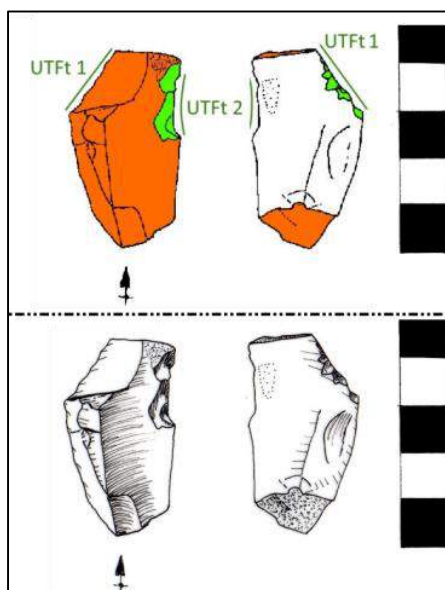


Figura 27: Peça III.11ª

Tabela 11: Tabela de feições tecnológica da peça III.11A

Artefato geral	
Suporte	Lasca unipolar
Matéria Prima	Sílex
Comprimento	41 mm
Largura	23 mm
Espessura	19 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	2
UTF transformativa 1	
Localização	Bordo esquerdo, porção distal
Plano de Corte	Convexo 40°
Plano de Bico	Plano 55° Negativos inversos, circulares
Gume	Retilíneo 12 mm
Funcionalidade	Cortar
UTF transformativa 2	
Localização	Bordo direito, porção distal
Plano de Corte	Plano 50°
Plano de Bico	Plano 65° Negativos diretos, circulares
Gume	Côncavo 17 mm
Funcionalidade	Cortar

Peça III.12

Trata-se de uma lasca proveniente de núcleo de planos opostos. É possível notar os negativos superiores da lasca com direcionamentos opostos. A peça possui dois gumes retocados.

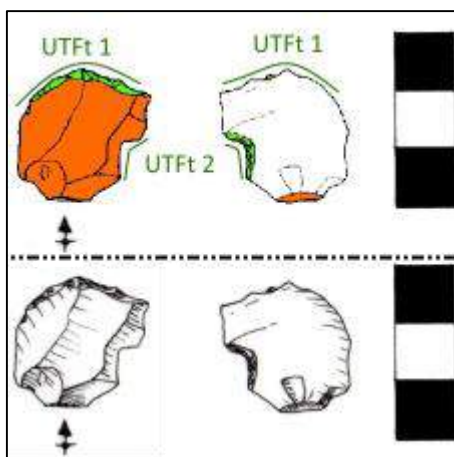


Figura 28: Peça III.12

Tabela 12: Tabela de feições tecnológica da peça III.12

Artefato geral	
Suporte	Lasca unipolar
Matéria Prima	Sílex
Comprimento	23 mm
Largura	22 mm
Espessura	5 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	2
UTF transformativa 1	
Localização	Bordo distal
Plano de Corte	Plano
Plano de Bico	Plano 75° Negativos diretos, circulares
Gume	Convexo 15 mm
Funcionalidade	Raspar
UTF transformativa 2	
Localização	Bordo direito, porção distal
Plano de Corte	Plano 75°
Plano de Bico	Plano 75° Negativos inversos, circulares
Gume	Coche 6 mm
Funcionalidade	Raspar

Peça III.17 A

Trata-se de um núcleo de estrutura microlaminar sobre seixo de sílex.

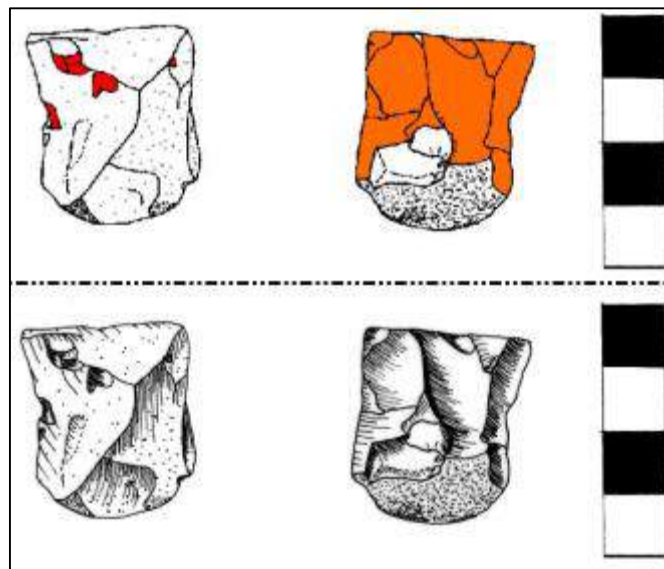


Figura 29: Peça III.17^a

Tabela 13: Tabela de feições tecnológica da peça III.17A

Núcleo Geral	
Suporte	Seixo
Matéria Prima	Sílex
Comprimento	27
Largura	26
Espessura	28
Estrutura	Microlaminar
Área de retiradas	
Localização	A superfície de lascamento contorna parte das laterais da estrutura do núcleo.
Negativos	Planos Laminares Até 17 mm de comprimento
Superfícies de lascamento	Plana 80°

Peça III.17 B

Trata-se de uma lasca ultrapassante proveniente de núcleo de planos opostos. A peça possui dois gumes retocados.

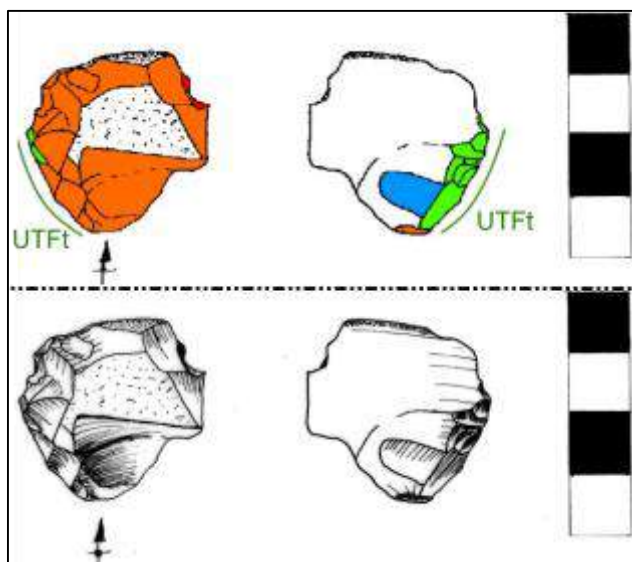


Figura 30: Peça III.17B

Tabela 14: Tabela de feições tecnológica da peça III.17B

Artefato geral	
Suporte	Lasca unipolar ultrapassante
Matéria Prima	Sílex
Comprimento	31 mm
Largura	31 mm
Espessura	12 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	1
UTF transformativa	
Localização	Bordo distal
Plano de Corte	Plano
Plano de Bico	Plano 70° Negativos inversos, circulares
Gume	Convexo 17 mm
Funcionalidade	Raspar

Peça III.18

Trata-se de um seixo de quartzito utilizado para percussão bipolar, provavelmente como bigorna.

A peça apresenta apenas uma UTF transformativa, em sua face inferior. Trata-se de uma marca de desgaste na face inferior. A figura abaixo aponta o local exato da UTFt.

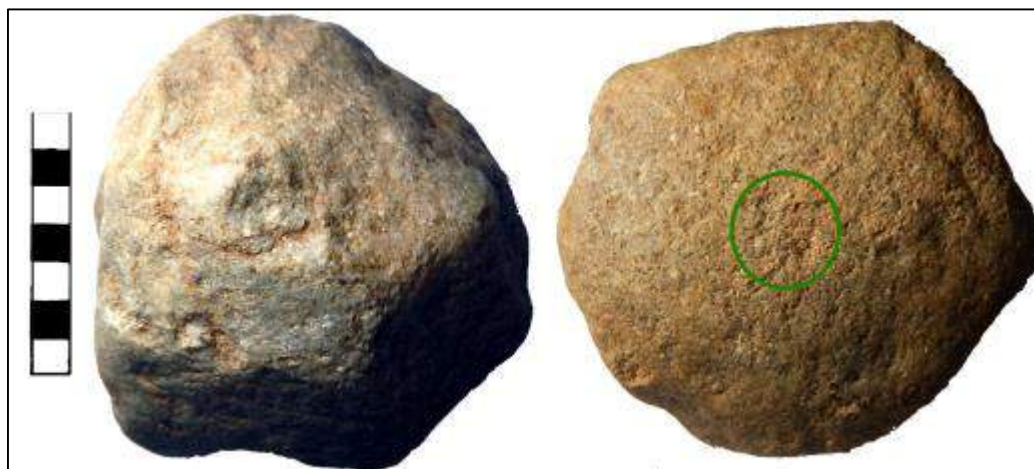


Figura 31: Peça III.18

Peça III.19

Trata-se de um raspador plano-convexo sobre lasca de sílex. A etapa de façomagem retirou o talão e o bulbo do suporte.

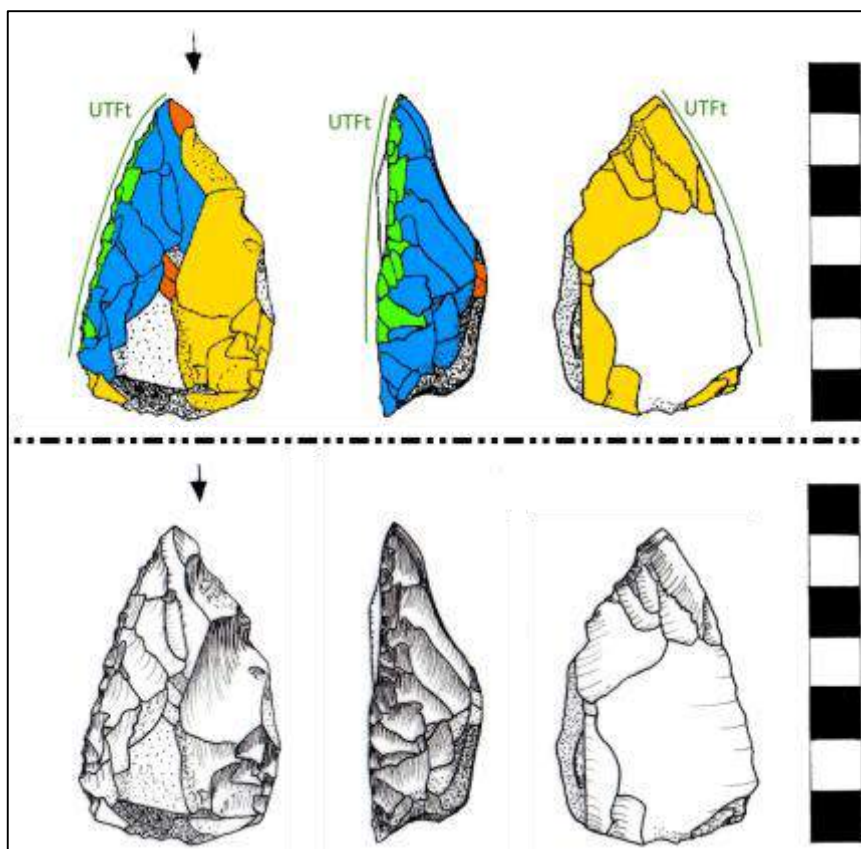


Figura 32: Peça III.19

Tabela 15: Tabela de feições tecnológica da peça III.19

Artefato geral	
Suporte	Lasca unipolar
Matéria Prima	Sílex
Comprimento	62 mm
Largura	40 mm
Espessura	21 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	3
UTF transformativa	
Localização	Bordo esquerdo, completo
Plano de Corte	Plano 70° Negativos diretos, circulares, laminares, quadriláteros
Plano de Bico	Plano 75° Negativos diretos, circulares, quadriláteros
Gume	Denticulado suave 54 mm
Funcionalidade	Raspar

Peça III.23

Trata-se de um fragmento de lasca com gume retocado.

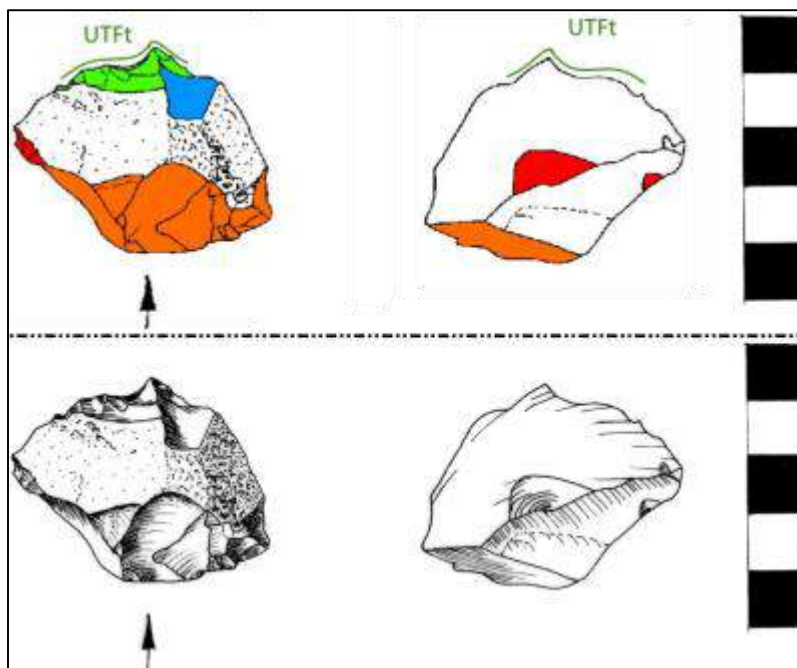


Figura 33: Peça III.23

Tabela 16: Tabela de feições tecnológica da peça III.23

Artefato geral	
Suporte	Lasca unipolar
Matéria Prima	Sílex
Comprimento	37 mm
Largura	46 mm
Espessura	26 mm
Quantidade de UTFs Transformativas	1
UTF transformativa	
Localização	Bordo distal
Plano de Corte	Plano
Plano de Bico	Plano 70° Negativos inversos, circulares
Gume	Convexo 17 mm
Funcionalidade	Raspar

Peça III.24

Trata-se de um suporte de lascamento bifacial interrompido. A produção do artefato não foi concluída. É possível que o suporte tenha sido idealizado para produção de uma ponta bifacial. A peça é de sílex, mas o córtex ocupa a maior parte do volume da peça.

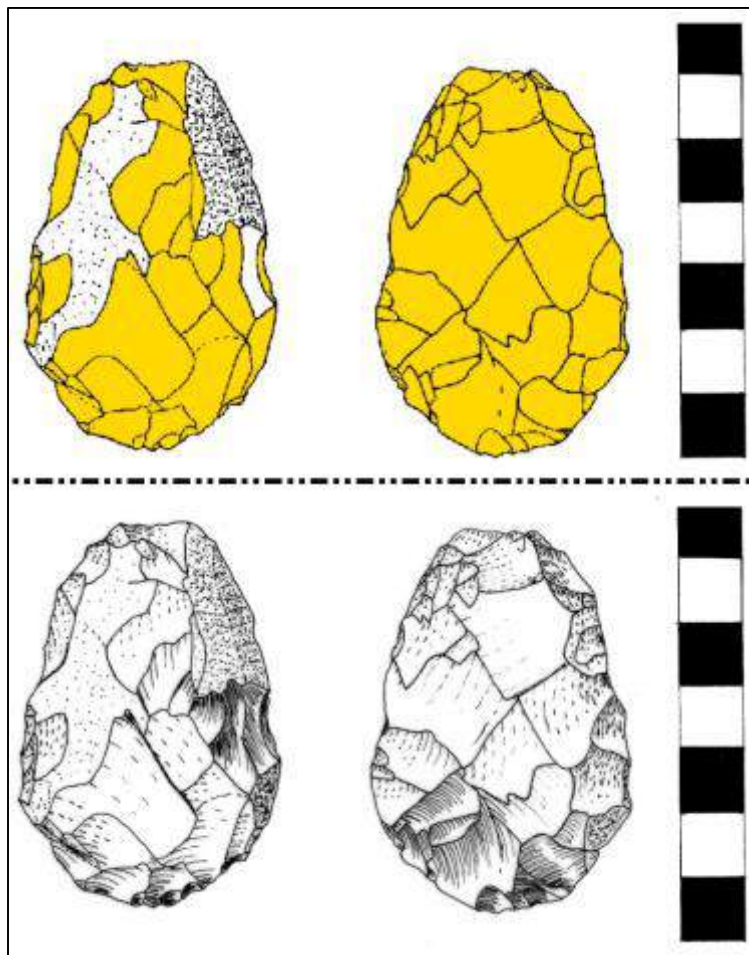


Figura 34: Peça III.24

Tabela 17: Tabela de feições tecnológica da peça III.24

Peça bifacial não finalizada	
Suporte	Seixo
Matéria Prima	Sílex
Comprimento	61 mm
Largura	41 mm
Espessura	23 mm
Tipo de produção	Lascamento bifacial

Recebido em:05/08/2016
 Aprovado em:15/09/2016
 Publicado em:15/10/2016

**ARQUEOLOGIA REGIONAL ENTRE O FORQUETA E O GUAPORÉ: O CONTEXTO DE
OCUPAÇÃO JÊ PRÉ-COLONIAL NO CENTRO/NORDESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL**

REGIONAL ARCHAEOLOGY BETWEEN THE RIVERS FORQUETA AND GUAPORÉ: THE
COTEXT OF THE PRE COLONIAL JÊ OCUPPATION IN THE CENTRE/NORTHEAST
PORTION OF THE RIO GRANDE DO SUL STATE.

Sidnei Wolf
Neli Teresinha Galarce Machado
Jean Lopes de Oliveira

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Arqueologia Regional entre o Forqueta e o Guaporé: o contexto de ocupação Jê pré-colonial no Centro/Nordeste do estado do Rio Grande do Sul

Sidnei Wolf¹

Neli Teresinha Galarce Machado²

Jean Lopes de Oliveira³

Resumo: A Arqueologia Jê tem presenciado nas últimas décadas um significativo incremento de informações sobre o padrão de assentamento, subsistência, mobilidade e práticas cerimoniais. Muito disso em decorrência de grandes projetos desenvolvidos no planalto dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apesar do aumento de publicações e pesquisas, inúmeras áreas permanecem desconhecidas, com ausência de levantamentos sistemáticos e escavações. Partindo de uma abordagem regional de entendimento, o Setor de Arqueologia do Centro Universitário Univates vem desenvolvendo pesquisas nas bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé, estado do Rio Grande do Sul, com vistas a compreensão do contexto regional de ocupação. Os resultados demonstram a existência de um padrão de assentamento Jê Meridional regional composto por sítios de estruturas subterrâneas, montículos e sítios superficiais líticos e líto-cerâmicos, ocupados entre os séculos VIII e XIII AD.

Palavras-chave: Jê Meridionais; Rio Forqueta; Rio Guaporé.

Abstract: Archaeology research has had great increment towards Jê people within the past decades, acquiring information on settlement patterns, subsistence, mobility and ceremonial rituals. Most of it accounts for wide projects that have been taking place at the plateau of Rio Grande do Sul and Santa Catarina states. Despite the growth in number of publications and researches, numerous areas remain unexplored, lacking excavations and systematic research. The Archaeology Lab of the Centro Universitário Univates has been giving a regional approach to the current explorations, conducting researches at the hydrographic basin of the Guaporé and Foqueta rivers, Rio Grande do Sul, aiming to understand the regional context of the settlements. The results have shown a consistency in the regional settlement pattern of the Southern Jê, which is compound by sites that can be pit-houses, artificial mounds and superficial lithic and lithic-ceramic sites, occupied between the VII and XII AD.

Keywords: Southern Jê; Forqueta River; Gaporé River.

INTRODUÇÃO

A arqueologia de populações Jê do Sul apresenta-se como fonte de pesquisa desde a década de 1950. Ao longo destes mais de 60 anos de pesquisa, muito foi registrado, escavado, teorizado e produzido academicamente, sob olhar de arqueólogos, historiadores, linguistas, etnógrafos, entre outros. Por diversas correntes teóricas, sínteses regionais foram produzidas, contemplando as áreas de ocupação no Sul do Brasil.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari (Univates), Brasil; bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil;

² Doutora em Arqueologia, coordenadora do Setor de Arqueologia, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari (Univates), Brasil; Bolsista Produtividade pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), Brasil.

³ Graduando em História, bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), Brasil.

Os temas debatidos ultrapassaram os limites dos sítios arqueológicos, perpassando pelas relações entre populações pré-coloniais e históricas, reconhecidas como Kaingang e Xokleng (BECKER, 1988; SILVA e NOELLI, 1996; SILVA, 2001; VEIGA, 2006), culminando recentemente em debates acerca da mobilidade, emergência de complexidade e sedentariedade (COPÉ, 2006; DE MASI, 2009; DE SOUZA, 2012; IRIARTE et al., 2013; CORTELETTI, 2012; CORTELETTI et al., 2015).

Por outro lado, novos dados lançam hipóteses sobre as origens do povoamento, a emergência da cerâmica, do manejo agroflorestal e as interferências na atual distribuição da *Araucaria angustifolia* pelas áreas do Sul do Brasil e Argentina (BITENCOURT e KRAUSPENHAR, 2006; IRIARTE e BEHLING, 2007; SCHMITZ e ROGGE, 2011; CORTELETTI, 2012; SCHMITZ et al., 2013). Ao mesmo tempo em que se observa uma ampla difusão das pesquisas, com um expressivo aumento de números e abrangência espacial a partir do século XXI, com vistas à compreensão holística deste cenário de ocupação pré-colonial, percebem-se lacunas, principalmente quanto aos vazios arqueológicos em inúmeras áreas. Nesse sentido, o presente artigo busca inserir a paisagem das bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé no contexto de ocupação Jê Meridional no Sul do Brasil. A região têm sido alvo de pesquisas sistemáticas por parte do Setor de Arqueologia do Centro Universitário Univates nos últimos anos, observando um intenso processo de ocupação.

ARQUEOLOGIA JÊ NO SUL DO BRASIL E O HISTÓRICO DE PESQUISAS NAS BACIAS DOS RIOS FORQUETA E GUAPORÉ

Tradicionalmente, o padrão de assentamento Jê Meridional comportaria quatro categorias de sítios arqueológicos: sítios com estruturas subterrâneas construídas (conhecidas como casas subterrâneas); assentamentos a céu aberto com presença de materiais cerâmicos e líticos, sem movimentações de terra; áreas entaipadas com montículos de terra; e abrigos com sepultamentos (BEBER, 2004). Enquanto as duas primeiras categorias estariam associadas a funcionalidades habitacionais (SCHMITZ et al., 2002) e assentamentos para exploração de recursos (DIAS, 2003; SALDANHA, 2005; DIAS e HOELTZ, 2010), as demais categorias estão ligadas a finalidades funerárias e cerimoniais (DE SOUZA, 2012; CORTELETTI, 2012; IRIARTE et al., 2013).

Embora as estruturas subterrâneas sejam um fenômeno comum na maioria dos casos, seus tamanhos, formas e densidades nos sítios variam (SCHMITZ et al., 2002; COPÉ, 2006; CORTELETTI, 2012; DE SOUZA 2012). Conjuntos densos de estruturas são observados no planalto nordeste do Rio Grande do Sul e leste de Santa Catarina, diferentemente do sul de São Paulo e Paraná (ARAÚJO, 2001; DE SOUZA E MERENCIO, 2013), onde prevalecem sítios lito-cerâmicos superficiais. Em Bom Jesus (COPÉ, 2006), assim como em partes do Planalto catarinense (SCHMITZ et al., 2013, DE SOUZA et al., 2016b), a presença de

estruturas de grandes dimensões, associados a aterros plataforma e muros/contenção de terra; enquanto que nas regiões de Pinhal da Serra (IRIARTE et al., 2013) e próximos à encosta sul do Planalto das Araucárias, como observado nos vales dos rios Pardo e Pardinho (MENTZ RIBEIRO, 1991) e no Alto Rio dos Sinos (DIAS, 2003) predominam estruturas de pequenas dimensões.

O mesmo pode ser aplicado aos sítios funerários de engenharia de terra (COPÉ, 2006). Aterros anelares, com ou sem montículo, se restringem à uma porção entre os as bacias dos Rios Pelotas e Canoas (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), na Província de Misiones, na Argentina (CORTELETTI, 2012). De Souza et al. (2016a) levanta a hipótese destas estruturas serem símbolos de resistência ao avanço Guarani, a partir da análise espacial e temporal dos sítios, demonstrando a importância de monumentos funerários para o estabelecimento de fronteiras. Essa característica contrasta, por exemplo, com o estado do Paraná onde foram identificados “cemitérios” com múltiplos montículos (ARAÚJO, 2001; PARELLADA, 2005). Em áreas da encosta e planalto catarinense e gaúcho estão presentes sepultamentos em abrigos rochosos (SCHMITZ et al., 2002; COPÉ, 2006; CORTELETTI, 2008; ROGGE e SCHMITZ, 2009; SALDANHA, 2008).

Apesar da linguística (WEISEMANN, 1978; URBAN, 1992; NOELLI, 1999; JOLKESKY, 2010) e algumas evidências arqueológicas, como a cerâmica e os grafismos rupestres (SILVA e NOELLI, 1996; SILVA, 2001), apontarem à continuidade entre as populações pré-coloniais e históricas Jê (Kaingang e Xokleng), as diferenças destacadas realçam a complexidade existente dentro deste fenômeno ao longo dos últimos 2000 anos, período abarcado pelas datações arqueológicas (SCHMITZ e NOVASCO, 2013). Mesmo considerando uma relação, partilhamos do pensamento de Araújo (2007, p.23).

A despeito de algumas propostas e tentativas de se diferenciar o que é Kaingang do que é Xokleng em termos arqueológicos [...], não cremos até o momento que isso seja possível. Conquanto a distinção entre proto-Kaingang e proto-Xokleng possa ser feita no futuro, o atual estado de conhecimentos parece não permiti-lo (ARAÚJO, 2007, p.23).

Nesse sentido, o presente trabalho está focado no entendimento da distribuição e dispersão dos sítios Jê Meridionais na paisagem das bacias dos rios Forqueta e Guaporé, do que em uma possível aproximação étnica com populações históricas Kaingang e Xokleng nesse momento.

Iniciada de maneira sistemática a partir do ano 2000 com a fundação do Setor de Arqueologia da Univates, as pesquisas arqueológicas ao longo das bacias dos rios Forqueta e Guaporé identificaram um intenso processo de ocupação Guarani nas porções de menor altitude, associadas às planícies de inundação do Rio Forqueta, com datações entre os séculos XIV e XVIII da nossa Era. Sítios que apresentam camadas de solos antropogênicos, associadas a vestígios líticos, cerâmicos, botânicos e arqueofaunísticos (KREUTZ, 2008; FIEGENBAUM, 2009; WOLF, 2012; SCHNEIDER, 2014).

Por outro lado, nas áreas de maior altitude, cobertas pela Floresta Ombrófila Mista, em 2002 uma equipe composta por pesquisadores do Setor de Arqueologia da Univates e Laboratório de Pesquisas e

Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Santa Maria realizou intervenções no sítio RS-T-100, localizado no município de Ilópolis. O sítio é composto por um conjunto de 11 estruturas subterrâneas, associadas a amontoados de pedra. Na ocasião não foram identificadas concentrações de materiais e camadas de ocupação nas estruturas subterrâneas, mas demonstrando uma potencialidade de pesquisa (MACHADO e MILDNER, 2005).

As investigações realizadas na encosta sul do Planalto das Araucárias no Rio Grande do Sul (como é o caso das bacias hidrográficas dos Rios Forqueta e Guaporé), em direção aos vales de grandes rios, evidenciaram a presença de um padrão de assentamento composto basicamente por sítios lito-cerâmicos superficiais e estruturas subterrâneas isoladas, ou em pequenos conjuntos, marcados pelo contato entre as populações Jê e Guarani, no processo de expansão da última sobre áreas tradicionalmente de domínio Jê (MENTZ RIBEIRO, 1991; DIAS, 2003; ROGGE, 2005).

Dias (2003), no Alto Rio dos Sinos, registrou 05 sítios arqueológicos associados à Tradição Taquara. Os sítios encontram-se entre 101 e 410m de altitude, em distâncias superiores a 50m dos recursos hídricos, topograficamente localizados na encosta e meia encosta. A autora sustenta a hipótese de que os sítios identificados na região fariam parte de um sistema mais amplo, baseado na mobilidade por três ambientes (planalto, encosta e litoral), onde os sítios cerâmicos refletiriam antigas aldeias que seriam reocupadas durante o período de cultivo, enquanto que, os sítios líticos estariam associados a áreas de exploração de recursos, ressaltando um sistema estável até a chegada de populações Guarani, há 500 anos.

Nas bacias dos rios Pardo e Pardinho foram desenvolvidas pesquisas durante a década de 1970, sob coordenação do arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro. Localizaram-se 30 sítios arqueológicos, associados à Fase Erveiras da Tradição Taquara. Destes, 27 referem-se a sítios lito-cerâmicos superficiais, e os demais apresentariam estruturas subterrâneas ou montículos (MENTZ RIBEIRO e SILVEIRA, 1979).

Os sítios encontram-se entre 520 e 620 m de altitude, na transição entre a encosta e o Planalto das Araucárias (MENTZ RIBEIRO e SILVEIRA, 1979). Topograficamente encontram-se majoritariamente no planalto, com sítios em vales encaixados e ao longo de planícies (MENTZ RIBEIRO, 1991).

Acham-se, em geral, próximos de sangas ou de pequenas lagoas, isto é, em torno de 50 m distantes. Também ocorrem em outros locais, um pouco mais afastados das águas volumosas para a região, mas junto de vertentes. Para ambas as situações localizam-se quase sempre em encostas com aproximadamente 15° de inclinação, chegando a alcançar 35° nos sítios-acampamento (MENTZ RIBEIRO e SILVEIRA, 1979, p.09).

Realizaram-se intervenções em 08 sítios arqueológicos, sendo 07 sítios superficiais e um sítio com 02 estruturas subterrâneas (MENTZ RIBEIRO e SILVEIRA, 1979; MENTZ RIBEIRO, 1991). A camada de ocupação nos sítios superficiais não ultrapassou 18 cm de profundidade, sendo identificadas manchas pretas em quantidade de 01 a 05 manchas por assentamento. “O tamanho das manchas pretas, circulares, variou entre 3 e 10m de diâmetro com uma média de 5m. Também registramos 3 manchas pretas, isoladas,

com as mesmas características das anteriores, porém sem conseguirmos encontrar material arqueológico” (MENTZ RIBEIRO e SILVEIRA, 1979, p. 12).

Valendo-se deste breve panorama, salienta-se a importância de um estudo de escala regional num contexto de ocupação pré-colonial desconhecido. A Arqueologia Regional vem ao encontro destas necessidades. Araújo (2001), um de seus principais defensores, salienta a necessidade de estudos sistemáticos, diferentemente da acumulação de conhecimento promovida ao longo da trajetória da Arqueologia Brasileira de forma assistemática. Além da inclusão dos sítios arqueológicos na paisagem (MILHEIRA, 2008), possibilita a compreensão espacial a partir de critérios econômicos, políticos e sociais (MORALES, 2008).

Por meio desta abordagem, situamos o contexto dos rios Forqueta e Guaporé no cenário de ocupação Jê Meridional do Sul do Brasil. Buscamos englobar fatores de ordem ambiental (altitude, vegetação, distância de recursos hídricos e inserção no compartimento topográfico) em conjunto com dados do contexto cultural dos sítios, através de semelhanças e diferenças entre estes, aproximando-se a uma construção da paisagem regional que englobe dados do ambiente, economia, sociedade e simbologia (FÖRSTER et al., 2013).

Embora seja apenas o comportamento em um pequeno domínio do território ocupado por tal grupo ao longo da história, permite o reconhecimento de características marcantes desta cultura na região, em comparação com outras próximas e distantes.

METODOLOGIA

As bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé encontram-se no centro/nordeste do estado do Rio Grande do Sul, pertencendo a Bacia Taquari/Antas, ocupando uma área de aproximadamente 5000 km² (FIGURA 01).

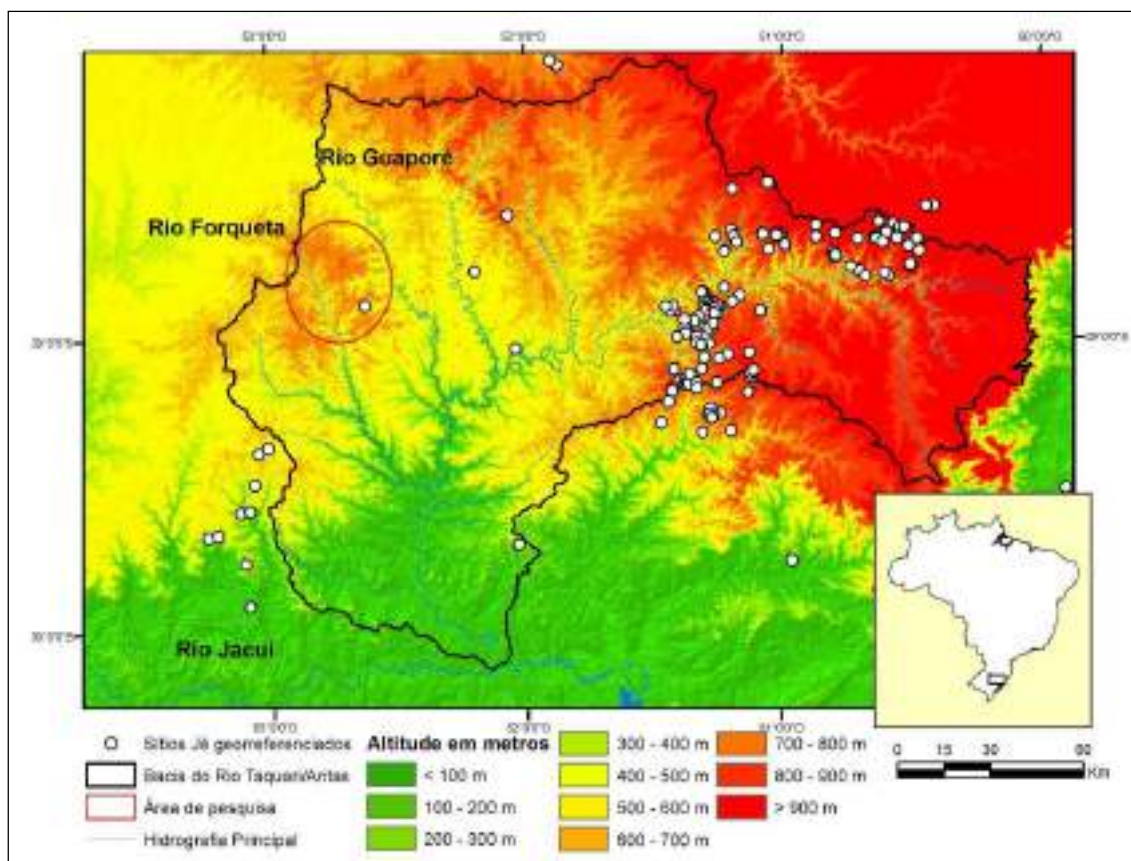


Figura 01: Identificação da área de estudo no contexto da Bacia do Rio Taquari/Antas e dos sítios arqueológicos Jê Meridionais georreferenciados localizados no Rio Grande do Sul. **Fonte:** elaborado pelo autor (2016).

Situado geomorfologicamente no Planalto das Araucárias, a região apresenta um ambiente com diferenças significativas no relevo e vegetação, que possibilitam o encontro de espaços distintos em curta distância (FIGURA 02). Embora sejam recursos hídricos diferentes, apresentam semelhanças ao longo de seu curso. Exibem bacias alongadas, sendo o Forqueta e Guaporé rios meandantes, o que favorece a presença de depósitos de seixos de araste fluvial ao longo de todo seu curso. Junto as suas nascentes, apresentam uma formação vegetal caracterizada pela presença do mosaico campo/floresta, com predominância de exemplares da Floresta Ombrófila Mista, relevo plano com pequenas elevações, com altitudes que podem chegar a 900m. No seu curso intermediário, um vale marcado por um aprofundamento junto a Formação Serra Geral, de rochas basálticas, em forma de V, ocasionalmente com formações planas nas proximidades dos recursos hídricos, e altitudes que variam entre 350 e 700m; cobertas em suas áreas mais baixas pela Floresta Estacional Decidual; enquanto que em altitudes superiores a 400m observa-se um predomínio da Floresta Ombrófila Mista. Próximo à foz no Rio Taquari-Antas, o relevo é dominado por planícies de inundação de até 120.000m², cobertas pelas águas em períodos de cheia, com predominância da Floresta Estacional Decidual (JUSTUS, MACHADO e FRANCO, 1986; TEIXEIRA e NETO, 1986; VIEIRO e SILVA, 2010).

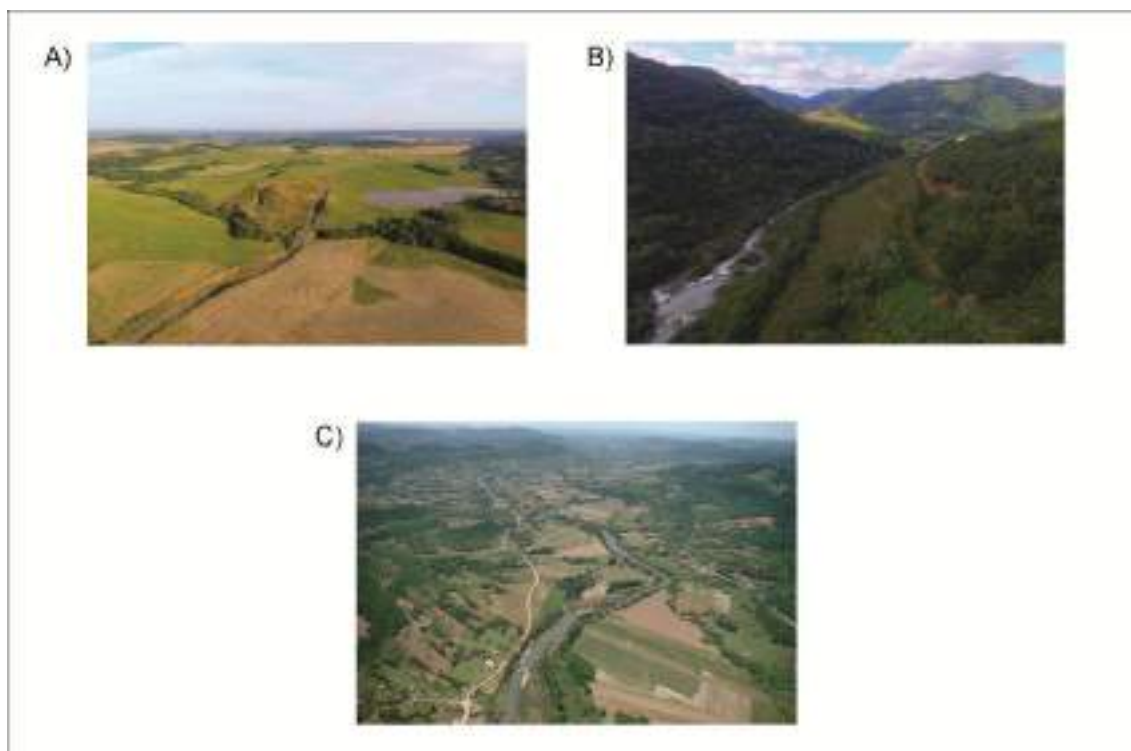


Figura 02: Caracterização das diferentes regiões observadas ao longo das bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé, sendo: A – curso superior (nascentes), B – curso intermediário, e C- curso inferior (fz). **Fonte:** Setor de Arqueologia da Univates (2016).

Para realização das atividades de campo delimitou-se área piloto de 440 km² (FIGURA 01). A escolha da Unidade de Operação obedeceu critérios de acessibilidade e representação da fisiografia regional. A presença de uma ampla malha viária, associada a utilização agrícola pelo cultivo de erva-mate, possibilitando uma boa visibilidade do solo, foram fatores determinantes na realização dos levantamentos.

Sob o ponto de vista ambiental, a unidade possui uma variabilidade de ecótonos, permitindo a investigação sobre a ocupação de diferentes espaços, contribuindo para uma visualização da dispersão dos sítios em uma escala regional. Diferentemente de outros estudos, que se valeram principalmente de achados oportunistas, a metodologia empregada permitiu o reconhecimento de áreas pouco descritas na bibliografia Jê, como os sítios superficiais.

A organização das atividades de campo foi realizada a partir da sistematização proposta por Redmann (1973), dividida em quatro estágios: 1) Reconhecimento geral da região; 2) Levantamento arqueológico; 3) Prospecção; 4) Escavação.

As etapas 2 e 3, após o reconhecimento geral da região, foram realizadas de maneira intensiva, englobando todos compartimentos ambientais observados. Aliada a esta abordagem sistemática, realizaram-se abordagens oportunistas, através de entrevistas e visitas a locais com intervenções já presentes no terreno, como leitos de estradas e taludes observados nos recursos hídricos. Junto a identificação in situ da evidência material (cultura material ou estrutura de terra) se registravam

informações da inserção do sítio na paisagem. Entre as variantes observadas, estavam: altitude, vegetação, compartimento topográfico e distância de recursos hídricos.

A etapa de escavação foi realizada em algumas parcelas dos sítios identificados. A escolha das unidades de escavação obedeceu a critérios de preservação do contexto, representatividade dentro de um sistema regional de ocupação e questões de logística como a acessibilidade e segurança da equipe.

RESULTADOS

A partir de levantamentos sistemáticos intensivos realizados em diferentes compartimentos topográficos das bacias hidrográficas do Rio Forqueta e Rio Guaporé, evidenciou-se um padrão de assentamento regional Jê que se diferencia das demais pesquisas realizadas em contextos próximos, como as referentes à Fase Erveiras, nos vales do Rio Pardo e Pardinho. Essa diferenciação está associada principalmente a composição dos sítios arqueológicos identificados até o momento.

Dos 69 sítios com potencialidade de investigação (FIGURA 03), associadas a vestígios materiais e estruturas arqueológicas Jê Meridionais, se realizaram intervenções em 6 destes (QUADRO 01), destacados no quadro a seguir, além do sítio RS-T-100 registrado anteriormente⁴.

Quadro 01: Relação dos sítios arqueológicos Jê Meridionais pré-coloniais escavados nas bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé/ RS. Em destaque (negrito) os sítios arqueológicos com cronologia conhecida.

Sítio Arqueológico	Localização UTM (DATUM WGS 1984)	Categoria
RS-T-100	22J 387959 6803539	Estruturas subterrâneas
RS-T-123	22J 379197 6807842	Estruturas subterrâneas
RS-T-125	22J 375440 6801029	Lítico superficial
RS-T-126	22J 377529 6811981	Estruturas subterrâneas e montículo
RS-T-127	22J 370929 6809139	Estrutura subterrânea
RS-T-129	22J 388414 6803144	Lítico superficial
RS-T-130	22J 392483 6804163	Lítico e cerâmico superficial

A distribuição dos sítios releva a presença de um padrão com preferência à altitudes acima de 400m, associadas à Floresta de Araucária e próximo a recursos hídricos, assemelhando-se ao observado em amplas áreas do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, como na encosta Sul do Planalto das Araucárias. Entretanto, uma análise mais acurada das características deste padrão releva particularidades regionais.

⁴Além dos 69 sítios com potencialidade de investigação, associados ao sistema Jê, foram identificados dois sítios com características de ocupações de grupos caçadores-coletores, com presença de pontas de projétil. Um destes sítios foi datado entre os séculos IV e II AC.

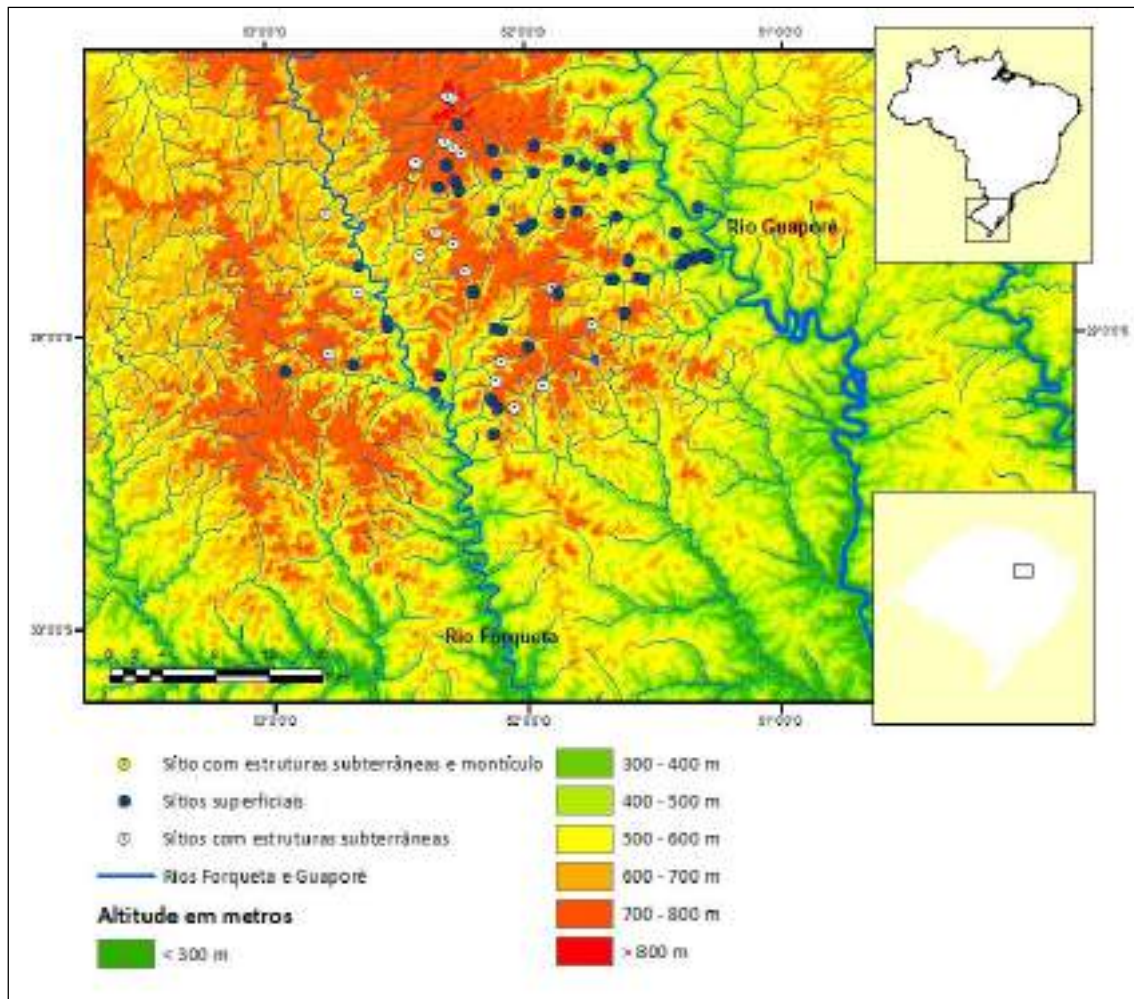


Figura 03: Distribuição dos sítios arqueológicos Jê prospectados na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta. **Fonte:** elaborado pelo autor (2016).

Dentre as categorias de sítios observadas, ocorreram apenas sítios com estruturas subterrâneas, estruturas subterrâneas e montículos, além de sítios superficiais. Inúmeras categorizações de sítios formularam-se ao longo dos anos. Estas categorias, supostamente, estariam relacionadas a diferentes funcionalidades (BEBER, 2004; COPÉ, 2006; CORTELETTI, 2012).

Entendemos que os sítios superficiais, sejam estes líticos ou líticos e cerâmicos estão relacionados à população Jê. Sítios exclusivamente líticos foram registrados por Copé, Saldanha e Cabral (2002), Dias (2003), Rogge e Schmitz (2009), entre outros. A morfologia dos artefatos, assim como observado na área de pesquisa, se assemelham as características relacionadas a Tradição Humaitá, com peças de grandes dimensões lascadas de forma bifacial e unifacial. Estudos recentes (DIAS, 2003; HOELTZ, 2005; SALDANHA, 2005; DIAS e HOELTZ, 2010) questionam a antiguidade destes sítios, observando uma proximidade com áreas reconhecidamente ocupadas por populações ceramistas, como Jê e Guarani, levando a considerar estas como locais de atividade específicas, para a manufatura de instrumentos líticos ou a atividade de manejo agroflorestal. Nesse sentido, pesquisas posteriores que contemplem uma minuciosa análise da cultura material e a criação de um quadro cronológico consistente, podem validar ou não esta hipótese.

Das categorias de sítios

Os sítios com estruturas subterrâneas representam 31% do total, enquanto que os sítios superficiais referem-se a 69% dos casos. Esses números corroboram com a ideia de uma predominância de assentamentos superficiais na borda Sul do Planalto das Araucárias, entretanto, com uma participação razoável de estruturas subterrâneas no registro. Por outro lado, não chega ao padrão observado em algumas microrregiões do nordeste gaúcho e planalto catarinense (Pinhal da Serra, Vacaria, Caxias do Sul, São Marcos, Urubici e São José do Cerrito), onde ocorre uma predominância dos sítios com estruturas subterrâneas (REIS, 2007; BEBER, 2004; COPÉ, 2006; ROGGE e SCHMITZ, 2009; CORTELETTI, 2012). Entretanto, em muitos dos casos esse fato pode ser reflexo de um levantamento assistemático, não privilegiando diferentes zonas ambientais; como oportunístico, na medida em que as estruturas subterrâneas são elementos visíveis na paisagem e presentes no imaginário das populações locais.

No levantamento não foram localizados aterros anelares e grutas com sepultamento. Para os primeiros, parece claro que existe uma concentração em determinadas regiões, como supracitado, e não é o caso do Alto Forqueta e Guaporé. Já os abrigos com sepultamentos, acredita-se que possa haver alguma ligação com sítios em outras regiões, na medida em que a cronologia (destacada na sequência) aponta para uma concomitância com outros espaços. Schmitz et al. (1988) e Corteletti (2008) citam a presença de abrigos com sepultamento na região de Caxias do Sul, São Francisco de Paula e São Marcos, distantes menos de 100km da área de estudo.

Da hipsometria e relevo

A altitude configura-se como um aspecto essencial ao analisarmos o padrão de assentamento Jê no sul do Brasil. As sínteses regionais produzidas até o momento ressaltam a preferência por áreas com altitudes acima de 400 m, predominantemente ocupadas pela Floresta Ombrófila Mista (BEBER, 2004).

Os sítios com estruturas subterrâneas localizados na pesquisa estão concentrados entre 572m e 816m, com média de 711m de altitude. Por sua vez, os sítios superficiais estão inseridos em cotas altimétricas entre 275m e 791m, com média de 550m.

Observando estes dados com maior detalhamento, se constata nos sítios com estruturas subterrâneas que 60% destes estão em cotas superiores a 700m, mas preferencialmente até 750 m, em 70% destes. Dois sítios (10%) estão localizados em áreas com altimetria superior a 800m. Nota-se nos mapas de hipsometria (FIGURA 03), que as cotas acima de 800m não ocupam uma grande faixa de terras, parcela inferior a 3%, podendo este ser um aspecto relevante. Quanto a distribuição do número de estruturas subterrâneas por cota altimétrica, se constata que 48% (35 estruturas) estão concentradas entre 700 e 720m.

As baixas altitudes observadas nos sítios superficiais retratam a preferência pelas áreas no interior dos vales, com 50% dos sítios. No Alto Rio Pelotas, Saldanha (2005) observa que existe uma zona de

ocupação próxima a calha do Rio Pelotas, onde se sobressaem sítios líticos, sendo interpretada como uma região destinada a obtenção de matéria-prima e a pesca. Schmitz et al. (1988), baseado na perspectiva de mobilidade entre o planalto, o litoral e as áreas de encosta, salienta a utilização para instalação de roças nestas últimas. Na região analisada, se constata uma utilização intensa destas áreas próximas a calha dos recursos hídricos. Observando o mapa, existe uma preferência pela bacia do Rio Guaporé em relação ao Forqueta, onde se concentram a maioria dos sítios com estruturas subterrâneas. A preferência da rede de drenagem do Rio Guaporé, em relação ao Rio Forqueta, pode residir nas características geomorfológicas, com a presença de baixas altitudes aliadas a um relevo menos ondulado.

Além do interior dos vales, os sítios superficiais estão implantados em outras três categorias: no topo das elevações, 19%; nos divisores de bacia, 19%; e em áreas de encosta, 12%. Por sua vez, os sítios com estruturas subterrâneas localizam-se predominantemente junto aos divisores de bacia (65%), seguidas do topo das elevações (20%), e da base de encostas (15%). Parece-nos claro que existe uma preferência para instalação dos assentamentos nas áreas de maior altitude, em contrapartida com os locais de exploração de recursos, localizadas em um ecótono com características diferenciadas.

Apesar de não ter sido possível estabelecer um quadro cronológico representativo para relacionar ambas as categorias de sítios, as análises de cultura material e comparações com demais regiões pesquisadas, reforça este tipo de análise. A realização de uma análise que contemple características da cultura material e dados cronológicos virá a acrescentar subsídios para tal discussão.

Os dados reafirmam um padrão observado no estado do Rio Grande do Sul, como em partes do estado de Santa Catarina, de localização dos sítios nas porções mais elevadas do terreno, como no caso de Caxias do Sul (CORTELETTI, 2008), Vacaria (SCHMITZ et al., 2002), São Marcos (ROGGE e SCHMITZ, 2009), Bom Jesus (COPÉ, 2006), Pinhal da Serra (SALDANHA, 2005; DE SOUZA, 2012) e na Bacia do Rio Pardo e Pardinho (MENTZ RIBEIRO e RIBEIRO, 1979; MENTZ RIBEIRO, 1991). Porém, a alta associação de vestígios superficiais junto ao fundo dos vales, retrata um padrão de assentamento diferenciado que indica estar ligada a disponibilidade de áreas com características fisiográficas em relação a outras regiões de estudo, ou como supracitado, uma ineficiência das estratégias de prospecção.

Da vegetação e disponibilidade hídrica

A tarefa de tentar observar características da vegetação comuns nas áreas de implantação dos sítios torna-se complexa, num ambiente intensamente antropizado e em processo de modificação constante. Além deste condicionante, a mudanças ocorridas nos últimos milênios deixam em aberto uma aproximação sem a realização de análises específicas de reconstituição ambiental.

Estudos realizados nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul e Santa Catarina indicam um crescimento e expansão da Floresta de Araucária a partir das florestas de galeria há aproximadamente 4000 anos BP, numa paisagem marcada pela vegetação campestre (BEHLING et al., 2004). Os registros

polínicos demonstram um aumento considerável dos grãos de pólen da Araucária entre 1700 e 100 anos BP para Cambará do Sul (BEHLING et al., 2004), e entre 1000 e 860 anos BP para São Francisco de Paula (BEHLING, BAUERMANN, NEVES, 2001). Esta melhora estaria ligada a um aumento da umidade e temperatura, intensificada no último milênio, permitindo o crescimento de uma vegetação arbórea. Os dados paleoambientais disponíveis numa escala regional demonstram um aumento das áreas cobertas pela Floresta de Araucária sobre a vegetação de campos nos últimos milênios, englobando o período de ocupação Jê.

Na área de pesquisa, foi possível distinguir, com base em observações contemporâneas, três regiões distintas: uma região dominada pelo mosaico campo/floresta; outra dominada densamente pela Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) e uma zona de transição, que cobre as encostas mais íngremes e os fundos de vale, entre a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Decidual. Dentro desta divisão, se destaca o predomínio dos sítios com estruturas subterrâneas em regiões cobertas pela Floresta Ombrófila Mista com 60%; seguida das áreas do mosaico campo/floresta, 40%. Entretanto, ao observarmos a distribuição das estruturas subterrâneas pelas duas categorias, há uma preferência pelas zonas de campo/floresta. Isso muito ligada à grande concentração de estruturas nos sítios RS-T-123 (9) e RS-T-126 (19), mas que demonstra um adensamento nestes pontos, apesar de não possuímos uma indicação probatória no período de ocupação quanto à vegetação. La Salvia (1987) e Schmitz e Becker (1991) indicam a preferência pelas áreas florestadas, em capões de mato e próximas ao campo aberto; se protegendo do vento, chuva e sol.

A alta proporção de sítios superficiais no interior dos vales sugere que 90% destes estejam localizados em áreas florestadas, predominantemente em locais de transição entre a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Decidual. Diferentemente das estruturas subterrâneas, os sítios superficiais são pouco representativos nas áreas de predominância da vegetação de mosaico campo/floresta. Nesse caso, fica evidente a presença de dois espaços distintos no território Jê do Alto Forqueta e Guaporé: um ambiente dominando pela presença dos sítios de habitação, apesar de nem todas as estruturas estarem relacionadas a tal funcionalidade (REIS, 2007); e outro espaço associado ao manejo e busca de recursos agroflorestais e minerais.

A observação da presença de recursos hídricos próximos aos sítios reflete a preocupação das populações a garantir acesso a tal recurso, como aos recursos associados a este. Corteletti (2008) indica que para Caxias do Sul os sítios estão localizados numa média de 109,42m de alguma fonte de água. Beber (2004), com base nos dados de Reis (1997), informa que os sítios estão localizados a uma distância de 215,65m.

Na Unidade de Operação, observou-se um quadro onde os sítios mais próximos de algum recurso hídrico se referem aos superficiais, localizados no interior dos vales, distantes < 30m de pequenos afluentes, com média de 74,20m. Essa proximidade pode estar relacionada a exploração dos recursos

ligados aos recursos hídricos, como a pesca e a oferta de matéria-prima. Mota, Noelli e Silva (1996, p.21) destacam estratégias de pesca através do *Pãri*, relatadas na etnografia, como identificadas na calha do Rio Ivai/PR. Seriam armadilhas “constituídas por paredes de pedra feitas para afunilar trechos de rios”, conduzindo os peixes à artefatos de madeira ou taquara para aprisionamento. Os afluentes do Forqueta e Guaporé, assim como os próprios, apresentam corredeiras que facilitariam tal estratégia.

Outro aspecto relacionado à proximidade dos recursos hídricos, nos sítios superficiais, está ligado a oferta de matéria-prima para lascamento. Depósitos de seixos de arraste fluvial são constantes ao longo dos cursos d’água. Análises realizadas com a utilização de matéria-prima no sítio arqueológico RS-T-130 revelam que 80% dos instrumentos foram confeccionados a partir de seixos e blocos de basalto, presente nas proximidades (FIGURA 04).

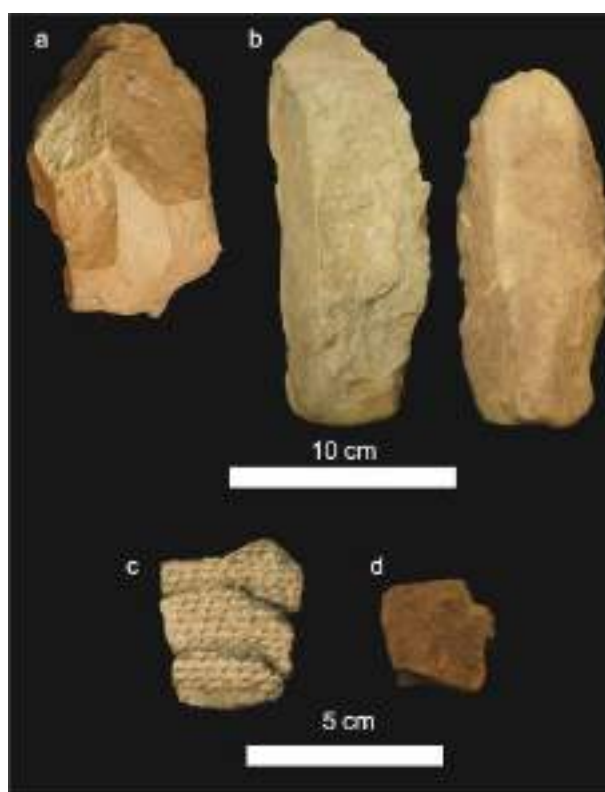


Figura 04: Cultura material evidenciada no sítio arqueológico RS-T-123 e RS-T-130, sendo: a - artefato unifacial de basalto (RS-T-130), b - artefatos bifaciais de basalto (RS-T-130), c - fragmento de cerâmica ponteadada (RS-T-123), d - fragmento de cerâmica ponteadada (RS-T-123). **Fonte:** acervo do Setor de Arqueologia da Univas.

Os sítios com estruturas subterrâneas estão em uma posição mais distante de uma fonte de água com relação aos sítios superficiais, com média 96,50m. Uma possível interpretação para tal reside na implantação dos assentamentos no topo de elevações, como é o caso do sítio RS-T-126, que possui o maior agrupamento de estruturas (8) (FIGURA 05), distante 210m de uma fonte. Estas elevações, que normalmente não se destacam na paisagem, apresentam boa visibilidade do entorno dos assentamentos, com campo de visão de 360°, mas que se encontram distantes de cursos d’água presentes nas porções baixas do terreno.



Figura 05: Imagem aérea com a maior concentração de estruturas subterrâneas no sítio arqueológico RS-T-126, com curvas de nível da área sobreposta. **Fonte:** acervo do Setor de Arqueologia da Univates.

Do tempo

A cronologia obtida nos sítios do Alto Forqueta e Guaporé completa, em parte, o panorama de ocupação desta população na borda de seu território no atual Estado do Rio Grande do Sul. As datações obtidas em três sítios permitem estabelecer um panorama cronológica para ocupação da região em relação ao restante do estado, que encontra datas entre os séculos III AC (COPÉ e SALDANHA, 2002) e XVIII AD (IRIARTE et al., 2013).

Foram datados os sítios de estruturas subterrâneas RS-T-123 e RS-T-126, além do sítio superficial RS-T-130, conforme Quadro 02. Os resultados apontam para um período de ocupação no entorno do ano 1000 AD (890 AD - 1279 AD), anterior ao registro de sítios Guarani na porção baixa da bacia do Rio Forqueta (SCHNEIDER, 2014).

Quadro 02: Relação das datações obtidas em sítios arqueológicos Jê Meridionais identificados nas bacias hidrográficas dos Rios Forqueta e Guaporé - Rio Grande do Sul.

Sítio	Local da Amostra	Material Datado	No. Laboratório	Delta ¹³ C	Idade ¹⁴ C convencional (anos AP)	Idade Calibrada (AD) ⁵
RS-T-123	Estrutura 01	Carvão	Beta 343953	- 25.1	1040 ± 30	991 - 1148
RS-T-123	Estrutura de combustão – área externa	Carvão	Beta 343954	- 26.7	940 ± 30	1030 - 1180
RS-T-123	Aterro estrutura 05	Carvão	Beta 385781	- 24.5	970 ± 30	1045 - 1214
RS-T-126	Estrutura de combustão – ao lado da estrutura 02	Carvão	Beta 385782	- 22.8	1140 ± 30	890 - 1015
RS-T-130	Estrutura de combustão	Carvão	Beta 423195	- 26.4	840 ± 30	1189 - 1279

Com vistas a realizar uma comparação com as demais cronologias conhecidas, a partir de datações radiocarbônicas, os resultados obtidos foram calibrados (ARAÚJO, 2001) em conjunto com as demais datas obtidas para sítios no Estado do Rio Grande do Sul consultadas na bibliografia disponível. Para realização do exercício se fez uso do software *Oxcal v.4.2.4*, com curva de calibração *SHCal 13* para o Hemisfério Sul.

Schmitz e Novasco (2013) demonstram que por volta do ano 1000 AD a maioria dos territórios já estariam ocupados, enquanto que após o ano 1500 AD as datações concentram-se em porções no nordeste do Rio Grande do Sul e no centro-sul do Estado de Santa Catarina, pressionadas pela frente de expansão portuguesa como pelo avanço de populações Guarani (DIAS, 2003; ROGGE, 2005; DE SOUZA et al., 2016a).

No Rio Grande do Sul, a data mais antiga conhecida e obtida através do método de radiocarbono é do sítio RS-AN-03, localizado no município de Bom Jesus, com 2180±40 anos AP (COPÉ e SALDANHA, 2002). Observando o quadro de calibragem, a partir da segunda data mais antiga, 1810±85 anos BP (SCHMITZ e BROCHADO, 1972), percebe-se uma sequência contínua dos gráficos, conforme Figura 06.

⁵As datas foram calibradas utilizando a curva atmosférica ShCal13, no programa Oxcal disponível em <http://c14.arch.ox.ac.uk/>

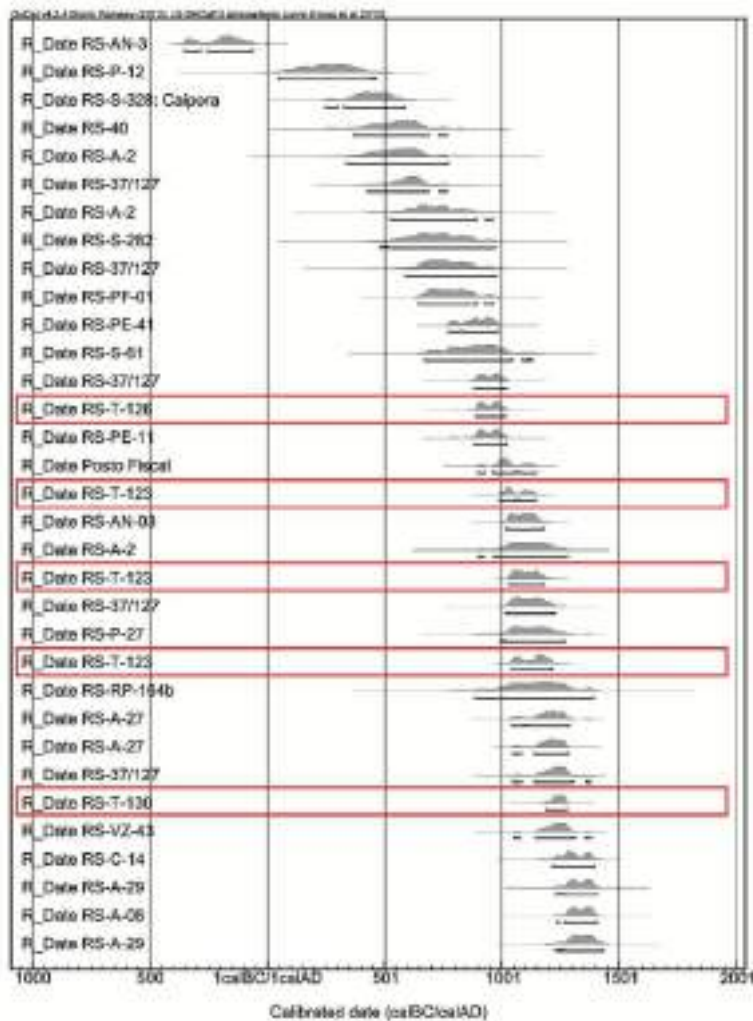


Figura 06: Calibração das datas radiocarbônicas mais antigas associadas a ocupação Jê Meridional pré-colonial no Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para os resultados obtidos nos sítios localizadas na área pesquisada. Fonte: elaborado pelo autor a partir de *Oxcal v.4.2.4*, com base nas datas disponíveis em: Schmitz (1969), Brochado *et al.* (1969), Schmitz e Brochado (1972), Schmitz (1988), Copé e Saldanha (2002), Schmitz *et al.* (2002), Dias (2003), Rogge (2005), De Souza (2012) e Iriarte *et al.* (2013).

As datas das bacias dos rios Forqueta e Guaporé iniciam-se entre 775 AD e 980 AD para o sítio RS-T-126, enquanto que no sítio RS-T-123 os resultados indicam uma ocupação entre 900 AD e 1160 AD. O sítio RS-T-130 apresenta data calibrada entre 1205 AD a 1280 AD. Embora seja apenas um sítio superficial datado, se observa uma diferenciação com os sítios de estruturas subterrâneas, remetendo a posterior ocupação destas áreas na região. Uma maior unidade amostral poderá trazer resultados mais consistentes nesse sentido. Mas o que podemos subtrair dessa cronologia regional?

Inicialmente, se percebe uma pequena contemporaneidade na ocupação dos dois sítios de estruturas subterrâneas, distantes 3 Km um do outro, apesar de apenas uma data no sítio RS-T-126, desmentindo-se a hipótese de assentamentos isolados e de pequenas dimensões na borda do Planalto das Araucárias (MENTZ RIBEIRO, 1980; SCHMITZ *et al.*, 1988). Outro destaque remete a presença de grupos no mesmo sítio por um longo período. As três datas oriundas no sítio RS-T-123, em três contextos diferentes, demonstram uma possível construção do assentamento num mesmo movimento, aspecto observado na

topografia do sítio. Beber (2004), apoiado nos resultados do projeto Vacaria, observa que os sítios de grandes dimensões (enquadrando-se os dois sítios supracitados) seriam resultado de uma persistência de ocupação, em detrimento de grandes aglomerados de pessoas. Ainda não possuímos dados para descartar totalmente essa hipótese, porém nossos resultados têm indicado uma construção simultânea de todas as estruturas do sítio, algo já comentado para a região de Pinhal da Serra (IRIARTE *et al.*, 2013).

Num segundo momento, uma análise do gráfico demonstra uma concomitância de ocupação em diferentes áreas do Estado. Considerando o longo período de presença Jê nas bacias dos rios Forqueta e Guaporé, entre os séculos VIII e XIII da Era Cristã, observa-se que estão ocupados sítios nas regiões do nordeste gaúcho (RS-37/127, RS-AN-03, RS-A-2, RS-A-27, Posto Fiscal, RS-PE-11, RS-P-27), no noroeste do Estado (RS-VZ-43) e na região central (RS-RP-164) (MENTZ RIBEIRO, 1980; SCHMITZ *et al.*, 2002; ROGGE, 2005, CORTELETTI, 2008; DE SOUZA, 2012), demonstrando um amplo domínio sobre áreas do Planalto das Araucárias e sua encostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas arqueológicas realizadas nas bacias dos rios Forqueta e Guaporé evidenciam, até o momento, um amplo contexto de ocupação Jê Meridional. As características de implantação dos sítios arqueológicos na paisagem assemelham-se ao padrão reconhecido para o Sul do Brasil, com predominância em altitudes elevadas e associados a Floresta Ombrófila Mista.

O sistema de assentamento observado é caracterizado pela presença de estruturas subterrâneas, montículos, sítios superficiais líticos e litocerâmicos. Sítios associados a funcionalidades cerimoniais e funerárias, como os aterros anelares e abrigos com sepultamentos, não foram registrados até o momento.

As intervenções realizadas nos sítios têm registrado um contexto de ocupação marcado pela presença de aglomerados de estruturas subterrâneas, como os sítios RS-T-100 (11 estruturas), RS-T-123 (09 estruturas) e RS-T-126 (19 estruturas), demonstrando um evidente adensamento populacional em alguns assentamentos entre os séculos VIII e XII. Nesse mesmo contexto, esta cronologia indica a concomitância com a ocupação de sítios em outros territórios do Sul do Brasil, em um amplo domínio das áreas por volta do ano 1000 AD.

A metodologia adotada para a prospecção revelou uma intensa ocupação das áreas de fundo de vale, se sobressaindo na rede de drenagem do Rio Guaporé. Acreditamos que a metodologia de pesquisa possibilitou uma compreensão destes espaços, com características distintas dos sítios localizados no topo das elevações e divisores de bacia. Apesar de uma associação à Tradição Humaitá, pela presença de peças lascadas sobre blocos e seixos de forma unifacial e bifacial, nossas análises tem registrado sua associação

ao contexto de ocupação Jê, seja pela presença de cerâmica com características da Tradição Taquara, como também a datação obtida junto a uma estrutura de combustão no sítio RS-T-130.

As escavações em diferentes sítios, além de fornecerem uma base cronológica consistente, estão fomentando discussões entorno da funcionalidade das estruturas subterrâneas, dos montículos, como similarmente dos sítios superficiais e suas relações com os demais assentamentos, deixando um imenso legado à continuação das pesquisas sobre populações Jê Meridionais em todo o Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Melo. *Teoria e Método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Melo. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira)*, v.20, p. 09-38, 2007.
- BEBER, Marcus Vinicius. *O Sistema de Assentamento das Tradições Taquara-Itararé*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, São Leopoldo, 2004.
- BECKER, Itala Irene Basile. O Kaiangáng histórico e seus antepassados. *Documentos 02*, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, p. 131-140, 1988.
- BEHLING, Hermann; BAUERMANN, Soraia Girardi; NEVES, Paulo César Pereira. Holocene environmental changes in the São Francisco de Paula region, southern Brazil. *Journal of South American Earth Sciences*, 14, p. 631-639, 2001.
- BEHLING, Hermann; PILLAR, Valerio DePatta; ORLOCI, László; BAUERMANN, Soraia Girardi. Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambara do Sul core in southern Brazil. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 203, p. 277-297, 2004.
- BITENCOURT, Ana Luisa Vietti; KRAUSPENHAR, Patrícia Maria. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) o.Kuntze expansion during the Late Holocene. *Revista Brasileira de Paleontologia*, 9 (1), p. 109-116, 2006.
- BROCHADO, José Proença; CALDERÓN, Valentín; CHMYZ, Igor; DIAS, Ondemar F.; EVANS, Clifford; MARANCA, Sílvia; MEGGERS, Betty J.; MILLER, Eurico T.; NÁSSER, Nássaro; PEROTA, Celso; PIAZZA, Walter; RAUTH, José W.; SIMÕES, Mário. Arqueologia brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, nº 12. Belém: MPEG, 1969.
- COPÉ, Sílvia Moehlecke; SALDANHA, João Darcy de Moura. Em Busca de um sistema de assentamento para o Planalto Sul Riograndense: escavações no Sítio RS-NA-03, Bom Jesus, RS. *Pesquisas, Antropologia*, nº58. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, p.107 - 120, 2002.
- COPÉ, Sílvia Moehlecke; SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. Contribuições para a Pré-História do Planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. *Pesquisas, Antropologia*, nº58. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, p.120 - 138, 2002.

- COPÉ, Sílvia Moehlecke. *Les grands constructeurs précoloniaux du plateau de sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*. Tese (Doutorado). Universidade de Paris, Paris, 2006.
- CORTELETTI, Rafael. *Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- CORTELETTI, Rafael. *Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no planalto catarinense*. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CORTELETTI, Rafael; DICKAU, Ruth; DEBLASIS, Paulo; IRIARTE, José. Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil. *Journal of Archaeological Science*, v. 58, p. 46-61, 2015.
- DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Aplicações de isótopos estáveis de 18/16O, 13/12C e 15/14N em estudos de sazonalidade, mobilidade e dieta de populações pré-históricas no Sul do Brasil. *Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira)*, v.22, n.2, p. 55-76, 2009.
- DE SOUZA, Jonas Gregório. *Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS*. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.
- DE SOUZA, Jonas Gregório; MERENCIO, Fabiana Terhaag. A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas: Editora UFPEL, V.X, nº 20, p. 93-130, 2013.
- DE SOUZA, Jonas Gregório; CORTELETTI, Rafael; ROBINSON, Mark; IRIARTE, Jose. The genesis of monuments: Resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 41, p. 196-212, 2016a.
- DE SOUZA, Jonas Gregório; ROBINSON, Mark; CORTELETTI, Rafael; CARDENAS, Macarena Lucia; WOLF, Sidnei; IRIARTE, Jose; MAYLE, Francis; DEBLASIS, Paulo. Understanding the Chronology and Occupation Dynamics of Oversized Pit Houses in the Southern Brazilian Highlands. *Plos One*, v 11, p. e0158127, 2016b.
- DIAS, Adriana Schmidt. *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- DIAS, Adriana Schmidt; HOELTZ, Sirlei E. Indústrias Líticas em Contexto: O Problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. *Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso)*, v. 23, p.40-67, 2010.
- FIEGENBAUM, Jones. *Um Assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, São Leopoldo, 2009.

- FÖRSTER, Frank; GROßMANN, Ralph; HINZ, Martin; IWE, Karina; KINKEL, Hanno; ANNEGRET, Larsen; LUNGERSHAUSEN, Uta; MATARESE, Chiaara; MEURER, Philipp; NELLE, Oliver; ROBIN, Vicent; TEICHMANN, Michael. Towards mutual understanding within interdisciplinary palaeoenvironmental research: An exemplary analysis of the term landscape. *Quaternary International*, v.312, p. 4-11, 2013.
- HOELTZ, Sirlei. *Tecnologia Lítica: Uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
- IRIARTE, Jose; BEHLING, Herrmann. The expansion of Araucaria Forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental Archaeology*, Vol. 12, nº2, p. 115-127, 2007.
- IRIARTE, Jose; COPÉ, Silvia Moehlecke; FRADLEY, Michael; LOCKHART, Jami J.; GILLAM, Christopher. Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: Understanding southern proto-Jê mound and enclosure complexes. *Journal of Anthropological Archaeology*, 32, p. 74-96, 2013.
- JOLKESKY, Marcelo Pinho de Valhery. *Reconstrução fonológica e lexical do Proto-Jê meridional*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudo de Linguagem, Campinas: UNICAMP, 2010.
- JUSTUS, Jarbas de Oliveira; MACHADO, Maria Lidia de Abreu; FRANCO, Maria do Socorro Morreira. Geomorfologia. In: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Levantamento de Recursos Naturais*. Rio de Janeiro: IBGE, v.33, p.313-405, 1986.
- KREUTZ, Marcos Rogério. *O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates, Lajeado, 2008.
- LA SALVIA, Fernando. A habitação subterrânea: uma adaptação ecológica. In: *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 7 - 26, 1987.
- MACHADO, Neli Teresinha Galarce; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Prospecções arqueológicas e físico-químicas no sítio RS T 100: estruturas em San Valentin – Ilópolis-RS. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.) *Anais do I Colóquio sobre Sítios Construídos: casas subterrâneas*. Santa Maria: Pallotti, 2005.
- MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Porto Alegre, 1991.
- MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto; SILVEIRA, Itela. Sítios arqueológicos da Tradição Taquara, Fase Erveiras, no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, nº8, p. 3-79, 1979.
- MILHEIRA, Rafael Guedes. *Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Lagoa dos Patos e Serra do Sudeste - RS*. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade da São Paulo, São Paulo, 2008.

- MORALES, Wagner Fagundes. Um estudo de Arqueologia regional no médio curso do rio Tocantins, Planalto Central Brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.17, p. 69-97, 2007.
- MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; SILVA, Fabíola Andrea. Pãri: armadilha de pesca utilizada pelos índios Kaingang no sul do Brasil. *Revista de Divulgação Científica e Cultural da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá, Ano 11 – Nº 15, Dezembro, p.21-25, 1996.
- NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a História dos Jê do Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 285-302, 1999.
- PARELLADA, Cláudia Inês. *Estudo Arqueológico no alto vale do Ribeira. Área do Gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná*. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- REDMAN, Charles. Multistage fieldwork and analytical techniques. *American Antiquity*. 38 (1), p. 61-79, 1973.
- REIS, Maria José. *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense*. Erechim: Habilis, 2007.
- ROGGE, Jairo Henrique. Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. *Pesquisas Antropologia*, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, nº 62, 2005.
- ROGGE, Jairo Henrique; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Pesquisas Arqueológicas em São Marcos, RS. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, nº67, p.23-132, 2009.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. *Paisagem, Lugares e Cultura Material: Uma Arqueologia Espacial das Terras Altas do Sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Porto Alegre, 2005.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. Paisagem e Sepultamentos nas Terras Altas do sul do Brasil. *Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso)*, v. 21, p. 5, 2008.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. Algumas Datas de Carbono 14 de Casas Subterrâneas do Planalto do Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia n.º.20 - Anais do terceiro Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Leopoldo, p.163-167, 1969.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 02*, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, p. 75-130, 1988.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique. 107 casas subterrâneas no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v.21, 185-204, 2011.

- SCHMITZ, Pedro Ignácio; BECKER, Itala Irene Basile. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, Documentos 05*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, p. 67-105, 1991.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; BECKER, Itala Irene Basile; LA SALVIA, Fernando; LAZZAROTTO, Danilo; MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. Pesquisas sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. *Documentos 02*, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, p. 5-74, 1988.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; BROCHADO, José Proenza. Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul (Brasil). *Gabinete de Arqueologia*, nº. 2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.118-146, 1972.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; NOVASCO, Raul Viana. Pequena História Jê Meridional através do Mapeamento dos Sítios Datados. *Pesquisas, Antropologia*, vol. 70, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, v.70, p.35-41, 2013.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique; ROSA, André Osório; BEBER, Marcus Vinícius; MAUHS, Juliano; ARNT, Fúlvio. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no Planalto Rio-Grandense. *Pesquisas, Antropologia*, nº58. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, p.11-105, 2002.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique; NOVASCO, Raul Viana; MERGEN, Natália Machado; FERRASSO, Suliano. Rincão dos Albinos um grande sítio Jê Meridional. *Pesquisas, Antropologia*, vol. 70, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, p. 65-132, 2013.
- SCHNEIDER, Fernanda. *Interpretação do Espaço Guarani: m estudo de caso no sul da bacia hidrográfica do Rio Forqueta, Rio Grande do Sul, Brasil*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVTES, Lajeado, 2015.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Para uma síntese dos Jê do Sul: igualdades, diferenças e duvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v.XXII, nº1, p. 5-12, 1996.
- SILVA, Sérgio B. *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades proto-Jê meridionais*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- TEIXEIRA, Maria Buede; NETO, Augusto Barbosa Coura. Vegetação. In: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Levantamento de Recursos Naturais*. Rio de Janeiro, v.33, p.541-632, 1986.
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuel Carneiro (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.87-102.
- VEIGA, Juracilda. *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.
- VIEIRO, Ana Cláudia SILVA, Diogo Rodrigues Andrade da. *Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, CRPM, 2010.

ARQUEOLOGIA REGIONAL ENTRE O FORQUETA E O GUAPORÉ: O CONTEXTO DE OCUPAÇÃO JÊ PRÉ-COLONIAL NO CENTRO/NORDESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

WIESEMANN, Ursula. *Os dialetos da língua Kaingang e Xokleng*. Arquivo de Anatomia e Antropologia, v. III, ano III. Rio de Janeiro, 1978.

WOLF, Sidnei. *Paisagens e Sistemas de Assentamento: Um Estudo Sobre a Ocupação Humana Pré-Colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS*. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, Lajeado, 2012.

Recebido em:10/08/2016

Aprovado em:15/09/2016

Publicado em:15/10/2016

**ECOLOGIA HISTÓRICA GUARANI: AS PLANTAS UTILIZADAS NO BIOMA MATA
ATLÂNTICA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA, BRASIL (PARTE 1)**
GUARANI HISTORICAL ECOLOGY: THE PLANTS USED IN THE ATLANTIC FOREST BIOME
OF SANTA CATARINA SOUTHERN COAST, BRAZIL (PART 1)

Giovana de Souza Pereira
Francisco Silva Noelli
Juliano Bitencourt Campos
Marcos Pereira Santos
Jairo José Zocche

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Ecologia Histórica Guarani: As plantas utilizadas no Bioma Mata Atlântica do litoral sul de Santa Catarina, Brasil (Parte 1)

Giovana de Souza Pereira¹
Francisco Silva Noelli²
Juliano Bitencourt Campos³
Marcos Pereira Santos⁴
Jairo José Zocche⁵

Resumo: O artigo apresenta os resultados preliminares do projeto “A Utilização de Plantas pelos Guarani no Bioma Mata Atlântica da Planície Costeira do litoral sul do Estado de Santa Catarina, Brasil”. O objetivo foi levantar em fontes históricas e etnográficas as plantas utilizadas, sempre que possível identificando o nome Guarani, a espécie e sistematizando quais as partes utilizadas. Foram registradas em quatro fontes 639 espécies botânicas de 109 famílias (incluindo 28 espécies não identificadas). Myrtaceae, Fabaceae, Asteraceae, Lauraceae e Poaceae foram, respectivamente, as famílias mais importantes em quantidade de espécies. As partes mais utilizadas foram fruto, caule e folhas. A maior porcentagem de utilização está relacionada aos usos alimentares, medicinal e matéria-prima, respectivamente. Nossos resultados sugerem uma estreita interação entre os Guarani e a Mata Atlântica, com fortes evidências de que o seu modelo de manejo agroflorestal foi intensamente aplicado na área por mais de 500 anos.

Palavras-chave: Arqueologia; Botânica; Manejo Ambiental; Povos Guarani.

Abstract: This article presents preliminary results of the project "The plants used by the Guarani in the Atlantic Forest Biome of the South Coast of the Santa Catarina State, Brazil." The goal is the survey of historical and ethnographic sources on the plants used by the Guarani, identifying name, species and systematize the parts used. We recorded 639 plant species of 109 families, raised on four sources (including 28 species not identified). Myrtaceae, Fabaceae, Asteraceae, and Lauraceae Poaceae were respectively the most important families in number of species. The most used parts were fruit, stems and leaves. The highest percentage of use is related to human consumption, medicinal and raw materials respectively. Our results suggest a close interaction between the Guarani and the Atlantic Forest, with strong evidence that its agroforestry model has been extensively applied in the area for over 500 years.

Keywords: Archaeology; Botany; Environmental management; Guarani People.

INTRODUÇÃO

Os Guarani ocuparam o litoral sul de Santa Catarina, entre os rios Urussanga e Mampituba, como atestam os primeiros 51 sítios arqueológicos identificados na área (CAMPOS et al, 2013; CAMPOS, SANTOS,

¹ Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz da Universidade do Extremo Sul Catarinense (LAPIS/UNESC).

² Prof. Aposentado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil.

³ Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil.

⁴ Università degli Studi di Ferrara-UNIFE. Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS) - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil

⁵ Laboratório de Ecologia de Paisagem e de Vertebrados – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil.

2014; CAMPOS, 2015; PAVEI, SANTOS, CAMPOS, 2015; FARIAS, KNEIP, 2010) (Figura 1). As datações mostram uma ocupação entre 600 e 200 anos antes do presente (AP – c. 1400-1800 AD, cf. CAMPOS). Contudo, considerando as datações de Jaguaruna (margem esquerda do rio Urussanga) e Maquiné (40 km ao sul do rio Mampituba) é possível que a presença Guarani chegue a 900 AP ou mais cedo (BROCHADO, 1984; MILHEIRA, 2010). A longa permanência não era apenas em nível regional. As aldeias também duravam muitos anos em um único local como atestam as terras pretas antropogênicas, verdadeiros arquivos do solo que contêm toda a sorte de registros botânicos manejados pelos seus antigos ocupantes (a TPA também é formada pelo acúmulo de material orgânico de conchas e ossos nas áreas de descarte ao redor/próximas das habitações). Nos 5 sítios arqueológicos escavados pelo LAPIS até agora, observamos diversas TPAs com espessuras médias variando entre 45 e 10cm (CAMPOS, SANTOS, 2014). Para formar um centímetro de espessura de TPA é necessário bastante tempo com contínua ação humana de descarte de material orgânico com composições que variam em cada assentamento, com características particulares e únicas. Por exemplo, Smith (1980) sugeriu que para formar 1cm de tal solo são necessários 10 anos, o que implica dizer que para se ter 10cm é preciso 100 anos. Erickson (2003) estimou que para formar 75-90cm de TPA a taxa é de 0.008 a 0.1cm/ano. Logo é possível existir aldeia cujas sedes duraram pelo menos 100 anos no mesmo local (possivelmente muitos mais tempo, sendo a TPA indicador direto de sedentarismo, de impacto ambiental e das práticas de manejo agroflorestal realizadas continuamente).

Esta ocupação estava integrada a outras áreas ao norte e ao sul da área do projeto Entre Rios, na Planície Costeira e encosta da Serra Geral, formando uma faixa contínua de assentamentos desde Rio Grande do Sul até Florianópolis (CAMPOS et al, 2013; MILHEIRA, 2014; NOELLI, MILHEIRA e WAGNER, 2014; CAMPOS, 2015). Por sua vez, o litoral atlântico era uma das áreas de domínio Guarani na Região Sul do Brasil e partes de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Argentina e Uruguai, onde foram registrados mais de quatro mil sítios arqueológicos (BROCHADO, 1984; NOELLI, 2004; CORRÊA, 2014). Neste domínio existiu: 1) vasta rede de aldeias autônomas, eventualmente agrupadas em unidades políticas sob uma liderança político-religiosa; 2) as aldeias compartilhavam um modelo cultural e econômico de origem amazônica que estruturava todos seus saberes, transmitidos/reproduzidos a cada geração; 3) as aldeias sempre estavam no interior da mata ou onde havia extrato arbóreo suficiente para abrigar as residências, diversas áreas de atividade e roças no sistema de derrubada e queima. Considera-se rede de aldeias porque não haviam aldeias isoladas geograficamente ou politicamente, e todas as evidências arqueológicas mostram que as poucas aldeias isoladas, de fato, encontram-se onde não houve um *survey* regional completo (BONOMO et al., 2015). Após crescer continuamente por mais de dois milênios a população e a rede de aldeias começou a colapsar a partir da chegada dos europeus, com a introdução de doenças infecto-contagiosas que causaram grande impacto na demografia e levaram ao esvaziamento das áreas de ocupação Guarani, sendo o litoral uma das primeiras áreas a sofrer severa redução populacional (NOELLI e SOARES, 1997).

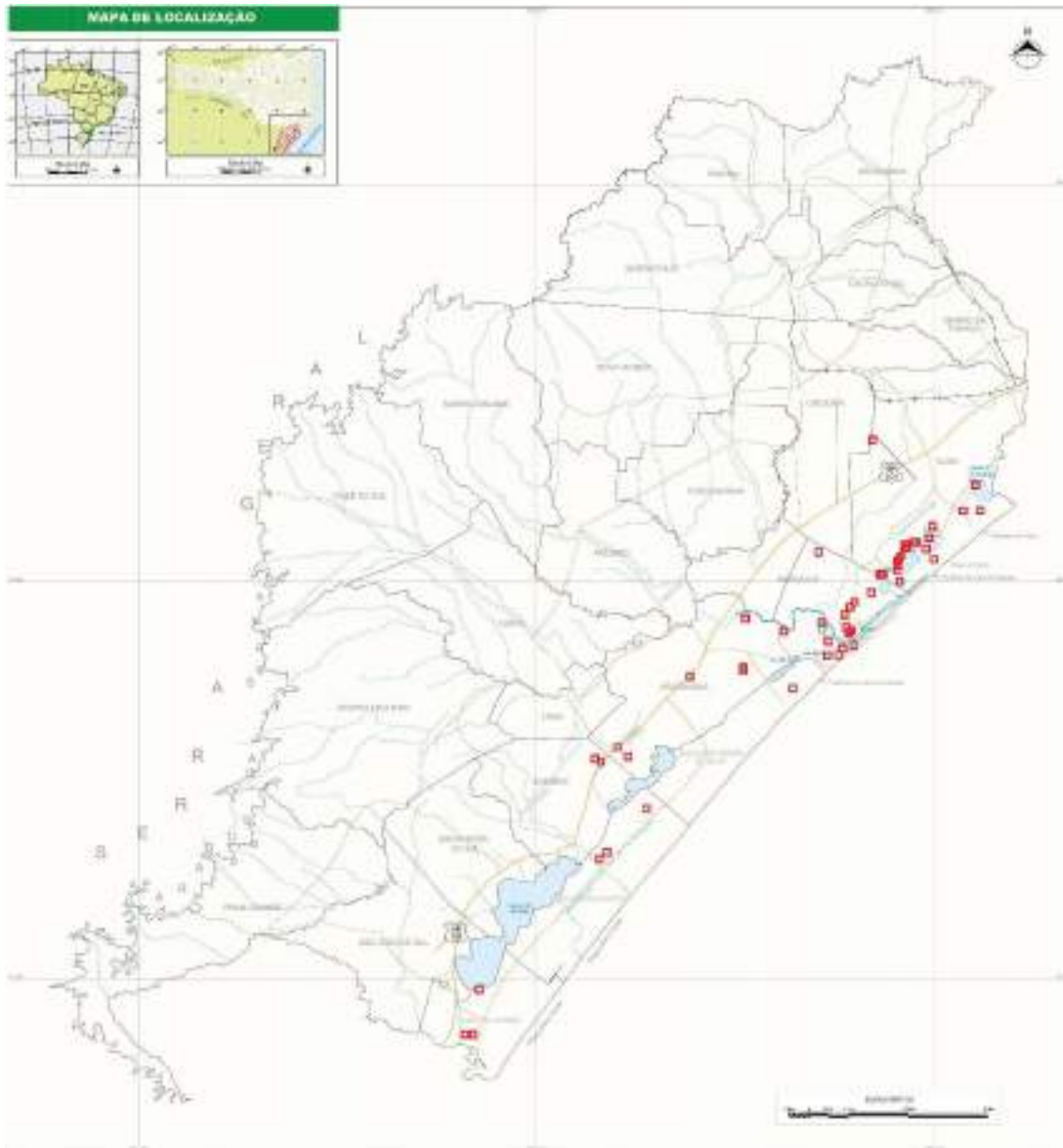


Figura 1: Mapa de localização dos sítios Guarani na área de estudo.

Este modelo cultural pode ser encontrado e sistematizado a partir de fontes diversas (históricas, linguísticas, etnográficas e arqueológicas – incluindo os diversos tipos de evidências botânicas que podem ser coletadas nos contextos arqueológicos e históricos (NOELLI, 1993, 2008; SOARES, 1997). E pode ser ainda mais detalhado com uma perspectiva interdisciplinar. Por exemplo, a etnologia e a etnohistória combinadas com a arqueologia são úteis para definir a cultura material, seus léxicos e estilos tecnológicos, a economia e as estratégias de domínio territorial. A etnoarqueologia realiza investigações etnográficas a partir da perspectiva arqueológica, apresentando estudos de caso os mais variados que auxiliam na interpretação dos contextos arqueológicos (SILVA, 2008, 2009). Por fim, a ecologia histórica investiga a relação entre humanos e o meio ambiente, sem visar um evento específico, tendo por objetivo compreender a interação ao longo tempo como se adaptam e moldam o meio ambiente, formando paisagens humanizadas. A soma de todas estas perspectivas garante mais dados e proporciona novas perspectivas para investigar o conhecimento

Guarani. Isto permite perceber os processos locais/regionais de forma mais concreta e definir com maior precisão as particularidades da cultura material, dos modos de ocupação do espaço e as práticas de interação das populações com o ambiente.

Do modelo cultural Guarani, destacamos dois conjuntos de dados que dão materialidade a noção de estrutura reproduzida na longa duração. O primeiro é formado pelo registro arqueológico, com destaque para as vasilhas cerâmicas que foram elaboradas dentro de padrões mantidos e reproduzidos em toda a vasta área Guarani, por um período superior a 2000 anos (LA SALVIA e BROCHADO, 1989). As vasilhas eram utilizadas para várias funções específicas para transformar e servir vegetais e animais como alimentos e bebidas, dentro de um sistema econômico baseado no manejo agroflorestral, na caça, pesca e na coleta (p. ex. NOELLI, 1993; NOELLI; BROCHADO, 1998; ROGGE, 2006; ROSA, 2006; SCHMITZ; FERRASSO, 2011). O segundo é formado por registros da língua Guarani, por comparações linguísticas com seus parentes da família Tupi-Guarani, assim como comparações com as línguas das outras nove famílias do Tronco Tupi. Desta maneira, pela linguística se confirmou que a cerâmica, práticas alimentares com forte base vegetal e o manejo agroflorestral já existiam no proto-Tupi, ao redor de cinco mil anos antes do presente (AP), como demonstra a reconstrução de palavras que definem as vasilhas e suas funções, mais a terminologia relacionada com a agricultura, botânica e as atividades de processamento de alimentos (RODRIGUES, 2000, 2007, 2010; RODRIGUES; CABRAL, 2012).

O sistema econômico Guarani é tipicamente amazônico, também chamado de sistema de floresta cultural (BALÉE, 1994, 2013). Ele foi desenvolvido para funcionar dentro da mata, contribuindo para modificar a biodiversidade com a inserção e manutenção de um pacote de plantas para alimentação, usos medicinais e matérias primas, manejadas anualmente (Tabelas 1 e 2). Este sistema econômico era muito plástico, capaz de adaptar-se a ambientes distintos, tendo como único condicionante a escolha de áreas com cobertura vegetal arbórea para implantar o sistema agroflorestral. O pacote tinha centenas de componentes, como as plantas de roça, transportados e intercambiados a partir do sudoeste da Amazônia, manejados por mais de dois milênios, de aldeia-a-aldeia. Eles também agregavam espécies das áreas novas, a exemplo da Região Sul do Brasil, como a araucária, a erva mate, as palmeiras do gênero *Butia*, as algarobas, entre muitas outras. O manejo das plantas ocorria em espaços variáveis: nas roças, trilhas/picadas, perto das casas e nos capões de mato sobre o campo. O território de domínio de uma aldeia, chamado pelos Guarani como tekohá, era cortado por inúmeras trilhas e abrigava muitas roças que eram abertas anualmente em espaços novos de mata virgem ou em matas secundárias de idades distintas, pois quando uma roça tinha a fertilidade do solo diminuída entrava em pousio e virava área de coleta de plantas úteis e caça. A capacidade de manejar e até criar os capões – verdadeiras ilhas de recursos no campo –, pode ser a explicação para a presença mais permanente em biótopos campestres e inundáveis, como em algumas áreas do Rio da Prata e do Bioma Pampa no Rio Grande do Sul. A existência do pacote de plantas poderia ser uma das explicações para a

ocorrência de espécies adventícias no Bioma Mata Atlântica, como resultado de ação humana, trazendo uma fonte adicional de transporte, além dos animais ou eventos climáticos que são tradicionalmente admitidas.

Tabela 1: Algumas espécies vegetais do pacote de plantas da roça Guarani (NOELLI, 1994).

	Nome Popular	Nome Guarani	Nome científico	Nº de cultivares
Tuberosas	Mandioca	Mandí'ó	<i>Manihot esculenta</i>	24
	Batata doce	Jety	<i>Ipomoea batatas</i>	21
	Batata "inglesa"	Maky	<i>Solanum tuberosum</i>	1
	Cará	Kara	<i>Dioscorea</i> spp.	9
	Feijão macuco	Mbakuku	<i>Pachyrrhizus erosus</i>	3
	Mangarito	Tajao	<i>Xanthosoma sagitifolium</i>	2
	Araruta	Akuti	<i>Maranta arundinacea</i>	1
	Batatinha	Makyxi	<i>Oxalis</i> sp.	4
Graníferas	Piriquiti	Mbery sa'yu	<i>Canna glauca</i>	1
	Milho	Avati	<i>Zea mais</i>	13
	Feijões	Kumanda	<i>Phaseolus</i> spp.	16
	Amaranto	Ka'aruru	<i>Amaranthus</i> sp.	4
	Quinoa	Ka'are	<i>Chenopodium</i> sp.	?
	Amendoim	Manduvi	<i>Arachis hypogaea</i>	7
	Tremoceiro	Manduvirá	<i>Lupinus</i> sp.	?
	Feijão guandu	Kumanda yvyra'i	<i>Cajanus</i> sp.	?
	Fava de rama	Kumanda cha'i	<i>Strophostyles</i> sp.	?
	Lágrima de N. Senhora	Kumanda usu	<i>Canavalia</i> sp.	?
Cucurbitáceas	Abóbora cheirosa	Andai	<i>Cucurbita moschata</i>	4
	Moranga	Kurapepê	<i>Cucurbita maxima</i>	1
	Cruá	Kurugua	<i>Sicana odorifera</i>	1

A Tabela 2 resume a quantidade mensal de espécies de plantas e fungos comestíveis que seriam coletadas pelos Guarani na área do delta do rio Jacuí. Os detalhes foram publicados por Noelli (1993), para mostrar as quantidades e a variedade de alimentos possíveis de serem ingeridos.

Tabela 2: Quantidades mensais de vegetais e fungos coletados para alimentação pelos Guarani no delta do rio Jacuí

	verão				Outono\Inverno						verão	
	jan	fev	mar	abr	Mai	jun	Jul	ago	Set	out	nov	dez
Frutíferas	87	84	87	67	44	33	34	31	35	47	65	74
Folhas, raízes, brotos, rizomas, flores, sementes	67	67	67	66	64	64	64	64	66	66	67	66
Fungos	15	16	40	36	31	30	15	7	9	10	11	10

OBJETIVO E METODOLOGIA

O objetivo deste artigo é contribuir na identificação das espécies botânicas utilizadas pelos Guarani no litoral sul de Santa Catarina. Trata-se de um banco de dados multidisciplinar em construção, para a ordenação dos dados publicados em fontes diversas sobre: 1) listagem de famílias e gêneros, para análise quantitativa do conjunto de plantas utilizadas nos ambientes dos sítios arqueológicos; 2) análise quantitativa das partes utilizadas das plantas; 3) análise quantitativa das finalidades práticas e simbólicas das espécies.

O projeto tem várias etapas. A primeira é compor a lista de espécies da área de pesquisa entre os rios Urussanga e Araranguá, realizada por botânicos. A segunda etapa é elaborar a lista geral de plantas

utilizadas pelos Guarani, composta por botânicos, historiadores, etnógrafos, linguistas, que registra o conhecimento e os usos tradicionais. A terceira etapa é o cruzamento das duas listas mencionadas, para definir quais as espécies do litoral sul de Santa Catarina foram úteis aos Guarani, assim como investigar o papel das possíveis espécies introduzidas pelos Guarani, cujos primeiros resultados apresentamos na Tabela 3. O banco de dados servirá para futuramente agregar conhecimento histórico, linguístico e etnográfico aos resultados das pesquisas arqueológicas sobre vestígios botânicos. E a nossa base de dados estará continuamente sujeita a revisões e ampliações.

A Mata Atlântica (*stricto sensu*), que se distribui ao longo do litoral brasileiro em uma estreita faixa que vai do nordeste ao Sul do Brasil, abrangendo a região litorânea e os planaltos serranos ocupando 15% (1.296.446 km²) do território nacional, atualmente encontra-se apenas 27% da cobertura original preservados em fragmentos isolados em maior concentração nas encostas e topo de montanha (BACKES, IRGANG, 2004; MMA, 2010). Detendo os maiores índices de diversidade biológica do planeta o Bioma Mata Atlântica é formado por diversos ecossistemas associados, como florestas ombrófilas (mista, aberta, densa, estacional decidual), brejos interioranos, campos de altitudes, campos sulinos, vegetação pioneira (restinga e manguezal) e os encaves florestais no nordeste (BRASIL, 1993).

A área de estudo vai do litoral para o continente, onde ocorrem as seguintes formações vegetais (cf. IBGE, 2012; MMA, 2010): Vegetação Pioneira sob influência Marinha (Restingas), onde existe uma grande variedade de ambientes circunscritos à esta formação, merecendo destaque, a faixa de praia, as dunas instáveis, as dunas fixas, as áreas aplainadas e plano-deprimidas; Floresta Ombrófila Densa (com suas variações em termos de altitude: das Terras Baixas (0 – 5m a.n.m); Submontana (5 – 400m a.n.m) e Montana (400m a.n.m).

É muito extensa a quantidade de informações históricas, etnográficas, linguísticas, etnobotânicas sobre os Guarani, publicadas desde o século 16. E, proporcionalmente, é grande a quantidade autores e publicações que não serão citados, devido ao tamanho deste artigo. A nossa lista foi composta a partir de um levantamento realizado por NOELLI (1993, 1994, 1998; NOELLI & LANDA, 1993) e OLIVEIRA (2009), onde se pode verificar da origem dos dados. A Tabela 3 exemplifica como tabulamos em nosso banco de dados as espécies vegetais, seus nomes científicos e populares, as partes das plantas utilizadas e os respectivos usos. A taxonomia segue Smith et al. (2006) para pteridófitas e, para as angiospermas, o Angiosperm Phylogeny Group (APG III, 2009). A tabela (Tabela 3) foi complementada com três colunas para: 1) parte da planta utilizada; 2) tipo de uso; 3) fonte da citação. A coluna sobre a parte da planta utilizada foi dividida em 10 subcolunas denominadas: R (raiz); C (caule); Ca (casca); L (látex); F (folha); Fl (flor); Fr (fruto); S (semente); TP (toda a planta); SI (sem indicação). A coluna para o tipo de uso foi dividida em onze subcolunas: Al (alimentar); Me (medicinal); Re (religioso); Cot (construção); Arf (artefato); Art (artesanato); Co (comercial); Ve (veneno); HP (higiene pessoal); Cu (curtição); SI (sem indicação). A coluna “fonte”, foi dividida em quatro subcolunas numeradas de 1 a 4, cujas referências estão na última linha da tabela.

Os dados referentes à parte utilizada da planta seguem as categorias propostas por Noelli (1993) e Oliveira (2009). Na categoria raiz foram incluídos os rizomas e bulbos; na categoria folha foram incluídos os brotos; na categoria fruto foram incluídas as drupas; na categoria toda planta estão os casos de uso de todas as partes simultaneamente; na categoria sem indicação estão os casos sem nenhuma indicação sobre a parte da planta utilizada em específico. Sobre o tipo de uso, conforme os dois autores, encontramos onze categorias (alimentar, medicinal, religioso, construção, artefato, artesanato, comercial, veneno, higiene pessoal, curtição e sem indicação): **Alimentar** – plantas utilizadas na dieta e para terapias, cultivadas ou coletadas. Muitas espécies são também usadas atualmente como alimento para as criações e para a fauna; **Artefato** – espécies usadas para confecção de utensílios os mais diversos, usados como ferramentas, talheres, roupas, pigmentos; **Artesanato** – esta categoria difere da anterior por incluir exclusivamente as espécies utilizadas para a confecção das peças comercializadas; **Comercial** – plantas que de alguma forma são exploradas comercialmente pela comunidade, incluindo medicinais; **Construção** – árvores, taquaras, cipós e demais espécies utilizadas na construção das edificações da aldeia; **Medicinal** – plantas utilizadas como remédio para doenças físicas e mentais, sob a forma de chás, compressas, banhos e emplastos; **Religioso** – categoria inclui exclusivamente plantas utilizadas nos rituais, como incenso, decoração, instrumentos cerimoniais e para a realização de feitiços e simpatias. **Veneno** – plantas utilizadas para intoxicar peixes em atividades de pesca; **Higiene pessoal** – espécies usadas para cortar cabelo, para escovar, saponina para limpar os cabelos, tônicos capilares, esfregão na forma de buchas; **Curtição** – espécies empregadas na curtição do couro animal; **Sem indicação** – espécies conhecidas, mas sem menção para uso específico. (Tabela 03, em anexo)

RESULTADOS

No total foram identificadas 639 espécies, pertencentes a 108 famílias botânicas e uma divisão para espécies não indicadas (Tabela 4). Dentre as famílias botânicas listadas destacaram-se, como as mais representativas com números acima de 20 espécies: Myrtaceae (54 espécies), Fabaceae (53 espécies), Asteraceae (35 espécies), Lauraceae (26 espécies) e Poaceae (24 espécies) (Tabela 4).

Tabela 3: Representatividade das famílias botânicas com maior quantidade de espécies usadas pelos Guarani.

N.	Família	Taxón	(%)	N.	Família	Taxón	(%)	N.	Família	Taxón	(%)
1	Myrtaceae	54	8,5	38	Cactaceae	4	0,6	75	Brassicaceae	1	0,2
2	Fabaceae	53	8,3	39	Convolvulaceae	4	0,6	76	Calophyllaceae	1	0,2
3	Asteraceae	35	5,5	40	Marantaceae	4	0,6	77	Calyceraceae	1	0,2
4	Lauraceae	26	4,1	41	Melastomataceae	4	0,6	78	Capparaceae	1	0,2
5	Poaceae	24	3,8	42	Phytolaccaceae	4	0,6	79	Chlorathaceae	1	0,2
6	Apiaceae	18	2,8	43	Piperaceae	4	0,6	80	Clethraceae	1	0,2
7	Amaranthaceae	16	2,5	44	Polygonaceae	4	0,6	81	Clusiaceae	1	0,2
8	Rubiaceae	15	2,3	45	Portulacaceae	4	0,6	82	Combretaceae	1	0,2
9	Bignoniaceae	14	2,2	46	Salicaceae	4	0,6	83	Cyatheaceae	1	0,2
10	Moraceae	14	2,2	47	Aristolochiaceae	3	0,5	84	Dennstaedtiaceae	1	0,2
11	Malvaceae	13	2,0	48	Cannabaceae	3	0,5	85	Dryopteridaceae	1	0,2
12	Passifloraceae	13	2,0	49	Caricaceae	3	0,5	86	Equisetaceae	1	0,2
13	Euphorbiaceae	12	1,9	50	Celastraceae	3	0,5	87	Haloragaceae	1	0,2
14	Solanaceae	12	1,9	51	Primulaceae	3	0,5	88	Heliconiaceae	1	0,2
15	Cucurbitaceae	11	1,7	52	Thypaceae	3	0,5	89	Hypericaceae	1	0,2
16	Annonaceae	10	1,6	53	Araliaceae	2	0,3	90	Loganiaceae	1	0,2
17	Araceae	10	1,6	54	Cannaceae	2	0,3	91	Loranthaceae	1	0,2
18	Arecaceae	10	1,6	55	Commelinaceae	2	0,3	92	Magnoliaceae	1	0,2
19	Lamiaceae	10	1,6	56	Cupressaceae	2	0,3	93	Malpighiaceae	1	0,2
20	Sapotaceae	10	1,6	57	Ebenaceae	2	0,3	94	Menispermaceae	1	0,2
21	Rosaceae	9	1,4	58	Erythroxylaceae	2	0,3	95	Menyanthaceae	1	0,2
22	Sapindaceae	9	1,4	59	Lythraceae	2	0,3	96	Musaceae	1	0,2
23	Urticaceae	9	1,4	60	Nyctaginaceae	2	0,3	97	Orchidaceae	1	0,2
24	Pteridophyta	8	1,3	61	Onagraceae	2	0,3	98	Peraceae	1	0,2
25	Bromeliaceae	7	1,1	62	Pontederiaceae	2	0,3	99	Phyllantaceae	1	0,2
26	Cyperaceae	7	1,1	63	Santalaceae	2	0,3	100	Proteaceae	1	0,2
27	Rutaceae	7	1,1	64	Symplocaceae	2	0,3	101	Ranunculaceae	1	0,2
28	Aquifoliaceae	6	0,9	65	Zingiberaceae	2	0,3	102	Scrophulariaceae	1	0,2
29	Dioscoreaceae	6	0,9	66	Adoxaceae	1	0,2	103	Smilacaceae	1	0,2
30	Verbenaceae	6	0,9	67	Alismataceae	1	0,2	104	Styracaceae	1	0,2
31	Anacardiaceae	5	0,8	68	Alstroemeriaceae	1	0,2	105	Thymelaeaceae	1	0,2
32	Apocynaceae	5	0,8	69	Amaryllidaceae	1	0,2	106	Tropaeolaceae	1	0,2
33	Meliaceae	5	0,8	70	Araucariaceae	1	0,2	107	Winteraceae	1	0,2
34	Oxalidaceae	5	0,8	71	Basellaceae	1	0,2	108	Xanthorrhoeaceae	1	0,2
35	Plantaginaceae	5	0,8	72	Begoniaceae	1	0,2	109	Espécies não indicadas	28	4,4
36	Turneraceae	5	0,8	73	Berberidaceae	1	0,2		Total	639	100,0
37	Boraginaceae	4	0,6	74	Bixaceae	1	0,2				

A família Myrtaceae teve o maior número de registros. Foram quatro citações em nível de família, seis apenas em nível de gênero e 44 em nível específico. *Eugenia* foi o gênero mais citado (n = 19), seguido por *Myrcia* e *Psidium* (n = 6 espécies cada). Esta família apresenta potencial frutífero, característica diretamente relacionada à alimentação humana e atração de animais para as roças em cultivo, para as roças em pouso, para os caminhos e outras áreas de cultivo dentro dos *tekohás*. Seus frutos são geralmente

carneiros, servindo como “bagueiras” (REIS et al., 1999), atraindo animais para locais onde são instaladas armadilhas de caça ou estruturas de espera, onde o caçador aguarda para surpreender sua presa. Esta característica de fornecimento de frutos à fauna contribui para uma espécie de efeito cascata, atraindo mamíferos, aves e répteis de diversos portes, seus predadores, e também facilitando a dispersão de sementes pelos animais. O grande número de espécies desta família citados nas fontes bibliográficas consultadas é um indicador de manejo e proteção visando à sobrevivência dos exemplares, uma vez que mudas poderiam ser transplantadas para cultivo e domesticação. É considerada uma das famílias mais comuns nas formações vegetais brasileiras, principalmente na Mata Atlântica, com destaque justamente para os gêneros de *Eugenia* e *Myrcia* (SOUZA; LORENZI, 2008). A dominância da família na Mata Atlântica pode ter resultado, também, da contribuição dos povos indígenas que ocuparam este Bioma no passado, assim como no presente.

No tipo de uso as Myrtaceae também se destacam como: alimentar (n= 51), artefato (n= 6), medicinal (n= 2) e comercial e construção (n=1). Os gêneros *Eugenia* (pitangueiras), *Myrcia* (guamirim) e *Psidium* (araçás e goiabas), foram mencionados como fonte alimentícia e normalmente eram consumidos *in natura* e cultivados nas roças e outras áreas de cultivo. Há um destaque para a jaboticaba, muito apreciada, havendo inúmeros jaboticabais “nativos” encontrados no meio da mata em diversas frentes de colonização da Região Sul nos séculos 19 e 20, sendo evidentes testemunhos do manejo agroflorestal.

A família Fabaceae é a segunda mais representativa, com 53 espécies, composta por ervas, árvores, arbustos e lianas, que frequentemente possuem frutos leguminosos (SOUZA; LORENZI, 2008). As fontes evidenciaram a utilização desta família (Tabela 5) para artefato (n = 20), para alimentação (n = 16), para fins medicinais (n = 12), artesanato (n = 6), veneno e construção (n = 4 cada), religioso (n = 2) e higiene pessoal (n = 1). As pertencentes ao gênero *Inga* foram as mais citadas (n = 5 espécies), para fins alimentícios, onde também se incluem os diversos cultivares de feijões e amendoim, mais os frutos do ingá, potencializando as opções de alimentação.

Tabela 4: As 5 famílias mais importantes em termos quantitativos utilizadas pelos Guarani

Uso					
	Myrtaceae	Fabaceae	Asteraceae	Lauraceae	Poaceae
Alimentar	51	16	7	24	6
Sem Indicação	20	20	0	13	0
Artefato	6	20	3	1	8
Medicinal	2	12	24	4	10
Comercial	1	0	0	0	2
Construção	1	4	1	0	6
Artesanato	0	6	0	0	5
Veneno	0	4	3	0	0
Hig. Pessoal	0	1	1	0	3
Religioso	0	2	1	1	1
Total	54	53	35	26	24

Também foram registradas *Erythrina crista-galli* (corticeira-do-banhado) e *Holocalyx balansae* (pau-alecrim), ambas com quatro tipos de utilização. O caule da *Erythrina crista-galli* é usado para construção, artefato, artesanato, mas também há outras partes usadas sem indicação. A espécie possui uma madeira leve de baixa durabilidade (LORENZI, 2002). Entre os usos, Noelli (1993) identificou a construção de canoas, esculturas, confecção de cochos e usados para processar alimentos. *Holocalyx balansae* apresentou utilidades relacionadas à alimentação, construção e artesanato. Quanto à parte da planta utilizada foram indicados fruto, caule e sem indicação. A espécie apresenta grande resistência e é muito dura, com alta densidade (LORENZI, 2002). A resistência da madeira levou os Guarani a usa-la para armadilhas, pontas de flechas, arcos, pilões e estruturas para malocas, as sementes dos frutos eram utilizadas em artesanatos.

A família Asteraceae é a terceira em número de espécies (n = 35) (Tabela 5), sendo composta por subarbustos, arbustos, poucas árvores e lianas. Nela encontram-se várias espécies medicinais (SOUZA; LORENZI, 2008), corroborando o resultado desta pesquisa: uso medicinal (n = 24), seguido do alimentar (n = 7), artefato e veneno (n = 3), construção, higiene pessoal e religioso (n = 1). As folhas figuram como a parte mais utilizada (Tabela 5).

Em quarto lugar vem à família foi Lauraceae (n = 26 espécies) (Tabela 5). Composta de árvores e arbustos, com o fruto do tipo baga, sendo uma das famílias com ampla distribuição na Mata Atlântica, destacando-se as espécies do gênero *Ocotea*, representando as canelas (SOUZA; LORENZI, 2008). Entre os tipos de utilização destacaram-se: alimentar (n = 24), medicinal (n = 4) e religioso (n = 1). Noelli (1993) demonstrou que algumas espécies eram utilizadas como fonte alimentícia, através dos frutos ou até mesmo para tempero e óleos. Destaca também a utilização do caule como madeira para usos diversos ligados a construções, armadilhas e instrumentos em geral.

A família Poaceae aparece em quinto lugar (Tabela 5), com 24 espécies. É composta por ervas geralmente rizomatosas, com fruto do tipo cariopse, muito importante para a subsistência humana, pois nela

estão inseridos o arroz, o milho, o trigo e diversos cereais típicos da alimentação humana (SOUZA; LORENZI, 2008). Dentre suas utilizações estão os fins medicinais (n = 10), artefato (n = 8), alimentar, construção (n = 6) e artesanato (n = 5).

Para os Guarani a utilização das gramíneas é importante. Por exemplo, destacam-se os diversos cultivares do milho (*Zea mays*), as taquaras, especialmente *Guadua trinii*, para confecção de artefatos (coberturas de recipientes) através dos trançados (artesanato). Também são de vital importância *Cortaderia selloana*, *Ichnanthus* sp., que serviam para higiene pessoal (depilação) e confeccionar artefatos.

Sobre as partes das plantas mais utilizadas (Figura 2), verificou-se que 23,6% referem-se aos frutos (n = 219 registros), 19,4% ao caule (n = 180 registros), 16,8% às folhas (n = 156 registros), 7,9% às raízes (n = 73 registros), 3,9% à casca (n = 36 registros), 3,6% às sementes (n = 33 registros), 2,5% às flores (n = 23 registros), 2,4% à toda a planta (n = 22) e, finalmente, 0,5% ao látex (n = 5 indicações). Foram registrados 19,4% (n = 180) de registros sem especificação sobre a parte utilizada.

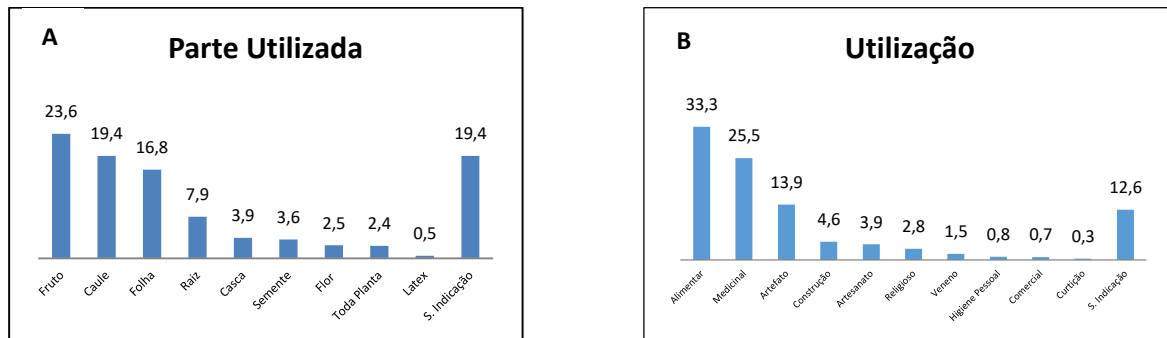


Figura 2: Partes utilizadas (A) e tipos de usos (B) das 639 espécies de plantas registradas nos trabalhos objetos de estudo da presente pesquisa, organizados em ordem decrescente de importância.

A categoria fruto (23,6%) foi a mais indicada referente à parte utilizada. Este fato relaciona-se com a diversidade de espécies vegetais frutíferas cultivadas nas roças e nas outras áreas de manejo (NOELLI, 1999-2000).

O caule foi a segunda parte (Figura 2 A) mais indicada na pesquisa (19,4%). A utilização da madeira está vinculada à confecção de instrumentos, bem como artefatos, comércio, artesanato e principalmente construções (canoas, malocas ou estruturas para dentro do aldeamento). Noelli (1993) destacou que as madeiras são utilizadas devido à morfologia do caule ou dos galhos, favorecendo a preparação/adaptação para a confecção artefatos.

Dentre os caules mais utilizados pode-se citar os pertencentes às espécies do gênero *Ficus* sp. (figueiras), de grande importância material e simbólica para os Guarani. A importância dessas plantas se dá pelo fato da matéria-prima ser utilizada na confecção de artesanato, artefatos e construções, além do consumo de seus frutos, para fins alimentícios e medicinais. A família Moraceae, em nível de espécie, apresenta formas do tipo arbustivas, arbóreas, lianas ou ervas. No Brasil, se dividem em 27 gêneros e

aproximadamente 250 espécies, a maioria na Amazônia, principalmente o gênero *Ficus* sp., sendo o gênero mais abundante das Moraceae, presente em quase todos tipos de ecossistemas (SOUZA; LORENZI, 2008). Os mesmos autores citam que a sua típica robustez e porte possibilita que se destaque na paisagem, sendo conhecidas popularmente como figueiras ou gameleiras. Salienta-se que esse gênero se destaca na paisagem da Floresta das Terras Baixas.

Cedrela fissilis (cedro) foi à espécie com maior indicação de usos, sendo outra planta de grande importância para os Guarani. Relaciona-se a sua utilização para usos medicinal, religioso, construção, artefato, artesanato e sem indicação. Em contexto etnográfico, Noelli (1993), assinala que os Guarani utilizavam o caule dessa espécie para a fabricação de canoas, estruturas de casas, construção de bancos, elaboravam esculturas e produziam artefatos como os pilões, onde eram moídos as sementes dos vegetais. As folhas também eram utilizadas para fins medicinais. O uso está relacionado ao grande porte, com 20 - 35 m de altura, com madeira de boa qualidade, podendo variar o peso de leve a moderadamente pesada, auxiliando na flutuação, amplamente utilizada para vários fins (LORENZI, 2002).

As folhas e raízes aparecem neste estudo na terceira e na quarta categorias de partes utilizadas, estando em uma grande parcela dos alimentos, como complemento alimentar (NOELLI, 1993).

Das onze categorias de utilização das plantas registradas (Figura 2B), 318 (33,3%) foram indicadas como alimento; 243 (25,5%) para fins medicinais; 133 (13,9%) para a confecção de artefatos; 44 (4,6%) para fins de construção; 37 (3,9%) para artesanato; 27 (2,8%) para fins religiosos; 14 (1,5%) para preparação de venenos; oito (0,8 %) para higiene pessoal; sete (0,7%) para uso comercial e três (0,3%) para preparação/curtição de couro animal. Foram registradas, ainda, 120 espécies (12,6%) sem indicação de uso, provavelmente resultando de informação incompleta nas fontes originais ou representando espécies apenas conhecidas pelos Guarani, sem uma função específica.

Nos registros etnográficos nota-se que algumas famílias têm maior representatividade na utilização da planta como alimento. Por exemplo, destaca-se família Curcubitaceae (abóboras), com as espécies *Cucurbita* sp. (abóbora), *Cucurbita maxima* (abóbora-menina, abóbora-grande), *Cucurbita moschata* (abóbora-de-pescoço), consumidas assadas ou cozidas e também poderiam ter uso medicinal as suas folhas, sementes, flores, raízes e o sumo da polpa espremida quando crua. Nesta família estão presentes também o melão e a melância, vegetais introduzidos na dieta, após o contato com os europeus (SCHMITZ, 1990; NOELLI, 1993).

Bromélias como *Tillandsia usneoides* (barba-de-velho), *Bromelia balansae*, *Bromelia antiacantha*, são citadas em contexto etnoarqueológico para confecção de artefatos e utensílios de limpeza, e apenas *T. usneoides* para higiene pessoal (NOELLI, 1993). Além dessas espécies, *Ananas bracteatus* (abacaxi) também merece destaque entre as cultivadas pelos Guarani, pois o fruto era consumido *in natura*, ou transformado em vinho (SCHMITZ, 1990; NOELLI; BROCHADO 1998).

Duas plantas de extrema importância na alimentação Guarani também são conhecidas como símbolos mitológicos. O milho (*Zea mays*), gramínea da família Poaceae, e a mandioca (*Manihot esculenta*), tuberosa da família Euphorbiaceae, serviam como alimento cozido, assado, na forma de farinha ou como bebida fermentada alcoólica (cauim) (NOELLI, 1993).

Uma espécie que teve um alto índice de utilização foi o *Syagrus romanzoffiana* (jerivá), que era utilizado para (alimentação, religioso, construção, artefato, artesanato e comercial). O jerivá está na família Arecaceae, a qual é composta por diversos gêneros de palmeiras que desempenham um papel importante nas culturas indígenas, pois possuem centralidade na vida prática e simbólica dos aldeamentos (LÉVI-STRAUSS, 1987). Noelli (1993), demonstrou que as folhas das palmeiras diretamente vinculadas à confecção de cestarias (utilizadas para carregar frutos, armazenar alimentos ou objetos), confecção de esteiras, produção de farinha (polvilho) e telhado de casas, confeccionadas através das folhas e fibras. O cerne do caule servia para confeccionar os arcos e as pontas de flechas, as fibras da casca de uma espécie serviam para tecer e fazer amarrações. E algumas espécies serviam como medicinais.

As plantas com finalidade medicinal possuem alto índice de utilidades (n = 243, 25,5 %), demonstrando o amplo conhecimento da flora pelos Guarani. O domínio das propriedades medicinais ligadas as espécies botânicas que permeavam o cotidiano era uma das demonstrações mais sólidas do seu conhecimento botânico e terapêutico, altamente adaptado aos contextos que viviam (NOELLI, 1998). Elisabetsky (1987), destacou que as plantas medicinais poderiam ser utilizadas para tratar doenças, tanto em rituais xamânicos, quanto em contextos de feitiçaria. No levantamento bibliográfico apareceram (n = 27, 2,8%) usos para fins rituais, entre as 639 amostras levantadas.

A produção de cultura material (n = 133, 13,9%) também tem destaque. Observou-se a necessidade da utilização de matérias-primas como caule e folhas para a confecção de diversos artefatos relacionados a: jogos, adornos, cochos, pilões, colheres, conchas, coberturas de recipientes, esculturas, esteira, madeiras para fogo, etc. Por exemplo, para a tecnologia de geração do fogo estão relacionadas algumas espécies específicas, que melhor respondem à fricção entre madeiras duras e macias: *Cupania vernalis* (cambotá – vermelho, madeira moderadamente pesada, compacta e elástica, moderadamente durável sob condições adversas), *Gymnanthes klotzschiana* (branquilho, madeira moderadamente pesada, compacta, macia e de baixa durabilidade quando exposta) *Parapiptadenia rigida* (angico, angico-vermelho, madeira pesada, compacta bastante dura, muito resistente grande durabilidade perante condições naturais) (LORENZI, 2002). *Dalbergia frutescens* (rabo-de-bugio, madeira de alta densidade, madeira dura), *Machaerium* sp. (sapuvinha, madeira de alta densidade, madeira dura), e *Trema micranta* (grandiuva, madeira de baixa densidade, madeira mole).

Para a estrutura das construções (n = 44, 4,6%), os Guarani procuravam utilizar o caule de madeiras resistentes. Por exemplo, Noelli (1993) indica entre as preferenciais a *Cedrela fissilis*, *Ficus* sp., *Holocalyx balansae* e *Erythrina crista-galli*. Para cobertura preferiam as folhas de Arecaceae.

Durante a pesquisa notou-se que os artesanatos (n = 37, 3,9%) eram confeccionados para várias finalidades, como: armazenar, guardar, tampar recipientes ou servir de uso próprio como a confecção de esteiras (NOELLI, 1993).

Nesta pesquisa observou-se a utilização de duas palmeiras para confecção de artesanato, a espécie *Butia capitata* (butiá, butiazeiro) e *Butia eriospatha* (butiá, butiá-azedo, butiá-vinagre), de onde se extraíam fibras para a confecção de cobertura, trançados, cestarias e outras matérias primas (Noelli, 1993).

Noelli (1993), destacou a utilização da haste de Gramíneas, como: *Chusquea ramosissima* (criciúma) e das taquaras *Guadua trinii* e *Merostachys* spp., para a confecção de cestarias. Os trançados poderiam ser feitos e amarrados através da utilização das fibras de *Philodendron bipinnatifidum* (banana-de-macaco).

Constatou-se também que 1,5% de espécies foram empregadas para veneno especialmente relacionado à atividade pesqueira em locais rasos (c. 1 metro) e sem correnteza, pois onde havia água corrente eram utilizadas as armadilhas chamadas *pari*. No levantamento foram encontradas 14 espécies, utilizadas para intoxicar os peixes, com destaque para dois gêneros de Sapindaceae: *Serjania* sp. e *Paullinia* sp. As plantas eram usadas inteiras, com algumas espécies ajuntadas em feixes amarrados para serem macerados à beira do rio, e outras decoctadas para que o sumo fosse liberado no local da pescaria (GATTI, 1985; NOELLI et al 1996). Heizer (1987), assinalou que o emprego de venenos vegetais para pesca era comumente utilizado pelos indígenas da América do Sul.

Para a higiene pessoal foram registradas oito espécies, 0,8% do total. Os Guarani utilizavam os ramos como depiladores e escovas para pentear os cabelos, e os tônicos para lavá-los e para banho.

O uso para o comércio representou 0,7% do total de registros, relativos aos séculos 19 e 20. As trocas de objetos entre grupos indígenas permearam as práticas ligadas ao que chamamos de comércio, com materiais de diversas naturezas nas relações sociais entre os povos indígenas (MELATTI, 2007).

A categoria curtição (n = 3 registros) está relacionada diretamente aos trabalhos de preparação e conservação da pele de animais, representou 0,3% dos registros sobre o preparo do couro diretamente ligados a plantas taníferas. Além da utilização como pelego, o couro poderia ser utilizado como corda e escudo (NOELLI, 1993).

Por fim, temos o exemplo da *Araucaria angustifolia*, com informações sobre a sua importância como alimento e matéria prima para os Guarani (NOELLI, 1993). A encosta da Serra Geral é um dos ambientes típicos da espécie e sua proximidade com a área de domínio próxima da beira mar indica que haveria exploração sob a forma de expedições de coleta subindo pela bacia de rios como o Urussanga e Araranguá. Mas também é possível que, assim como ocorria no médio curso do rio Jacuí – Rio Grande do Sul (NOELLI, 2000), os Guarani teriam realizado manejo da araucária e formado matas em altitudes abaixo da formação Submontana, próximas da sedes dos municípios de Criciúma, Içara, Sombrio, na base da encosta da serra.

Das 639 espécies identificadas, 180 não traziam indicação para a parte da planta utilizada e 120 não mencionavam o tipo de uso respectivamente. Pelo fato de representarem uma parcela significativa (19,4% e

12,6%, respectivamente), apontam para lacunas nas fontes ou apenas representariam que as plantas eram conhecidas e nomeadas, mas não utilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modificação e o uso da vegetação acompanharam as diversas sociedades indígenas da América do Sul, como atestaram inúmeros contextos arqueológicos que foram pesquisados (PIPERNO; PEARSALL, 1998). A exemplo dos Guarani, manejadores agroflorestais e grandes conhecedores das propriedades e usos das plantas, as demais populações que habitaram o litoral sul de Santa Catarina também utilizaram intensamente os vegetais e, provavelmente manejaram a mata nos últimos seis ou sete mil anos (WESOLOWSKI et al., 2007). Portanto, ainda é um tema inteiramente aberto à pesquisa, tanto na parte dos inventários botânicos, quanto para verificar como influenciavam as configurações ecológicas do ambiente, quer seja pela seleção de espécies boas para utilização nos mais diversos fins, quer seja na eliminação de espécies que não consideravam úteis.

Ao pensarmos que a ocorrência de algumas espécies adventícias no Bioma Mata Atlântica podem ter influência antrópica, temos, nas 639 espécies levantadas até o momento, uma margem de erro que poderá gerar novas explicações para a sua presença. De qualquer forma, o modelo agroflorestal Guarani no litoral sul catarinense colaborou diretamente na biodiversidade, especialmente considerando que ocuparam continuamente a área de pesquisa por mais de 500 anos (provavelmente até 700 anos).

Não é mais possível acreditar que o ambiente era intocado e naturalmente desenvolvido antes da chegada dos europeus. Existem evidências muito bem sustentadas por inúmeros dados arqueológicos e geológicos sobre as modificações dos ecossistemas causadas pelos povos indígenas. No caso Guarani e de outros povos do tronco Tupi, como os Tupinambá das Regiões Sudeste e Nordeste, os ambientes eram geridos para possibilitar a adequação dos seus sistemas de assentamentos, das trilhas ao longo das matas para conectar diversas aldeias (DEAN, 2002). Estes caminhos formariam redes que conectariam as aldeias, os seus acampamentos para exploração de recursos da mata, dos sistemas fluviais e do mar, característicos da ocupação do litoral meridional brasileiro, desde Rio Grande até Paranaguá, inteiramente dentro do Bioma Mata Atlântica (NOELLI, 2004).

Apesar de estarmos iniciando, os resultados demonstram a potencialidade dos dados levantados, que contribuem para o melhor entendimento das relações dos Guarani com o ecossistema, para compreender a sua contribuição na configuração cultural e ecológica das paisagens dos locais onde viveram por um tempo maior ao que já dura a história do Brasil desde 1500.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APG III (The Angiosperm Phylogeny Group). An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG APG III. *Botanical Journal of the Linnean Society* 162(2): 105-121. 2009.
- BACKES, P.; IRGANG, B. *Mata Atlântica: as árvores e a paisagem*. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2004.
- BALÉE, W. *Footprints of the forest. Ka'apor ethnobotany –the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people*. New York: Columbia Press, 1994.
- BALÉE, W. *Cultural forests of the Amazon. A historical ecology of people and their landscapes*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press. 2013.
- BONOMO, M. ANGRIZANI, R. C.; APOLINAIRE, E. NOELLI, F. S. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International*, v. 356, p. 54-73, 2015.
- BRASIL. Presidente da República. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração de Mata Atlântida. *Decreto Nº 750*, de 10 de fevereiro de 1993.
- BROCHADO, José Proenza. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América*. Tese (Doutorado) – University of Illinois, Urbana-Champaign, 1984.
- CAMPOS, J. B.; ROSA, R. C.; RICKEN, C.; SANTOS, M. C. P.; ZOCHE, J. J. Arqueologia entre Rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros Arqueológicos Pré-Históricos no Extremo Sul Catarinense. *Cadernos do LEPAARQ* v. 10, n. 20, p. 9-40, 2013.
- CAMPOS, J. B. *Arqueologia Entre Rios e a Gestão Integrada do Território no extremo sul de Santa Catarina – Brasil*. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2015.
- CAMPOS, J. & SANTOS, M. *Programa de resgate arqueológico da Jazida de Areia Eckert, Campo Mãe Luzia*. Relatório Final. Criciúma, UNESC, 2014.
- CORRÊA, A. G. *Pindorama de Mboia e Iakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ELISABETSKY, E. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras In: RIBEIRO, Darcy (Org.). *Suma Etnológica Brasileira: Etnobiologia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 135-150. 1987.
- ERICKSON, C. Historical ecology and future explorations. In: J. Lehmann et al (eds). *Amazonian black earths: origins, properties and management*. Leyden: Kluwer. p. 455-500. 2003.
- FARIAS, D. S. E. ; KNEIP, A. *Panorama Arqueológico de Santa Catarina*. Palhoça: EDUnisul. 2010.
- GATTI, C. *Enciclopedia Guaraní-Castellani de conocimientos paraguayos*. Asunción: Editorial Nuevo, 1985.

- HEIZER, R. F. Venenos de Pesca. In: RIBEIRO, D. (Org.). *Suma Etnológica Brasileira: Etnobiologia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 95-100. 1987.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual técnico da vegetação brasileira; Sistema Fitogeográfico Inventário das Formações Florestais e Campestres Técnicas e Manejo de Coleções Botânicas Procedimentos para Mapeamentos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 271p.
- MMA. *Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros / Ministério do Meio Ambiente*. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Núcleo Mata Atlântica e Pampa; M. Campanili e W. B. Schaffer (orgs). Brasília: MMA, 2010. (Biodiversidade, 34). 2010.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proenza. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.
- LÉVI-STRAUSS, C. O uso das plantas silvestres da América do Sul tropical In: RIBEIRO, D. (Org.). *Suma Etnológica Brasileira: Etnobiologia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 29-46. 1987.
- LORENZI, H. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. 4ª d. Nova Odessa, SP: Plantarum, 2002.
- MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- MILHEIRA, R. G. *Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- MILHEIRA, R. G. *Arqueologia Guarani na laguna dos Patos e na Serra do Sudeste*. Pelos: Editora da UFPel. 2014.
- NOELLI, F. S. *Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1993.
- NOELLI, F. S. El Guaraní agricultor. *ACCIÓN—Revista Paraguaya de reflexión y diálogo*, v. 144, 17-20. 1994.
- NOELLI, F. S.; SOARES, A. L. R. Para uma história das epidemias entre os Guarani. *Diálogos*, 1:165-178. 1997.
- NOELLI, F. S.; BROCHADO, J. P. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 8, p. 117-128, 1998.
- NOELLI, F. S. Múltiplos usos de espécies vegetais pela farmacologia Guarani através de informações históricas. *Diálogos*, v.2, p.177-199, 1998.
- NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872/2000. *Revista da USP*, n. 44, p. 218-269, 1999/2000.
- NOELLI, F. S. Documentação histórica do limite meridional da *Araucaria angustifolia* e do início do processo de desmatamento no Rio Grande do Sul, Brasil. *Napaea*, v. 12, p. 69-74, 2000.
- NOELLI, F. S. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní. *Revista de Indias*, v. LXIV, n. 230, p. 17-34, 2004.

- NOELLI, F. S. The Tupi Expansion. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. H. (Eds.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, 2008, p. 659-670, 2008.
- NOELLI, F. S.; LANDA, B. S. Introdução às atividades têxteis Guarani. *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa, UNIJUÍ. p. 472-478. 1993.
- NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. ; SILVA, F. A. Pari: armadilhas de pesca no sul do Brasil e a Arqueologia. *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia*. Porto Alegre: Edipucrs, v. 2. p. 435-446. 1996.
- NOELLI, F. S.; MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. Tabela de sítios Guarani no litoral sul do Brasil, Uruguai e Argentina. In: MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. *Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014, p. 205-255.
- SOARES, A. L. R. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1997.
- OLIVEIRA, D. *As florestas que pertence aos deuses: etnobotânica e territorialidade Guarani na Terra Indígena M'biguaçu/SC*. Monografia (Bacharelado em Ciência Biológica) - Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009.
- PAVEI, D. D; SANTOS, M. C. P; CAMPOS, J. B. *Prospecção arqueológica para Levantamento dos Padrões de Assentamentos dos Sítios Arqueológicos do Extremo Sul Catarinense*. Relatório de Iniciação Científica. Programa de Iniciação Científica. PIBIC/UNESC/CNPQ. p. 9. Criciúma, 2015.
- PIPERNO, D. R.; D. M. PEARSALL. *The origins of agriculture in the lowland Neotropics*. San Diego, CA: Academic Press. 1998.
- REIS, A.; ZAMBONIM, R. M.; NAKAZONO, E. M. Recuperação de áreas florestadas degradadas utilizando a sucessão e as interações planta-animal. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, São Paulo, *Caderno n. 14*, 1999.
- RODRIGUES, A. D. Hipótese Sobre as Migrações dos Três Subconjuntos Meridionais da Família Tupí-Guaraní. In: *Anais do II Congresso da Associação Nacional de Linguística, XIV Instituto Linguístico*, Florianópolis: ABRALIN. CD-Rom. 2000.
- RODRIGUES, A. D. As consoantes do Proto-Tupí. In: Ana Suelly Arruda Câmara Cabral; Aryon Dall'Igna Rodrigues. (Org.). *Línguas e Culturas Tupí*. Campinas/Brasília: Curt Nimuendajú/LALI. p. 167-203. 2007.
- RODRIGUES, A. D. Linguistic reconstruction of elements of prehistoric Tupí culture. In: Eithne B. Carlin; Simon van der Kerke. (Org.). *Linguistics and archaeology in the Americas: the historization of language and society*. Leiden: Brill, v. 2. p. 1-10. 2010.
- RODRIGUES, A. D.; Cabral A.S. Tupían. In: Lyle Campbell e Verónica Grondona. (Org.). *The Indigenous Languages of South America*. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, v. 2. p. 495-574. 2012.
- ROGGE, Jairo Henrique. O material cerâmico dos sítios do litoral central. *Pesquisas, Antropologia*, n. 63, p. 179-192, 2006.

- ROSA, A. O. 2006c. A importância dos mariscos na subsistência de antigos grupos indígenas no litoral central. Sítios RS-LC-81, 86, 87, 90, 92, 96. *Pesquisas, Antropologia*, 63:259-288.
- SCHMITZ, P. I. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil: Documento 04*. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas: UNINSINOS, 1990.
- SCHMITZ, P. I.; FERRASSO, S. Caça, pesca e coleta de uma aldeia guarani. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Org.). *Antes do este catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, v. 1, p. 139-166. 2011.
- SILVA, F. A. Ceramic technology of the Asurini do Xingu, Brazil: An ethnoarchaeological study of artifact variability. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 15, p. 217-265, 2008.
- SILVA, F. A. Etnoarqueologia: Uma perspectiva Arqueológica para o Estudo da Cultura Material. *Métis*, v. 8, p. 121-139, 2009.
- SMITH, A. R. et al. A classification for extant ferns. *Taxon*, v. 55, n. 3, p.705-731, 2006.
- SOUZA, V. C.; LORENZI, H. *Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II*. 2ª Ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2008.
- WESOLOWSKI, V.; MENDONÇA DE SOUZA, S. F.; REINHARD, K.; CECATINNI, G. Grânulos de amido e fitólitos em cálculos dentários humanos: Contribuição ao estudo do modo de vida e subsistência de grupos sambaquianos do litoral sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 17, p. 191-210, 2007.

ANEXO

Tabela 03

Taxón (Familia / Nome científico)	Nome Popular	Nome Guarani	Parte Utilizada											Tipo de uso										Fontes*				
			R	C	Ca	L	F	Fl	Fr	S	T.P	S.I	Al	Me	Re	Cot	Arf	Art	Co	Ve	HP	Cu	S.I	1	2	3	4	
Adoxaceae																												
<i>Sambucus australis</i> Cham. & Schltld.	Sabugueiro	Ipoty djere tĩ					x	x							x										x			
Alismataceae																												
<i>Echinodorus grandiflorus</i> (Cham. & Schltr.) Micheli	Aguapé	Tayaó											x		x											x		
Alstroemeriaceae																												
<i>Bomarea edulis</i> (Tussac) Herb.	Cará-de-caboclo	Karamboroty	x										x	x	x											x	x	
Amaranthaceae																												
<i>Alternanthera</i> sp.	Periquito	Ka'aponga	x												x											x	x	
<i>Alternanthera</i> sp1.	Periquito	Ka'aponga	x												x											x	x	
Amaranthaceae 1		Avokudja					x								x									x				
<i>Amaranthus</i> sp.	Amaranto	Ka'a ruru		x			x						x	x	x											x	x	
<i>Amaranthus blitum</i> L.	Cururu-de-cuia	Ka'a ruru ete					x							x												x		
<i>Amaranthus cruentus</i> L.	Cururu	Ka'a ruru					x							x												x		
<i>Amaranthus deflexus</i> L.	Cururu-roxo	Ka'a ruru					x							x												x		
<i>Amaranthus hybridus</i> L.	Cururu-bravo	Ka'a ruru					x							x												x		
<i>Amaranthus rosengurtii</i> Hunz.		Ka'a ruru					x							x												x		
<i>Amaranthus spinosus</i> L.	Cururu-rasteiro	Ka'a ruru ete					x							x												x		
<i>Amaranthus viridis</i> L.	Amaranto	Ka'a ruru ete					x							x												x		
<i>Celosia argentea</i> L.	Crista-de-galo	Ka'a ruru kariaco					x			x				x	x											x	x	
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Mastruço	Ka'arẽ													x										x	x	x	
<i>Pfaffia tuberosa</i> (Spreng.) Hicken	Corango de batata	Ka'a pari	x											x												x		
<i>Sarcocornia fruticosa</i> (L.) A.J. Scott		Yvyra juky												x	x											x		

ECOLOGIA HISTÓRICA GUARANI: AS PLANTAS UTILIZADAS NO BIOMA MATA ATLÂNTICA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA, BRASIL (PARTE 1)

<i>Anthurium</i> sp.	Antúrio	Guembe rã	x								x	x								x	x	x		
<i>Caladium striatipes</i> (Kunth & C.D. Bouché) Schott	Caladium	Mangara									x	x										x		
<i>Monstera deliciosa</i> Liebm.	Imbé-amarelo	Guembe pi					x				x										x	x		
<i>Philodendron bipennifolium</i> Schott	Imbé-branco	Guembe 'y	x	x			x	x			x	x	x								x	x	x	x
<i>Philodendron</i> sp.	Imbé	Guembe rã	x																		x			
<i>Pistia stratiotes</i> L.	Repolho-da-água	Ka'a pe, Guaimi rova					x					x										x	x	
<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott	Taioba, orelha-de-elefante	Tajao									x	x										x		
<i>Xanthosoma</i> sp.	Orelha-de-elefante	Tajao					x					x										x		
<i>Xanthosoma striatipes</i> (Kunth & C.D. Bouché) Madison	Banana-do-brejo	Tajao									x	x										x		
<i>Xanthosoma violaceum</i> Schott	Taioba	Tajao									x										x	x		
Araliaceae																								
<i>Dendropanax cuneatus</i> (DC.) Decne. & Planch	Pau-de-tamanco	Ombura jukeri vusu		x				x				x										x		
<i>Schefflera morototoni</i> Maguire, Steyerl. & Frodin var. <i>morototonii</i>	Pau-mandioca	Amba'y guasu		x				x				x									x	x		
Araucariaceae																								
<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	Araucária	Kuri'y		x				x	x			x									x	x	x	
Arecaceae																								
Arecaceae 1																								
<i>Archontophoenix alexandrae</i> (F.Muell.) H.Wendl. & Drude	Palmeira-real			x								x										x		
<i>Attalea dubia</i> (Mart.) Burret	Indaiá	Pindo andai						x				x										x		
<i>Bactris setosa</i> Mart.	Tucum	Karanda'y; Mbokadja	x	x	x			x			x	x									x	x	x	x
<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	Butiá, butiazeiro	Jata'í						x				x										x		
<i>Butia eriospatha</i> (Mart. ex Drude) Becc.	Butiá, Butiá-azedo, Butiá-vinagre	Jata'í		x				x				x										x		
<i>Butia</i> sp.	Butiá	Jata'í		x				x				x										x		

<i>Euterpe edulis</i> Mart.	Palmito Jussara	Jujy	x						x			x								x	x				
<i>Geonoma gamiova</i> Barb. Rodr.	Guaricana	Pindo ro, Pindo'i						x												x					
<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	Jerivá	Pindo	x	x			x		x	x			x	x	x						x	x			
Aristolochiaceae																									
<i>Aristolochia</i> sp.	Cipó-mil-homens	Tchypo katchi		x									x								x				
<i>Aristolochia labiata</i> Willd.	Acácia	Ype akã								x			x									x	x		
<i>Aristolochia triangularis</i> Cham.	Papo-de-peru	Ysyop katĩ paje								x		x	x				x					x	x		
Asteraceae																									
<i>Acanthospermum australe</i> (Loefl.) Kuntze	Mata-pastro	Tapekue											x		x								x	x	
<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC.	Marcela	Jata'i ka'a		x			x	x					x									x	x	x	
<i>Acmella oleracea</i> (L.) R.K.Jansen	Agrião-do-brasil									x	x												x		
<i>Anthemis</i> sp.	Amora-preta	Ñamby ka'a								x			x								x		x	x	
<i>Arnica montana</i> L.	Arnica-do-mato	Ipoty dju									x											x			
<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC.	Vassoura	Ju'i vatã															x						x		
<i>Baccharis</i> sp.	Vassoura-branca	Jaguarete ka'a; Nherumi miri																				x	x	x	
<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC.	Carqueija-amarga	Djakare ruguái, Tatu ruguái																					x		
<i>Bidens pilosa</i> L.	Picão-preto	Nhuati unã ; Djairogué odjaivë	x																				x	x	x
<i>Conyza blakei</i> (Cabrera) Cabrera	Erva-lucera	Mbu'ý																					x		
<i>Cynara scolymus</i> L.	Alcachofra	Yvoty pytã																						x	
<i>Emilia sonchifolia</i> (L.) DC. ex Wight	Serralhinha	Tcherai																					x		
<i>Erechtites hieracifolius</i> (L.) Raf. ex DC.	Serralha-brava	Ka' ape ruguái	x																					x	x
<i>Erigeron</i> sp.	Margarida	Mbu'ý																						x	x
Asteraceae 1		Koaratchy poã																						x	
<i>Eclipta</i> sp.	Agrião-do-brejo	Tangara ka'a																						x	x

ECOLOGIA HISTÓRICA GUARANI: AS PLANTAS UTILIZADAS NO BIOMA MATA ATLÂNTICA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA, BRASIL (PARTE 1)

<i>Ocotea tristis</i> (Nees & Mart.) Mez.	Canela	Aju'y		x					x										x		x						
<i>Persea americana</i> Mill.	Abacate	Petu guatchu							x												x						
<i>Persea venosa</i> Nees & Mart.	Canjerana								x																x		
Loganiaceae																											
<i>Strychnos brasiliensis</i> Mart.	Anzol-de-lontra	Ñuatí kurusu		x	x		x																			x	
Loranthaceae																											
<i>Psittacanthus</i> sp.	Erva-de-passarinho	Guyra repoti																								x	
Lythraceae																											
<i>Lafoensia</i> sp.		Morosyvó																									x
<i>Lafoensia</i> sp1.		Morosyvó																									x
Magnoliaceae																											
<i>Magnolia ovata</i> (A.St.-Hil.) Spreng.	Baguaçu	Mbaguatchu		x																							x
Malpighiaceae																											
<i>Banisteriopsis caapi</i> (Spruce ex Griseb.) Morton.		Tchypo poã		x	x																						x
Malvaceae																											
<i>Abutilon grandifolium</i> (Willd.) Sweet.	Figueira-do-brejo	Ka'a ruruti																									x
<i>Abutilon pauciflorum</i> A.St.-Hil.		Ka'a ruruti																									x
<i>Abutilon umbelliflorum</i> A.St.-Hil.		Ka'a ruruti																									x
<i>Abutilon</i> sp.	Sininho	Ka'a ruruti																									x
<i>Bombax</i> sp.	Uvaia	Ypi'ib																									x
<i>Cavanillesia umbellata</i> Ruiz & Pav.				x	x																						x
<i>Ceiba crispiflora</i> (Kunth) Ravenna.	Figueira-da-austrália	Samu'u moroti																									x
<i>Ceiba speciosa</i> (A.St.-Hil.) Ravenna.	Paineira	Samu'u																									x
<i>Gossypium</i> sp.	Algodão	Mandyju		x																							x
<i>Luehea divaricata</i> Mart. & Zucc.	Açoita-cavalo-branco	Ka'aoveti		x	x																						x
<i>Luehea</i> sp.	Açoita - cavalo-vermelho	Itchongy		x																							x

ECOLOGIA HISTÓRICA GUARANI: AS PLANTAS UTILIZADAS NO BIOMA MATA ATLÂNTICA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA, BRASIL (PARTE 1)

<i>Ficus microcarpa</i> L. f.	Figueira-da-folha-miúda	Kuapo'y	x					x		x									x	x		
<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	Figueira-da-água	Kuapo'y	x					x		x											x	
<i>Ficus pertusa</i> L.f.	Caxinguba	Kuapo'y	x					x		x									x	x		
<i>Ficus pallida</i> Vahl		Kuapo'y						x		x											x	
<i>Ficus</i> sp.	Figueira	Kuapo'y	x					x		x	x		x	x							x	x
<i>Maclura tinctoria</i> (L.) Don ex Steud.	Tajuva, taiúva	Tatajiva		x				x		x	x			x							x	x
<i>Morus alba</i> L.	Amora-branca, Amora-árvore	Temiadja tĩ						x		x	x										x	
<i>Sorocea bonplandii</i> (Baill.) W.C.Burger et al.	Cincho	Ñandyta						x		x	x											x
Marantaceae																						
<i>Calathea zebrina</i> (Sims) Lindl.	Calatéia-zebra, maranta-zebra,	Ñacunda								x	x										x	x
<i>Maranta arundinacea</i> L.	Araruta	Akutiguepe	x							x	x											x
<i>Thalia geniculata</i> L.		Peguaho	x							x	x											x
<i>Thalia multiflora</i> Horkel ex Körn.		Peguaho								x	x											x
Musaceae																						
<i>Musa</i> sp.	Bananeira	Pakova	x					x	x												x	x
Myrtaceae																						
<i>Acca sellowiana</i> (O.Berg) Burret	Goiaba da Serra	Ñandu apysa	x					x		x											x	x
<i>Blepharocalyx salicifolius</i> (Kunth) O.Berg		Yva aviju	x					x		x											x	x
<i>Calyptanthes concinna</i> DC.	Guamirim-facho							x		x												x
<i>Campomanesia guazumifolia</i> (Cambess.) O.Berg	Capote, sete-capotes	Ñandu apysa	x					x		x												x
<i>Campomanesia</i> sp.	Guabiroba-amarela	Guavira ete'i	x					x		x												x
<i>Campomanesia</i> sp2.	Guabiroba-verde	Guavira un'i	x					x		x												x
<i>Campomanesia xanthocarpa</i> (Mart.) O.Berg	Guabiroba	Guavirami	x					x		x												x

GIOVANA DE SOUZA PEREIRA, FRANCISCO SILVA NOELLI, JULIANO BITENCOURT CAMPOS, MARCOS PEREIRA SANTOS E JAIRO JOSÉ ZOCHE

<i>Prunus subcoriacea</i> (Chodat & Hassl.) Koehne	Pessegueiro-do-mato		x																x		x		
<i>Rubus</i> sp.	Amora	Tembiadja oka					x	x			x	x								x	x		
<i>Rubus brasiliensis</i> Mart.	Amora-do-mato	Ñambu'i	x				x	x			x	x									x	x	
<i>Rubus erythroclados</i> Mart. ex Hook.f.	Amora-verde	Ñambu'i						x			x											x	
<i>Rubus imperialis</i> Cham. & Schtdl.		Ñambu'i						x			x											x	
<i>Rubus rosifolius</i> Sm.	Amora-silvestre	Ñambu'i						x			x	x									x	x	
<i>Rubus urticifolius</i> Poir.	Amora-preta	Ñambu'i						x			x											x	
Rubiaceae																							
<i>Bathysa australis</i> (A.St.-Hil.) K.Schum.	Pau-de-macuco	Hogue guatchu						x													x		
<i>Borreria verticillata</i> (L.) G.Mey.		Ype ka'acoene, Tipixa aka voto									x	x										x	x
<i>Chiococca alba</i> (L.) Hitchc.	Cainca	Ysypo kurusu									x	x										x	x
<i>Diodia</i> sp.		Ipoty ovy																				x	
<i>Galium humile</i> Cham. & Schtdl.		Kanga'i									x											x	x
<i>Galium hypocarpium</i> (L.) Endl. ex Griseb.	Relbunium	Kanga'i									x											x	x
<i>Genipa americana</i> L.	Jenipapo	Ñandipaba	x								x	x									x	x	x
<i>Oldenlandia</i> sp.		Ka'a chirá									x											x	
<i>Oldenlandia</i> sp1.											x												x
<i>Psychotria</i> sp.	Rainha	Tukã retcha																				x	
<i>Psychotria</i> sp.2	Rainha	Tukã retcha																				x	
<i>Randia armata</i> (Sw.) DC.		Ñuatĩ kurusu									x	x	x									x	x
<i>Simira</i> sp.		Arary									x											x	
<i>Simira</i> sp1.		Arary									x												x
<i>Zanthoxylum fagara</i> (L.) Sarg.	Coentrilho																					x	x
Rutaceae																							
<i>Citrus</i> sp.	Laranjeira	Narã																				x	
<i>Helietta apiculata</i> Benth.	Canela-de-veado																					x	

**INTELIGÊNCIA COLETIVA EM MEIO AMBIENTE CULTURAL: MODELOS PREDITIVOS,
PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL**
COLLECTIVE INTELLIGENCE IN CULTURAL ENVIRONMENT: PREDICTIVE MODELS,
PRESERVATION AND ENHANCEMENT OF CULTURAL IDENTITY

Erika Marion Robrahn-González
Gerson Levi Lazzaris
Dagoberto Lopes de Oliveira
Felipe Querino Sobral
Pedro Diniz Coelho de Souza
Ana Carolina Brugnera
Ezequiel Barel Filho

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Inteligência Coletiva em Meio Ambiente Cultural: Modelos Preditivos, Preservação e Valorização da Identidade Cultural

Erika Marion Robrahn-González¹

Gerson Levi Lazzaris²

Dagoberto Lopes de Oliveira³

Felipe Querino Sobral⁴

Pedro Diniz Coelho de Souza⁵

Ana Carolina Brugnera⁶

Ezequiel Barel Filho⁷

Resumo: Este trabalho apresenta uma síntese conceitual e de aplicação de como aspectos relevantes em Meio Ambiente Cultural são abordados em empreendimentos de mega-escala, conciliando desenvolvimento tecnológico contemporâneo com a preservação e valorização da identidade cultural. Dividimos o texto em três partes: i) Arqueologia e Preservação sob a ótica dos desafios globais; ii) Modelos Preditivos em Arqueologia; iii) Identidade Cultural e Inteligência Coletiva. Este texto foi originalmente elaborado no formato de um working paper, integrado à prática dos profissionais do Grupo DOCUMENTO em realizar pesquisas e aprofundar temas científicos e sociais demandados pelos seus projetos de pesquisa. Foi, agora, atualizado para o formato de artigo, apresentando reflexões no bojo da elaboração de um modelo consolidado de Gestão do Conhecimento, em que a ciência expande seu potencial quando ferramentas de inteligência coletiva são implementadas e se mostram capazes de ampliar o significado e as oportunidades junto ao patrimônio cultural abarcado.

Palavras-chave: Inteligência Coletiva; Meio Ambiente Cultural; Governança do Patrimônio Cultural; Modelos Preditivos; Identidade Cultural.

Abstract: This article introduces a conceptual synthesis and its application to Cultural Environment into mega-scale projects. It conciliates current technological development with cultural identity preservation and its sustainable valuation. For better explanation, this article is divided in three major bodies of application: i) Archaeology of Preservation from the perspective of global challenges; ii) Applied Predictive Models in Archaeology; iii) Cultural Identity and Collective Intelligence. Such article was originally elaborated as a working paper integrated to the practice of the Scientific Committee of Documento during several projects in which scientific and social symmetry is highly required for the cultural risk management. Once a model was built into a solid ecosystem, we decided to introduce our model for knowledge management along with its tools for adaptive management, collective intelligence and risk management.

¹ Historiadora, Mestre em Antropóloga Social, com Doutorado, Pós-Doutorado e Livre Docência em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Sócia Diretora e Cientista Master do Grupo DOCUMENTO.

² Master of Arts, PhD candidate, Department of Anthropology, Vanderbilt University, CCO Grupo DOCUMENTO.

³ Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. MBA em Gestão de Patrimônio Cultural pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ), Brasil; (em andamento). Gestor de Projetos do Grupo DOCUMENTO.

⁴ Geógrafo pela Universidade Fluminense (UFF), Brasil. Mestre em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Gestor da área de Geografia e Geoprocessamento do Grupo DOCUMENTO.

⁵ Master of Sciences, International Public Policies, University College of London, Inglaterra. Coordenador da Think Tank do Grupo DOCUMENTO.

⁶ Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e candidata a Doutorado pela Universidade Mackenzie, Brasil. Gestora da área de Arquitetura do Grupo DOCUMENTO.

⁷ Mestre em História da Arte, Patrimônio e Turismo Cultural, Universidade de Coimbra, Portugal. Área de Patrimônio Cultural do Grupo DOCUMENTO.

Such model allows social scientists to expand the results of scientific research as well as its significance, opening new platforms for cultural heritage management and its governance.

Keywords: Collective Intelligence; Cultural Environment; Cultural Heritage Governance; Predictive Models; Cultural Identity.

I. ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO SOB A ÓTICA DOS DESAFIOS GLOBAIS

A Arqueologia tem se tornado fator crítico de sucesso em muitos projetos de mobilidade no mundo contemporâneo em que desafios de mega-escala interagem com as matrizes materiais da história de uma nação e sua identidade. Para além do cumprimento da legislação cabível em processos de licenciamento ambiental, obras de engenharia civil optam cada vez mais em incluir nos seus projetos e cronogramas de execução, dados gerados por um Zoneamento Arqueológico Preditivo triangulados com os mapas executivos de engenharia, implementando atividades preventivas ainda na fase de estudos preliminares. O objetivo deste trabalho preliminar é apontar com precisa margem de segurança elementos de Patrimônio Cultural presentes no terreno e, com isto, gerar ajustes nos projetos de engenharia ainda antes do início das obras, minimizando seus impactos e permitindo o controle dos Riscos Culturais envolvidos.

Por outro lado, este banco de dados continua sendo alimentado ao longo de toda a etapa das obras de engenharia, incluindo o registro de bens arqueológicos, históricos e/ou culturais que venham a ser identificados e tratados pelas pesquisas, perpetuando e retroalimentando a informação dos registros até sua integração final aos projetos executivos. O produto final, todavia, não objetiva apenas a produção de mapas consorciados de engenharia e arqueologia preditiva, mas, sim, a elaboração de uma ferramenta de alta precisão voltada à gestão do patrimônio, envolvendo tanto o patrimônio pesquisado e removido, como o patrimônio que permaneceu preservado no subsolo. Este último, em especial, se transforma em um acervo registrado e preservado *in loco*, a ser considerado em planejamentos futuros, tanto de novas obras, novas pesquisas ou oportunidades de socialização. A elaboração e a gestão deste conjunto de dados têm sido denominadas, nos fóruns mundiais de desenvolvimento social e econômico, de *global mega-trends* (ver Fórum de Discussão sobre *Global Mega-trends* para Taiwan 2015 e 2020, cf. AL GORE 2013)⁸. A *Figura 1* traz um esquema demonstrando as seis macrotendências globais consideradas, e que se integram nos desafios de escala global.

⁸ Ver <http://www.taiwanforesight.org.tw/Eng/Taiwan2015/>. Capturado em 13.11.2014. Gore Jr., Albert. O Futuro: seis desafios para mudar o Mundo. São Paulo, HSM Editora, 2013.

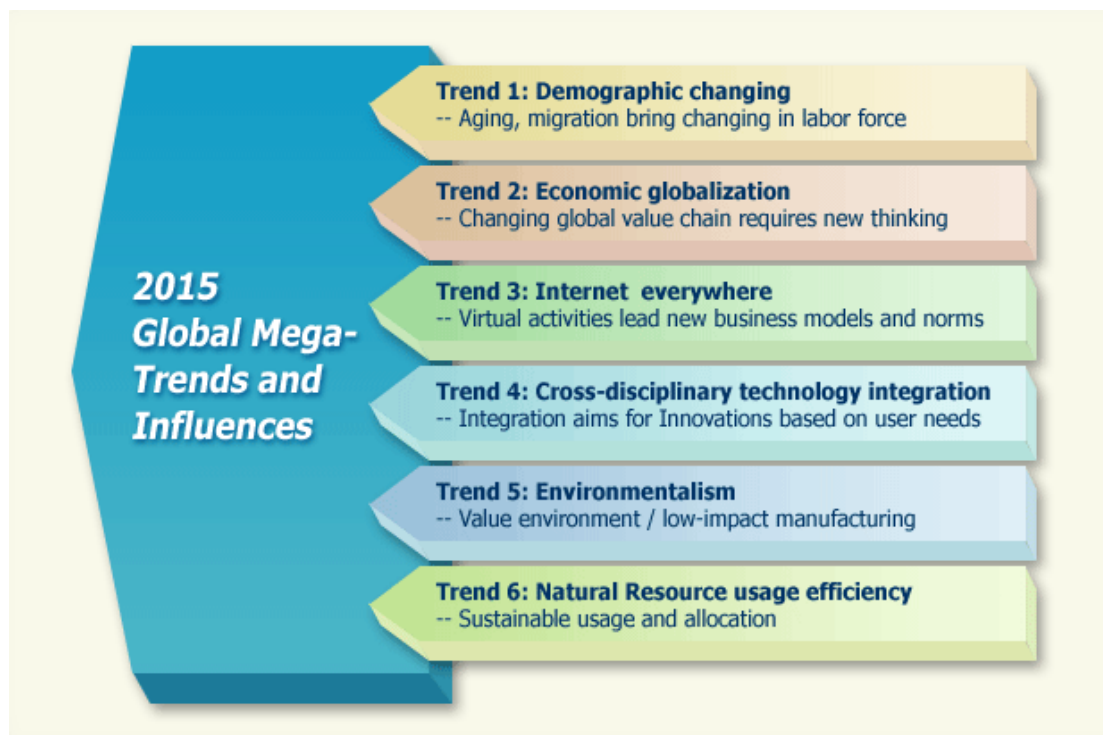


Figura 1: Desafios de escala global e influências. **Fonte:** <http://www.taiwanforesight.org.tw/Eng/Taiwan2015/>

De acordo com este esquema, mudanças demográficas, globalização econômica, globalização da internet, integração tecnológica transdisciplinar, ambientalismo e uso eficiente dos recursos naturais compreendem estes seis desafios do século XXI. Todos eles mantêm um diálogo intrínseco com o Meio Ambiente Cultural (par definição do termo, vide ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2013), pois é cultural a solução dada a todos os desafios e porque é exatamente em um meio ambiente cultural dinâmico e sustentável que estas decisões são implementadas, remodelando a paisagem cultural dos centros urbanos e zonas rurais ao redor do mundo.

Em diferentes escalas, todos estes desafios globais fundamentam políticas públicas que visam conciliar modernidade e identidade (BAUMAN, 1999). Em face de mudanças demográficas drásticas, eventos de remodelação do espaço urbano criam um diálogo de ruptura com o passado (MINSKY, 1986). Na área das Ciências Sociais, importantes debates vêm sendo desenvolvidos voltados a debater o papel desta disciplina frente aos principais desafios estabelecidos pela UNESCO para um “planeta em transição”, a exemplo da Conferência Mundial das Humanidades/2017, que vem sendo preparada em todos os continentes desde 2015 (www.humaties2017.org, www.cipsh.net). No Brasil, destaca-se o lento (mas inevitável) movimento de retomada da Arqueologia à sua matriz social e antropológica, em grande parte como consequência de demandas advindas da própria sociedade.

Neste contexto a arqueologia preservacionista tem por objetivo não apenas manter o registro cultural para a posteridade, mas, também, realizar a Gestão do Conhecimento de forma a apoiar tomadas de decisão nas 6 macrotendências acima citadas. Face à globalização econômica, torna-se cada vez mais essencial o uso da avaliação de risco cultural para diagnosticar pontos de sensibilidade de um determinado

projeto que remodele os espaços urbanos e rurais, vetorizando e criando pontos de sinergia entre soluções tecnológicas em Diplomacia Cultural⁹ com respostas culturais positivas.

O avanço da globalização da internet impõe um nível a mais de diálogo cultural, isto é, de uma plataforma de integração e inclusão social através de cultura digital que reflita o diálogo entre Meio Ambiente Cultural e sociedade, entre os modelos passados e aqueles por vir (HEYLIGHEN, 2013). A arqueologia digital, entendida como um dos novos fundamentos da Arqueologia Pública, permite não apenas reproduzir monumentos do passado, como iniciado em 2012 pela CyArk¹⁰, mas reproduzi-los física e digitalmente, trazendo à tona aspectos dos *modus procedendi* das culturas que o produziram, materializando-se no presente e projetando-se em uma visão integrada com a sociedade do futuro (PUTNAM, 2007). Ao produzir esta interface com o mundo real em ambientes virtuais, tem início uma nova tradição de estudos em arqueologia, centrada nos registros e nas tecnologias desenvolvidas entre os séculos XX e XXI e que ganham cada vez mais significância neste século. Com o advento da integração de tecnologias de diversas áreas de forma transdisciplinar, identidade e cultura digital não apenas tornam-se fontes novas de veiculação do passado no presente, mas otimizam o uso de acervos e espaços.

Ao arqueólogo contemporâneo, não processar um *Big Data* torna-se um fator limitador para atuar de forma proativa frente aos desafios globais anteriormente indicados. De igual forma, tomar decisões em um cenário complexo acarreta em maiores riscos sobre a identidade e memória de grupos sociais de um Estado-Nação (LEVY, 2007), onde apenas uma fundamentação científica baseada em diferentes fontes documentais integradas pode permitir uma tomada de decisão mais eficaz na proteção e valorização ao patrimônio cultural.

Neste contexto destacamos uma tecnologia que vem sendo sistematicamente utilizada pelo Grupo Documento em suas pesquisas a nível nacional: o Laser Scanner 3D. Muito longe de ser apenas uma ferramenta sofisticada de coleta e representação de dados, o Laser Scanner 3D permite que seja aplicada uma estratégia de preservação do patrimônio arqueológico e socialização do conhecimento. Isto porque revolucionou as possibilidades de registro e permitiu à humanidade conhecer, incorporar e replicar artefatos e monumentos por vezes únicos da humanidade, muitos deles sob risco de destruição e/ou em situações de alto risco cultural, incluindo zonas de conflito armado (Ben Cacyra, TED talks, 02.03.2014)¹¹.

⁹ Definido como a mediação de conflito, de discordância ou de falha de comunicação, que utiliza a cultura como o meio de aproximação, contato e interlocução entre as partes para chegar-se a meios de entendimento comuns (Think Tank - Grupo Documento).

¹⁰ Ver conceitos e produtos da CyArk em <http://cyark.org/projects/>.

¹¹ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=a7t61U6BBcs>, Capturado em 12.06.2014.

II. MODELOS PREDITIVOS EM ARQUEOLOGIA

Em um cenário global em que a integração tecnológica transdisciplinar fundamenta a transição de uma cultura ancorada no registro material físico para um registro digital, a memória das culturas transfere-se, em grande medida, para um mundo virtual armazenado em servidores distribuídos no mundo, um ambiente cibernético (LEVY, 2000). Se a percepção ambiental, calcada na gestão de recursos naturais, era levada a cabo por experiências piloto em interface com a própria natureza e sua modelagem direta, hoje passa-se à cibernética ambiental, onde as mesmas experiências podem ser processadas em um ambiente virtual muito antes de ser implementadas na matriz material em que os recursos naturais e culturais existem.

Neste contexto, a modelagem preditiva é consequência de uma análise integrada de variáveis aplicadas a um determinado foco de estudo, permitindo ser entendida sob diversas perspectivas que convergem para um ponto de consiliência. Se, por um lado, esta modelagem aponta para o uso eficiente dos recursos naturais de uma determinada área, por outro lado coloca no mapa ambiental aspectos fundamentais da cultura, estabelecendo planos de gestão do conhecimento para recursos históricos e arqueológicos, recursos estes não renováveis e únicos no horizonte das humanidades.

Como exemplo destaca-se o modelo preditivo desenvolvido pela Documento para a zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, definindo e caracterizando de forma minuciosa áreas de alto, médio e baixo potencial arqueológico e histórico, permitindo a localização dos recursos patrimoniais no subsolo e cota positiva e gerando uma visão integrada da alteração do Meio Ambiente Cultural ao longo do tempo, representada na paisagem contemporânea. A caracterização das áreas com sensibilidade arqueológica foi espacialmente representada através do uso de ferramentas de GIS, especialmente ArcGIS e 3D Analyst, que permitem comparar diversas camadas de mapa e inter-relacioná-las com uma triangulação de dados precisos através de equações geradas pelo próprio software e ajustadas pela equipe de Geoprocessamento, que programa ajustes continuados sempre que sistemas diferenciados de cartografia e *data* transpostos de um período a outro, equalizando as diferenças de projeção cartográfica. Qualificando a significância relativa de determinada área, os critérios de aplicação das modelagens no ambiente real permitem incremento na detecção de estruturas representadas em períodos históricos específicos.

Definição de modelo preditivo no design do projeto¹²

Definimos como modelo preditivo uma técnica que, em seu nível mais básico, projeta a localização de sítios arqueológicos e bens histórico-culturais em uma região, de acordo com dados previamente detectados naquele ambiente ou com base em noções fundamentais e padrões do comportamento humano (KOHLER & PARKER, 1986: 400). A partir daí modelos preditivos assumem que a localização de áreas arqueológicas na paisagem não é aleatória, mas relacionada a uma variabilidade de escolha cultural em uma paisagem natural definida. A natureza precisa dessas relações depende tanto das características ambientais quanto das populações que a ocuparam, ao longo do tempo.

Em sociedades em processo de industrialização, calcada em centros urbanos de relevância e multiestratificada étnica e/ou socialmente, essas r

elações tornam-se mais complexas, pois uma mesma matriz ambiental recebe interferências e perspectivas culturais múltiplas, ora reforçando determinada visão cultural, ora sendo contestada pelo *modus procedendi* predominante. Este é, particularmente, o cenário arqueológico na América do Sul, em que à revelia dos ocupantes autóctones da terra, ibéricos, franceses, holandeses e ingleses integraram uma sociedade verticalizada, com extermínio ou drástica diminuição das populações locais, muitas vezes substituídas por mão-de-obra escrava proveniente da Costa da Mina, Angola e outras regiões da África subsaariana. Embora a diversidade étnica salte aos olhos, o modelo vigente de convívio foi o que se convencionou denominar por “colonial” (JANCSÓ, 2003), um modelo que subjugou a pluralidade por uma matriz econômica produtiva, escravocrata.

Este modelo colonial é a primeira faceta do Zoneamento Arqueológico Preditivo em nossos estudos, somada por cartografia dos bens tombados, uma preferência cultural de preservação da memória das elites brasileiras ainda vigente em nossa cultura. Ao inserir dados de matrizes diversas da Europa no subcontinente brasileiro através da micro cartografia, que aumenta o foco da escala de 1:50000 para 1:5000, logramos detectar interstícios, espaços de convivência das minorias. Este tem sido o movimento atual do projeto em embasar uma cartografia histórica com o objetivo de fomentar uma base de dados para o Zoneamento Arqueológico Preditivo que inclua espaços utilizados ou concebidos pelas minorias em zonas de expansão colonial, imperial e nacional dos séculos XVI ao XXI. Por outro lado, estudos recentes da

¹² Duas diferentes abordagens sobre modelos preditivos têm sido adotadas: a) indutiva e b) dedutiva (KAMERMANS & WANSLEEBEN, 1999) ou, ainda, definidas como a.i) “orientada pela teoria” ou a.ii) “orientada pelos dados” (WHEATLEY & GILLINGS 2002). Nosso modelo no Zoneamento Arqueológico Preditivo é um modelo constituído exclusivamente sobre o modelo dedutivo ou orientado por dados, com aporte teórico sobre sua interpretação, não sobre sua localização, o que faz nosso modelo matematicamente mais preciso na delimitação das cartografias monumentais. Uma segunda fase de estudos em cartografia histórica, baseada em aspectos documentais de minorias e na geografia da memória, é então manifesta sobre uma cartografia física consolidada e que demonstra/contesta a disputa por espaços simbólicos. Judge & Sebastian (1988) apontam, basicamente, para oposição entre modelos dedutivos e indutivos, indicando as possibilidades de síntese nas abordagens para cenários mais complexos. Estudos preditivos com foco em visibilidade na paisagem foram levados a cabo por Wheatley, D. and M. Gillings, 2000. Um estudo de caso pode ser ainda encontrado em Kamermans, H. and M. Wansleeben, 1999.

Documento, sob a perspectiva dos lugares da memória (NORA, 1984¹³), permite incorporar espaços da memória de grupos minoritários ao banco de dados, com delimitações geográficas e identificação de elementos de patrimônio imaterial e de paisagens culturais atrelados ao patrimônio material, na escala de 1:5000.

A este cenário constituído, chegamos ao atual estágio de pesquisa em que as histórias não citadas oficialmente, mas detectáveis arqueologicamente e nos relatos orais das comunidades ganham espaço de relevância, introduzidos como geografia da memória e ocupante de um espaço específico na cartografia multi-layer que consolidamos e atualizamos constantemente. A inclusão de dados culturais de minorias permite avançar com uma proposta das histórias não escritas, conforme Erik Wolf pontua em *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World* (WOLF & SILVERMAN 2001), da inclusão na história oficial das minorias caladas pela violência da história e da etnografia do colonizador sem ter que recorrer simplesmente às malfadadas historiografias etnocêntricas, mas de fontes situadas além do suporte historiográfico por excelência e cada vez mais atento às narrativas e informações outrora dispersas encontram espaço em nossas Infovias para dialogarem no espaço em diversas dimensões temporais e identitárias.

A sinergia proposta pelo Zoneamento Arqueológico Preditivo se dá, sobretudo, na tomada de decisão estratégica entre órgãos governamentais e é gerado pelo refinado desenvolvimento de ferramentas em tecnologia GIS (*Geographical Information System*), uma compilação sistemática de dados geográficos e cartográficos (quanto maior o número de mapas, maior a precisão das equações e polinômios elaborados) e que desvela aspectos multidimensionais do patrimônio cultural material e imaterial em camadas de mapas temáticos, permitindo a localização exata de antigas zonas regionais de ocupação, aldeias, estruturas e locais com sinais de intensa transformação sob o manto de florestas ou cerrado nas últimas décadas e séculos, por exemplo (SEIBEL, 2006: 35).

Alinhavando este escopo teórico que tem fundamentado a valorização das diversas “geografias da história e da memória” inscritas na formação da nação brasileira, a Documento integra a produção de modelagens para a arqueologia em tempos modernos: diante de obras em implementação, todos os dados coligidos no modelo preditivo e complementados por dados de escavações e monitoramento, permitem uma decisão rápida e controle de risco cultural para a preservação do patrimônio subjacente. Preservar o patrimônio em um regime de gestão sob a perspectiva de programas de aceleração do crescimento, exige acuracidade nos dados, na maior parte das vezes ainda não coligidos pela Academia ou pelos órgãos governamentais.

A definição de importantes complexos arqueológicos no interior do país permite um passo além da detecção e escavação dessas estruturas, com a inclusão desses dados em uma política pública de

¹³ NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire* (dir.), Gallimard (Bibliothèque Illustrée des Histoires), Paris, 3 tomos: t. 1 *La République* (1 vol.,1984).

desenvolvimento de regiões e municípios sob uma perspectiva patrimonial e cultural, aumentando a atenção sobre os riscos culturais existentes e ampliando uma inclusão programática dos bens patrimoniais detectados sob uma perspectiva global de políticas públicas em rede de governança, situação que estrutura ações primordiais na esfera pública, na definição desde o Plano Diretor de municípios às classificações regionais em uma matriz de dados socioambientais que deem aderência à governança do patrimônio cultural em diferentes níveis de proteção (municipal, estadual e federal).

As interpretações derivadas de modelos preditivos ganham matizes diferentes entre os autores. Alguns deles compreendem que modelos preditivos são ferramentas que permitem entender melhor as relações entre atividades humanas e ambiente natural, com exclusivo uso científico (KAMERMANS & WANSLEEBEN, 1999). Ao nosso entender, esta abordagem pode (e deve) ser ampliada como ferramenta de gestão do patrimônio e do conhecimento de uma determinada região, ultrapassando o escopo exclusivamente arqueológico e ampliando-o ao Meio Ambiente Cultural da sociedade que integra (cf. ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2013).

Além dos resultados do Zoneamento Arqueológico Preditivo criarem uma proposta coesa sobre dados coligidos até o presente para prever o passado (tal como sugerido por JUDGE & SEBASTIAN, 1988), os modelos preditivos permitem incorporar novas variáveis não ainda contempladas pela Arqueologia brasileira, o que abre um novo panorama de possibilidades e estudos que ultrapassa o cenário atual de pesquisas no país. Exemplos como este podem ser observados em áreas de ocupação tradicional e com adensamento populacional elevado no registro arqueológico, em que ferramentas do ArcGIS em interface com outros bancos de dados permitiram observar padrões de uso de determinadas áreas pelo padrão de interferência no meio ambiente, demonstrando traços interpolados com mapas temáticos e revelando como certas áreas recebem um afluxo maior de mercadorias e pessoas ao longo dos séculos pela acumulação de estruturas habitacionais, sinais de logística intensa e formação de diferentes relações vegetais e de ecossistemas ao longo dos séculos de ocupação humana. Também permite expor dados através de técnicas de Geomarketing, traduzindo dados científicos para uma parcela maior da população em linguagem não técnica, produzindo infográficos com dados seriais históricos, contribuindo para uma análise do uso do espaço e de aplicação de políticas preservacionistas em diferentes escalas, associadas ou não a áreas de preservação como APACs (Áreas de Proteção do Ambiente Cultural) em nível municipal, por exemplo.

Analizando a escala e validação de modelos

Os dados do Zoneamento Arqueológico Preditivo são mantidos em uma única plataforma em ArcIMS da ESRI e podem ser espelhados em CAD, se necessária a representação de um determinado *layer* para compatibilização com o projeto de engenharia, visto que a utilização deste sistema em amplas áreas de pesquisa incide em baixa probabilidade de erro no que tange a aferição na metragem. As Infovias

Arqueológicas, uma ferramenta que pode ser mantida tanto em plataformas de ampla divulgação como o Google Earth, quanto em ArcGIS (9.3 e versões superiores), integram uma massa de dados não apenas geográfica, mas imagética e informacional, com interatividade entre cidadão e área de interesse, entre cientista e área de pesquisa. Trata-se de uma classificação imediata do *Big Data* gerado pela pesquisa.

Dados topográficos, fotos, estratigrafia, indicação de acervos arqueológicos e iconográficos e sua localização, hiperlinks com a plataforma de inclusão, museu virtual e blogs de patrimônio cultural estão todos presentes na plataforma ArcIMS do Grupo Documento e criam um espaço digital de interface com a comunidade, permitindo uma constante evolução dos dados representados por contribuição de pessoas de saber, memórias sobre locais e sinergia entre cultura imaterial e cultura material, cartograficamente representada. O acervo arqueológico, nem sempre presente na memória das gerações mais recentes, ganha uma dimensão de descobrimento por parte da população interessada, ampliando experiências em sua identidade cultural. A memória, dinâmica e calcada também em esquecimento, ganha assim uma contraposição ao particular e amalha a diversidade em sua gênese criadora, aumentando o conhecimento do passado e permitindo um melhor planejamento no presente (RICOEUR, 2004).

Um sistema para tomada de decisão

Considerando os elementos apontados entre patrimônio cultural, preservação e memória, seis aspectos relevantes devem ser considerados nas tomadas de decisão que abarquem o patrimônio público em uma dada área de pesquisa, criando uma sinergia entre dados coletados e políticas públicas do patrimônio, e que formam, em conjunto, uma gestão integrada do conhecimento. Estes conceitos estão aderentes ao conceito de Arqueologia Contínua, uma vez que, ao debruçar-se sobre o passado material e sua representação nas memórias, observa-se um processo contínuo de inclusão ou exclusão do patrimônio sob a validação institucional e das comunidades, contendo um mesmo local, artefato ou referência, múltiplos significados entre indivíduos e grupos sociais (FOUCAULT, 1980):

Qualidade dos dados arqueológicos incluídos no banco de dados. A precisão da atribuição dos dados existentes aumenta sua representatividade no cenário ou na paisagem cultural estudada. Sua contínua retroalimentação aumenta o poder de acuracidade e, logo, de medidas em tempo hábil para evitar ou minimizar impactos ao patrimônio cultural de relevância às comunidades locais e à identidade nacional, aumentando as possibilidades de seu registro e preservação;

Fatores ambientais de risco e risco cultural¹⁴. Dados paleoambientais permitem incorporar elementos de proteção não previstos em programas culturais convencionais, mas presentes em programas ambientais e que aumentam a qualidade dos recursos culturais em uma gestão eficiente para seu uso cultural, turístico, econômico e social;

¹⁴ Definido como diferentes interpretações de duas ou mais culturas acerca do mesmo fenômeno social (Think Tank do Grupo Documento, apoiado em K. Bound et al, Demos (2007).

Inclusão de fatores socioculturais ou Arqueologia Contínua. Estes fatores são via de regrar ausentes em modelos preditivos convencionais. A Documento tem apresentado modelos preditivos em fóruns de grupos de trabalho com comunidades e em exercícios de educação patrimonial, subsidiando um processo de alimentação do banco de dados que dá voz às minorias e aos excluídos socialmente do discurso oficial de história, dentro de um movimento de valorização da pluralidade cultural.

Aumento da resolução espacial e temporal. Modelos preditivos para diferentes períodos históricos foram criados através de cenários para paisagens culturais históricas e uma plêiade de mapas formam uma constelação de dados para acesso a todos os pesquisadores e áreas de conhecimento que abordam a área de pesquisa. Toda discussão científica em campo tem por embasamento uma ampla discussão interna dos dados, gerando uma decisão integrada sobre a preservação do patrimônio;

Estatística espacial. As ferramentas empregadas em GIS permitem modelagens de áreas para preservação do patrimônio com uso de modelos de geoestatística, contribuindo em algoritmos compartilhados de preservação que sejam compatíveis com projetos de engenharia de qualquer porte;

Teste de hipóteses. Com todos estes elementos elencados pelos itens I a V, as hipóteses tornam-se mais coesas e seu teste mais preciso para comprovação ou não de cenários ou detalhes do modelo, controlando continuamente a qualidade dos dados alimentados no *Big Data*.

A validação do modelo preditivo passa, assim, por estes 6 diferentes aspectos e sua comparação com modelos anteriores, sem perder-se o fio da memória do projeto, ampliando a taxa de acuracidade da preditiva à medida em que sua margem de erro diminui. Nos últimos anos a Documento elaborou vários estudos piloto que permitiram a diminuição da margem de erro de 19 metros para 0,7m na identificação de estruturas, graças aos esforços contínuos de modelagem e teste de hipóteses em seus Laboratórios de Geoprocessamento, assim como da revisão contínua dos dados por arqueólogos seniores da empresa. A triangulação e alta precisão de mapas históricos, projetados sob sistemas diferentes de *datum*, criaram uma inteligência artificial subjacente que processa e contribui em uma permanente melhoria dos modelos preditivos pelos arqueólogos. Criamos uma linguagem em que os diferentes sistemas cartográficos dialogam e se complementam, criando um *continuum* cartográfico.

Este arcabouço e fases (fundamentados parcialmente em VERHAGEN, 2007) permitem incorporar dinâmicas mais fluidas sobre a conformação de um determinado Meio Ambiente Cultural, constituindo com mais precisão a geografia da memória proposta por Pierre Nora. Com um modelo dedutivo consolidado no Zoneamento Arqueológico Preditivo, a memória e a inteligência coletiva podem operar de forma mais precisa, delimitando seus recortes e aportando para uma compreensão mais ampla das paisagens culturais dentro de um mesmo ambiente materialmente constituído.

III MEMÓRIA CULTURAL E INTELIGÊNCIA COLETIVA

Inteligência Coletiva é simplificado, por muitos autores, como algo parecido com um cérebro gigante, capaz de tomar decisões a partir do conhecimento adquirido e compartilhado por diversas pessoas. Parte-se do princípio de que todo ser humano tem algum conhecimento, mas nenhum ser humano tem todo conhecimento sobre tudo. Cada indivíduo, em sua especificidade, possui um determinado tipo de conhecimento que pode ser compartilhado.

Para Pierre Lévy, um dos principais teóricos¹⁵ do tema, a “a inteligência coletiva é um conceito que descreve um tipo de inteligência compartilhada que surge da colaboração de muitos indivíduos em suas diversidades. É uma inteligência distribuída por toda parte, na qual todo o saber está na humanidade, já que ninguém sabe tudo, porém todos sabem alguma coisa” (LEVY, 2007). Nesse sentido, todos os seres humanos, em suas individualidades e particularidades, possuem conhecimentos relacionados à sua inteligência. Podemos entender a inteligência, nesse caso, como as faculdades humanas constituídas no decorrer da vida de cada indivíduo, incluindo suas experiências, capacidade de perceber, lembrar, aprender, imaginar, entre outros. Assim, a Inteligência Coletiva é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências (LEVY, 2007).

A Inteligência Coletiva está pautada principalmente, nas noções de horizontalidade, cooperação e partilha. Assim, todo ser humano é capaz de produzir conhecimento que, através da partilha e cooperação, pode ser constantemente revisto e aperfeiçoado.

Desenvolvimento da Inteligência Coletiva

A Inteligência Coletiva não é algo que precise ser criado ou inventado, ela existe desde o início da humanidade. Inclusive no mundo animal ela está presente nas colmeias, nos cardumes de peixes, nos formigueiros. Como regra geral, estes animais são capazes de solucionar problemas conjuntamente em benefício do grupo, gerando um tipo de inteligência coletiva pautada nos reflexos e instintos (HEYLIGHEN, 2011, 2013).

Entre os humanos, a Inteligência Coletiva é mais complexa. Graças ao uso da linguagem, seja ela oral, escrita ou digital, os seres humanos não atuam somente com os reflexos gerados por uma situação, mas são capazes de refletir sobre ela com base em conhecimentos adquiridos de forma individual e coletiva. No caso do formigueiro, cada formiga não tem noção de sua participação no conjunto. Não sabem, por exemplo, que suas atitudes compõem um conjunto de atos feitos por outros indivíduos. É justamente neste ponto que a Inteligência Coletiva humana é diferente (MAYER-KRESS & BARCZYS, 1995).

¹⁵ Entre os teóricos que tratam do assunto podemos citar: Marvin Minsky, Steven Johnson, Howard Rheingold, Robert Putnam, Tom Atlee, Francis Heylighen e Gottfried Mayer Kress.

Com isso, podemos perceber que o desenvolvimento da Inteligência Coletiva humana está vinculado ao desenvolvimento das formas de linguagem, dos suportes para difundi-la e dos conhecimentos gerados ao longo do tempo. A escrita, por exemplo, possibilitou o acúmulo de conhecimento nas bibliotecas, assim como a imprensa permitiu maior difusão e compartilhamento desse conhecimento. Segundo Pierre Lévy a revolução científica, nas ciências naturais, se deu somente a partir da invenção da imprensa escrita pois permitiu um acúmulo maior de conhecimento através de livros, bibliotecas, jornais, revistas etc. (LEVY, 1999, 1999A).

Analisando retrospectivamente o surgimento das formas de linguagem da sociedade humana, temos o desenvolvimento de uma linguagem pautada na Cultura Oral para uma Cultura Escrita e, atualmente, para a Cultura Digital. Nas culturas orais, o conhecimento é passado através de comportamentos, narrativas e rituais. Já nas culturas escritas, a criação dos alfabetos permitiu a transcrição do conhecimento em suportes que podiam ser armazenados e acessados por outras pessoas, como o papel, o papiro, a pedra etc. Tal fato possibilitou uma difusão maior do conhecimento e, conseqüentemente, maior interação entre os produtores de conhecimento.

Nas culturas digitais essa difusão e interação tende a aumentar na mesma proporção em que se produz conhecimento. O ciberespaço permitiu a ubiquidade do conhecimento, ou seja, permitiu que o conhecimento esteja em muitos lugares ao mesmo tempo, ou quase ao mesmo tempo. Todos aqueles que tiverem acesso ao ciberespaço, através da Internet, podem acessar esse conhecimento a qualquer hora e de qualquer lugar. Pierre Lévy destaca que o ciberespaço é a principal fonte para a criação coletiva de ideias capaz de interligar a humanidade, conectando os modos de sabedoria do mundo e compondo o que se denomina de noosfera, compartilhando experiências de indivíduos em escala global.

Nesse sentido, a Internet permite a todos a possibilidade de circular ideias e informações, e sofrer o processo de crítica, sugestões e incorporações. Isso cria uma noção de comunidade, onde a troca de informações é incentivada e o processo de afinamento de conteúdo é intenso. Por isso, atualmente, a Internet, se bem explorada, é uma ferramenta capaz de ampliar a Inteligência Coletiva de forma nunca vista antes.

Atualmente, devemos “usar a internet e as tecnologias atuais para a difusão e troca do conhecimento, de forma que cada um possa contribuir, do seu canto, no seu tempo, com sua ideia, com seu pensamento, com seu ponto de vista. Assim, será possível construir uma sociedade melhor planejada e, levando ao pé da letra, melhor pensada.”¹⁶

Estes conceitos são incorporados à prática da Documento em seus projetos e em suas ações com as comunidades, sem dúvida (e como pré-requisito) respeitando e valorizando a diversidade cultural, como meta final dos esforços.

¹⁶ PERRET, Raphael. A inteligência coletiva segundo Pierre Lévy. Webinsider. 09 de setembro de 2002. <http://webinsider.com.br/2002/09/09/a-inteligencia-coletiva-segundo-pierre-levy/> (acesso em 19.06.2016)

Ecologia das Ideias, Ecosistema e Inteligência Coletiva

A Inteligência Coletiva para se desenvolver plenamente depende de um ambiente ecossistêmico de ideias onde todos os envolvidos tenham a consciência de que o conhecimento é construído coletiva e horizontalmente. Esse ecossistema é formado por um conjunto de inteligências e capitais que, juntos, formam o que Pierre Lévy chama de Ecologia das Ideias.

Segundo o autor, a Inteligência Coletiva é formada por três tipos de inteligências: a Inteligência Técnica, Conceitual e Emocional. A primeira corresponde à inteligência que lida com o mundo concreto e dos objetos. A segunda relaciona-se ao conhecimento abstrato e que não incide necessariamente sobre a materialidade física, como as artes e a matemática. A terceira representa a relação entre os seres humanos e o grau de paixão, confiança e sinceridade que a envolve, e tem a ver com o direito, a cognição, a ética e a moral (PERRET, 2002)

Para Pierre Lévy, no mundo atual as ideias são o capital mais importante, e que só pode ser adquirido quando as pessoas pensam em conjunto. Para isso, é necessária a produção de três capitais: o Capital Técnico, Cultural e Social. O Capital Técnico dará suporte estrutural à construção das ideias e pode ser exemplificado pelas estradas, prédios, meios de comunicação. O Capital Cultural, mais abstrato, é representado pelo conhecimento registrado em livros, enciclopédias, na World Wide Web etc. Já o Capital Social corresponde ao vínculo entre as pessoas e o grau de cooperação entre elas. Esses três capitais formam o Capital Intelectual, núcleo da Inteligência Coletiva. Segundo Pierre Levy, “o capital técnico gera as condições necessárias para a disseminação dos capitais cultural e social que, por sua vez, criam o capital intelectual, ou seja, todas as ideias inventadas e apreendidas pela população e que, uma vez expostas, passam ao domínio público. Esse capital, enfim, é o núcleo de toda a inteligência coletiva” (PERRET, 2002)

Assim, o pleno desenvolvimento da Inteligência Coletiva depende de um ambiente ecossistêmico em que todos trabalhem em conjunto tendo, como objetivo principal, a produção conjunta do conhecimento e seu compartilhamento. Pensando na noção de Ecologia das Ideias, podemos perceber que o grau de desenvolvimento de uma comunidade depende do grau de comprometimento das pessoas para com a produção de conhecimento e sua difusão. “Se as pessoas (não) ajudam a reprodução de conhecimento, este lhe será totalmente (des) favorável. De outro modo, se as ideias (des) favoráveis são mantidas e disseminadas, a população (não) se reproduz.” (PERRET, 2002)

Inteligência Coletiva Aplicada

Com base na noção de Inteligência Coletiva a Documento procura desenvolver uma Ciência Aplicada que alia a realização de pesquisas científicas com o envolvimento simétrico das comunidades locais. Tal fato propicia um tratamento integrado dos resultados e estabelece uma relação de complementaridade entre Ciência e Tradição. Além de uma Ciência Aplicada, nossos trabalhos têm como

meta final a inclusão social e o fortalecimento da identidade cultural das comunidades locais. Para isso são usadas diversas ferramentas e diretrizes de trabalho que procuram integrar todas as áreas da empresa, assim como estabelecer uma ligação entre a empresa e os diversos *stakeholders* envolvidos.

Isso só é possível devido ao design organizacional da empresa (ecossistema), ilustrado na *Figura 2*. Este ecossistema trabalha com a intersecção de quatro grandes Matrizes de Fatores críticos de sucesso: Linhas Programáticas; Matrizes de Decisão (aplicadas nas ações previstas para o Programa); Índices de Qualidade (que avaliam o grau de metas cumprido pelo Programa com base no atendimento às recomendações e práticas de instituições nacionais e internacionais); Aspectos de integração com programas socioambientais e legislações específicas. A partir dessas quatro Matrizes derivam produtos como o *Master Plan* e o PGCA (Plano de Gestão Cultural Ambiental) e os diversos produtos de Sustentabilidade Cultural.

O *Master Plan* e o Plano de Gestão Cultural Ambiental são instrumentos que visam integrar os resultados das pesquisas com as políticas públicas e as iniciativas científicas e socioculturais vigentes e/ou em ações de planejamento. Os produtos de Sustentabilidade Cultural procuram compartilhar os resultados dos trabalhos da Documento, assim como inserir as comunidades no processo de produção e manutenção do conhecimento.

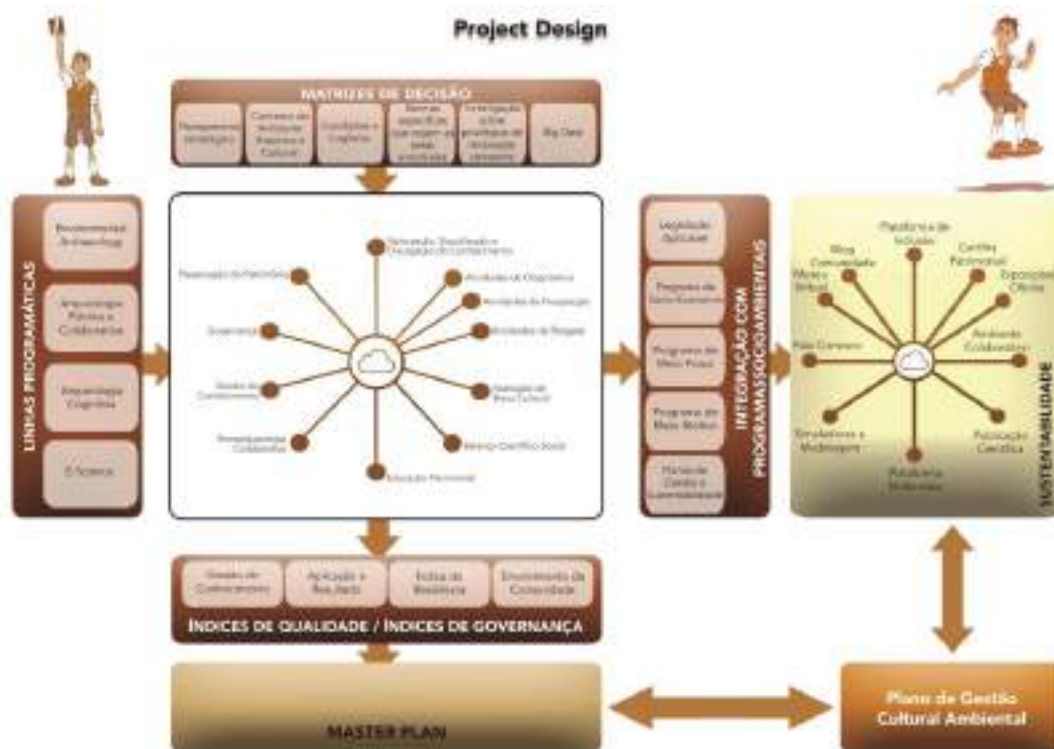


Figura 2: Ecossistema do Project Design do Grupo Documento, aplicado a todos os seus projetos.

Para o desenvolvimento de Programas de Pesquisa assim estruturados é necessária a criação de um grupo transdisciplinar de trabalho, reunindo não apenas profissionais das diversas áreas de conhecimento envolvidas, mas, igualmente, atores sociais e representantes das comunidades relacionadas

(comunidade local, comunidade institucional, comunidade científica nacional e internacional). As ações deste grupo são direcionadas para os objetivos específicos definidos pelos Pontos Focais criados para cada Programa de Pesquisa, garantindo, assim, a evolução constante do *Project Design* em um plano de renovação sintonizado com os Índices de Qualidade (cf. ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2013).

Conforme analisado anteriormente, a performance do modelo preditivo depende do grau de acuracidade das informações constantes no banco de dados, assim como do uso adequado de algoritmos para seu processamento em mapas que cristalizem a somatória do patrimônio material e imaterial presente em uma determinada área de estudo. Todos estes fatores estão e são constantemente alinhados dentro de um *Project Design* dinâmico, capaz de incorporar o conjunto de aperfeiçoamentos e ajustes que um projeto científico adquire ao longo de sua implementação.

Para isso a Documento utiliza diversas ferramentas, entre elas o Arqueo@Work, o Arqueo@Parque, Mídias Sociais, Infovias Arqueológicas, ArcGis: ProntoForms. Todas estas ferramentas são amplamente descritas nos Projetos Científicos e plataformas da empresa. Contém, dentro delas, diferentes produtos como o Museu Virtual, os Blogs da Comunidade, Cartilhas, Publicações Científicas, Biblioteca Virtual, Banco de Imagens, entre vários outros. O conjunto de informações gerado a partir dos mais de 500 projetos de pesquisa desenvolvidos pelas empresas que integram o Grupo Documento está sendo trabalhado pelo recente Instituto Documento, que tem por objetivo maior disponibilizar o *Big Data* em produtos socioculturais e disponibilizá-los amplamente à comunidade, em busca de modelos socioculturais sustentáveis.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos atuais têm demandado posicionamentos cada vez mais complexos para as pesquisas em Ciências Sociais, considerando as grandes mudanças globais que vêm ocorrendo nas últimas décadas, e de forma cada vez mais acelerada. Diversas instituições internacionais, incluindo a UNESCO, têm promovido discussões para repensar o papel das Humanidades na sociedade contemporânea, a partir de uma perspectiva global. Sem exceção, as discussões partem de uma plataforma transdisciplinar para propor caminhos efetivamente sustentáveis. Neste desafio inclui-se a integração dos conhecimentos, considerando tanto aqueles advindos de pesquisas científicas, quanto os conhecimentos das comunidades tradicionais que viveram e/ou vivem nos espaços estudados. Neste cenário devem ser somados os conhecimentos das ocupações pretéritas, obtidas através de pesquisas arqueológicas, e que revelam diferentes experiências de manejo e alternativas de tratamento para o Meio Ambiente, cuja somatória ao longo do tempo resulta no Meio Ambiente Cultural contemporâneo.

Os desafios são globais, mas as soluções devem ser sempre locais, uma vez que dependem de um cruzamento de fatores históricos e ambientais específicos. As reflexões apresentadas ao longo deste artigo vão nesta direção, e os procedimentos, métodos e ferramentas desenvolvidos pelo Grupo Documento objetivam, sempre em conjunto com as comunidades, alcançar alternativas culturais sustentáveis. Visamos, com isto, contribuir para novas reflexões que tenham na valorização e na preservação do Patrimônio Cultural o *telos* da ciência aplicada ao estudo do Meio Ambiente Cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Ilza Almeida de; JUNIOR, Decio Wey Berti; TOMAÉL, Maria Inês; CORGOSINHO, Renato Junior Moreira. Inteligência coletiva e ferramentas web 2.0: a busca da gestão da informação e do conhecimento em organizações. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, Número Especial, p. 27-43, out. 2011. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc> (Acesso em novembro de 2014)
- ATLEE, Tom. *Reflections on the evolution of choice and collective intelligence*. 2008
- BAUMAN; Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- BEMBEM, Angela Halen Claro; SANTOS, Plácida Leopoldina V. Amorim da Costa. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, dez. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n4/10.pdf>. (Acesso em novembro de 2014)
- BOUND; Kirsten et alii. *Cultural Diplomacy*. Londres, Inglaterra, 2007. Disponível em: <http://www.demos.co.uk/publications>
- BUENO, Thaísa. Resenha: JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. *Rev. Estud. Comun.*, Curitiba, v. 12, n. 28, p. 183-186, maio/ago. 2011
- COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 9, n. 17, ago. 2005 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832005000200003&lng=pt&nrm=iso (Acesso em novembro de 2014) [
- DEMETRIO, Rodrigo. O que é inteligência coletiva. <http://www.rodrigodemetrio.com.br/oque-e-inteligencia-coletiva/> (acesso em novembro de 2014)
- FOUCAULT; Michel. *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*. Ithaca, Cornell University Press, 1980.
- GOOSSEN, Richard J. *E-Empreendedor: vencendo no mercado virtual corporativo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009
- GORE Jr., Albert. *O Futuro: seis desafios para mudar o Mundo*. São Paulo, HSM Editora, 2013.
- HALMANN, Adriane Lizbehd; ARGOLLO, Rita Virginia; ARAGAO, Gécica de Oliveira. Planeta web 2.0: Inteligencia colectiva o medios fast food. *Cad. Pesqui.*, São Paulo , v. 39, n. 137, Aug. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a18.pdf>. (Acesso em novembro de 2014)
- HEYLIGHEN; Francis. Self-organization in Communicating Groups: the emergence of coordination, shared references and collective intelligence. In A. Massip-Bonet & A. Bastardas-Boada (Eds.), *Complexity perspectives on language, communication, and society*, (pp. 117–150). Springer, 2013.

- HEYLIGHEN; Francis. Conceptions of a Global Brain: an historical review. *Evolution: Cosmic, Biological, and Social*, eds. Grinin, L. E., Carneiro, R. L., Korotayev A. V., Spier F. (pp. 274 – 289). Uchitel Publishing, 2011.
- HEYLIGHEN; Francis. The Global Superorganism: an evolutionary-cybernetic model of the emerging network society. In: *Social Evolution & History*. Vol 6 No. 1, p. 58-119, 2007.
- HEYLIGHEN; Francis. Accelerating Socio-Technological Evolution: from ephemeralization and stigmergy to the global brain. In: *Globalization as an Evolutionary Process: Modeling Global Change*. edited by George Modelski, Tessaleno Devezas, and William Thompson, London: Routledge, p. 286-335, 2007.
- HEYLIGHEN; Francis. 2001. Cybernetics and second order cybernetics, with C Joslyn. *Encyclopedia of physical science & technology* 4, 155-170, 2001.
- HEYLIGHEN; Francis. 1999. Collective Intelligence and its Implementation on the Web: algorithms to develop a collective mental map. *Computational & Mathematical Organization Theory* 5 (3), 253-280
- IOZZI, Rodolfo Verano. A gerência da criatividade. *Rev. Adm. Empres.*, São Paulo , v. 37, n. 1, Mar. 1997 . Available from <http://www.scielo.br/pdf/rae/v37n1/a09v37n1.pdf>. (Acesso em novembro de 2014)
- IOZZI, Rodolfo Verano. A mentalidade enxuta nas empresas: elimine o desperdício e crie riqueza. *Rev. Adm. Empres.*, São Paulo , v. 38, n. 3, Sept. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v38n3/a10v38n3.pdf> (Acesso em novembro de 2014)
- IOZZI, Rodolfo Verano. A quinta disciplina: caderno de campo. *Rev. Adm. Empres.*, São Paulo , v. 37, n. 4, Dec. 1997 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v37n4/a11v37n4.pdf> (Acesso em novembro de 2014)
- IOZZI, Rodolfo Verano. As árvores de conhecimentos. *Rev. Adm. Empres.*, São Paulo , v. 36, n. 3, Sept. 1996 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v36n3/a10v36n3.pdf> (Acesso em novembro de 2014)
- JANCSÓ, I. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora HUCITEC, Editora Unijui, FAPESP, 2003. v. 1. 703 p.
- JENKINS, Henry. Introdução. In: *Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação*. São Paulo: Aleph, 2009. Disponível em http://www.editoraaleph.com.br/site/media/catalog/product/f/i/file_1.pdf (Acesso em novembro de 2014)
- JOHNSON; S. *Interface Culture: How New Technology Transforms the Way We Create and Communicate*. New York, Basic Books, 1997
- JOHNSON; S. *As ideias que mudaram o mundo: a história natural da inovação*. Lisboa, Clube do Autor, 2011
- JUDGE; W. James & SEBASTIAN, Lynne (editores). *Quantifying the Present and Predicting the Past: Theory, Method and Application of Archaeological Predictive Modeling*. Denver, University of Colorado Press, 1988

- KAMERMANS; H & WANSLEEBEN; M.. 'Predictive modelling in Dutch archaeology, joining forces', in: Barceló, J.A., I. Briz and A. Vila (eds.), *New Techniques for Old Times – CAA98. Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology*. BAR International Series 757. Archaeopress, Oxford, pp. 225-230, 1999.
- KOHLER, T.A. and PARKER; S.C. 'Predictive models for archaeological resource location'. In: Schiffer, M.B. (ed.), *Advances in Archaeological Method and Theory*, Vol. 9. Academic Press, New York, pp. 397-452, 1986.
- LÉVY, Pierre. *A Inteligência Coletiva: Por uma Antropologia do ciberespaço*. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- LEVY, Pierre. *Árvores de Saúde*. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 3, n. 4, fev. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v3n4/12.pdf> (Acesso em novembro de 2014)
- LEVY, Pierre. *As Árvores do Conhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998
- LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1993.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999A.
- LEVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003
- LEVY, Pierre. *Filosofia World: o Mercado, o Ciberespaço, a Consciência*. Lisboa, Instituto Piaget, 2000.
- LEVY, Pierre. *O Fogo Liberador*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001
- LEVY, Pierre. *O que é Virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996
- LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010
- MASCARENHAS, Alan; TAVARES, Olga. *A inteligência coletiva do fandom na rede* (<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1409-1.pdf>)
- MAYER-KRESS, G., & BARCZYS, C. The global brain as an emergent structure from the Worldwide Computing Network, and its implications for modeling. *The information society*, 11(1), 1–27, 1995. Acessado em <http://www.ccsr.uiuc.edu/web/Techreports/1990-94/CCSR-94-22.pdf>
- MEDEIROS, José Washington M. Entre a sociedade da informação e a inteligência coletiva: educação e (in)formação para a ação emancipatória. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.11 n.2, 2001. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/297/220> (Acesso em novembro de 2014)
- MINSKY, Marvin. *The Society of Mind*. New York: Simon & Schuster, Touchstone Book UNB, 1986. 339 pp.
- MINSKY, Marvin. *The Emotion Machine. Commonsense Thinking, Artificial Intelligence, and the Future of the Human Mind*. Simon & Schuster, 2006. 400 pp.
- NEPOMUCENO, Carlos; CAVALCANTI, Marcos. *O Conhecimento Em Rede: Como Implantar projetos de inteligência coletiva*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2007.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NORA, Pierre. Les Lieux de mémoire (dir.), Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires), Paris, 3 tomos: t. 1 La République (1 vol.,1984).
- PASSOS, Ketry Gorete Farias dos; SILVA, Edna Lúcia da. O reflexo da inteligência coletiva nas organizações. Transinformação, Campinas , v. 24, n. 2, ago. 2012 . Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862012000200005> (Acesso em novembro de 2014)
- PEREIRA, Guilherme. Pierre Lévy e Mark Dery: esboços sobre a virtualização do conhecimento comum e das práticas e culturas do cotidiano. Comunicologia: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade católica de Brasília. Vol. 5, nº 2, 2012. <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/comunicologia/article/viewFile/4159/2535>
- PERRET, Raphael. A inteligência coletiva segundo Pierre Lévy. Webinsider. 09 de setembro de 2002. <http://webinsider.com.br/2002/09/09/a-inteligencia-coletiva-segundo-pierre-levy/> (Acesso em novembro de 2014)
- PUTNAM; Robert. E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century (The 2006 Johan Skytte Prize). Scandinavian Political Studies 30 (2), junho de 2007.
- RHEINGOLD; Howard. Smart Mobs: The Next Social Revolution. New York, Basic Books, 2002.
- RICOEUR, Paul. Memory, History, Forgetting. Chicago, University of Chicago Press, 2004.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. A Construção do Meio ambiente Cultural: Reflexões e Práticas no Brasil. In JARDIM, Jean (Org.); Direito, Educação, Ética e Sustentabilidade: Diálogos entre os vários ramos do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe – Vol. 2. Goiânia: Instituto Tueri, 2013.
- SEIBEL; Scott. Archaeology Predictive Modeling. Govern Engeneering. Sept-Oct 2006, pp: 35-37.
- TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. Wikinomics: Como a Colaboração em Massa Pode Mudar o Seu Negócio. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007 (https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fdisciplinas.stoa.usp.br%2Fmod%2Fresource%2Fview.php%3Fid%3D66815&ei=AA5iVI3dE4amNsj5guAO&usg=AFQjCNGF2hdoss0_ly0eR2mCksgVOPAj4g&bvm=bv.79189006,d.eXY) (Acesso em novembro de 2014)
- VERHAGEN; Philip. Case Studies in Archaeological Predictive Modelling. Series Archaeological Studies, Leiden University, 2007.
- WHEATLEY, D. and GILLINGS; M. 'Vision, perception and GIS: developing enriched approaches to the study of archaeological visibility', in: Lock, G. (ed.), Beyond the Map. Archaeology and Spatial Technologies. NATO Science Series, Series A: Life Sciences, vol. 321. IOS Press / Ohmsha, Amsterdam, pp. 1-27, 2000.
- WIKIPEDIA. Inteligência Coletiva. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Intelig%C3%Aancia_coletiva (Acesso em novembro de 2014)

WOLF; Erik Wolf & SILVERMAN; Sydel. Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World. University of California Press, 2001

Entrevistas

Pierre Lévy no Senac São Paulo: Diálogos sobre Inteligência Coletiva. (https://www.youtube.com/watch?v=98ZpPKwljmQ&src_vid=taNqrhTCxTE&feature=iv&annotation_id=annotation_3952510953 – acesso em novembro de 2014)

Pierre Lévy no Senac São Paulo: Diálogos sobre Ciberdemocracia. (https://www.youtube.com/watch?v=8EKm_Qsq8ck – acesso em novembro de 2014)

Documentário: As Formas do Saber - Pierre Lévy. http://www.youtube.com/watch?v=3PoGmCuG_kc

Do hipertexto opaco ao hipertexto transparente por Pierre Levy. Conferência proferida durante o Simpósio Hipertexto 2010 na UFPE em Recife/PE. <http://www.youtube.com/watch?v=ZLwgyui0Rxx&list=PL90DD9D234EF3EBBB>

Pierre Lévy no Roda Viva (TV Cultura) [entrevista escrita] <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/47/>

Árvores de Saúde uma conversa com Pierre Lévy. [Entrevista escrita] <http://www.corposem.org/rizoma/arvores.htm>

Pierre Lévy, o defensor da Inteligência Coletiva http://www.crmariocovas.sp.gov.br/esp_a.php?t=001

OUTROS SITES

Pierre Levy's Blog - <http://pierrelevyblog.com/>

Marketing Online Visionário: Inteligência Coletiva. <http://www.erickformaggio.com/2010/02/inteligencia-coletiva.html>

Recebido em:11/08/2016
Aprovado em:15/09/2016
Publicado em:15/10/2016

**TRADUÇÃO: A IDADE DAS ARMAS DE PEDRA ENCONTRADAS NA REGIÃO DO
RIO CAHY E DO FORROMECCO**
TRANSLATION: THE AGE OF STONE WEAPONS FOUND IN THE CAHY RIVER
AND FORROMECCO REGIONS

August Kunert

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Sr. A. Kunert, Pastor evangélico no Forromecco, Rio Grande do Sul, Brasil, envia, em continuação a relato anterior (Verh. 1890, p. 32), por intermediação do Sr. Pastor Wilh. Sluyter, agente da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América, o tratado a seguir sobre

A idade das armas de pedra encontradas na região do Rio Cahy e do Forromecco¹

August Kunert

Ao organizar minha coleção, procurei estabelecer a idade aproximada das armas de pedra para poder reconhecer eventuais períodos de evolução e ao mesmo tempo descobrir, se o ser humano daqui só apareceu, como parece, no período do alúvio mais recente. Para fazer tais observações é muito apropriada a terra que a recém está sendo aberta à cultura: aqui, tudo ainda está em estado intocado e, por consequência, deveríamos estar mais facilmente em condições de acompanhar os vestígios dos habitantes originais do que em antigas civilizações. Tive o especial interesse de pesquisar, se nas camadas mais profundas de aluvião do Cahy e do Forromecco poderiam ser encontradas armas de pedra ou vasilhas de argila. O húmus e a camada superior dessa terra de aluvião estão, praticamente, semeados por cacos de argila. Caso a população da época em que a terra foi pouco a pouco sendo trazida das montanhas vizinhas para os vales tivesse tido apenas a metade como à época da última formação do húmus (a qual de mais a mais já deve ter idade considerável), dever-se-ia poder acompanhar a evolução do ser humano junto às margens íngremes, especialmente do Cahy, até o período diluvial. Pressupondo-se, contudo, que a densidade populacional só tenha aumentado lentamente, também neste caso as camadas de terra deveriam dar testemunho. Mas nada disso ocorre, - repentinamente e súbito, no período da mais recente formação de húmus, aparecem vestígios de trabalho humano e isso em grande quantidade. Só podemos afirmar: a população original esparsa morou em cavernas e somente seus descendentes tardios começaram a se acostumar a acampamentos abertos na floresta; nada mais podemos fazer do que supor que, deixando-se de lado o fato de que aqui havia cavernas para no máximo 3 famílias, aqueles habitantes das cavernas não viveram muito *antes* do período da atual formação de húmus. E mesmo aí os achados de armas e cacos de argila ou ao menos resíduos de cinza deveriam diminuir gradativamente para baixo. Não posso aderir à tese de que o ser humano daqui tenha vivido sem qualquer atividade relacionada à arte, sem conhecimento do fogo, como um animal na mata, sem deixar vestígios no longo período aluvial, até receber no último período o impulso para transformar pedras em armas e amassar argila para fazer dela panelas, a essa tese não posso aderir enquanto não houverem sido encontrados esqueletos.

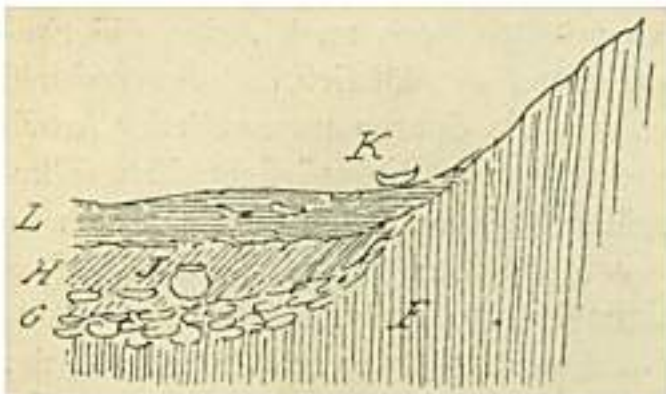
¹ Título original: das Alter der im Gebiete des Rio Cahy und Forromecco gefunden Steinwaffen. Publicado na *Zeitschrift für Ethnologie. Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*, Vol. 23, 1891, p. 339-345. A tradução procurou manter a pontuação, as maiúsculas e minúsculas fora de lugar e os maneirismos da redação de August Kunert. A toponímia foi mantida sem correções. Tradutor: Martin Norberto Dreher; revisão: Francisco Silva Noelli.

Muito mais provável parece-me ser que os habitantes originais dos vales dos rios daqui tenham imigrado em tribos maiores (provavelmente não se poderá comprovar, se vieram pelo mar ou por terra), providos de armas de pedra e do conhecimento do fabrico de vasilhames. Essa imigração aconteceu na época do mais recente alúvio. Só poderemos afirmar, se durante esse período terão acontecido outras migrações, se a pequena diferença entre as armas de pedra são testemunho de evolução das tribos que viviam pacificamente em suas áreas de caça, se as armas do período mais antigo são pertencentes a uma população primitiva maior e mais forte ou se são apenas peculiaridades de tribo isolada, quando tivermos panorama de todas as descobertas da antiguidade de toda a província. Certo é, entretanto, que quando da imigração europeia os indígenas das matas daqui foram expulsos pelos indígenas do campo, que tomaram posse das áreas de caça daqueles por pouco tempo, para logo fugirem aos europeus. Que tal expulsão tenha ocorrido é inquestionável para todo aquele que estuda atentamente as armas de pedra e os vasilhames de argila daqui e não for um mero colecionador.

Para a avaliação da idade dos instrumentos de pedra temos as seguintes referências: 1. Local do achado e profundidade, 2. Situação dos locais de achado entre si, 3. Achados que os acompanham, por fim uma característica mais que incerta 4. O desgaste e incrustações das armas de pedra.

É evidente que não se pode estabelecer uma idade mais ou menos exata em museus ou em coleções estabelecidas, também não nos podemos basear em relatos de colonos que encontraram os instrumentos de pedra, mas devemos examinar pessoalmente todos os aspectos mencionados. Por esse motivo, no presente relato levei em consideração apenas aquelas armas de pedra, em relação às quais tenho absoluta certeza.

No geral, a profundidade em que foram encontrados os objetos por si só não fornece nenhuma referência de valor para a determinação da idade, pois, como já afirmado, trata-se tão somente da camada superior do alúvio. Esta sofreu no decorrer dos últimos 50 anos, após a derrubada da mata, alterações significativas em decorrência de aluvião e de erosão. Em alguns sítios instrumentos mais recentes foram cobertos por altas camadas de cascalho, argila e húmus, mas armas de pedra mais antigas foram postas a



K = achados mais antigos; L = argila; J = achados mais recentes; H = húmus; G = empuxos; F = rocha.

nu. Assim, encontrei em um sítio, a cerca de 2 pés de profundidade no húmus, novos objetos; sobre eles havia camada de argila de cerca de 1 pé de espessura e sobre ela havia velhos cacos de vasos e lascas de pedra bem como pequenos restos de cinza. Este fogo mais antigo encontrava-se originalmente em local mais alto no morro do que os mais recentes, e assim foi possível que os objetos

mais antigos fossem rolados sobre os mais recentes. Esse estado de coisas não é fato isolado, mas evidencia quão enganoso é chegar-se sem mais nem menos à conclusão de que instrumentos que se encontram em maior profundidade tenham que ser mais antigos do que aqueles que se encontram em menor profundidade. Pode-se ter a opinião de que se poderia verificar, se os achados ainda se encontram intocados ou se foram misturados pela água, - isso, porém, só é possível em raras oportunidades, e só para aquele que tenha observado por mais anos a movimentação da terra daquele determinado lugar. A coisa ainda se torna mais difícil pelo fato de as armas de pedra se encontrarem muito isoladas, e entre 100 machados de pedra só se pode estabelecer relação para no máximo 20 num monte de cacos. Além disso, observei como no inverno armas de pedra afundaram no húmus amolecido e, por fim, ficaram deitadas sobre a camada de argila que se encontrava abaixo, de modo que parecia que a camada de húmus que a encobria só havia se deitado posteriormente sobre ela. Caso se pretendesse calcular quanto a camada de húmus aumenta em espessura década após década com detritos vegetais e formoso, então, uma conclusão acerca da idade das armas de pedra, ter-se-ia os mais distintos e extravagantes resultados.

De grande valia é quando se pode distinguir 2 ou 3 fogos não muito distantes entre si. Em tais lugares, certamente, não moraram mais famílias ou tribos ao mesmo tempo, mas tais sítios são pertencentes a diversas gerações. Em nossa região um desses sítios é, normalmente, legitimado como novo (100 – 300 anos) por inúmeros cacos mais ou menos pintados. Menciono aqui o sítio na terra do colono Fleck, Picada Feliz-Cahy, por mim descrito ao final de meu primeiro relatório. Aqui encontrei ao lado e sobre cacos comuns canelados também cacos pintados do período recente, bem como ossos e conchas marinhas e fluviais. Aí não encontrei instrumento de ferro, mas é possível que mais tarde se venha a encontrar algum, pois o fogo bastante grande só foi por mim circumcavado em sua menor parte. A vegetação que encobriu completamente o local consiste de capoeiras espinhentas e cipós; algumas árvores que dele sobressaem distinguem-se por sua pequenez dos demais gigantes da floresta. Fora de qualquer dúvida, esse sítio pertence ao *período mais recente*. Cerca de 500 metros mais ao norte deste local junto ao morro há um segundo sítio. Aqui as árvores são tão altas como todas as demais. Não havia vestígios de cinza e de carvão, mas uma quantidade de cacos de cerâmica bem queimados e solidamente trabalhados. Os vasos grandes estavam todos quebrados, de um deles ainda encontramos o beiral e apenas um pequeno, trabalhado com muito esmero, ainda estava um tanto quanto intacto (Verh. 1890, p. 32. Fig. 4). Mais tarde o proprietário da terra ainda encontrou no mesmo local as machadinhas de pedra (Fig. 6 – 8) e como as mesmas se distinguem das machadinhas de pedra que encontramos no novo sítio por sua incrustação, deve ser permitido atribuir esses instrumentos ao período que precedeu ao período mais recente, o qual gostaria de designar de *período intermediário*. Chamo a atenção para o fato de que as machadinhas do período intermediário em parte são mais estreitas no fio do que no final cego, o que só acontece excepcionalmente nas machadinhas do período mais recente: estas são mais largas no fio do que no final cego. Este é um distintivo precioso que pude observar em centenas de machados de pedra. Essa

distinção não é totalmente precisa, pois algumas tribos permaneceram também no período mais recente no tocante à formatação e à queima de seus vasos de argila na tradição legada por seus pais; contudo, no tocante à tradição da elaboração de suas armas foram menos conservadores, mesmo que o progresso de tais tribos solitárias e isoladas (restos dos bugres da mata) só tenha sido pequeno.

Também pudemos constatar diferença inquestionável e característica entre 2 períodos nos achados de pedra no Morro diable. Em árvore oca (portanto período mais recente) foram encontrados cerca de 30 machados de pedra, dos quais recebi 12. Estes machadinhas foram talhadas e polidas no fio (provavelmente em decorrência do uso). Os achados acompanhantes consistiram em cacos de vasos comuns canelados de paredes finas, bacias belamente trabalhadas, pontas de flecha de ágata, fragmentos de ágata e muita cinza². Osso e ferro não foram encontrados. Quando se tem as peças encontradas reunidas ante si e as compara com as de outros sítios, de imediato tem-se a impressão de que essa tribo deve ter tido inteligência toda especial. Alguns dos machados de pedra haviam sido trabalhos de tal maneira que se podia fixar um cabo neles, mesmo faltando o sulco para a afixação. Outros, por seu turno, estavam destinados ao uso exclusivo com a mão nua.

Caso nas proximidades do local antes descrito houvesse outro sítio com cacos comuns, então também aqui se poderia reconhecer um período intermediário. No entanto, é em vão que se procura por vasos, urnas ou cacos num raio de ½ milha. Por outro lado, encontrou-se na terra próxima, (pertencente a Häfliger) uma machadinha de basalto em formato cilíndrico bastante decomposta (fig. 2), bem como fragmento de machado comum (fig. 4). Os dois instrumentos formam conjunto, pois não só foram trabalhados a partir do mesmo material e foram encontrados no mesmo local, mas também porque a decomposição é similar. Em outra colônia vizinha (terra de Thums) foi encontrada machadinha de pórfiro (fig.1), quando da queda de árvore muito velha, no cascalho que causara sua queda. Nesta terra também foram encontrados vestígios muito pequenos e quase não perceptíveis de cacos. As duas machadinhas em formato cilíndrico são tão parecidas quanto à forma e à decomposição que devem ter sido utilizadas na mesma época pela mesma tribo. A machadinha de basalto foi encontrada no alto de uma colina, a machadinha de pórfiro em um declive, bastante afundada no solo e tendo a mesma profundidade; ao cavar buraco de argila um outro colono (Blau) encontrou nas proximidades a machadinha (fig. 3). Esta machadinha não está descomposta como as outras duas; parece que o bom polimento evitou que isso acontecesse, bem como sua localização na argila firme, mas tem o mesmo formato, só que a ponta quebrou. Pode-se verificar que primeiro foi talhada do bolão de pedra, depois obteve picoteamento fino e, finalmente, foi polida. Em um ponto o trabalho com a talhadeira não deu muito certo, desprendeuse muito [material], mesmo assim o bugre que a utilizou conseguiu polir o ponto machucado. Essas 3 machadinhas (fig. 1, 2, 3) têm quase o dobro do tamanho de todas as demais que vi.

² Também foi encontrada uma única bola e essa revelou com bastante clareza que a tribo havia migrado do campo para cá.

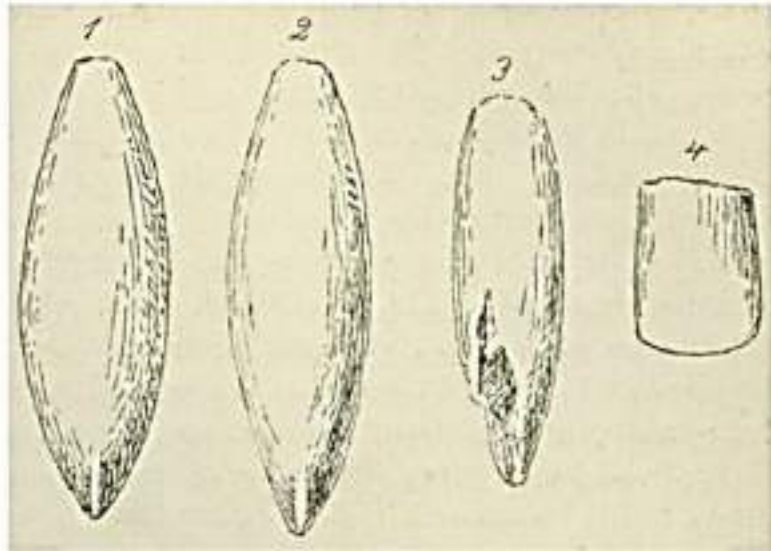
Partindo da forte decomposição das machadinhas, de seu formato e tamanho singulares, da falta de um fogo (encoberto ou perdido), bem como dos achados acompanhantes, fragmentos quase que imperceptíveis e quebradiços de cacos, além disso, da circunstância de que ao pé do Morro diable, cerca de 1 hora de distância do local do achado dessas machadinhas se pode constatar um período intermediário, cujas machadinhas de pedra têm a forma como a das fig. 8, 11 e 12, deduzo que as armas (fig. 1, 2, 3, 4) pertencem ao período mais antigo. Talvez a machadinha encontrada por último (fig. 3) seja um pouco mais nova, mas não muito mais. Além disso, recebi da mesma região ainda um fio partido de machado, bastante decomposto, que também pertenceu a uma machadinha como as das figuras 1 e 2.

Quando não se encontra em área pequena muitos fogos e montes de cacos, como acontece com muita frequência no vale do Cahy e do Forromecco, não se tem condições de constatar a que fogo pertencem os machados de pedra encontrados e tem que se procurar as referências para a determinação da idade nos diversos locais de achado isolados. Seria muito precipitado considerar as armas trabalhadas de forma grosseira e bruta *antigas* e as bem e habilmente trabalhadas *novas*. Mas existe a tendência de fazê-lo. Também só com muita ressalva gostaria de considerar a forte decomposição indicativo para a idade, no máximo para alguns instrumentos isolados, mas preferencialmente não. É evidente que machadinha talhada e pouco polida se decompõe mais facilmente do que um cascalho de rio bem polido sob as mesmas condições. Além disso, um instrumento velho pode permanecer muito intacto em área protegida. Além disso, uma machadinha trabalhada a partir de pedaço de rocha despregado da superfície mostra-se menos resistente aos desgastes do tempo e das condições climáticas do que uma confeccionada a partir do cerne do mesmo pedaço de rocha.

Possuo, por exemplo, machadinha talhada de forma bruta com caneladura para cabo, bastante desgastada (fig. 14). Mesmo assim e apesar do grande desgaste pertence à época recente como o evidencia o cabo de ferro de espada de estocada espanhola, como eram utilizadas há cerca de 300 anos. Esse cabo de espada foi encontrado com a machadinha no mesmo acampamento isolado. Aqui também se encontrava outra machadinha feita de cascalho de rio, só que pouco incrustada. Os dois instrumentos parecem pertencer aos primórdios do período mais recente (período de transição?). Os cacos do fogo eram escamados.

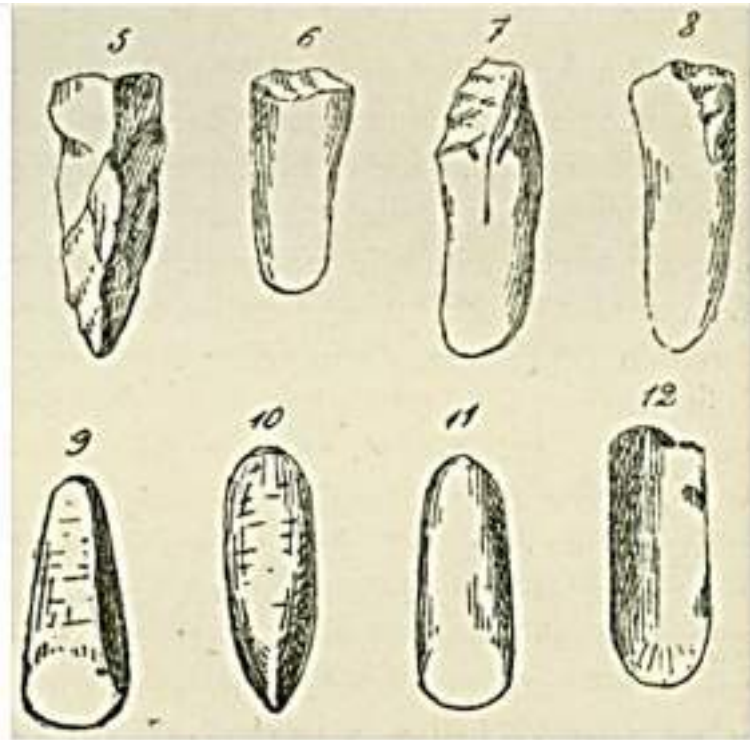
Período mais antigo.

Fig. 1 Machadinha pórphyra, encontrada no Morro diable, terra de Thums. Achado acompanhante: fragmentos de argila mal perceptíveis. – Fig. 2 Machadinha de basalto, encontrada no Morro diable, terra de Häflinger. – Fig. 3 machadinha de pedra, encontrada no Morro diable, terra de Blau – Fig. 4. Fragmento de machado de pedra, encontrado com a fig. 2.



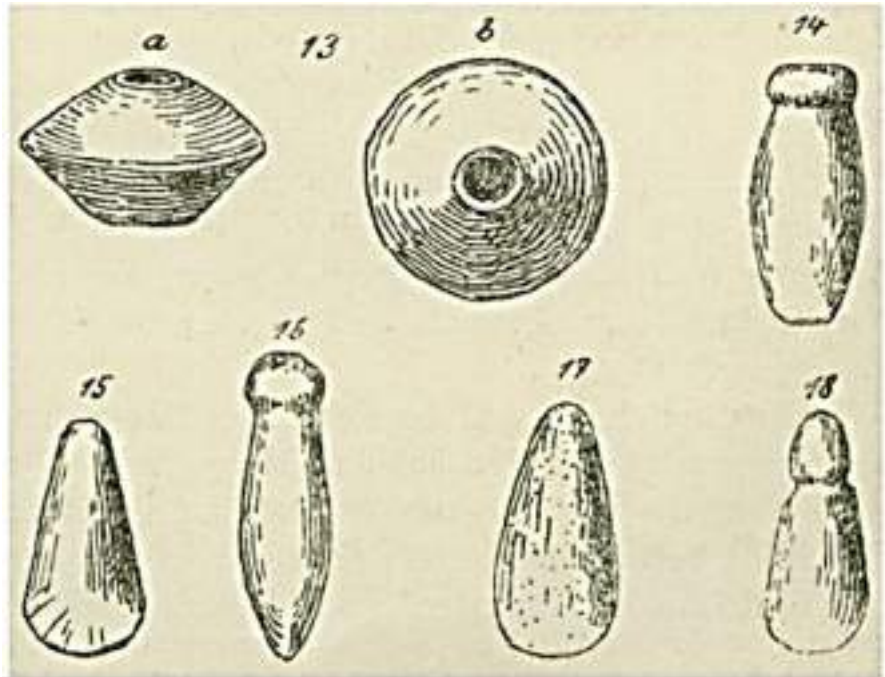
Período intermediário.

Fig. 5 machado talhado à moda das pontas de flecha. Feliz, terra de Arndt. – Fig. 6-8, local do achado, terra de Fleck, Feliz. Achado acompanhante: cacos canelados e vaso pequeno. – Fig. 9, local do achado, terra de Ten Pass, Feliz. – Fig. 10 Linha Franzes, terra de Althaus. – Fig. 11 Escadinha-Cahy, terra de Panzenhagen. – Fig. 12 Forromecco, Wasserschmied.



Período recente.

Fig 13a machado redondo. b o mesmo visto de cima. – Machado de pedra com caneladura, Forromecco, terra de Fonseca. Achado acompanhante: instrumento de ferro. – Fig. 15 machado de pedra, encontrado em Feliz-Cahy, terra de Fleck; achados acompanhantes: cacos pintados, conchas marinhas. Fig. 16 machado de pedra com caneladura, Palmyra, terra de Pola. Achado acompanhante: cacos canelados. – Fig. 17 machado de pedra, talhado, encontrado no Morro diable, terra de Winter. Achado acompanhante: trabalho recente de oleiro. – Fig. 18 machado de pedra com caneladura, encontrado no Passo de Selbach-Cahy. Achados acompanhantes: cacos pintados.



No tocante aos machados redondos (fig. 13) predomina a opinião de que somente tenham sido encontrados na área de matas desta província e que, portanto, sejam uma arma dos bugres da mata. Se fosse esse o caso, então somente os bugres da mata do período recente teriam sido possuidores desta arma. Nos sítios que com toda a certeza pertencem ao período intermediário não encontrei nem machados redondos nem bolas. Em nossa região só encontramos machados redondos onde também se encontram cacos pintados, trabalhos em cerâmica mais recente e bolas e como não consigo imaginar que os bugres da mata tenham sido tão pouco práticos a ponto de se afadigarem com bolas na mata, mas como conheço as bolas como armas dos índios do campo, que se retiraram para a mata, sou da opinião de que esses indígenas que fugiam do campo, quando de sua retirada que coincide com o período recente, fizeram progresso no tocante a suas armas e inventaram os machados redondos. No campo só encontraram material pouco apropriado para tanto; quando, porém, penetraram na floresta montanhosa, encontraram material duro em grande quantidade. Os machados redondos são *raros* no campo (possuo 2 exemplares, encontrados no antigo campo de São Leopoldo), na mata virgem, contudo, são muito mais comuns. Quando mais tarde o campo tiver sido tão bem capinado e arado como a colônia da floresta, aí se encontrarão ainda mais machados redondos.

Além disso, também são encontrados aqui e acolá pequenos machados de pedra que foram afiados em seu final cego (fig. 19). Por causa de sua pequenez não são apropriados para o manuseio, por isso são, evidentemente, presos a um cabo, de modo que se fazia cavidade no cabo (fig. 20). Estes pequenos machados também só encontrei na companhia de bolas e de cacos pintados ou ao menos ao lado de trabalhos de cerâmica de melhor qualidade. Ainda não encontrei destes datados da época anterior à imigração europeia.

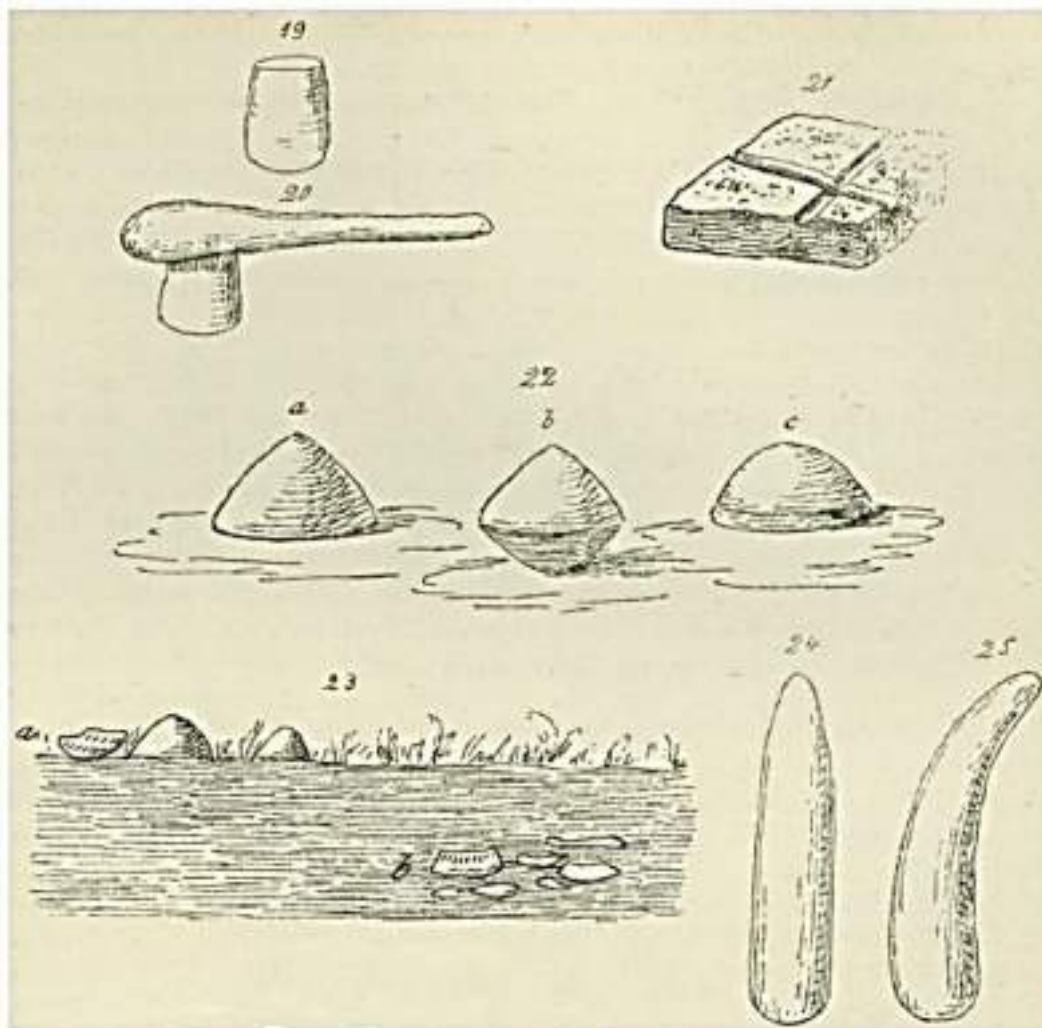
Além dos machados de pedra ainda devem ser mencionados os seguintes instrumentos de pedra:

1. *Pontas de flecha* talhadas em ágata. Só pude reconhecer algumas destas pontas de flecha, acompanhadas de achados acompanhantes, como pertencentes à idade recente; no todo só pude supor sua idade a partir da fina camada de decomposição, com o resultado de que as pontas de flecha aparentemente antigas foram tão cuidadosamente trabalhadas quanto as novas e que não há qualquer diferença no tocante à forma.

2. *Moletas de arenito* (fig. 21). São do tamanho de um palmo ou mais, em parte são lisas e gastas, em parte também têm sulcos que, muitas vezes, se cruzam. Não está claro quais terão sido os instrumentos aí afiados. A afiação de machados, bolas e instrumentos de ferro não produz sulcos tão profundos. No máximo, pérolas de ourivesaria ou varas de flechas terão sido aí polidas. As moletas do período intermediário e do período recente se assemelham.

3. *Pedras de panela* (fig. 22, a-c). O fundo das panelas era modelado sobre tais pedras, por isso são encontradas nas proximidades dos buracos de queima. Os cacos de tais buracos de queima muitas vezes são encontrados a 2 pés de profundidade no solo e pensa-se haver feito descoberta de profundidade de outro período, já que não raro ossos e outros dejetos foram jogados no buraco utilizado (fig. 23).

4. *Pilões de tritura* (fig. 24). Trata-se de instrumentos muitas vezes grandes e pesados que, como reza a tradição, foram utilizados para triturar frutos, palmito e raízes da mandioca selvagem. Vi poucos destes instrumentos e na maioria das vezes estavam quebrados.



- a. Pedras de panela, cinza, cacos.
- b. Cacos, ossos, dejetos, cinza.

Recebido em:07/08/2016
Aprovado em:10/09/2016
Publicado em:15/10/2016

TRADUÇÃO: CAXIMBOS NO SUL DO BRASIL
TRANSLATION: CAXIMBOS IN SOUTH BRAZIL

August Kunert

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



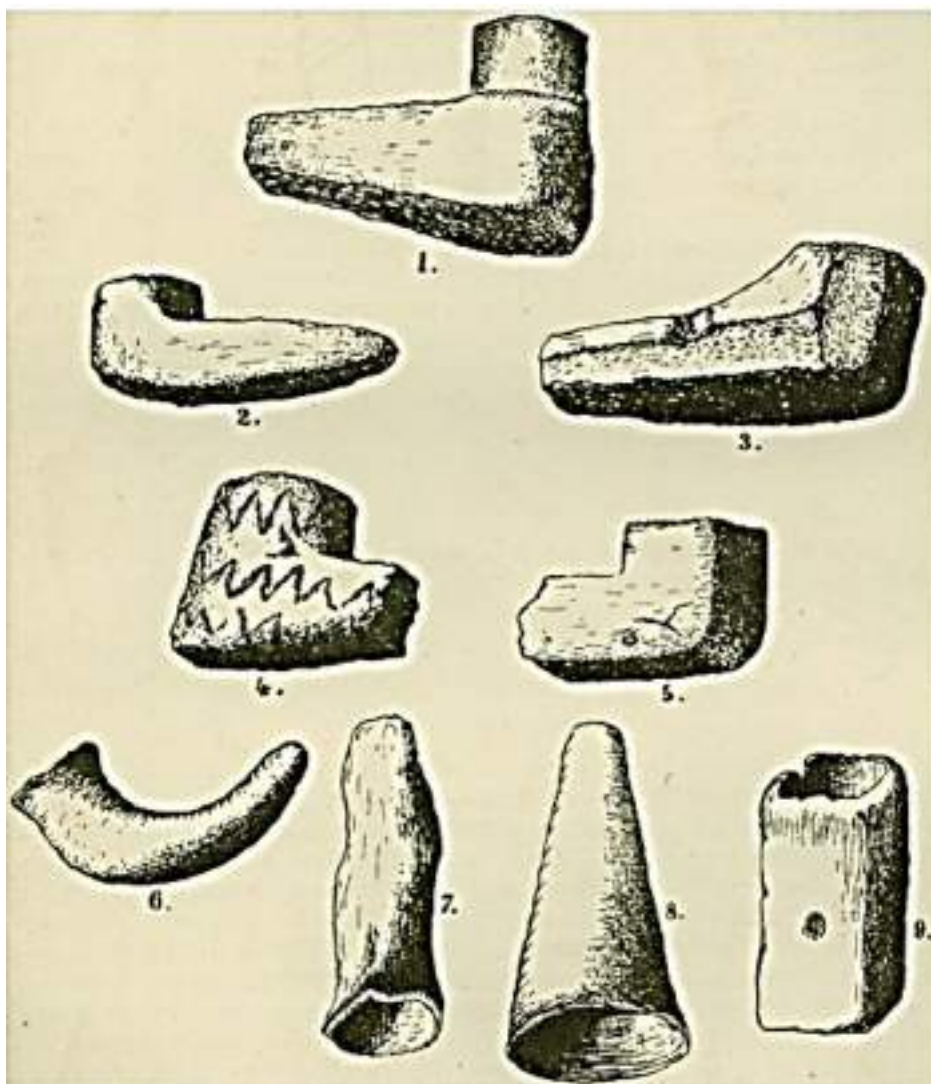
Caximbos no sul do Brasil¹

August Kunert

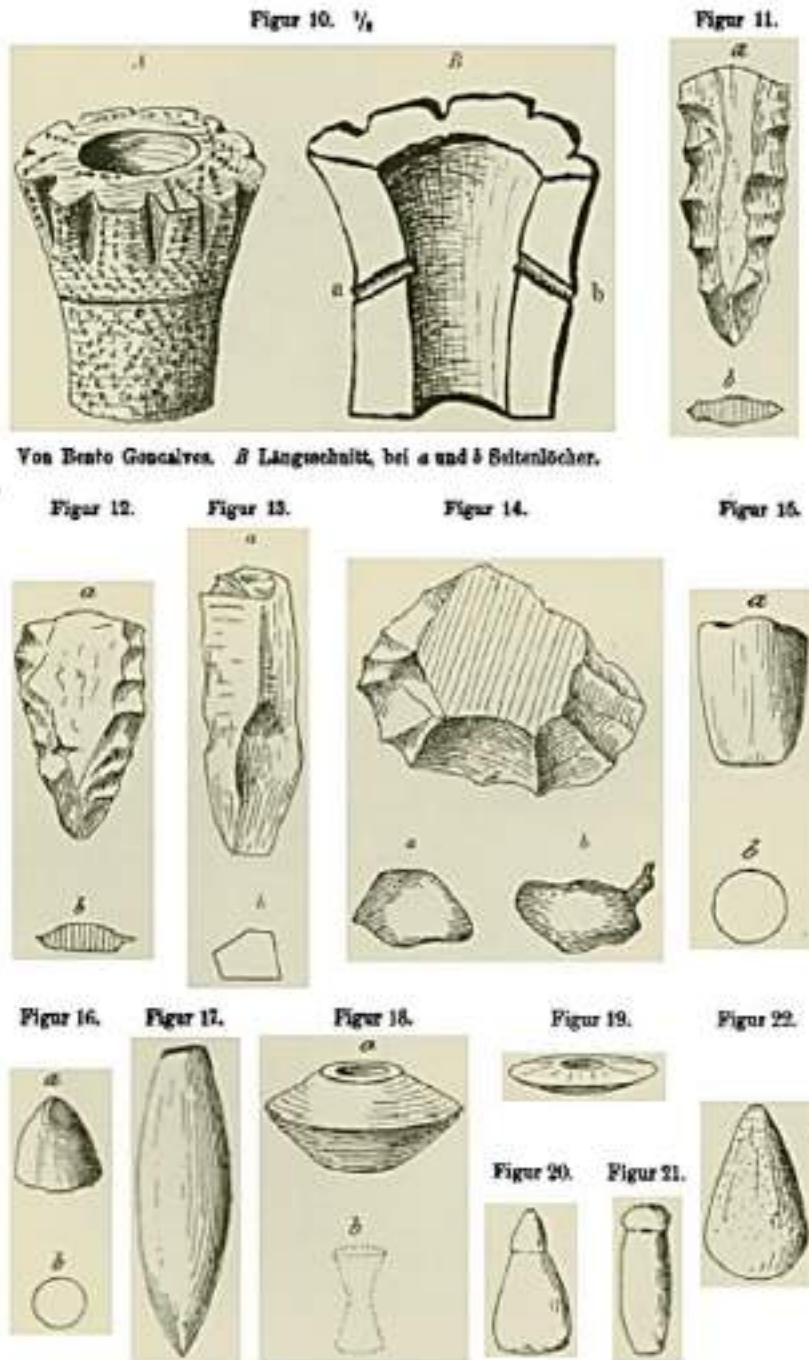
Do distrito do médio Cahy possui cerca de 20 cachimbos. Eles foram modelados em argila e foram bem queimados, no entanto a maior parte está quebrada e incompleta. Segurança para a determinação da idade só pode ser conseguida a partir de eventuais achados complementares de instrumento de cobre e ferro, pérolas de vidro venezianas, bem como cacos de panelas pintadas. Creio poder assumir com razão que cachimbos encontrados em tal companhia não são mais antigos do que, no máximo, 300 anos. Os cachimbos que não tenham tais acompanhantes podem bem ser mais antigos. O Dr. Philippi, em Santiago do Chile, ao qual enviei alguns desenhos, escreveu-me que cachimbos encontrados em antigos túmulos chilenos tinham exatamente o mesmo formato como os daqui e que tais cachimbos hoje são utilizados pelos pehuelches (no leste dos Andes chilenos), bem como pelos patagões. Os bugres daqui designam o tabaco de petûm (pito = cigarro), - a mesma palavra já utilizada, segundo comunicação de Philippi, pelos escritores espanhóis do século 16 (Petun). Os araucanos designam o tabaco de Püthem. Parece-me que a palavra pitar = fumar, muitas vezes utilizada no lugar de *fumar*, foi tomada da língua Guarani. Ainda não há certeza, se o fumar não foi, por ventura, introduzido aqui pelos portugueses ou se os nativos originalmente designavam com a palavra petûm o tabaco ou outra erva inebriante. O uso generalizado da palavra petûm, no entanto, permite supor que o hábito de fumar é mais antigo que a imigração dos espanhóis e dos portugueses. No Chile está comprovado que o fumar em cachimbos era conhecido antes da chegada dos europeus.

O achado de cachimbos não é muito comum. As figuras 1, 2, 3 e 4 foram encontradas ao lado de instrumentos de cobre e ferro. Bem como de cacos de panela pintados. As fig. 5 e 9 são provenientes de aldeia ainda habitada por bugres há 70 anos. A maioria dos cachimbos é quadrada e pelo menos o cano na fig. 5 também. A cabeça e o buraco de enchimento também. A fig. 3 é sextavada. A fig. 4 foi enfeitada após a queima com linhas em zigue-zague encravadas. Os buracos de enchimento das fig. 5, 6, 7 são tão pequenos que somente o primeiro membro do dedo pequeno neles cabe. As fig. 6, 7, 8 foram encontradas sem acompanhamento da Europa, bem como sem cacos pintados. Podem, portanto, ser mais antigos.

¹ Título original: Caximbos in Süd-Brasilien. Publicado na *Zeitschrift für Ethnologie. Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*. Vol. 23, 1891, p. 695-698. A tradução procurou manter a pontuação, as maiúsculas e minúsculas fora de lugar e os maneirismos da redação de August Kunert. A toponímia foi mantida sem correções. Tradutor: Martin Norberto Dreher; revisão: Francisco Silva Noelli.



Especialmente interessante é o cachimbo encontrado em Bento Gonçalves (outrora Conde d'Eu) (fig. 10). Ele foi desenhado em formato reduzido pela metade. O cachimbo também está aberto embaixo, de ambos os lados foram feitos dois buracos enviesados. Teriam duas pessoas fumado ao mesmo tempo? Os enfeites foram impressos por meio de madeira chanfrada. Considero que esse instrumento não tenha mais de 200 anos.



No tocante à determinação da idade das armas de pedra já chamei a atenção em minha primeira comunicação de janeiro de 1890, bem como posteriormente, que raras vezes se está em condições de distinguir, com certeza, o velho do novo. Finalmente pude fazê-lo em peças encontradas do Morro do diabo (colônia de Häfliger). De lá tenho oito machados em talha bruta (fig. 11 e 12); todos estão bastante descompostos, dois do mesmo tipo, de modo que só com dificuldade podem ser reconhecidos. Dois machados grandes em forma de rolo cilíndrico (fig. 17) também são originários dali, bem como dois fragmentos de tais (fig. 15 e 16), um pilão de pedra, bulbos de pedra em talha bruta (fig. 14), e alguns machados brutos, polidos no fio estreito. Além disso, foram encontradas bolas de pedra talhadas de forma

arredondada (fig. 18 e 19) e muitos fragmentos de armas. Alguns destes estão de tal maneira desgastados que podem ser partidos com a faca e tem o peso de ossos velhos. Pontas de flecha, cacos ou cinza até agora não foram encontrados, mas pequena moleta de arenito com sulcos evidenciou que também esta tribo muito antiga alisou flechas de madeira. Alguns exemplares dos machados em forma de rolo cilíndrico também podem ser encontrados na região da colônia italiana de Bento Gonçalves, Forqueta e Caxias, onde em geral são utilizados como pedras de afiar e são designados de lampigi (fulgurite). Todos esses achados distinguem-se singularmente das armas que foram encontradas em colônia vizinha. Aí (na terra de Winter) encontram-se as mais belas vasilhas de argila, não foram pintadas, mas foram bela e agradavelmente moldadas, os machados de pedra foram cuidadosamente talhados (como se tivesse sido utilizada talhadeira) e polidos no fio (fig. 22). Aí foram encontrados pontas de flechas, fragmento de um cachimbo, bem como um “machado redondo” menor. Fora de qualquer dúvida temos aqui achados de dois períodos distintos, um mais antigo e outro mais recente. O período mais recente apresenta, muitas vezes, nas formas dos recipientes de argila imitação de produtos de porcelana e argila europeus e, acompanhando esses achados (também ferramentas de cobre e ferro) estão os machados redondos. Estou convencido que estes são pertencentes ao último período e não são as armas dos mais antigos habitantes da floresta. Essa conclusão não se baseia apenas nos achados mencionados, mas me foi confirmada em muitos outros sítios. Tal distinção é importante, caso quisermos prosperar na área da pesquisa das antiguidades daqui; ainda não de surgir colecionadores que o confirmem. Ainda não posso confirmar, se os machados com entalhe para cabo (fig. 20 e 21), cuja existência no Rio Grande do Sul até agora era desconhecida, também pertencem ao último período; justamente esses machados possibilitarão (caso se os encontre ainda mais seguidos) uma conclusão *a posteriori* sobre a origem das tribos daqui. Segundo o Dr. v. Ihering, eles podem ser encontrados da Bolívia até o vale do Amazonas e na América do Norte, mas no sul do Brasil até agora eram desconhecidos.

Recebido em:02/08/2016

Aprovado em:11/09/2016

Publicado em:15/10/2016

TRADUÇÃO: CAVERNAS SUL-BRASILEIRAS E VESTÍGIOS DOS ANTIGOS HABITANTES
TRANSLATION: SOUTH-BRAZILIAN CAVES AND ANCIENT HABITANTS TRACES

August Kunert

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Sr. August Kunert, Pastor evangélico em Forromecco, Municipio de São João do Monte negro, Rio Grande do Sul, Brazil, envia-nos com data de 26 de setembro relato sobre cavernas sul-brasileiras e vestígios dos antigos habitantes.

Cavernas sul-brasileiras e vestígios dos antigos habitantes¹

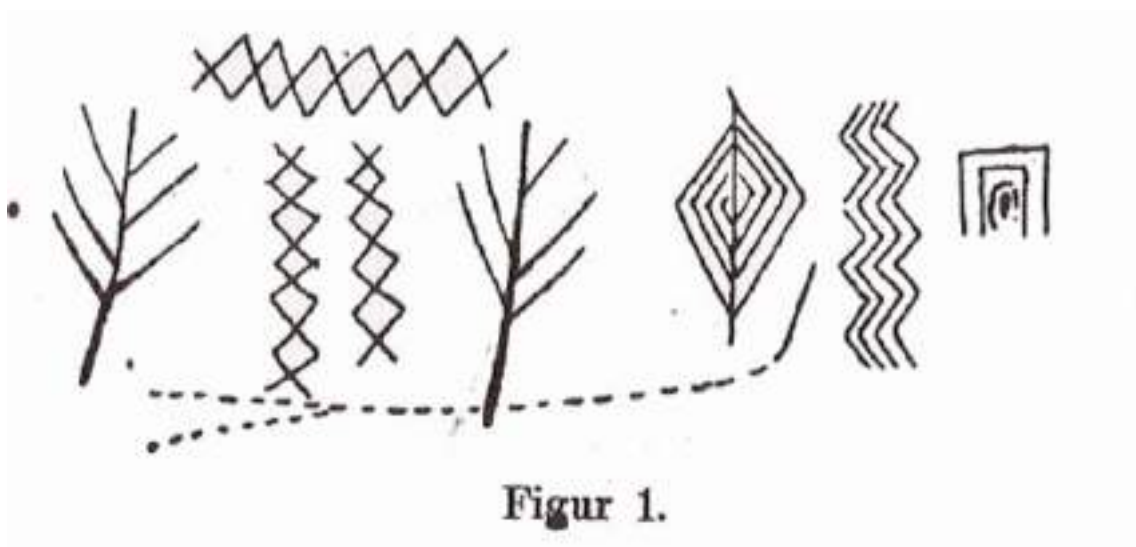
August Kunert

Tive o objetivo de examinar todas as cavernas em arredores consideráveis, e tinha a esperança de obter novas conclusões a respeito da vida e atividade dos habitantes originais; minhas esperanças, contudo, foram muito frustradas. Examinei cerca de 12 cavernas, em algumas também realizei escavações e não obtive outro resultado do que a certeza de que os habitantes originais evitavam a permanência em cavernas propriamente ditas. Aparentemente, preferiam acampamentos junto a rochas eminentes ou na mata aberta do que na mais bela caverna. Não fui o primeiro visitante de tais cavernas, mas na maioria das vezes pude obter informações dos primeiros visitantes sobre seu estado original. Segundo relatos de colonos, uma caverna na região de Três Forquilhas foi utilizada como local de sepultamento; outra caverna próxima a Lagos² (na divisa com Santa Catarina) reúne as ossadas de uma série de indígenas, as quais segundo relato de um brasileiro devem ter congelado. Por causa da grande distância ainda não consegui visitar as duas cavernas. No mais, apesar de minhas muitas buscas e relações pessoais, nada pude perceber que aponte para o fato de que os habitantes originais tenham gostado de utilizar essas moradias naturais. É verdade que encontrei toda a sorte de ossos de feras, mas só muito isoladamente vestígios de existência humana, de modo que só podem ter surgido quando de permanência muito breve. O mais interessante ainda é o assim chamado *Viradôr*. Trata-se de rocha de arenito eminente, cerca de uma hora abaixo de São Sebastião do Cahy. Ali encontramos toda a espécie de *figuras incrustadas* bem como muitos sulcos e regos surgidos em decorrência da fricção de armas de pedra. As figuras foram bastante arranhadas por visitantes posteriores e o solo foi profundamente revolvido na procura por “arcas de ouro”. Meu guia que viu o local já há 30 anos disse-me que encontrara aí um esqueleto e mostrou-me, além disso, um buraco de queima (para vasos de argila) e uma pedra redonda (pedra de vaso). Quando perguntei, se os

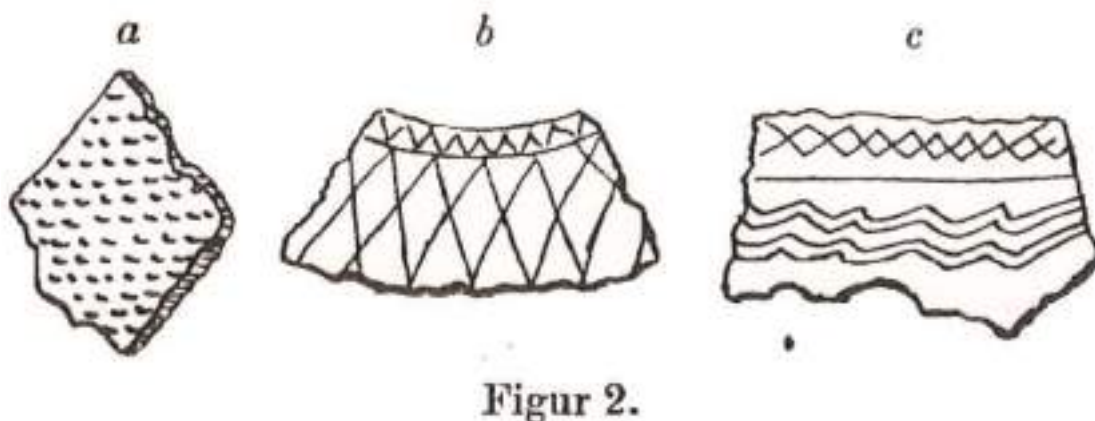
¹ Título original: südbrazilianische Höhlen und Rückstände der früheren Bewohner. Publicado na Zeitschrift für Ethnologie. Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte, Vol. 24. Berlin: Verlag von A. Asher & Co, 1892, p. 502-504. A tradução procurou manter a pontuação, as maiúsculas e minúsculas fora de lugar e os maneirismos da redação de August Kunert. A toponímia foi mantida sem correções. Tradutor: Martin Norberto Dreher; revisão: Francisco Silva Noelli.

² Leia-se Lages.

ossos haviam estado quebrados, respondeu: Não! As figuras na rocha são obscenas e justamente estas foram gravadas com mais persistência do que as que representam pinheiros e as linhas em zigue-zague que, a propósito, também podiam ser vistas em pintura vermelha em muitos cacos de panelas que cobriam o solo. Deixando-se de lado as obscenidades foram gravadas as seguintes figuras (cf. fig. 1 e 2). Como é comum em acampamentos também foram encontradas cascas de moluscos e lesmas. Levando-se em conta as destruições provocadas pelo tempo nos últimos 50 anos na rocha mole, desde que brancos ali incrustaram seus nomes, esse acampamento pertence à época recente.



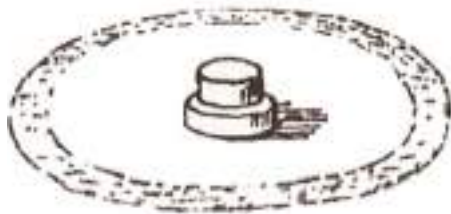
Os cacos mostram a mesma configuração



No “Campo dos Bugres”, onde hoje se encontra a cidade de Caxias³, habitada por italianos, muitos dos membros de minha comunidade encontraram quando da instalação da primeira estrada aldeia indígena completa. Os habitantes haviam fugido. É verdade que

³ No original: Caseias.

enquanto a estrada era aberta eles mantiveram relacionamento bastante amistoso com os trabalhadores, haviam comido com eles (não gostavam de alimentos salgados) e também recebido presentes; mais tarde, contudo, a relação recíproca se tornou tão tensa que os indígenas deixaram suas cabanas, mesmo que a tribo tivesse cerca de 100 homens. Encontraram ali boa quantidade de objetos roubados e foi verificado que a tribo era a mesma que havia rondado os limites das velhas colônias saqueando e matando. Grandes coleções de panelas, arcos, flechas e outras coisas mais foram, à época, enviadas a Porto Alegre; desconheço onde se encontram atualmente. O que mais chamou a atenção foi uma grande *linha de circulação do zodíaco*⁴ (fig. 3), em cujo centro se encontrava elevação construída com argila dura. Colono que esteve alguns meses prisioneiro entre indígenas contou-me que quando da morte de um homem era aceso fogo fumegante e que a assembleia, dependendo da direção da fumaça dançava sobre a linha de circulação com alegria ou lamento. Em minha primeira comunicação de 11 de janeiro de 1890 já fiz referência a tal linha. Nos dois casos não se trata dos velhos indígenas da mata que já haviam desaparecido, mas de outras tribos que haviam fugido para cá, vindas provavelmente do campo. Não é mais possível constatar, se os habitantes originais tinham culto semelhante em relação aos cadáveres.



Figur 3.

O que chama a atenção é a total falta de ídolos; somente dos indígenas do campo se sabe que tinham pedras finas e achatadas presas em cordão em volta do pescoço como *amuletos*. Vi duas dessas pedras no museu dos jesuítas em São Leopoldo e possuo eu próprio uma (fig.4), originária do baixo Cahy. Tanto quanto recordo, as pedras em São Leopoldo são um pouco mais largas.

Os indígenas que hoje vivem em Nonohay ainda produzem figuras de argila que são vendidas a apreciadores. São produzidas cuidadosamente e não são de mau gosto. O original da figura 5 aqui reproduzida está em poder do Pastor Pechmann em São Leopoldo e representa um europeu sentado que segura um vaso entre suas pernas. A figura é utilizada como cinzeiro. Desconheço a existência de trabalhos tão graciosos em épocas mais remotas.



Figur 4.

⁴ Kreislaufspur.



Figur 5.

Interesse também poderia provocar a pedra reproduzida na figura 6. Recebi-a na Forqueta, através de um italiano. Em uma das faces está gravada figura que pode ter semelhança com pássaro. Não posso afirmar se a figura tem significado, se a pedra era utilizada como amuleto, já que até agora não vi outra pedra semelhante.



Figur 6.

Recebido em:04/08/2016
Aprovado em:13/09/2016
Publicado em:15/10/2016

ENTRECAMPOS: TRAJETÓRIAS NA ANTROPOLOGIA E NA ARQUEOLOGIA
BETWEEN FIELDS: TRAJECTORIES IN ANTHROPOLOGY AND ARCHAEOLOGY

Lúcio Menezes Ferreira

Vol. XIII | n°26 | 2016 | ISSN 2316 8412



Entrecampos: Trajetórias na Antropologia e na Arqueologia

Lúcio Menezes Ferreira ¹

I

Como todo texto, esse traz as marcas discerníveis de seu contexto primário de produção. Escrevi-o para o seminário *Entrecampos: trajetórias na antropologia e na arqueologia*. Esse evento abriu as portas do Bacharelado em antropologia da UFPel, curso que inauguramos no segundo semestre de 2008. O Entrecampos ocorreu ao longo dos meses de agosto e setembro de 2008, no auditório da Faculdade de Odontologia da UFPel. Foi organizado pelo núcleo de professores inicial de nosso curso, composto basicamente, naquela quadra, por mim, Flávia Rieth, Cláudia Turra Magni, Renata Menasche, Rogério Rosa e Fábio Vergara Cerqueira. Devíamos apresentar, aos nossos primeiros alunos e alunas, uma síntese de nossa trajetória acadêmica e das pesquisas que já desenvolvíamos ou desenvolveríamos na UFPel. Colegas de outras universidades também foram convidados para descreverem suas formações e pesquisas. Ao nomeá-lo como Entrecampos, quisemos insuflar o espírito que anima nosso curso. Entrecampos como metáfora da interligação entre antropologia e arqueologia (ou vice e versa); como mote do modelo de institucionalização que adotamos, lastrada na tradição do continente americano, onde, historicamente, em várias universidades, antropologia e arqueologia partilham um mesmo departamento.

Depois do Entrecampos, muitos outros eventos ocorreram entre nós. Foi o primeiro passo de uma caminhada que completará, em agosto de 2016, oito anos. Percurso ainda curto, mas pleno de realizações. Não quero sugerir que no Departamento de antropologia e arqueologia da UFPel vivemos entre nuvens plácidas e anjos multiculturais tocando harpas. Mas, não obstante as diferenças entre nós, criamos um mestrado, em funcionamento desde 2012, e um doutorado, principiado em março de 2016. Nesses oito anos, contribuimos para a formação de muitas pessoas. Algumas delas já inseridas no mercado, e outras atuando como estudantes no nosso e em outros programas de pós-graduação em antropologia e arqueologia. De outro lado, em nossa graduação e pós-graduação temos recebido estudantes de várias partes do Brasil e, recentemente, também de outros países sul-americanos. Talvez não seja exagero dizer que o Entrecampos representa, portanto, um dos primeiros gestos da cadeia operatória de institucionalização de nossa graduação e pós-graduação.

Acresço mais algumas palavras para melhor situar leitores e leitoras sobre o contexto desse texto, seu estilo, conteúdo e o motivo de publicá-lo. Apresentei-o na noite de em 22 de agosto de 2008. Devo um agradecimento a todos os colegas e estudantes pelas discussões ensejadas. Eu chegara à Pelotas uma semana antes do Entrecampos, recém empossado na UFPel após aprovação em concurso público para professor adjunto. Estava ainda tateando o terreno, palmilhando-o em suas potencialidades a fim de

¹ Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

organizar um novo projeto de pesquisa. Vendo-as retrospectivamente, as discussões e questões suscitadas me ajudaram a delinear melhor os problemas que norteiam minha pesquisa atual em arqueologia da diáspora africana. Leitores e leitoras verão, no texto dessa palestra, apontamentos passados sobre meu projeto presente.

Alterei, apenas, a pontuação e a divisão dos parágrafos, tornando períodos e orações mais conformes a um texto editado. Nada mudei da linha argumentativa e mantive o ritmo e a respiração de uma palestra, isto é, a de um texto escrito para ser falado em público. A decisão de mantê-lo com o sabor original partiu de mim e do editor dos *Cadernos do LEPAARQ*, o colega arqueólogo Rafael Milheira. Nossa ideia foi torná-lo fragmento fidedigno de um instante; um dos vestígios que comporá, com o passar dos anos, o arquivo de nosso curso. Daí sua publicação na seção *Relatórios e Notícias Institucionais*. Quiçá alguns dirão que o texto de uma palestra não se coaduna com essa seção dos *Cadernos*. Porém, a iniciativa se presta à documentação da memória institucional de nosso curso; certamente, outros colegas de nosso departamento publicarão, aqui ou alhures, outros textos que documentarão a trajetória de nosso Entrecampos!

II

“... vivemos exclusivamente no presente, pois sempre e eternamente é o dia de hoje e o dia de amanhã será um hoje, a eternidade é o estado das coisas neste momento ...”

“... A gargalhada era aterradora porque acontecia no passado e só a imaginação maléfica a trazia para o presente, saudade do que poderia ter sido e não foi...”

(Clarice Lispector. *A Hora da Estrela*, 1977)

Minhas primeiras experiências em arqueologia deram-se durante minha graduação em história pela UFS, iniciada em 1990. Naquele contexto, em que não havia, no Brasil, cursos de graduação em arqueologia, a carreira nessa disciplina iniciava-se em outras áreas. Ingressávamos pelas margens; pelas beiradas das discussões plasmadas em currículos de outras disciplinas, notadamente de ciências sociais, geografia e história (alguns de nossos colegas provieram, também, da biologia). Inseriam-se disciplinas arqueológicas em outros departamentos graças à presença de professores que se dedicavam à arqueologia, alguns deles com projeção nacional e, em raríssimos casos, internacional. Assim, começamos a estudar arqueologia como “estranhos no ninho”; éramos como patinhos feios que anos depois, na pós-graduação, descobríamo-nos cisnes. Viam-nos, quase sempre, como o “pessoal que gosta de caquinhos”.

Assim, esse Entrecampos talvez represente um corolário para minha geração. Sei que não fui – e jamais serei – autorizado a falar por minha geração ou por quaisquer gerações posteriores. Mas posso imaginar que parte de meus colegas comungariam da alegria que sinto agora, e vários deles, certamente, também estão desfrutando, em suas respectivas universidades, de seminários sobre os cursos de

graduação em arqueologia (e antropologia) que recentemente ajudaram a criar. É o caso, por exemplo, de nossos colegas da FURG, os quais também participarão, diga-se de passagem, desse Entrecampos. Nossa geração, que vicejou nas margens de outras disciplinas, tornou-se protagonista no processo de institucionalização de vários cursos de arqueologia no Brasil. Desde os anos 2000 (basicamente entre 2004 e 2008), como sabemos, em diversos quadrantes do país, surgiram nove cursos de graduação arqueologia (incluindo o nosso). Provavelmente, nos próximos anos, na esteira do REUNI, outras graduações em arqueologia emergirão. Estou otimista com essa mudança no cenário institucional da arqueologia brasileira. Não terei tempo, nesse momento – e nem esse é o propósito desse seminário –, de elencar as razões de meu otimismo. Mas, posso adiantar-lhes uma expectativa: nos anos vindouros, espero que fundemos novas pós-graduações em arqueologia (e antropologia)!

Essa noite, para mim, celebra o nascimento de um bacharelado de antropologia com uma linha de formação em arqueologia na UFPel. Esse é, realmente, um grande motivo para celebrarmos! Doravante, os vocacionados à arqueologia (e se o ENEM, como vem anunciando o Ministério da Educação, substituir os vestibulares locais em 2009, teremos a possibilidade de receber estudantes de todo o país) não terão de buscar sua formação às margens de outras áreas ou sob a tutela do “único arqueólogo” de sua universidade (e ao dizê-lo não estou desmerecendo os vários arqueólogos e arqueólogas que, mais ou menos isolados em seus departamentos, formaram novas gerações). Obviamente, iniciar uma carreira pelas margens é extremamente positivo; permite, por exemplo, a emulação do espírito autodidata, da autonomia intelectual que nos leva a ler não só o que nossos professores e professoras ditam, mas aquilo que nossa inclinação intelectual, vontade ou desejo suscitam incessantemente.

Contudo, seguramente, um curso como o nosso favorecerá, aos estudantes, a leitura orientada, desde os primeiros semestres da graduação, dos clássicos do pensamento antropológico e arqueológico. Algo que só pudemos fazer, desculpem-me pela repetição, pelas margens, devido às obrigações requeridas pela filiação a outras disciplinas. Penso, de todo modo, que o trânsito entre diferentes disciplinas é vital para uma formação rigorosa e multifacetada. Com diria Edward Said, a especialização, muitas vezes, resulta apenas da preguiça intelectual. Por isso, oxalá mantenhamos acesa a chama do autodidatismo entre os estudantes; autodidatismo é o melhor antídoto contra paroquialismos e interdições entre as áreas de conhecimento. Para a arqueologia, guetos acadêmicos não são apenas um gesto positivista; são a impossibilidade acachapante de qualquer tipo de pesquisa. E aqui no ICH temos um contexto institucional único no país. Trabalhamos num Instituto onde há cursos de museologia, conservação e restauro, geografia, história, ou seja, disciplinas correlatas que podem favorecer pesquisas verdadeiramente interdisciplinares.

Retomemos, porém, o fio da meada. Afinal, esse evento destina-se à descrição de nossas trajetórias acadêmicas. Em 1992, ganhei, por meio de processo seletivo, uma bolsa de iniciação científica do CNPq, para trabalhar no projeto Salvamento Arqueológico de Xingó (PAX), coordenado pelo Dr.

Fernando Lins de Carvalho, professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da UFS. Tive a sorte, ainda muito jovem, de participar desse projeto; ele foi crucial para minha formação, por dois motivos capitais: primeiro, porque contávamos com consultores mundialmente reconhecidos, como André Prous, Niéde Guidon e Walter Neves, com os quais, obviamente, tive contato e aprendi muito; segundo, porque, desde cedo, pude constatar os efeitos sociais desastrosos das relações entre as grandes obras de engenharia – nesse caso, a que projetou a Hidroelétrica de Xingó – e a arqueologia de contrato.

Entre 1992 e 1995, fiz prospecções, escavações e catalogação e análise do material arqueológico, pré-histórico e histórico, oriundo do Baixo São Francisco, mais especificamente, das fronteiras do semiárido de Alagoas e Sergipe. Entre outubro de 1996 e outubro de 1997, já graduado em história e com uma passagem como professor substituto no Departamento de Filosofia da UFS, voltei a trabalhar na Arqueologia do Baixo São Francisco; desta vez, como arqueólogo contratado, via DCS, pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe, agência que subsidiava a UFS. O objetivo da pesquisa era mapear os sítios arqueológicos à jusante da Usina Hidroelétrica de Xingó. Este incluiu tanto sítios pré-históricos – aldeias indígenas assentadas em terraços às margens do Rio São Francisco –, quanto sítios históricos – por exemplo, estruturas remanescentes do complexo de antigas estações ferroviárias do início do século XX e sítios ligados à história do cangaço, como a Gruta de Anjicos, em Alagas, onde Lampião e seu bando foram mortos. Recentemente (2003 e 2005), publiquei sobre esse trabalho. Fiz uma crítica geral da arqueologia do Baixo São Francisco e das relações entre o patrimônio arqueológico local, comunidades ribeirinhas e o projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Ao desvincular-me do PAX, em outubro de 1997, voltei para minha cidade natal, Santo André (SP). Planejava prosseguir com minha carreira acadêmica e ingressar no mestrado do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE) ou no mestrado em História da Unicamp. Depois de um ano trabalhando como professor de Ética e Cidadania no Colégio Técnico Estadual Lauro Gomes, em São Bernardo do Campo, em 1999 consegui deslançar meu projeto de pesquisa. Intercambiei-o com Pedro Paulo Funari, livre-docente do Departamento de História da UNICAMP e autor, já naquela ocasião, de volumosa obra arqueológica. Em 2000, ingressei na pós-graduação em História Cultural da UNIMCAP, na linha de pesquisa gênero, identidades e cultura material. Durante a pós-graduação naquela instituição, na qual também cursei o doutorado (a partir de 2003), obtive bolsas de estudo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

No mestrado, meu projeto de pesquisa visava a entender as articulações entre a institucionalização da arqueologia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no Museu Nacional, a política centralizadora do Império e a construção do Estado Nacional. Interessava-me analisar como a arqueologia constituiu uma identidade físico-social para o Brasil; como a disciplina circunscreveu fronteiras geopolíticas e perscrutou a “formação do povo brasileiro”. Numa perspectiva pós-colonial, eu interrogava, portanto, as vozes políticas que modularam a institucionalização da arqueologia.

Conclui que, de fato, a disciplina institucionalizou-se, no IHGB e no Museu Nacional, jungindo-se resolutamente às políticas oficiais do Império. Para explicá-lo, estabeleci, na dissertação de mestrado e em vários artigos, um conceito – o de *Arqueologia nobiliárquica*. O conceito atém-se ao período formativo da disciplina, durante o transcorrer do Primeiro e Segundo Reinados. Ele emana de documentos e textos diversos, bem como de autores variados, dentre os quais, para mencionar apenas os mais conhecidos, encontram-se: Gonçalves Dias (1823-1864), Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), Domingos José Gonçalves Magalhães (1811-1882), Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879) e Ladislau Neto (1838-1894).

Sem querer simplificá-la em suas diferenças conceituais e políticas internas, pode dizer-se que a Arqueologia nobiliárquica cimentou as estruturas do Estado Nacional. Fê-lo ao modo nacionalista e colonialista. Procurava validar uma hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil. Buscava, nos vestígios arqueológicos, na arte rupestre e, sobretudo, nas línguas e mitos indígenas, uma origem que remontasse aos povos nautas da Antigüidade: gregos, fenícios, egípcios, etc. Essa civilização primordial poderia também advir de navegadores europeus modernos, particularmente os nórdicos. A busca por uma vetusta civilização indígena correspondia à constituição de uma identidade nacional. Tratava-se de prescrever uma determinada ordem, um lugar social a ser ocupado pelos indígenas na hierarquia e na representação histórica da Nação.

Numa sociedade que distribuía títulos de nobreza, os indígenas que a rodeavam deveriam ser também “nobres”. Ainda que sua “nobreza” estivesse entre artefatos despedaçados, restos petrificados e em pleno mutismo. Com os instrumentos da filologia, procurava-se remodelar aqueles pedaços, dar-lhes voz. Fazê-los falar um relato histórico de origem, um *Epos* onde as elites do país se auto-reconheceriam. Alicerçada numa sociedade em que a imagem do indígena figurava nos brasões imperiais, em que os nomes indígenas batizavam a proveniência de uma família, do sangue e da tradição, a arqueologia confundiu-se com a heráldica. Lia os artefatos como suportes de signos de civilização.

Movendo-se num transporte numismático, ela trazia consigo uma moeda de reversos antitéticos. De um lado, devia-se poli-la para que seu metal lampejasse um brilho civilizado. Mas esse brilho vinha do passado. De um lugar onde os conflitos podem ser conjurados por meio de uma narrativa epopéica, por uma *Odisséia* ambientada na floresta, com um majestoso Ulisses a disseminar, no passado, a civilização entre os nativos. O outro lado da moeda era o índio vivo. O índio do presente. E o presente é um lugar onde os conflitos se resolvem pelo combate e pelas táticas políticas. Os solos de manobra destas táticas repousavam, para a arqueologia nobiliárquica, na proposição de que o indígena era degenerado. A noção de degeneração, que se estendeu, com respostas diversas, por toda a América, foi axiomática no Brasil.

Reconhecia-se no indígena alguém que teve um passado civilizado, mas que degenerou pela ação impiedosa dos trópicos, pelos desejos frenéticos da miscigenação e da antropofagia. Se os artefatos do passado podem guardar inscrições civilizadas, os do presente, embora sejam objetos etnográficos, são

ameaçadores. O arco e a flecha impedem a interiorização da civilização, o avanço geopolítico do Estado Nacional, a delimitação das fronteiras. Assim, as respostas à “integração” dos indígenas na sociedade Monárquica bambearam entre a solução do extermínio e a defesa da guerra justa contra os “degenerados”; a receita eugênica da miscigenação entre índios e imigrantes europeus, ou entre índios “semicivilizados” e os “brancos”. Qualquer possibilidade de pacto social implicava na diluição do indígena no corpo da Nação. Numa palavra, o conceito de degeneração era um apanágio para incorporar as terras indígenas.

Em meu doutorado, o qual passei a cursar a partir de março de 2003, também na UNICAMP e sob a orientação de Pedro Paulo Abreu Funari, dei continuidade à minha pesquisa de mestrado. Avancei o recorte temporal e estudei as relações entre a institucionalização da arqueologia e a formulação de identidades geográficas, regionais e nacionais na virada do Império para a República. Meu universo empírico principal englobou o Museu Botânico do Amazonas, dirigido por João Barbosa Rodrigues (1842-1909), o Museu Paraense, sob a gestão de Emílio Goeldi (1859-1917), e o Museu Paulista, administrado por Hermann von Ihering (1859-1930).

Demonstrei que os diretores dos museus Botânico, Paraense e Paulista institucionalizaram a arqueologia atando-a aos fluxos do processo de mundialização da ciência, ao nacionalismo e ao colonialismo. Barbosa Rodrigues, no Museu Botânico, compôs representações arqueológicas nacionalistas ligando-se à tradição de pesquisas da arqueologia nobiliárquica. Com efeito, o diretor e fundador do Museu Botânico foi um dos lídimos representantes da arqueologia nobiliárquica. Sua prolífica obra, ademais, teve como referência os debates arqueológicos internacionais. Ele citou pesquisas arqueológicas coetâneas e considerou as coleções de museus europeus. Suas pesquisas alinhavaram-se a uma ampla rede museal e científica, ajudando a formular temas debatidos em fóruns internacionais, como o Congresso dos Americanistas.

Nos museus Paraense e Paulista, tanto Emílio Goeldi como Hermann von Ihering também afinaram suas pesquisas pelo diapasão científico internacional. Seus problemas arqueológicos definiram-se, ainda, pelo diálogo ativo com a arqueologia nobiliárquica, cujas interpretações ambos refutaram. Silenciaram, assim, a retórica nacionalista que embalava a arqueologia nobiliárquica. Contudo, há similaridades entre a arqueologia nobiliárquica, Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering. Não só a cadência das pesquisas arqueológicas ritmadas pela mundialização da ciência; mas, também, a conjugação entre arqueologia e colonialismo.

Desde o Império, a arqueologia acolchetou-se às estratégias de expansão do Estado Nacional e às técnicas de dulcificação dos “índios bravos”. Assim como Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering defenderam uma típica noção da arqueologia colonialista de entonação francesa: a de que os territórios primitivos clamavam pelas missões civilizadoras (“*mission civilisatrice*”). Goeldi e Ihering, entretanto, vivendo as fertilizações cruzadas da mundialização da ciência, não seguiram apenas orientações francesas. Valeram-se também do exemplo da *Smithsonian Institution*, que organizou, desde 1879, o *Bureau of Ethnological*

Research, destinado ao planejamento de uma ciência de governo subsidiada pelas pesquisas arqueológicas e antropológicas. Para Goeldi e Ihering, amparados no modelo da *Smithsonian*, os Diretórios de Índios reformular-se-iam como institutos de pesquisa e postos avançados de governo científico dos indígenas.

Outro ponto convergente entre Ihering, Goeldi e a arqueologia nobiliárquica é o uso das pesquisas arqueológicas para a circunscrição de fronteiras geopolíticas. A arqueologia nobiliárquica, no auge do Segundo Reinado, aparelhava viagens científicas – que obviamente não eram apenas arqueológicas – exatamente para as regiões mais longínquas ao poder Imperial, sediado no Rio de Janeiro. Dirigiam-se às regiões limítrofes, aos espaços pouco conhecidos, como a Colônia de Sacramento, a fronteira com a Guiana Francesa e com Mato Grosso, locais onde os conflitos geopolíticos datavam do Período Colonial.

Por seu turno, Goeldi, no Museu Paraense, organizou, em 1895, uma expedição arqueológica e em ciências naturais para a então chamada Guiana brasileira. Com os resultados dessas pesquisas, Goeldi ajudou o Barão do Rio Branco a resolver o secular litígio com a França pela região, incorporando o atual Estado do Amapá à República brasileira. No Museu Paulista, Ihering valeu-se das pesquisas arqueológicas e antropológicas como forma de conhecimento dos territórios classificados como “desertos” pelo Estado de São Paulo, isto é, o Oeste paulista. As viagens arqueológicas promovidas por Ihering, além de colherem e pilharem os artefatos dos povos indígenas que viviam nos “desertos”, topografaram e cartografaram grandes porções das regiões percorridas.

A partir de janeiro de 2008, desenvolvi uma pesquisa em nível de pós-doutorado, no Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da UNICAMP, sob a supervisão de Pedro Paulo Abreu Funari (quem, então, era Diretor do NEE) e com bolsa da FAPESP. Continuei a estudar a institucionalização da arqueologia no Museu Paulista sob a direção de Hermann von Ihering. Contudo, ampliei o problema de pesquisa concebido durante o doutorado. Tendo como fontes as cartas e ofícios trocados entre Ihering e os museus e pesquisadores argentinos, todas elas depositadas no acervo do Museu Paulista, mapeei um vetor regional da mundialização da ciência, destacando: a formação das coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paulista; as narrativas materiais que Ihering adotou, isto é, os modos por que ele arranhou e exibiu publicamente os artefatos arqueológicos e etnográficos no Museu Paulista; a formulação das teses arqueológicas e da política colonial de Ihering; os intercâmbios e debates entre Ihering e os cientistas argentinos, enfatizando a constituição da pesquisa arqueológica na América do Sul.

Agora, desde agosto de 2008, como professor adjunto do departamento de antropologia e arqueologia da UFPEL, eu poderia ampliar mais o escopo desta pesquisa iniciada no pós-doutorado. Eis alguns dos problemas interrelacionados destas pesquisas ulteriores: quais foram os processos sociais, culturais e teóricos que conduziram a institucionalização da arqueologia nos diversos museus nacionais e regionais da América do Sul? Em que medida a institucionalização da arqueologia sul-americana resulta dos diálogos, intercâmbios, polêmicas e debates travados entre os museus e cientistas locais? De outro lado,

como os cientistas locais dialogaram com a arqueologia mundial? De que forma as pesquisas arqueológicas mundiais afetaram os tipos de problemas, objetos e métodos plasmados pela arqueologia sul-americana?

Esse trabalho já está iniciado e seus resultados serão publicados em dois livros que estão em fase de organização. Um deles eu o estou organizando com Javier Nastri, arqueólogo da Universidade de Buenos Aires e pesquisador do CONICET. Intitulado *Historias de Arqueología Sudamericana*, sairá pelo Museu da Universidade de Mérida, Venezuela, contando com arqueólogos sul-americanos de origens diversas: chilenos, argentinos, venezuelanos, peruanos e colombianos. Este livro resulta do simpósio que organizei, também com Javier Nastri, para a *IV Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur*, ocorrida em julho de 2007, na cidade de Catamarca. O segundo livro, que ainda estou organizando, sairá como volume especial do *Boletim do Museu Goeldi*. Versará sobre História da Arqueologia Amazônica, e colaborarão vários autores: Anna Roosevelt, Carl Langebaek Rueda, Cristóbal Gnecco, Eduardo Góes Neves, Fabíola Andréa Silva, dentre outros.

Assim, minhas pesquisas, até hoje, concentraram-se no uso da arqueologia como preciosa ferramenta para a fabricação de identidades culturais, nacionais e coloniais. O que nos reporta a duas questões mais gerais. Em primeiro lugar, conhecer a história da arqueologia sul-americana abre veredas para comparações de processos globais. Há, hoje, uma ampla bibliografia – cujos primeiros trabalhos surgiram a partir dos anos 1970 – mostrando como a arqueologia (e a antropologia, diga-se de passagem) constituiu-se historicamente em articulação com o nacionalismo, o imperialismo e o colonialismo. Como já observaram Tim Barringer e Tom Flynn (*Colonialism and Object: Empire, Material Culture and the Museum*, 1997), tal imbricação teve um efeito ainda hoje visível na paisagem contemporânea: a edificação dos museus como expressões espaciais, culturais e sociais da expansão dos impérios, como instituições por excelência onde se expunham os artefatos dos povos “primitivos” a serem colonizados. Argumento da mesma verve encontra-se no livro de Tony Bennett (*Pasts Beyond Memory: Evolution, Museum, Colonialism*, 2004): os museus, por meio de arranjos evolucionistas dos artefatos arqueológicos, classificavam cientificamente os povos coloniais como “primitivos” e lidimavam, aos olhos do público ocidental, as “missões civilizadoras”. Essa equação entre museus, arqueologia, expansão dos Estados Nacionais e colonialismo foi largamente aplicada na América Latina, e particularmente no Brasil, como demonstrei mais acima.

Em segundo lugar, o exame histórico das relações entre arqueologia e fabricação de identidades capacita-nos para discussões em teoria arqueológica. Discussões fundamentais para um curso novo, como o nosso, dedicado à antropologia e à arqueologia. Ora, já no início da década de 1980, o arqueólogo Ian Hodder publicou *Symbols in Action* (1982), enfatizando a dimensão simbólica da cultura material. Para Hodder, os artefatos podem ser vistos como signos que auxiliam seus donos e usuários na comunicação entre as pessoas, além de expressar suas identidades ante a sociedade. Ou, com o diria o antropólogo indiano Arjun Appadurai, organizador do volume *The Social Life of Things* (1986), a produção, circulação e

distribuição dos artefatos em uma sociedade, e particularmente nas sociedades modernas, se fazem através de instituições. Os artefatos só ganham valor social quando investidos pelas políticas institucionais e cosmologias de uma sociedade. Os artefatos formam seus significados menos por suas qualidades materiais e artísticas e mais pelos contextos nos quais foram usados e criados.

Nas palavras do arqueólogo Julian Thomas (*Materiality and Social*, 2005), a cultura material é integral à sociedade. Os materiais que restam do passado – e aqueles que circulam no presente – são mais do que testemunhos de sociedades extintas; eles continuam conosco no presente e são recontextualizados. Se, quando estavam no sítio arqueológico, os “restos do passado” repousavam, por assim dizer, no reino do heteróclito, passam a ser submetidos, durante a escavação, no setor de curadoria de um museu ou no laboratório arqueológico, a outras cosmologias; são recontextualizados e circulam no interior de uma sociedade em instituições específicas: as universidades, os museus etc. São submetidos, neste passo, às diferentes representações culturais dos diversos coletivos humanos.

Assim, a arqueologia, para usar a expressão bélica de Lynn Meskell, está sob fogo (*Archaeology under Fire*, 1998). Com a consciência de que os estudos da cultura material feitos pela arqueologia podem valorizar identidades culturais, ajudar a governar e compor as estratégias de poder das sociedades, a disciplina e suas representações culturais tornaram-se palco de disputa. A arqueologia vem sendo usada por grupos subalternos na luta por seus direitos ou para criticar as injustiças e opressões sociais. Três exemplos vêm-nos logo à mente: a arqueologia preocupada com as relações de gênero; a que trata das relações étnicas de modo anti-racista; e as lutas de povos indígenas pela repatriação arqueológica. Aqui emergem, ainda, proposições consistentes de descolonização das metodologias arqueológicas e da escrita da disciplina desde a perspectiva do indígena e do colonizado, como sublinham, por exemplo, os livros de Michael Given (*The Archaeology of Colonized*, 2004) e de Claire Smith e Martim Wobst (*Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice*, 2005). Se os símbolos da cultura material estão sempre em ação, então os estudos da arqueologia devem remeter inevitavelmente ao comprometimento e posicionamento do arqueólogo perante a sociedade e à tomada de consciência de sua decorrente responsabilidade.

Contudo, minha verdadeira inclinação, para os próximos anos, é encetar pesquisas em arqueologia histórica. Não me estenderei muito sobre esse ponto, pois penso que um dos princípios que deveriam reger a ética acadêmica é falar pouco e ouvir mais (*pauca sed bona*). O que equivale a privilegiar a discussão e a respeitar o tempo que nos é publicamente concedido para falar. Apenas esboçarei, brevemente e à modo de conclusão, as direções dos pêndulos de minha inclinação e como eles se articulam nos eixos de minha formação.

Meu gosto pela arqueologia histórica advém, inicialmente, das experiências que tive na arqueologia do Baixo São Francisco. Os vestígios e estruturas do cangaço despertaram mais minha vocação do que os assentamentos indígenas nos terraços do Baixo São Francisco, ou pelo menos, naquele

momento, eles me pareciam mais literários. Para mim, arqueologia conjuga-se com literatura. Ela repousa entre a *poiesis* e a *mathesis*, ente a imaginação e a narrativa, o cálculo e as medidas; porém, e esse é um enunciado bachelardiano, a matemática ou qualquer ciência natural seria impensável sem a imaginação poética. Assim, o cangaço, com toda sua materialidade repleta de símbolos, me açulava mais a imaginação.

A indumentária e os objetos usados pelos cangaceiros eram sempre adornados, sem apresentar, propriamente, uniformidade estilística; os adornos, comumente, eram feitos pelos próprios usuários, e representavam a identidade do indivíduo perante ao grupo. Em termos de arqueologia histórica, esses símbolos individualizados, somados à documentação escrita e iconográfica disponível sobre muitos dos membros que integraram o cangaço, permitir-nos-ia entender diferenças no interior de uma cosmologia coletiva. Por outra, com o estudo do cangaço, teríamos a oportunidade de reverter o raciocínio arqueológico tradicional.

Explico-me: tal raciocínio é premido pelo isolamento de estruturas de semelhança com base na seriação de objetos. Estudar os adornos individualizados dos cangaceiros possibilitar-nos-ia descrever e interpretar não a frequência de aparição serial, mas a linguagem da diferença, da multivocalidade, da pluralidade de identidades em meio a uma alteridade. Seria como estudar uma cosmologia não a partir de suas homologias, mas de suas heteroglossias (para nos servirmos de um conceito de Bakhtin). O cangaço provoca, de outro lado, reflexões sobre gênero, revertendo estereótipos masculinos. A imagem mais reiterada de Lampião é a do homem enfurecido, empunhando o facão e cortando cabeças. Por exemplo: Glauber Rocha, em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, não escapou a esse estereótipo (embora o personagem do filme seja Corisco, e não Lampião). Contudo, as cenas gravadas por Benjamin Abrahão, entre 1936 e 1937, mostram um Lampião dúctil, meigo e delicado, perfumando-se e, mesmo, costurando suas roupas e adornando-as!

Se, hoje, eu trabalhasse em alguma universidade localizada no sertão nordestino ou que lhe fosse próxima, faria arqueologia do cangaço. Seria uma sorte de arqueologia do nomadismo. Lembremo-nos de que os cangaceiros raramente se assentavam. O que obrigar-nos-ia a fazer uma arqueologia dos acampamentos transitórios, fugazes, e das várias coleções sobre o cangaço espalhadas pelos museus do Nordeste (por exemplo: há um Museu do Cangaço na cidade de Piranhas, Alagoas, no Baixo São Francisco). Essa arqueologia do nomadismo remete à “última filosofia” de Gilles Deleuze, isto é, o nomadismo como crítica à fixidez sedentária do político, como agenciamento das *máquinas de guerra* e o alinhar das *linhas de fuga* contra as instituições sociais. Numa palavra, nomadismo como ato de resistência.

Essa arqueologia do cangaço remete, também, a Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Ariano Suassuna, sem falar nos romancistas regionais que versaram diretamente sobre o cangaço, como Franklin Távora (*O Cabeleira*, 1876) e José Lins do Rego (*Cangaceiros*, 1953). Não quero apagar-lhes as diferenças, mas atrevo-me a dizer que esses autores mostraram que a paisagem do cangaço, o sertão, é moderna, pois é identitariamente híbrida, resultado dos dispositivos e materialidades que forjaram a

modernidade. O sertão reúne a Grécia, poder-se-ia dizer se se quisesse ser etnocêntrico e apelar para uma tropologia recorrentemente evocada no Ocidente: a Grécia como metáfora, metonímia ou sinédoque da modernidade (ou da democracia, da filosofia centrada no sujeito e da ágora como lugar do cidadão masculino).

O sertão é moderno, com efeito, porque a modernidade foi e é o cenário onde os povos tornaram-se, em escala mundial, o que James Clifford chama de “imigrantes da identidade”. Se não as pensarmos segundo a violência abstrativa do Estado Nacional, as identidades, na modernidade, perfazem rotas, desprendendo-se das raízes. O sertão foi construído pela modernidade e simultaneamente a construiu, com sua “civilização do couro” (nas palavras de Capistrano de Abreu); com seu léxico mesclado entre centenas de línguas indígenas, o banto e o quicongo, o árabe e o português castiço; com seus inúmeros gêneros musicais, canções versadas em décimas e plasmadas em literatura de cordel. O cangaço é a cantoria em loa que se fez nômade e rebelde (lembremo-nos de que o cangaço foi explorado por Eric Hobsbawm em *Rebeldes Primitivos* e, posteriormente, em *Bandidos*).

O cangaço é moderno e construiu a modernidade porque foi rebeldia feita por excluídos: antepassados de escravos e libertos, antepassados de indígenas, e de toda a gente culturalmente hibridizada e pobre, arrebanhada nos engenhos, fazendas de pecuária e algodão, fazendas de charque! Entre outros lugares de produção e exploração articulados às redes do Atlântico; ligados à circulação e agência da cultura material em escala intercontinental. O perfume que aromou Lampião pode ter vindo de uma fábrica europeia, assim como o couro do sertão transformou-se em sapatos europeus, dentre outros objetos. O cangaço resulta da modernidade, ademais, porque ele, como sua rebeldia e revolta, responde ao colonialismo interno brasileiro. E a forma política de nossa colonialidade é o compadrio político, como já o afirmaram diversos clássicos da historiografia, antropologia e sociologia brasileiras. Em suma, estudar a materialidade do cangaço é tocar no coração da modernidade e da colonialidade do Brasil.

Esse eixo entre global e local, ou seja, sobre o modo como dispositivos da modernidade afetaram, em diferentes escalas temporais e espaciais, regiões, e como essas, por sua vez, também modelaram o mundo moderno, eu os pude discutir durante os cursos de pós-graduação na UNICAMP. Como se sabe, um dos temas exaustivamente trabalhados por Pedro Paulo Funari, foi e é arqueologia histórica. Durante o mestrado e o doutorado, fiz mais de um curso de arqueologia histórica com Pedro Funari, tendo acesso às discussões atuais sobre a disciplina, para as quais, além disso, pude servir-me da excelente biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Em síntese, pude aprender que a arqueologia histórica, entendida como arqueologia do mundo moderno, é o estudo dos processos históricos que nos conduziram àquilo que somos.

Por isso, o que gostaria de estudar, nos próximos anos, é o somatório de minhas experiências em arqueologia do Baixo São Francisco, dos cursos de arqueologia histórica que fiz na UNICAMP, bem como, diga-se de passagem, do contato que estabeleci com diversos arqueólogos trazidos ao Brasil por Pedro

Paulo Funari. Penso, a princípio, em dois temas. Discuti-os, recentemente, com meu amigo Francisco Noelli, arqueólogo muito conhecido por vocês, no Rio Grande do Sul, mas cuja obra tem projeção internacional. Portanto, aproveito para agradecer-lhe e devo dizer que, sem sua amizade e colaboração contínuas, eu não chegaria à UFPel com dois temas na cabeça.

O primeiro seria uma arqueologia da Guerra Farrroupilha. Trata-se de um tema cabível a uma abordagem pós-colonial, exatamente a que apliquei em meu mestrado e doutorado. Primeiro, porque uma arqueologia da Guerra Farrroupilha permitiria o entendimento da materialidade que demarcou fronteiras físicas e sociais, precisamente no contexto histórico em que se moldou a bigorna que forjou nossa identidade nacional: o chamado pacto oligárquico do Segundo Reinado, pacto esse que ainda circunscreve nossas “diferenças” com as repúblicas sul-americanas e continua a assombrar nossa atual república com seus periódicos espectros de separatismo. Em segundo lugar, como no cangaço, a Guerra Farrroupilha produziu um batalhão de excluídos, desde descendentes indígenas a escravos e libertos que engrossaram as fileiras dos farrapos. O que deu lugar à formação de identidades híbridas, aos vários “Lulus Carrés” do “Continente” (certamente todos aqui sabem que estou citando um dos personagens de *O Tempo e o Vento*).

O segundo tema é institucionalizar, em nosso curso, pesquisas em arqueologia da escravidão, ou em arqueologia da diáspora africana, como se a vem chamando desde os anos 1990. Os sítios a serem estudados, obviamente, seriam as charqueadas – esse modo de produção que, no Brasil, teve seus inícios no Nordeste. Poderemos estudar, precisamente, como as charqueadas adentraram as redes atlânticas de circulação e agência de cultura material; isto é, tratar-se-ia de estudar, como já pontuei reiteradamente, as materialidades das relações entre local e global. Estudos sobre escravidão, afinal de contas, sempre requerem o que o historiador Robert Farris Thompson chamou de “enfoque tricontinental”, uma ampliação das escalas de análise para envolver três continentes: América, África e Europa. Esses estudos concentrar-se-iam, ainda, nas materialidades dos sistemas escravistas locais, nos arranjos espaciais que estabeleceram a vigilância e o controle do cotidiano e do trabalho escravo nas indústrias do charque. Finalmente, poderemos pesquisar as materialidades mais “diacríticas” da diáspora africana, com seus mecanismos de formação de identidades culturais, as ações sociais de escravos e escravas e seus processos de resistência. Quanto a esse aspecto da resistência de escravos e escravas, central em qualquer pesquisa sobre escravidão, estudar os quilombos da região será crucial.

Eis, pois, o gênero de trabalho a que eu gostaria de dedicar-me futuramente. Quero terminar dizendo que a arqueologia não é somente o estudo do passado (já há considerável bibliografia sobre arqueologia do presente ou do contemporâneo). O termo arqueologia, do ponto de vista etimológico, já é anacrônico *per se*. Arqueologia é o que construímos no presente. Arqueólogas e arqueólogos não apenas escavam o passado. Assim como a literatura, a arqueologia cria símbolos utilizados pelas pessoas para interpretar o mundo e nele atuar. Penso que a arqueologia histórica, à medida que é uma arqueologia do

mundo moderno, poderá levar as pessoas de nossa região a reinventarem suas práticas. Pois a arqueologia do mundo moderno é uma arqueologia de nós mesmos. Para desenvolver esse trabalho, estou certo de que poderei contar com colegas e discentes de nosso curso. Afinal de contas, uma das coisas boas da arqueologia é que ela demanda trabalho coletivo e nunca nos permite estar só!

Muito obrigado.

Pelotas, 19 agosto de 2008.

Recebido em:12/08/2016
Aprovado em:15/09/2016
Publicado em:15/10/2016